

“TODA A TERRA DOS HOMENS TEM
SIDO TAMBÉM ATÉ HOJE TERRA DA
FOME”: JOSUÉ DE CASTRO E A REFORMA
AGRÁRIA

Diana Daros, Miguel Enrique Stedile e
Simoni Sagaz

O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NO
CAMPO DA SOBERANIA E SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL: A
CONTRIBUIÇÃO DE JOSUÉ DE CASTRO
Renato Carvalheira do Nascimento

RECIFE, VINCENNES, AMAZÔNIA,
CAPIBARIBE: ITINERÁRIOS DE JOSUÉ DE
CASTRO
Carla Barroso Carneiro

JOSUÉ DE CASTRO E O COMBATE À FOME:
O SEGUNDO GOVERNO VARGAS, A
COMISSÃO DE BEM-ESTAR SOCIAL E A
FAO
Helder Remigio de Amorim

BOYD ORR E JOSUÉ DE CASTRO: AS
PROPOSTAS PARA UMA OUTRA FAO
José Graziano da Silva

Neste ano em que celebramos o cinquentenário da morte de Josué de Castro, é com profundo respeito e reverência que me uno às iniciativas da Fundação Alexandre de Gusmão em homenagem a este ilustre brasileiro. Ao fazê-lo, lembramos não apenas o legado de um pioneiro em estudos sobre a fome e a desnutrição, mas também reforçamos a importância de suas contribuições para as questões internacionais e para a imagem do Brasil no cenário mundial.

Universal e particular, teórico e prático, o legado de Josué de Castro de dedicação irrestrita ao combate à fome é farol que, em épocas difíceis, nas palavras de Carlos Drummond de Andrade, impede-nos de perder “a esperança mais mínima — esse anelo – de ver desvanecida a treva espessa”. Em contexto internacional marcado pela crise climática e por crescentes desigualdades, seus ensinamentos ganharam relevância para melhor entender e enfrentar os desafios globais do século XXI.

Mauro Vieira
Ministro de Estado das Relações Exteriores



JOSUÉ DE CASTRO
E A DIPLOMACIA DA FOME

JOSÉ GRAZIANO DA SILVA
CARLA BARROSO CARNEIRO
SAULO ARANTES CEOLIN
(ORGS.)



JOSÉ GRAZIANO DA SILVA
CARLA BARROSO CARNEIRO
SAULO ARANTES CEOLIN
(ORGS.)

JOSUÉ DE CASTRO E A DIPLOMACIA DA FOME

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
BRASIL

NESTA EDIÇÃO:

PREFÁCIO
Mauro Vieira

INTRODUÇÃO
José Graziano da Silva e Carla Barroso
Carneiro

FOME, EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA E A
QUESTÃO AMBIENTAL NA OBRA DE JOSUÉ
DE CASTRO
Marina Gusmão de Mendonça

JOSUÉ DE CASTRO E O SENTIDO
MODERNO DE FOME
Adriana Salay

A FOME E OS ESTADOS UNIDOS: JOSUÉ DE
CASTRO E A CRÍTICA DA FOME NO CENTRO
DO PODER MUNDIAL
Thiago Lima

COMO DIZER A FOME? O SOL, A MELANCIA
E O OLHO DE DEUS
Kênia Sousa Rios

UM CIDADÃO DO MUNDO NA GUERRA
FRIA: JOSUÉ DE CASTRO E A SAÚDE
INTERNACIONAL
Rômulo de Paula Andrade

JOSÉ GRAZIANO DA SILVA
CARLA BARROSO CARNEIRO
SAULO ARANTES CEOLIN
(ORGS.)

JOSUÉ DE CASTRO E A DIPLOMACIA DA FOME

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
BRASIL



JOSUÉ DE CASTRO E A DIPLOMACIA DA FOME

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado

Embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira

Secretária-Geral

Embaixadora Maria Laura da Rocha

FUNDACÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente

Embaixadora Márcia Loureiro

Diretor do Centro de História
e Documentação Diplomática

Embaixador Gelson Fonseca Junior

Diretor do Instituto de Pesquisa
de Relações Internacionais

Ministro Almir Lima Nascimento

Conselho Editorial

Ana Flávia Barros-Platiau

Maitê de Souza Schmitz

Daniella Poppius Vargas

Maria Regina Soares de Lima

João Alfredo dos Anjos Junior

Maurício Santoro Rocha

Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos

Rogério de Souza Farias

A Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

A FUNAG, com sede em Brasília, conta em sua estrutura com o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI e com o Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD, este último no Rio de Janeiro.

José Graziano da Silva
Carla Barroso Carneiro
Saulo Arantes Ceolin
(Orgs.)

JOSUÉ DE CASTRO E A DIPLOMACIA DA FOME



Brasília – 2023

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H, anexo II, Térreo
70170-900 Brasília-DF
Tel.: (61)2030-9117/9128
Site: gov.br/funag
E-mail: funag@funag.gov.br

Coordenação-Geral:

Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho

Equipe Técnica:

Acauã Lucas Leotta
Ana Clara Ribeiro Teixeira
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
Nycole Cardia Pereira

Revisão:

Alessandra Marin da Silva
Luiz Antônio Gusmão

Programação Visual e Diagramação:

Denivon Cordeiro de Carvalho

Capa:

Josué de Castro discursa na Câmara dos Deputados, 1940 (Domínio público/Acervo Arquivo Nacional).

Os artigos que compõem este livro são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição oficial do governo brasileiro.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M539s Josué de Castro e a diplomacia da fome / José Graziano da Silva, Carla Barroso Carneiro, Saulo Arantes Ceolin (Orgs.). -- Brasília : FUNAG, 2023.
348 p. -- (História diplomática)
ISBN: 978-85-7631-914-6

1. Castro, Josué de, 1908-1973. 2. Diplomacia da fome. 3. Fome. 4. Política externa brasileira. 5. Justiça Socioambiental. I. Silva, José Graziano da. II. Carneiro, Carla Barroso. III. Ceolin, Saulo Arantes. IV. Título. V. Série.

CDD-327.81

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.
Elaborada por Sueli Costa - Bibliotecária - CRB-8/5213
(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
Mauro Vieira	
INTRODUÇÃO	11
José Graziano da Silva e Carla Barroso Carneiro	
FOME, EXPLOÇÃO DEMOGRÁFICA E A QUESTÃO AMBIENTAL NA OBRA DE JOSUÉ DE CASTRO.....	25
Marina Gusmão de Mendonça	
JOSUÉ DE CASTRO E O SENTIDO MODERNO DE FOME.....	61
Adriana Salay	
A FOME E OS ESTADOS UNIDOS: JOSUÉ DE CASTRO E A CRÍTICA DA FOME NO CENTRO DO PODER MUNDIAL	93
Thiago Lima	
COMO DIZER A FOME? O SOL, A MELANCIA E O OLHO DE DEUS.....	123
Kênia Sousa Rios	
UM CIDADÃO DO MUNDO NA GUERRA FRIA: JOSUÉ DE CASTRO E A SAÚDE INTERNACIONAL.....	147
Rômulo de Paula Andrade	

“TODA A TERRA DOS HOMENS TEM SIDO TAMBÉM ATÉ HOJE TERRA DA FOME”: JOSUÉ DE CASTRO E A REFORMA AGRÁRIA.....	179
--	-----

Diana Daros, Miguel Enrique Stedile e Simoni Sagaz

O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NO CAMPO DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL: A CONTRIBUIÇÃO DE JOSUÉ DE CASTRO	207
---	-----

Renato Carvalheira do Nascimento

RECIFE, VINCENNES, AMAZÔNIA, CAPIBARIBE: ITINERÁRIOS DE JOSUÉ DE CASTRO	247
--	-----

Carla Barroso Carneiro

JOSUÉ DE CASTRO E O COMBATE À FOME: O SEGUNDO GOVERNO VARGAS, A COMISSÃO DE BEM-ESTAR SOCIAL E A FAO	261
--	-----

Helder Remigio de Amorim

BOYD ORR E JOSUÉ DE CASTRO: AS PROPOSTAS PARA UMA OUTRA FAO	285
--	-----

José Graziano da Silva

PREFÁCIO

Neste ano em que celebramos o cinquentenário da morte de Josué de Castro, é com profundo respeito e reverência que me uno às iniciativas da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) em homenagem a este ilustre brasileiro. Ao fazê-lo, lembramos não apenas o legado de um pioneiro em estudos sobre a fome e a desnutrição, mas também reforçamos a importância de suas contribuições para as questões internacionais e para a imagem do Brasil no cenário mundial.

Nascido no Recife, em 1908, Josué de Castro transformou sua experiência pessoal dos desafios socioeconômicos nordestinos em inspiração. Seu livro mais conhecido, *Geografia da fome* (1946), é análise sensível e necessária das complexas interações entre sociedade, economia e ambiente que contribuem para a insegurança alimentar e a miséria. Ao destacar as desigualdades e os desafios da fome, Josué de Castro nos lembra que as relações internacionais são, em última análise, sobre o direito à vida digna intrínseco a todo e qualquer ser humano. Neste sentido, a obra teórica e atuação política de Castro, 50 anos após seu falecimento, continuam a servir como referência para a política externa brasileira e para os debates internacionais sobre justiça socioambiental.

Josué de Castro, professor e pesquisador acadêmico, elegeu como ponto de partida e finalidade última o tema da fome, combinando perspectiva estrutural e universalista. Explorou as relações entre as causas profundas da insegurança alimentar e nutricional e a pobreza e desigualdade. Propôs o reconhecimento da diversidade de culturas alimentares e dos desafios próprios de cada região. No já mencionado *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*, livro que o tornou mundialmente conhecido, apresentou análise inovadora e sofisticada das causas socioeconômicas da insegurança alimentar e nutricional, rejeitando explicações então em voga baseadas no determinismo climático, que buscavam naturalizar esse fenômeno.

Josué de Castro coordenou, ainda na década de 1930, a realização de inquérito inovador sobre as condições de vida das classes operárias do Recife e publicou uma série de obras dedicadas à compreensão da fome como fenômeno social, econômico e histórico complexo, a exemplo de *O problema da alimentação no Brasil*; *Salário mínimo*; e *Alimentação e raça*. Como fundador e primeiro diretor do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil e professor de Geografia Humana da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, contribuiu para o desenvolvimento e aprimoramento desses âmbitos de estudo no Brasil. Além de ter seus livros traduzidos para dezenas de idiomas, Castro também ocupou posições de destaque na administração pública e em organismos internacionais.

Sobretudo a partir da década de 1940, o combate à fome passou a ocupar posição central na atuação profissional de Josué de Castro no Brasil. Como diretor de órgãos então recém-criados como o Serviço de Alimentação e de Previdência Social (SAPS), a Sociedade Brasileira de Alimentação (SAB) e o Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN), buscou aprimorar os métodos e a infraestrutura de produção e distribuição de alimentos no país. Exerceu dois mandatos como deputado federal, tendo apresentado projetos relacionados

à reforma agrária e à regulamentação da atuação profissional dos nutricionistas.

A partir de 1946, atuou como delegado do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), tendo assumido, em 1951, a presidência independente do Conselho da Organização. Nessa função, trabalhou em prol do reconhecimento do vínculo indelével entre pobreza e fome, do desenvolvimento agrário e da melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo. Durante toda a década de 1950, seguiu representando o Brasil na FAO, em Roma, bem como nos organismos da ONU sediados em Genebra, nos quais buscou chamar a atenção da sociedade internacional para os desafios vivenciados pelos países em desenvolvimento.

Com o golpe militar de 1964, Josué de Castro teve seus direitos políticos cassados e foi destituído dos cargos diplomáticos que exercia. Exilado na capital francesa, tornou-se professor da Universidade de Paris e presidiu o Centro Internacional para o Desenvolvimento, no qual desenvolveu projetos de assessoria para países em desenvolvimento, notadamente na África. Impedido de voltar ao Brasil, a cujo progresso e desenvolvimento tanto se dedicara, faleceu no exílio, em Paris, em 1973.

É apropriado, assim, que a FUNAG, uma instituição dedicada a promover a compreensão e o debate sobre a política externa brasileira, recupere sua memória e homenageie com a presente coletânea esse grande pensador. Os livros publicados pela FUNAG têm servido como valiosos recursos para acadêmicos, diplomatas e o público em geral. Esta nova obra promete seguir essa tradição, explorando em profundidade a intersecção do trabalho de Castro com as questões internacionais.

Universal e particular, teórico e prático, o legado de Josué de Castro de dedicação irrestrita ao combate à fome é farol que, em

épocas difíceis, nas palavras de Carlos Drummond de Andrade, impede-nos de perder “a esperança mais mínima — esse anelo — de ver desvanecida a treva espessa”. Em contexto internacional marcado pela crise climática e por crescentes desigualdades, seus ensinamentos ganharam relevância para melhor entender e enfrentar os desafios globais do século XXI.

Ao embarcar nesta leitura, convido a todos a refletir sobre o pensamento e o trabalho de Josué de Castro. Seu exemplo demonstra que a intelectualidade, a política e a diplomacia podem e devem promover a justiça social, a dignidade e o bem-estar humanos.

Mauro Vieira

Ministro de Estado das Relações Exteriores

INTRODUÇÃO

José Graziano da Silva
Carla Barroso Carneiro

Em 24 de setembro de 2023, completaram-se 50 anos da morte de Josué de Castro. Cinco décadas apenas, mas parece que muito mais do que meio século se passou.

Ainda em 1973, em plena crise do petróleo, o encarecimento dos alimentos levou o então diretor-geral da FAO, Addeke Boerma, a chamar a atenção para a gravidade da crise que se avizinhava. Foi também em 1973 que os chefes de Estado e de governo dos países presentes à Cúpula de Argel do Movimento Não Alinhado conclamaram a realização de uma reunião conjunta FAO-UNCTAD para elaborar um programa internacional de cooperação. Em 1974, a Conferência Mundial sobre a Alimentação levou ao estabelecimento, em 1977, do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), completando, junto com a FAO e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), a tríade das agências da ONU sediadas em Roma voltadas à segurança alimentar.

Também desde 1973, a continuidade do processo de descolonização incrementou em um terço o número de países membros da ONU – de 135 aos atuais 193. No mesmo período, a população

global dobrou, passando de 4 bilhões a cerca de 8,1 bilhões de pessoas hoje. A década de 1970 também testemunhou a expansão e consolidação da chamada Revolução Verde, que, a despeito de seus erros e desafios, desempenhou papel crucial no aumento da produção de alimentos essenciais como milho, arroz e trigo, e contribuiu significativamente para a prevenção de crises alimentares em várias nações ao redor do mundo.

Nos anos 1980, a fome na Etiópia levou a um número estimado de 1 milhão de mortes entre 1983 e 1985. A reação global à tragédia etíope foi um marco na conscientização mundial e na mobilização humanitária. Persiste, no entanto, cenário onde estimados 20% da população africana ou quase 300 milhões de pessoas estejam subnutridas, em comparação com cerca de 50 milhões em 1960. Esse cenário – não restrito à África, pois se repete em outras regiões do mundo, do sul da Ásia ao Caribe — destaca a urgente necessidade de complementar campanhas de doações com programas voltados a promover o acesso a alimentos e o aumento da produção local.

A crise econômica global de 2008 expôs os limites da desregulamentação e os riscos do capitalismo financeiro. A partir de 2010, uma série de revoltas e movimentos populares ocorreram no mundo árabe, a começar pela Tunísia, Egito, Líbia, Síria e Iêmen, e, com menor intensidade, Argélia, Omã, Líbano e Marrocos, entre outros países. Esse fenômeno, que ficou conhecido como Primavera Árabe, teve como estopim o aumento do preço do trigo (e, por consequência, do pão), o que gerou protestos rapidamente difundidos e transformados pelas mídias sociais – outro aspecto central no panorama político atual.

A lista está longe de se pretender exaustiva, dada a multiplicidade de eventos globais relacionados, direta ou indiretamente, ao cenário da fome no mundo nas últimas décadas. O objetivo é apenas

mostrar a estranheza que um jovem de vinte anos hoje experimentaria se fosse transportado para 1973.

Nesses 50 anos que nos separam da morte de Josué, muito se passou no panorama internacional. Houve avanços geopolíticos e tecnológicos, mudanças na estrutura do capitalismo, o fim da União Soviética, a ascensão da China e a agudização da crise ambiental e climática. Foram tantas as mudanças que seria possível vislumbrar um panorama no qual as contribuições de um médico brasileiro nascido na primeira década do século XX tivessem se tornado obsoletas. No entanto, a persistência da fome e da pobreza no mundo demonstram, tristemente, a atualidade do trabalho de Josué de Castro.

No livro *A formação das almas*, José Murilo de Carvalho nos conta sobre o embate no Brasil para a construção, nos anos subsequentes à Proclamação da República, de imaginários e símbolos nacionais. Essa tentativa frustrada de construção de uma simbologia para a República parece ecoar na semelhante dificuldade de construir um panteão de figuras influentes que discutiram os principais temas e questões nacionais, bem como um panteão de pensadores brasileiros notáveis em temas de relevância internacional.

Embora seu *Geografia da fome* autorize sua inclusão ocasional entre os autores citados em compêndios sobre o pensamento brasileiro, Josué de Castro não é mencionado em obras como *Pensadores que inventaram o Brasil*, de Fernando Henrique Cardoso, ou no *Intérpretes do Brasil*, de Sérgio Paulo Rouanet.

Nova coleção em três volumes sobre os “intérpretes do Brasil”, publicada em 2000 com seleção de textos de Silviano Santiago, reúne Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Manuel Bonfim, Oliveira Viana. Ali também estão Alcântara Machado, Paulo Prado, Graciliano Ramos, Gilberto Freyre, que ali tem reproduzidas três de suas obras. Sérgio Buarque de Hollanda, Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes

completam aqueles cujas obras são reproduzidas e analisadas ao longo das cerca de 4.700 páginas.

Em 2014, Luiz Bernardo Pericás e Lincoln Ferreira Secco publicaram seu *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. Os organizadores explicam que os 25 autores selecionados não eram “aceitos ou incorporados”. Entretanto, coincidentes com a obra anterior, Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior compõem a antologia. Além desses, surgem Rui Mario Marini, Jacob Gorender, Rômulo Almeida, Darcy Ribeiro, Mário Pedrosa, entre outros.

Josué de Castro segue ausente.

Já Alfredo Bosi, em seu *História concisa da literatura brasileira*, logra recuperar a contribuição de Josué de Castro. Ali o autor pernambucano é citado duas vezes. Uma delas, entre vários outros autores classificados por sua “paixão inteligente pelo povo brasileiro”. Em outro momento, Bosi lista Josué entre os pensadores brasileiros, “socialistas”, “ansiosos por ver o Brasil dar um salto qualitativo”. De fato, em seu artigo neste livro, Daros, Stedile e Sagaz apontam que esse esquecimento pode se dever ao fato de que, ao contrário de Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda ou Florestan Fernandes, Josué de Castro retratava um Brasil e uma América desiguais e famintos.

Nessa mesma direção, vários autores neste livro mostram a preocupação de Josué de Castro com a luta anticolonial, com o pan-americanismo, com o multilateralismo. Não obstante, Josué tampouco é lembrado nas (ainda poucas) coletâneas sobre autores e profissionais de relações internacionais – o que é sintomático do papel marginal, tanto no Itamaraty quanto no setor acadêmico de relações internacionais no Brasil, a que é relegada a questão da fome, e sua equivocada desconexão, no pensamento nacional, com relação às grandes questões políticas e econômicas globais.

Essa compilação de ausências, certamente não exaustiva, é simbólica. Falar de Josué de Castro, 50 anos após sua morte, é, ao mesmo tempo, confrontar-se com uma figura histórica que é um monumento em seu campo de estudo, mas também uma herança monumentalmente negligenciada. Apesar de dar nome a institutos em Pernambuco, seu estado natal, no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, a obra de Josué permanece pouco conhecida do público em geral.

O silêncio ostensivo nos 50 anos de sua morte simboliza a dificuldade do Brasil em construir um panteão de símbolos e heróis, impactando a construção de uma visão do passado que possa projetar e inspirar um futuro possível para o país.

Médico, político, geógrafo, nutrólogo. Longe de ser um personagem de contribuição fragmentada, Josué de Castro construiu uma obra diversa cuja característica unificadora foi a preocupação com a fome. É a multiplicidade de uma obra cujo ponto de fuga sempre foi a fome que se reflete nos artigos que compõem este livro. São artigos que recuperam documentos ainda não publicados, que fazem ampla revisão da literatura mais recente direta e indiretamente relacionada ao autor, que mostram o médico, o político, mas também o escritor de ficção, dando profundidade a esse retrato celebratório de Josué de Castro. Nenhum resumo seria capaz de dar ampla vazão a essa riqueza de relatos, de forma que os parágrafos que se seguem visam ser apenas um aperitivo para o succulento teor dos mesmos.

Marina Gusmão de Mendonça recupera o combate que Josué de Castro travou contra as distorções do neomalthusianismo e do ambientalismo neomalthusiano. Atribuindo a pobreza ao destempero demográfico das classes menos favorecidas, desviando a análise da necessária distribuição das riquezas, o ideário neomalthusiano vinculou o crescimento contínuo da população à destruição do meio ambiente. Contra o ecologista e ornitólogo neomalthusiano

William Vogt (1902-1968), que defendia a manutenção de grandes áreas intocadas, Josué apresentou alternativas como o aumento da produtividade e mudanças na estrutura fundiária.

Marina também recupera as críticas de Josué de Castro, no início da década de 1970, às posições corporificadas na publicação *Limites do crescimento*, do Clube de Roma, de que a população dos países pobres seria responsável pela deterioração ambiental. Castro apontou a necessidade de expandir a análise para a poluição causada pelos países desenvolvidos até o século XIX, bem como para o impacto abrangente dos grupos humanos, considerando seus aspectos biológicos, fisiológicos, econômicos e culturais. Já se indicava aí a postura combativa de Castro contra o colonialismo e o imperialismo.

Adriana Salay propõe uma leitura da contribuição de Josué por meio das categorias da fome epidêmica, aquela que toma as manchetes de forma espetacular, e da fome endêmica, aquela que a então nova ciência da nutrição chamava de subnutrição ou má nutrição. Em um contexto em que a fome endêmica passava a ser entendida, no que a autora chama de espaço público letrado, como uma questão social, a Europa Ocidental e, particularmente, Londres representavam a fome como resultado não apenas de questões que hoje chamaríamos de climáticas, mas das transformações do sistema capitalista.

Adriana traça os avanços no campo da nutrição, científicos, mas também institucionais, como a criação da Organização de Saúde da Liga das Nações e estudos no marco da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ambas preocupadas com medições nutricionais e indicações de parâmetros para uma alimentação saudável. Foi nesse contexto que Castro, após viagens de estudos pelos EUA e Argentina, separou o Brasil, em *Geografia da fome* (1946), em áreas de fome endêmica, epidêmica e de subnutrição. Posteriormente, Castro vai refinando seu pensamento para apontar a fome como

uma questão que transcende abastecimento ou problemas naturais, para vincular-se também à capacidade de acesso aos alimentos, um problema social. O sentido moderno de fome, segundo Josué, abrangia a alimentação deficitária, indo além das crises e da morte por inanição.

Em “A fome e os Estados Unidos: Josué de Castro e a crítica da fome no centro do poder mundial”, Thiago Lima traz a presença, nos discursos do político brasileiro, do sentimento permanente de indignação com a permanência do fome, a despeito dos avanços científicos conquistados internacionalmente. Uma persistência que, para o geógrafo, somente poderia ser explicada pela falta de prioridade política granjeada para o tema, como, segundo Castro, a persistência da fome no próprio território dos EUA evidenciava. Castro salientou a persistência da fome no sul dos EUA, latifundiário e marcado pela escravidão, tendo enfatizado que 50 milhões de pessoas, no começo dos anos 1970, viviam malnutridas no país. Tal situação, para Castro, é o símbolo mais eloquente da complexidade da erradicação da fome, já que se trata de “expressão biológica de males sociológicos”.

Thiago explica que a perplexidade de Castro se revela nos momentos em que o autor reconhece a relevância tanto das inovações técnicas e científicas originadas no país, como no empenho de figuras públicas como o presidente Franklin Delano Roosevelt para a construção de políticas públicas. Tendo estudado na Universidade de Columbia e no Medical Center de Nova York durante sua formação como médico, Castro volta aos EUA durante a Segunda Guerra Mundial, estando, portanto, em posição privilegiada para apreciar os esforços de Roosevelt, que convocou a conferência de Hot Springs em 1943 (que viria a dar origem, dois anos depois, à criação da FAO). Se Castro registrou sua admiração por Roosevelt, também deixou, lembra Thiago, críticas à instrumentalização da cooperação internacional para preservar o *policy space* dos EUA, como quando

se refere ao programa Alimentos pela Paz, instrumental também, do ponto de vista dos EUA, para afastar o socialismo dos países recipiendários, tendo como pano de fundo o cenário de Guerra Fria.

Kenia Sousa Rios, em “Como dizer a fome? O sol, a melancia e o olho de Deus”, debruça-se sobre a escrita ficcional de Josué de Castro, que a entendia como meio para alcançar o sofrimento daqueles que passam pela experiência da fome. Kenia lembra que a ficção estava no *Documentário do Nordeste*, uma de suas primeiras publicações, assim como em *Homens e caranguejos*, entre as últimas obras de Castro. A compreensão da força da literatura levou Castro, como lembra Kenia, a dedicar *Geografia da fome* a Rachel de Queiroz e José Américo de Almeida, além de Euclides da Cunha e Rodolfo Teófilo, os quais chama de sociólogos. Kenia considera que Castro entende o “retrato fiel” da fome na literatura nordestina como uma empreitada para garantir o engajamento do leitor – uma estética da palavra que permeia as publicações do autor. Kenia entende o Dr. Félix, personagem do *Documentário do Nordeste*, como *alter ego* de Josué de Castro – também ele um médico em contato com o cotidiano da fome.

Em “Um cidadão do mundo na Guerra Fria: Josué de Castro e a saúde internacional”, Rômulo de Paula Andrade destaca a frustração expressa em 1960, quando Josué de Castro publica *O livro negro da fome*, com a ausência de projetos concretos para combater a fome nas agências internacionais. A frustração do pernambucano espelha sua formação, em um país onde as preocupações em relação à fome se deveram mais às secas e à má distribuição de renda e de alimento do país – levando à construção paulatina, no país, de um entendimento mais integral do combate à fome como fenômeno econômico. Durante a Guerra Fria, no entanto, Rômulo considera que o combate à fome se subordinava à lógica da promoção da saúde como fator do desenvolvimento, no marco de esforços anticomunistas. Sob esse ponto de vista, a má nutrição era sobretudo entendida

como um impeditivo para o sucesso de campanhas de erradicação de doenças endêmicas. Rômulo ressalta existir uma avaliação de que a FAO, por sua vez, passou gradualmente a concentrar-se no aumento de produção de alimentos e cooperação técnica com países periféricos. Rômulo recupera ainda dois eventos para contextualizar a frustração de Josué de Castro com a FAO. O primeiro, a recusa em apoiar o lançamento do *Geography of Hunger*, a versão internacional do livro *Geopolítica da fome*. O segundo, sua aceitação do Prêmio Internacional da Paz, em 1955. Organizado pelo Conselho Mundial da Paz, na União Soviética, o Prêmio permitiu que Josué criasse o Fundo Internacional de Luta Contra a Fome, que daria origem à Associação Mundial contra a Fome – ASCOFAM. Mas a repercussão negativa também estaria entre os motivos para a não apresentação de sua candidatura à reeleição para a presidência do Conselho da Organização.

Diana Daros, Miguel Enrique Stedile e Simoni Sagaz, em “Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome: Josué de Castro e a reforma agrária”, trazem o Josué de Castro defensor da reforma agrária e apoiador das Ligas Camponesas. Trazem o pensador que entende que perpetuação da fome resulta de problemas estruturais e sociais, transcendendo causas episódicas ou fenômenos naturais. Trazem, portanto, o político que propaga a compreensão do combate à fome como parte do desenvolvimento de políticas públicas voltados à reforma agrária e ao combate à fome e à pobreza. Os autores mostram o percurso por meio do qual, influenciado pelos movimentos organizados de camponeses, além de pôr sua trajetória no Parlamento brasileiro como deputado federal (1954-1958), onde se aproxima do líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, além de como presidente independente do Conselho da FAO (1951-1955), Josué de Castro vai refinando seu pensamento, que culmina por enfatizar a ação das massas, tornando-o pioneiro da Reforma Agrária Popular. O artigo alinha o Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984, com os ensinamentos de Castro, inclusive enfatizando a criação, em 1995, do Instituto de Educação Josué de Castro, situado no Assentamento Filhos de Sepé (RS), e dedicado ao ensino médio técnico para jovens e adultos oriundos das áreas de reforma agrária.

Renato Carvalheira do Nascimento, em seu “O papel da sociedade civil no campo da soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil: a contribuição de Josué de Castro – sua contribuição para a compreensão da importância do papel da sociedade civil na construção da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)”, lembra o reconhecimento da sociedade civil do Brasil a essa contribuição de Josué de Castro quando o elege patrono do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em 2004 – posição que manteve após a recriação do Consea em 2023. O autor aponta a importância das iniciativas no marco da ASCOFAM, fundada em 1957, em Genebra, por um grupo de intelectuais, entre os quais Josué de Castro, Abbé Pierre e o Padre Lebreton. O artigo recupera iniciativas da ASCOFAM, desde a organização de encontro em Pernambuco com a presença de representantes da FAO e da OMS, preparação de estudos que subsidiaram a formulação do Projeto de Lei nº 11, de 1959, apresentado pelo então deputado federal Josué de Castro, passando pela estratégia de formação da opinião pública por meio de programas de rádio, TV e financiamento de documentários (*O Drama das Secas*, de Rodolfo Nanni, *Tempestade sobre o Mundo*, de Pierre Pitte). Mas vai além, ao vincular Josué de Castro e o sociólogo Herbert José de Souza, o Betinho, a pedido de quem o Instituto de Estudos de Economia Aplicada (Ipea) elaborou o Mapa da Fome de 1993, demonstrando a existência de 32 milhões de brasileiros nessa condição e criando comoção que levou à criação do Consea. O autor, citando o ex-presidente do Consea, Renato Maluf, também afirma que os princípios que orientam a política

nacional de segurança alimentar e nutricional (SAN) se depreendem da obra de Castro.

Carla Barroso Carneiro, coautora desta introdução, traz para o livro o artigo “Recife, Vincennes, Amazônia, Capibaribe: itinerários de Josué de Castro”, no qual se debruça sobre texto coordenado por Castro, quando lecionava na Universidade de Vincennes, a ser apresentado na Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano em 1972. Nesse texto, nunca publicado em sua integralidade, Castro traz proposta de definição de meio ambiente que indica seu entendimento sobre a vinculação crucial entre questões ambientais e aquelas relacionadas à justiça social. Carla mostra que Castro levou a Estocolmo trabalho contrário às teses malthusianas do Clube de Roma que propunham limitações ao crescimento dos países pobres. Também transparecem no texto recuperado o anti-colonialismo de Josué, seu engajamento na luta anticolonial africana, e seu pan-americanismo. A Amazônia, para Castro, embora apresentada como região frágil à exploração humana, não deixa de poder ser compatibilizada com o estabelecimento de atividades econômicas, desde que em prol do bem-estar de sua população e do desenvolvimento dos países da região. O texto de Castro se encerra com trecho intitulado “estratégia de ação”, onde surge, de maneira pioneira, sua proposta de um direito internacional do meio ambiente. Carla argumenta que, longe de ser reduzido à condição de mero precursor, Castro deve ser entendido em sua complexidade, como representante de um movimento de mudança de paradigmas típico de fases de ciência extraordinária, ou revolucionária, para retomar o conceito de Thomas Kuhn.

Helder Remigio de Amorim, em “Josué de Castro e o combate à fome: o segundo governo Vargas, a Comissão de Bem-Estar Social e a FAO”, recorda que, a partir da publicação de *Geografia da fome*, Josué de Castro inicia trajetória que o coloca como um dos delegados do Brasil à Conferência Geral da então recém-criada Organização

das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), à época sediada na capital dos Estados Unidos, onde é eleito vice-presidente da Comissão de Atividades Técnicas. De volta ao Brasil, Castro declara ao *Diário Popular de São Paulo*: “Concordaram os delegados dos 56 países membros da Organização que a fome, o maior sabotador da paz no mundo, além de ser um fenômeno universal, é uma praga feita pelo homem”. Nacionalmente, em 1951, Josué de Castro foi nomeado pelo então recém-eleito presidente Getúlio Vargas para integrar a Comissão Nacional de Alimentação, que fora criada em 1945, e da recém-criada Comissão Nacional do Bem-Estar Social (CNBS). Posteriormente, Vargas também o designa vice-presidente da Comissão Nacional da Política Agrária. Nessas instâncias pioneiras, participa da construção de políticas públicas voltadas para os trabalhadores, além de participar de debates nos organismos internacionais sobre o tema. Helder atribui a essa intensificação de sua atividade internacional a transição no pensamento de Josué, que passa a tratar mais frequentemente de desenvolvimento e subdesenvolvimento, além de colonialismo. A vitória de Josué de Castro na eleição para a Presidência Independente do Conselho da FAO, contra candidato inglês, em segundo escrutínio, por 34 a 30 votos, se deveria, para Helder, à sua inserção, por meio de várias conferências de Nutrição, nas delegações brasileiras que participaram dos debates sobre alimentação na FAO. Embora atuando no Conselho durante quatro anos, tendo sido reeleito para segundo mandato em 1954, Josué não chegou a residir em Roma.

Outro dos coprefaciadores assina um artigo do livro. Jose Graziano da Silva traz, em seu “Boyd Orr e Josué de Castro: as propostas para uma outra FAO”, iniciativas de Josué de Castro para implementar algumas das ideias de Sir Boyd Orr, o primeiro diretor-geral da FAO. Ambos médicos, iniciaram seu percurso profissional em contato com populações vulneráveis à subnutrição em seus países de origem. Enquanto, em 1932, Josué publicou *Condições de vida das*

classes operárias do Recife, em 1936 Boyd Orr publicou *Food, Health and Income*. Ambos já diagnosticavam a fome como principal doença de seus pacientes, e ambos não concebiam como a paz duradoura poderia conviver com populações malnutridas. Josué, por sua vez, se singulariza por sua preocupação permanente com a questão do desenvolvimento. Por outro lado, se Boyd Orr, de origem escocesa, foi agraciado com o Nobel da Paz em 1959, Josué foi objeto de três indicações – em 1954 para o Nobel de Medicina, em 1963 e 1970 para o Nobel da Paz –, não tendo sido jamais agraciado com a honraria.

Após se centrar no contexto internacional no marco do qual a FAO foi criada, no âmbito de sucessivas fases desde o fim da Segunda Guerra Mundial, Graziano traz a aprovação, no clima de euforia da primeira Conferência da FAO, em 1945, em Washington, da proposta de Boyd Orr de criação de um Conselho Mundial de Alimentos voltado a manter e gerenciar estoques de alimentos a serem vendidos a preços reduzidos a países que enfrentavam dificuldades. Explica que a implementação da iniciativa foi obstaculizada por EUA e Reino Unido, na Conferência seguinte, realizada em Copenhague, em movimento que sinalizou a mudança de trajetória da FAO, que passou a se concentrar em assistência técnica. Foi um redirecionamento que se sobrepôs aos posteriores esforços de Josué como presidente do Conselho. Primeiro presidente proveniente de um país em desenvolvimento, Josué tinha vencido um candidato inglês e, imediatamente após sua eleição, proferiu discurso programático. Seu engajamento se renovou no discurso que proferiu por ocasião de sua reeleição, em 1953, quando defendeu a retomada da ideia do Conselho Mundial de Alimentos anteriormente defendida por Borr. Já em 1960, a coincidência de excedentes alimentares nos EUA e déficits alimentares no mundo levaram à criação do PMA, em 1963. Graziano recupera discursos ainda inéditos de ambos encontrados nos arquivos da FAO, para identificar as coincidências entre propostas ambiciosas, que contrastaram com as reais conquistas que a FAO

viria a alcançar naqueles anos. Ambos, conclui Graziano, levam de sua atuação convicções e, também, a frustração das possibilidades reais no âmbito da uma agência das Nações Unidas. Graziano recupera a contribuição do jurista Luigi Ferrajoli, que atribui essas limitações à ausência de normas de concretização nessas instâncias internacionais.

A fome no mundo, sempre presente e agora ressurgente, exige a recuperação da contribuição desse brasileiro multifacetado. Os dados de 2023 do SOFI, relatório anual sobre a fome no mundo produzido pela FAO e outras quatro agências da ONU, não permitem otimismo. Às causas estruturais da fome se agregam conflitos multiplicados, emergências climáticas mais frequentes, e a recente pandemia global de Covid-19. Atualmente, cerca de 9% da população mundial, ou quase 740 milhões de seres humanos, estão subalimentados, ou seja, padecem da fome. São números que expressam histórias. Histórias de indivíduos, nos campos, em cidades, em países em desenvolvimento, em países ricos. São números que autorizam o apelo à necessidade de trazer respostas urgentes à pergunta permanente de por que prevalece a fome em um mundo que produz o suficiente para alimentar a todos. A resposta já havia sido dada por Josué de Castro quase um século atrás: a fome é o resultado das relações sociais e econômicas que os homens estabeleceram, que condenam à falta de desenvolvimento muitos países, particularmente no que chamamos hoje de “Sul Global”.

FOME, EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA E A QUESTÃO AMBIENTAL NA OBRA DE JOSUÉ DE CASTRO

Marina Gusmão de Mendonça¹

Em 2023, completam-se 50 anos da morte de Josué de Castro, médico, geógrafo e nutrólogo pernambucano, que foi um dos intelectuais brasileiros de maior prestígio em todo o mundo. Apesar disso, sua obra permanece praticamente esquecida pelo público brasileiro, e a maior parte de seus livros só pode ser adquirida em sebos.

Certamente esse esquecimento não ocorre por acaso. Cassado e exilado em 1964, ele faleceu em Paris, em 1973, no auge da ditadura militar, sem nunca ter conseguido voltar ao Brasil. A imprensa

1 Bacharel em História e Direito pela Universidade de São Paulo (USP); mestre e doutora em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FLCH-USP); possui pós-doutorado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (FFC-UNESP) – campus de Marília; professora adjunta do Departamento de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (EPPEN-UNIFESP) – campus de Osasco; professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (FFC-UNESP) – campus de Marília; pesquisadora convidada da Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis da Universidade de São Paulo (Cátedra J. Castro/USP); coordenadora científica da Cátedra José Bonifácio do Centro Ibero-Americano da Universidade de São Paulo (CIB-CIBA/USP). Endereço eletrônico: <mgmendonca@unifesp.br>.

foi impedida de noticiar sua morte e seus livros não puderam ser reeditados, pois, a despeito do reconhecimento internacional, suas ideias e teses incomodavam (e ainda hoje incomodam) a classe dominante no Brasil. A propósito, lembre-se que este é um dos poucos países semi-industrializados do mundo que não enfrentaram a questão agrária, cujas origens remontam ao nosso passado colonial.

Contudo, mesmo depois de 50 anos, a obra de Josué de Castro permanece extremamente atual, especialmente se considerarmos que, segundo o mais recente relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), cerca de 828 milhões de pessoas no mundo padeciam de fome em 2021, número que aumentou em 150 milhões desde o início da pandemia de Covid-19, em 2020 (FAO, 2022, p. 5). O informe revela ainda que, em 2021, cerca de 2,3 bilhões de pessoas passavam por insegurança alimentar moderada ou grave (FAO, 2022, p. 5). E as previsões indicam que, em 2030, ano em que deveriam ser atingidos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015², pelo menos a segunda meta – fome zero e agricultura sustentável – não será alcançada, pois estima-se que cerca de 670 milhões de pessoas continuarão a sofrer com a fome em todo o planeta (FAO, 2022, p. 12).

Por outro lado, no mesmo relatório, a FAO esclarece que a pandemia de Covid-19 deixou evidentes as fragilidades dos sistemas agroalimentares em todo o mundo, bem como as desigualdades sociais, o que agravou a tendência de desnutrição infantil, especialmente manifestada pelo retardo no crescimento, pela magreza extrema, e

2 Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável são 17, a saber: 1) erradicação da pobreza; 2) fome zero e agricultura sustentável; 3) saúde e bem-estar; 4) educação de qualidade; 5) igualdade de gênero; 6) água potável e saneamento; 7) energia limpa e acessível; 8) trabalho decente e crescimento econômico; 9) indústria, inovação e infraestrutura; 10) redução das desigualdades; 11) cidades e comunidades sustentáveis; 12) consumo e produção responsáveis; 13) ação contra a mudança global do clima; 14) vida na água; 15) vida terrestre; 16) paz, justiça e instituições eficazes; e 17) parcerias e meios de implementação (ONU, 2022).

pela obesidade (FAO, 2022, p. 5). A esse respeito, assinala-se que, no caso das crianças, a fome ou uma alimentação inadequada e insuficiente terão consequências para toda a vida, conforme lembrou José Graziano da Silva, ex-diretor-geral da FAO. Segundo ele, “crianças que passam fome antes dos 5 anos, se sobreviverem, levarão a marca da desnutrição para o resto da vida, não terão desenvolvimento intelectual e motor normal” (BENEVIDES & COMPARATO, 2021).

Ainda de acordo com o informe da FAO, também as desigualdades de gênero foram evidenciadas pela pandemia de Covid-19, pois, em 2021, cerca de 31,9% das mulheres do mundo padeciam de insegurança alimentar grave ou moderada, em comparação com 27,6% dos homens (FAO, 2022, p. 12).

O mesmo relatório destaca a questão da inflação de alimentos em todo o planeta, agravada pela pandemia de Covid-19 e pelas medidas adotadas pelos governos nacionais com o objetivo de controlá-la. Segundo o informe, “em fins de 2020, os preços, em nível mundial, eram mais altos do que em qualquer dos seis anos anteriores. Isto se traduziu em um aumento do custo médio das dietas saudáveis em 2020, em todas as regiões e em quase todas as sub-regiões do mundo” (FAO, 2022, p. 20, tradução nossa).

E o problema se acentuou em 2021, pois os dados divulgados mostram que, em novembro de 2021, o preço dos alimentos era o mais alto dos últimos 10 anos, atingindo um aumento de 31,3% em relação a outubro de 2020 (CNN BRASIL, 2021).

A esse respeito, relatório divulgado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) aponta que:

Esperava-se que a pressão inflacionária provocada pela pandemia fosse transitória. Todavia, a guerra na Ucrânia³ ocasionou maiores rupturas nas cadeias

3 A invasão da Ucrânia pela Rússia, em 24 de fevereiro de 2022, provocou um choque nos preços do petróleo. Este, que valia US\$ 96,84 antes da operação militar, imediatamente se elevou, atingindo

produtivas essenciais, como energia e fertilizantes. Este fato não apenas impediu que a inflação voltasse aos níveis anteriores à pandemia, como a acelerou nos primeiros sete meses de 2022 (ONU; CEPAL; FAO; PMA, 2022, p. 2, tradução nossa).

E acrescenta: “No caso dos alimentos, o ciclo inflacionário atual é mais acentuado e persistente que os picos de preços dos períodos 2007-2008 e 2010-2011” (ONU; CEPAL; FAO: PMA, 2022, p. 2, tradução nossa).

Apesar de toda essa tragédia, recentemente a FAO informou que, anualmente, entre 1/3 e 1/4 dos alimentos para consumo humano produzidos no mundo são perdidos ou desperdiçados. Isto corresponde a cerca de 1,3 bilhão de toneladas de alimentos, incluindo-se 30% dos cereais, de 40% a 50% de raízes, frutas, hortaliças e sementes oleaginosas, 20% de carne e produtos derivados do leite e 35% de pescados, suficientes para alimentar aproximadamente 2 bilhões de pessoas (BENITEZ, 2023).

Entretanto, mesmo que o desperdício caísse a zero, haveria ainda barreiras quase intransponíveis para eliminar o flagelo da fome, pois poucas das maiores empresas do ramo de alimentos controlam, atualmente, cerca de 1/4 dos recursos produtivos mundiais, exercendo

o pico de US\$ 130, em 8 de março de 2022. Caiu um pouco, em decorrência de diversas medidas tomadas pelos países produtores e exportadores, mas a tendência parece ser a manutenção de preços muito elevados, o que tem impacto em todas as cadeias produtivas. E, no caso dos alimentos, há outras consequências da guerra. Conforme ressaltou José Eustáquio Diniz Alves, “a guerra entre Ucrânia e Rússia ameaça o abastecimento global de alimentos. A Ucrânia e a Rússia são os principais exportadores de alguns dos alimentos mais básicos do mundo, representando juntos cerca de 29% das exportações globais de trigo, 19% da oferta mundial de milho e 80% das exportações mundiais de óleo de girassol. Mas a Rússia também exporta nutrientes agrícolas, bem como gás natural, que é fundamental para a produção de fertilizantes à base de nitrogênio. Cerca de 25% do suprimento europeu dos principais nutrientes das culturas, nitrogênio, potássio e fosfato, vêm da Rússia. Portanto, com as condições geopolíticas desarticuladas, as maiores fontes de matéria-prima para a produção de alimentos estão sujeitas a limitações e não há alternativa de curto prazo. [...] Historicamente, o aumento do preço dos alimentos provoca uma elevação do percentual da população mundial sujeita à fome e à insegurança alimentar” (ALVES, 2022).

“um monopólio de fato sobre o conjunto da cadeia alimentar, da produção à distribuição varejista, passando pela transformação e a comercialização dos produtos, do que resulta a restrição das escolhas de agricultores e consumidores” (ZIEGLER, 2013, p. 151-152). Ou seja: “os gigantes do negócio agroalimentar controlam não apenas a formação dos preços e o comércio dos alimentos, mas também os setores essenciais da agroindústria, notadamente as sementes, os adubos, os pesticidas, a estocagem, os transportes etc.” (ZIEGLER, 2013, p. 151-152).

Outro aspecto a ser considerado refere-se ao fato de que, embora a oferta agroalimentar tenha aumentado significativamente a partir da segunda metade do século XX, impulsionada pela Revolução Verde, isto foi alcançado graças à monotonia das paisagens agrícolas, à redução das raças de animais para fornecimento de carnes e ao excessivo consumo de produtos alimentícios industrializados. Conforme destacou Ricardo Abramovay:

A humanidade conhece mais de sete mil produtos comestíveis, dos quais mais de 400 são passíveis de cultivo. No entanto, 90% da alimentação humana concentra-se em quinze produtos e 60% em não mais que quatro. [...] Esta concentração representa imenso risco geopolítico: dois terços da oferta agropecuária estão em apenas cinco países, um risco sistêmico que a invasão da Ucrânia trouxe à tona. E ao homogeneizar largas extensões da paisagem, ampliam-se os impactos destrutivos de eventos climáticos extremos, mostrando a baixa resiliência do atual modelo global de crescimento agropecuário (ABRAMOVAY, 2023).

Assim, é preciso que se criem mecanismos para que os sistemas alimentares nacionais resistam a perturbações e a impactos negativos, como foi o caso da pandemia de Covid-19 que, em 2020, afetou a segurança alimentar de um contingente calculado entre 720 milhões

e 811 milhões de pessoas em todo o mundo, isto é, 161 milhões a mais do que em 2019 (FAO, 2021, p. V). De acordo com a FAO:

A pandemia de Covid-19 colocou a nu as fragilidades dos sistemas agroalimentares nacionais. Evidentemente, uma razão óbvia para enfrentar estas fragilidades é o aumento não desejado de insegurança alimentar e da malnutrição. Contudo, os sistemas agroalimentares são grandes demais para acreditar que suas fragilidades, se não forem enfrentadas, impedirão somente a consecução do objetivo de atingir a meta de Fome Zero para 2030, por mais central que seja. Os sistemas agroalimentares produzem 11 bilhões de toneladas de alimentos por ano, e empregam aproximadamente 4 bilhões de pessoas, direta ou indiretamente. O setor agroalimentar, incluídas as atividades florestal e de pesca, também representa um terço das emissões antrópicas de gases de efeito estufa que impulsionam a mudança climática, e ocupa 37% da superfície terrestre do planeta. Dessa forma, os sistemas agroalimentares têm um papel crucial na consecução dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável relativos à pobreza, à eficiência energética e dos recursos, à maior limpeza das economias e dos ecossistemas aquáticos e terrestres saudáveis, entre outros. Cresceu o consenso internacional a respeito da ideia de que transformar os sistemas agroalimentares – em busca de maior eficiência, resiliência, inclusividade e sustentabilidade – é uma condição essencial para se cumprir a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (FAO, 2021, p. V-VI, tradução nossa).

Verifica-se, que a humanidade vive atualmente uma verdadeira catástrofe humanitária, com bilhões de pessoas passando fome ou

sofrendo com insegurança alimentar⁴. E o que se vê é a proliferação de ideias que preconizam soluções fáceis (e desumanas) para o problema, consubstanciadas no ideário neomalthusiano defendido por certos grupos ambientalistas⁵ (CARRASCO, 2008; HOGAN, 1993; RODRIGUES, 2011; MOSER, 2011), os quais preconizam a necessidade de redução da população mundial para que se garanta o abastecimento de alimentos.

O IDEÁRIO NEOMALTHUSIANO E O NEOMALTHUSIANISMO

O matemático inglês Thomas Robert Malthus (1766-1834), filho de um grande proprietário de terras, teve uma formação erudita. Formou-se no Jesus College da Universidade de Cambridge, em 1788, sendo admitido como pesquisador daquela instituição em 1793. Tornou-se pastor anglicano em 1897. No ano seguinte publicou, anonimamente, a obra *Ensaio sobre o princípio da população*, na qual defende a ideia de que a população, quando não controlada, tende a crescer em progressão geométrica, enquanto os meios de subsistência

4 No caso brasileiro, a situação se mostrou ainda mais trágica durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), que conduziu o país a uma tragédia humanitária, com cerca de 700 mil mortos por Covid-19, 33 milhões de pessoas passando fome, 125 milhões de indivíduos em estado de insegurança alimentar e a quase dizimação do povo ianomâmi, cumprindo uma promessa que fizera em um jantar com lideranças conservadoras nos Estados Unidos (EUA), logo que tomou posse. Segundo suas declarações: "O Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que desconstruir muita coisa. [...] Para depois nós começarmos a fazer. Que eu sirva para que, pelo menos, eu possa ser um ponto de inflexão, já estou muito feliz" (VALOR ECONÔMICO, 2019).

5 Conforme destacou Michael Hudson, o Fórum Econômico Mundial mostra preocupação com o crescimento da população do planeta. Segundo ele, o empresário Bill Gates, dono da Microsoft, declarou recentemente que "o crescimento da população da África é um desafio". Informa ainda que, no relatório de 2018, apresentado pela Fundação Goalkeepers, mantida por Gates, consta a advertência: "Segundo estatísticas da ONU, é esperado que a África compreenda mais da metade do crescimento populacional do mundo entre 2015 e 2050. A sua população é projetada para duplicar até 2050", com "mais de 40% das pessoas extremamente pobres do mundo [...] em apenas dois países: a República Democrática do Congo e a Nigéria". Segundo Hudson, Gates defende um corte de 30% do aumento projetado dessa população, mediante o aumento do acesso ao controle da natalidade e a expansão da educação, com o objetivo de que mais mulheres e meninas permaneçam um tempo mais longo na escola e retardem a maternidade" (HUDSON, 2022).

aumentam em progressão aritmética (MALTHUS, 1996, p. 246). Somente em 1803 Malthus reconheceu a autoria da obra que, a partir de então, se tornou a base de muitos estudos econômicos posteriores⁶, entre os quais se destacam o de David Ricardo, publicado em 1817, e os de John Maynard Keynes, divulgados em 1936 e 1937 (RICARDO, 1982; KEYNES, 1983; KEYNES, 1984).

Saliente-se que Malthus escreveu sua obra entre o final do século XVIII e o início do século XIX, em meio às profundas transformações provocadas pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa. Segundo E. K. Hunt, sua principal preocupação

[...] era com a inquietação dos trabalhadores e com os esquemas que estavam sendo defendidos por intelectuais radicais, com relação à reestruturação da sociedade, a fim de promover o bem-estar e a felicidade dos trabalhadores. Estes esquemas – conforme Malthus percebeu corretamente – só poderiam tentar promover a causa dos trabalhadores em detrimento da riqueza e do poder das duas classes de proprietários – os capitalistas e os proprietários de terras. Malthus era porta-voz declarado dos ricos, e sua teoria da população serviu de estrutura para defendê-los (HUNT, 1981, p. 91).

A tese de Malthus imediatamente recebeu acolhida entusiasmada de defensores do capitalismo industrial, apesar de o autor

6 Luiz Eduardo Simões de Souza questiona o pioneirismo de Malthus na abordagem dessa questão, indicando que, na verdade, o primeiro autor a tratar da relação entre crescimento econômico e aumento populacional foi Giovanni Botero (1544-1617), em 1589. Efetivamente, para Botero, "existiriam duas virtudes que agiriam sobre a população, a *virtus* generativa (equivalente à natalidade) e a *virtus* nutritiva (correspondente à capacidade de produção de alimentos). A população tenderia a aumentar até o limite permitido pela fecundidade (*virtus* generativa). Os meios de subsistência, por outro lado, estariam sujeitos à barreira constituída pela *virtus* nutritiva. Malthus, sem dúvida, teve acesso à tese de Botero, pois o italiano foi citado por William Petty, em 1683, por Johann Süssmilch, em 1741, e por Robert Wallace, em 1753" (SOUZA, 2006, p. 64).

não ter realizado qualquer cálculo aproximado a partir de dados demográficos. Mas, para Luiz Eduardo Simões de Souza, a tese

[...] era boa demais para ser descartada pelos defensores do capitalismo industrial. Colocados contra a parede pelos críticos das consequências da Revolução Industrial – que viam a pobreza crescer à margem do progresso material de sua época – tais apologistas se agarraram à tábua de salvação malthusiana, atribuindo a causa da pobreza ao excesso de pobres, e, em última análise, ao destempero demográfico das classes menos favorecidas. O argumento de Malthus de que qualquer população produziria riquezas em razão inferior ao seu crescimento numérico desviava os olhos dos analistas do problema da distribuição das mesmas (SOUZA, 2006, p. 68).

Em sua obra, Malthus afirmava que, até aquele momento, o desastre havia sido evitado por condições repressivas e preventivas, que lograram refrear o crescimento indefinido da população humana. Para ele, os elementos repressivos, tais como as epidemias, as doenças causadas pela fome, as guerras e a insuficiência de certos fatores de produção, especialmente a terra, tendem a aumentar a mortalidade, reduzindo, portanto, o contingente populacional. Já os preventivos são de ordem moral, decorrentes da utilização voluntária de meios de controle da natalidade, e devem ser incentivados. Assim, um homem só deve constituir família quando dispõe de meios suficientes para seu sustento. Caso contrário, tem de optar pelo celibato e pela castidade (MALTHUS, 1996, p. 261-265).

Dessa forma, Malthus refutava qualquer intervenção do Estado no sentido de amenizar a miséria de grandes contingentes populacionais mediante auxílio material a indivíduos incapazes de prover o próprio sustento e o de sua família. Admitia apenas que

o Estado criasse instrumentos para ampliar a oferta dos meios de subsistência (MALTHUS, 1996, p. 267-275).

A partir dessas ideias, o princípio da população de Malthus se tornou um dos pilares do pensamento econômico clássico desenvolvido por David Ricardo, John Stuart Mill e Jean-Baptiste Say (RICARDO, 1982; STUART MILL, 1986; SAY, 1983).

Contudo, como salientou Paul Hugon, tão logo foi divulgada a obra de Malthus, surgiram, em diversos países, ainda no século XIX, os pensadores neomalthusianos, que

[...] dela se apossaram, transformaram-na, deformaram-na. Serviram-se da ideia de coibição voluntária, não mais com objetivos econômicos, mas político-sociais e, para pôr em prática essa ideia, não se limitaram a preconizar [...] a adoção da coibição moral como meio único. [...] No terreno econômico, e principalmente no quadro da escola clássica, imensa e duradoura vai ser a influência por ele exercida, a cujas teorias imprimirá, daí por diante, o seu cunho [...] (HUGON, 1969, p. 115).

Na verdade, para controlar a explosão demográfica, Malthus se limitava a preconizar restrições morais ou abstinência sexual. Porém, com o desenvolvimento de métodos contraceptivos, os neomalthusianos passaram a adotar a ideia de planejamento familiar, e diversas Ligas Malthusianas foram criadas entre meados do século XIX e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Finalmente, em 1927, foi realizado em Genebra o I Congresso Mundial da População, no qual se estabeleceram as bases das primeiras políticas de controle da natalidade e de planejamento familiar que, posteriormente, seriam adotadas pela ONU e pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD) (SOUZA, 2006, p. 75-76).

Assim, para os neomalthusianos, é necessário um controle rígido da natalidade, uma vez que: a) o número de consumidores

tende a aumentar em proporção superior ao produto nacional, o que leva ao empobrecimento geral da população; b) a relação entre o contingente economicamente ativo e a população global tende a ser desfavorável; c) o aumento da população leva à necessidade de ampliação do fator trabalho em detrimento da formação de capital; d) o crescimento contínuo da população provoca destruição do meio ambiente e o esgotamento de recursos não renováveis (SANDRONI, s.d., p. 214-215). Como se vê, das preocupações dos neomalthusianos não consta qualquer perspectiva de alteração da realidade, isto é, de modificação das estruturas econômicas e sociais ou das relações entre países ricos e pobres.

A aceleração do crescimento populacional depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) daria um novo impulso ao neomalthusianismo. E imediatamente surgiram estudiosos que procuravam explicar o subdesenvolvimento e a pobreza em virtude do excessivo crescimento demográfico, o que provocaria pressões sobre os gastos governamentais em educação e saúde, levando à estagnação econômica, ao esgotamento dos recursos naturais, ao desemprego e à pobreza. E como a realidade havia mostrado que a ideia de Malthus sobre o crescimento populacional em escala geométrica era equivocada, os neomalthusianos passaram a reinterpretar a teoria, adotando a expressão “crescimento exponencial”. Assim, eventuais ajudas dos países desenvolvidos às nações pobres deveriam ser condicionadas ao controle efetivo da natalidade (SOUZA, 2006, p. 78).

A divulgação dessas ideias tomou grande impulso por meio da publicação, em 1948, do livro *O caminho da sobrevivência* (VOGT, 1951), do ecologista e ornitólogo norte-americano William Vogt (1902-1968), e que se tornou a bíblia dos neomalthusianos e de alguns grupos de defesa ambiental, a ponto de se tornar um *best-seller*, escolhido como “Livro do Mês” pelo Clube do Livro, e selecionado pelo *Reader's Digest* (CASTRO, 1968a, p. 129).

Para Vogt, o único fator de produção que gera riqueza é a terra, e ela estava se tornando perigosamente escassa para alimentar uma população cada vez maior. Segundo ele, a natureza dotou os EUA de grandes recursos naturais, que deveriam ser preservados para manter o estilo e o padrão de vida norte-americanos. Todavia, estes não poderiam ser estendidos ao restante da humanidade (VOGT, 1951, p. 62).

Dessa forma, e supostamente preocupado com a preservação do meio ambiente para garantir a sobrevivência de gerações futuras, Vogt defendia a manutenção de grandes áreas intocadas. Além disso, manifestava-se radicalmente contra a adoção de medidas sanitárias preventivas que eliminassem os riscos de doenças em certas zonas do mundo ou de técnicas que tornassem grandes extensões de terras em áreas agricultáveis. De fato, para ele:

Os insetos portadores de enfermidades humanas transformam grandes áreas do globo em terras que ficam à margem da atividade do homem. Tal infortúnio não é, todavia, tão importante como tem sido sugerido pelos que propõem o controle da malária. Em muitas áreas, a malária é, realmente, uma benção disfarçada, já que uma grande proporção das zonas contaminadas não pode ser aproveitada, tendo a doença, desse modo, impedido que o homem destruísse tais terras (VOGT, 1951, p. 47).

Como se vê, Vogt combatia a adoção de medidas sanitárias que pudessem salvar vidas e amenizar os sofrimentos de grandes contingentes humanos. O que ele não dizia explicitamente é que este combate era dirigido principalmente contra populações de regiões muito pobres, ou seja, de países do chamado Terceiro Mundo. Mas ele iria mais longe, chegando a negar que fossem utilizados os conhecimentos médicos para salvar essas populações, que deviam ser deixadas para morrer à míngua:

Em muitos lugares do mundo, os médicos aplicam a sua inteligência a um aspecto do bem-estar do homem – a sobrevivência – e negam o seu direito moral de aplicá-la ao problema considerado em seu todo. Mediante assistência médica e melhoria das condições sanitárias, são responsáveis pelo fato de milhões de pessoas viverem mais tempo em crescente miséria (VOGT, 1951, p. 67).

Em outro trecho, defendia simplesmente a eliminação dos pobres (VOGT, 1951, p. 78). Assinale-se, porém, que a única preocupação de Vogt era com a manutenção do estilo de vida norte-americano. Assim, os EUA deveriam se recusar a fazer comércio com qualquer região do mundo que não se mostrasse capaz de se manter segundo seus próprios recursos. E mais: as áreas que possuíam esses recursos deveriam ser preservadas exclusivamente em benefício da população estadunidense:

É difícil de se ver a razão pela qual os Estados Unidos devessem [...] subsidiar a descontrolada proliferação da Índia, da China e de outros países, adquirindo os seus produtos. Enquanto não adotarem uma política racional quanto à sua população, essas nações [...] não têm o direito de esperar auxílio do resto do mundo. O mesmo poderia ser dito das nações altamente industrializadas da Europa. As suas indústrias, que lhes tornaram possível [...] valer-se de terras de outros países, não passaram de um expediente de ocasião, de um meio de adiar o dia da prestação de contas (VOGT, 1951, p. 98).

Ou seja: a obra de Vogt não constitui apenas uma apologia do modo de vida norte-americano, mas é também uma defesa incontestada do racismo, do imperialismo e do expansionismo dos EUA. Para

tanto, ele não hesitava em combater o próprio imperialismo europeu e se mostrava totalmente contrário à adoção do Plano Marshall⁷.

A LUTA DE JOSUÉ DE CASTRO CONTRA O NEOMALTHUSIANISMO

Tão logo foi publicada, a obra de Vogt obteve enorme aceitação, e constituiu um dos fundamentos para a retomada e a difusão do neomalthusianismo nas décadas de 1950-1960. E Josué de Castro, então já conhecido no mundo todo, imediatamente se insurgiu contra as propostas contidas no livro, denunciando-as como fórmulas racistas para eliminar um problema que, segundo ele, era de caráter histórico, social e econômico.

Com efeito, em sua obra *Geopolítica da fome* (CASTRO, 1957), publicada primeiramente em 1949, e com uma edição definitiva em 1951, Josué de Castro atacava frontalmente o livro de Vogt, por ele denominado “O Caminho da Perdição” (CASTRO, 1968, a, p. 127). Iniciando com uma contundente crítica à obra de Malthus, citava nominalmente William Vogt, a quem chamava, ironicamente, “porta-bandeira do neomalthusianismo” (CASTRO, 1957, p. 67).

Valendo-se de seus vastos conhecimentos de História, Geografia, Economia e Demografia, além de obras de reconhecidos cientistas, Josué de Castro advertia que “a própria História desmentiu inteiramente a previsão de Malthus”, pois ainda no final no século XIX, o crescimento populacional havia se reduzido pela diminuição da natalidade em diversos países, “surgindo, ao lado do perigo da superpopulação, o perigo da subpopulação (CASTRO, 1957, p. 65).

Segundo o autor, a argumentação de Vogt, além de parcial, era falsa, pois deturpava e invertia dados científicos ao afirmar, por

7 Como se sabe, o Plano Marshall foi concebido pelos EUA em 1947, com o objetivo de fornecer recursos para a reconstrução europeia, depois da destruição promovida pela Segunda Guerra Mundial.

exemplo, que a fome na América Latina decorria do superpovoamento. Citando o sociólogo e demógrafo estadunidense Kingsley Davis (1908-1997), lembrava que a região é, na verdade, privilegiada, com grandes extensões de terras pouco povoadas (CASTRO, 1968a, p. 128-129).

Josué de Castro atribuía a retomada das ideias de Malthus ao fato de existirem, no pós-guerra, condições de receptividade coletiva muito semelhantes às do início do século XIX. Segundo ele, “viveu o economista inglês numa fase revolucionária [...] e, portanto, numa fase de inquietação e de incerteza do futuro, fenômeno que se repete ainda em maior escala na revolução social dos nossos dias” (CASTRO, 1957, p. 66). Evidentemente, o autor se referia às revoluções no Leste Europeu, à Revolução Chinesa e às lutas de independência nas colônias asiáticas e africanas. E atribuía claramente as causas desses movimentos revolucionários à fome e à miséria dos países subdesenvolvidos, os quais sempre haviam sido explorados pelo colonialismo e pelo imperialismo. Conforme se manifestou em 1955:

Não se pode deixar de compreender a justa revolta dos povos mais pobres [...]. Primeiro, porque não pode interessar a estes povos miseráveis, a manutenção de um *statu quo* no qual sua participação no banquete da terra foi sempre reduzida a algumas migalhas jogadas, de quando em vez, da farta mesa dos ricos. Segundo, por não lhes parecer razoável procurar restabelecer o equilíbrio exatamente à custa [...] daqueles que até hoje mais sofreram as consequências desse desequilíbrio. Terceiro, porque sendo o desequilíbrio uma consequência social dos defeitos e erros das conjunturas econômicas vigentes, impostas pelas grandes potências que até hoje exploraram economicamente o mundo, cabe a estes mentores da economia mundial encontrar uma salvação

para a crise e não transferir o encargo para os povos até hoje dominados pela força econômica dessas grandes potências (CASTRO, 1968, a, p. 157-158).

Assim, combatia violentamente a posição de Vogt e de seus seguidores:

Os neomalthusianos [...] não fazem mais do que atribuir a culpa da fome aos próprios famintos. Aumentando a pressão demográfica do mundo, mercê do seu delírio reprodutivo, esses povos famintos não passam, a seu ver, de povos criminosos [...] culpados desse feio e tremendo crime de passar fome. A teoria neomalthusiana é, em última análise, uma teoria do faminto-nato. O faminto passa fome porque é faminto nato, como o criminoso da antiga teoria lombrosiana⁸ mata e rouba por ser criminoso nato. Como os criminosos natos, merecem os famintos um castigo exemplar e, por isto, os neomalthusianos os condenam ao extermínio, individualmente, levando-os a morrer de inanição, e coletivamente, controlando-lhes os nascimentos, até que desapareça do mundo a raça dos famintos natos, desses criminosos natos, culpados do crime masoquista de criar a fome e sofrer suas consequências [...] (CASTRO, 1957, p. 66-67).

Quanto ao sucesso da obra de Vogt nos EUA, atribuiu-o ao fato de o povo norte-americano não conhecer de fato a realidade da fome, tendo em vista a abundância em que vive (CASTRO, 1968, a, p. 129-130)⁹. Porém, mais do que desmontar os argumentos de

8 O autor se refere à teoria desenvolvida por Cesare Lombroso (1835-1909), médico italiano que defendeu a hipótese de que os criminosos poderiam ser identificados por suas características físicas, e que teve grande influência nas concepções do Direito Penal, inclusive no Brasil (LOMBROSO, 1983).

9 O argumento de Josué de Castro sobre a fartura em que vive o povo estadunidense parece não mais corresponder à realidade. De fato, notícias recentes publicadas na imprensa mostram que, em meados de 2022, um em cada cinco norte-americanos relatavam ter passado por insegurança

Vogt e de seus seguidores, Josué de Castro apresentava soluções para o problema. Para ele, era necessário aumentar a produtividade por meio do uso de novas técnicas agrícolas, combater a estrutura fundiária que, na maioria dos países, criava empecilhos à ampliação da produção de alimentos, e alterar o sistema econômico e as regras do comércio mundial, que impediam o acesso de milhões de pessoas à comida (CASTRO, 1957; CASTRO, 2001; CASTRO, 1968b; ASCOFAM, 1958). E advertia:

[...] não se pense que julgamos possível resolver o problema da fome universal apenas com a criação de um organismo especializado que viria, num passe de mágica, apagar da fisionomia da nossa civilização este traço negro. [...] Sabemos que estão bem fincadas, nas estruturas econômicas do mundo, as raízes desse problema, que só poderá ser extirpado revolvendo-se profundamente, resíduos dos tempos do feudalismo e da escravidão (apud ANDRADE, 2003, p. 115).

Tendo em vista essas questões, Josué de Castro preconizava a necessidade de se promover o desenvolvimento econômico para combater a fome, enfatizando que isso dependia de mudanças profundas no sistema econômico mundial. Para ele:

Embora o desenvolvimento econômico de cada país deva constituir uma responsabilidade nacional é evidente que sem uma ampla cooperação internacional é muito difícil que este desenvolvimento se processe em ritmo desejável nos países pouco desenvolvidos, de forma a reservar o equilíbrio político e social do mundo. [...]

alimentar nos 30 dias anteriores. E mesmo entre as pessoas empregadas, este índice alcançava 17,3% dos adultos. Para se ter ideia do problema enfrentado pela população daquele país, somente em 2022 o preço dos alimentos subiu 10,4% em relação a 2021, o maior aumento em um ano, desde 1981 (FOLHA DE S. PAULO, 2022).

O desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas não se pode fazer sem a base de um fluxo intenso de capitais tanto públicos como privados, oriundos das zonas mais ricas do mundo (CASTRO, 1968b, p. 58-59).

É interessante notar a atualidade destas palavras, pois a mesma ideia está explícita no informe da FAO de 2008, segundo o qual:

Nenhum país ou instituição será capaz de resolver por sua própria conta a crise atual. Os governos, tanto dos países desenvolvidos como daqueles em desenvolvimento, os organismos das Nações Unidas, as instituições internacionais, a sociedade civil e o setor privado têm que desempenhar funções importantes na luta mundial contra a fome (FAO, 2008, p. 5. Tradução nossa).

E no relatório de 2022, a FAO reforça esta posição:

A adaptação do apoio público atual à alimentação e à agricultura não será em si suficiente. [...] serão necessárias políticas de proteção social e voltadas para o sistema de atenção à saúde [...]. Será preciso também adotar políticas relacionadas com o meio ambiente, a saúde, o transporte e a energia, a fim de potencializar os resultados positivos da adaptação do apoio em âmbito de eficiência, igualdade, nutrição, saúde, mudança climática e meio ambiente. O êxito dos esforços de adaptação também será influenciado pelo contexto político e social, pela governança, pelos (des)equilíbrios de poder, assim como pelas diferenças de interesses, ideias e influências das partes interessadas. Tendo em vista a diversidade de contextos nos diferentes países, os esforços de adaptação exigirão instituições sólidas nos planos local, nacional e mundial, assim como a participação e o incentivo das partes interessadas dos setores público, privado e das

organizações internacionais (FAO, 2022, p. 7, tradução nossa).

No que tange à urgência da adoção de políticas que facilitem a distribuição de alimentos e a redução dos preços, Josué de Castro lembrava que avanços tecnológicos na produção agropecuária não seriam suficientes para combater a fome, pois haveria o risco de formação de excedentes agrícolas ao lado do subconsumo, fenômeno que só pode ser evitado por meio de um planejamento mundial (CASTRO, 1957, p. 495).

Da mesma forma, o relatório da FAO de 2008 adverte para a necessidade de desenvolvimento de infraestrutura em regiões pobres, de modo a permitir o acesso dos pequenos agricultores às redes de transporte e distribuição:

O investimento em infraestrutura de transporte é fundamental para um desenvolvimento agrícola sustentável. A produção agrícola em pequena escala descentralizada no mundo em desenvolvimento necessita de redes de transporte amplas para melhorar o acesso ao mercado, reduzir os preços dos fertilizantes e incrementar os preços das colheitas para os agricultores. [...] Os serviços de transporte ajudam a melhorar o comércio, o bem-estar e o crescimento agrícolas, e a reduzir a diferença entre os preços dos produtores e consumidores (FAO, 2008, p. 38, tradução nossa).

E no informe de 2021, a FAO reafirma a importância do desenvolvimento dos transportes para que os sistemas alimentares sejam resilientes:

Uma rede de transportes eficiente e flexível [...] garante o acesso aos alimentos no plano subnacional. [...] Os países de renda baixa enfrentam os maiores desafios na hora de

aplicar medidas de resiliência em todo o sistema em suas redes de transporte de alimentos. Têm uma capacidade limitada para se adaptar aos sistemas locais e carecem de rotas alternativas confiáveis em caso de alterações. Tendo em vista que a resiliência baseada na proximidade depende de como se distribui a produção em relação à demanda, alguns países grandes e de renda alta também são vulneráveis (FAO, 2021, p. XXI, tradução nossa).

Como se vê, algumas das principais propostas de Josué de Castro para o combate à fome permanecem extremamente atuais, tanto que recentes relatórios da FAO corroboram inteiramente as posições que defendeu ao longo de sua obra.

AS CRÍTICAS AO MOVIMENTO AMBIENTALISTA

As advertências de grupos ambientalistas sobre os perigos de que a erosão dos solos pudesse, em pouco tempo, transformar a Terra num planeta morto também foram veementemente combatidas por Josué de Castro, cujas posições a respeito também permanecem atuais. Embora não negasse o problema, ele o considerava realmente grave “num tempo extremamente longo e se não forem tomadas medidas protetoras [...]” (CASTRO, 1957, p. 71).

A esse propósito, um primeiro aspecto assinalado por Josué de Castro refere-se às diferenças existentes entre a erosão provocada pelo homem e aquela decorrente de causas naturais, esta “um fenômeno geológico inerente à evolução dos solos e ao seu equilíbrio vital” (CASTRO, 1957, p. 71). Já a erosão resultante da ação humana seria realmente perniciosa, pois “os solos perdem muito mais de sua riqueza do que pode ser refeita no mesmo período de tempo, com risco de esgotamento total” (CASTRO, 1957, p. 71).

Com esses argumentos, minimizava tanto o perigo da superpopulação como da erosão, que “só poderão ser considerados

como sérios fatores de fome, quando muito, em épocas futuras, nunca, porém, em nossos dias” (CASTRO, 1957, p. 72). Para Josué de Castro, o verdadeiro risco estava naquilo que denominou “erosão da riqueza humana”, isto é, a “inferiorização do homem provocada pela fome e pela subnutrição” (CASTRO, 1957, p. 73). Assim, a humanidade estaria diante de um paradoxo, pois “ante o perigo remoto de um mundo transformado em deserto pelo esgotamento de seus recursos naturais assistirá ao [...] advento de um mundo deserto e despovoado” (CASTRO, 1957, p. 74). Para ele, o problema residia, de fato, no insustentável padrão de consumo das sociedades desenvolvidas e na manutenção dos privilégios de classe.

Essas posições seriam reforçadas ao longo dos anos. No que tange aos alertas para o perigo do grande aumento populacional após a Segunda Guerra Mundial, e que era mais notável nas áreas subdesenvolvidas, Josué de Castro atribuía-o não à redução da fome, mas ao uso generalizado de antibióticos e inseticidas, que permitiram a redução da mortalidade.

Saliente-se que a tendência ao grande crescimento demográfico depois da Segunda Guerra Mundial foi revertida nas últimas décadas do século XX também por meio da redução da natalidade. Exemplo disso é o Brasil: conforme os dados do Censo de 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁰, a taxa de fecundidade tem evoluído da seguinte forma: em 1960, o índice era de 6,28 filhos por mulher; esse índice caiu para 5,76 em 1970, 4,35 em 1980, 2,89 em 1991, 2,38 em 2000, e 1,9 em 2010 (IBGE, censo 2010). E a projeção para 2050 é que o índice caia para 1,61, ou seja, inferior à taxa de reposição populacional (IBGE, séries, 2010).

10 Os dados completos relativos ao Censo realizado em 2022 ainda não foram apresentados. Mas no final de 2022, o IBGE divulgou uma prévia dos resultados, indicando que a população brasileira é de cerca de 207.750.000 pessoas, inferior aos 215 milhões previstos com base no Censo de 2010 (VALOR INVESTE, 2022).

Josué de Castro apontava também a falácia do argumento neomalthusiano, que considerava serem as regiões mais pobres aquelas com maior concentração demográfica. Para ele, a permanência da fome não podia ser creditada à superpopulação, uma vez que ela “já existia em massa antes do fenômeno da explosão demográfica do pós-guerra. Apenas esta fome [...] era escamoteada, era abafada, era escondida. [...] Não só a fome existia antes, mas também existe hoje em regiões que estão longe de ser superpovoadas” (CASTRO, 2003, p. 47).

Assim, mostrava-se totalmente contrário às propostas de limitação do desenvolvimento dos países pobres, conforme defendido por grupos ambientalistas, atacando frontalmente o relatório elaborado pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) a pedido do Clube de Roma¹¹, que preconizava a necessidade de limitar o crescimento da população e da economia mundiais, tendo em vista que a Terra não comportaria maior pressão demográfica e por consumo. Valendo-se de seus conhecimentos de Geografia, Josué de Castro considerava estar o relatório fundamentado numa metodologia pouco científica, pois partia da premissa de que o modelo de desenvolvimento existente era o único possível (CASTRO, 2003).

A esse respeito, Luiz Eduardo Simões de Souza usa de fina ironia para indicar as razões pelas quais governos de países desenvolvidos, especialmente da Europa, que estabilizaram suas populações a partir de meados do século XX, mas que têm alta densidade demográfica,

11 O Clube de Roma foi fundado em 1968, pelo industrial italiano Aurélio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King. Reúne pessoas famosas que se encontram periodicamente para debater economia, política e, principalmente, questões ambientais e aquilo que ficou conhecido como “desenvolvimento sustentável”. Em 1972, publicou *Os limites do crescimento*, relatório elaborado por uma equipe do MIT, chefiada por Dana Meadows, que se tornou o livro sobre meio ambiente mais vendido da história. Com base em modelos matemáticos, o relatório previa que, mesmo considerando-se o desenvolvimento tecnológico, o planeta não suportaria um grande crescimento populacional em função da pressão que seria exercida sobre os recursos naturais e energéticos, além de grande aumento da poluição. Dentre os membros honorários do Clube, destaca-se o ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso (CARRASCO, 2008).

procuram convencer as nações subdesenvolvidas a controlarem a natalidade. Para ele, o objetivo é que os países com grandes recursos naturais os economizem “para, na melhor das hipóteses, dividi-los com o mundo desenvolvido que os exauriu no extenuante trabalho de sua afirmação como lado dominante da política e economia mundiais” (SOUZA, 2006, p. 88).

Relativamente às posições de certos grupos ambientalistas, que responsabilizavam governos e populações dos países pobres pela degradação do meio ambiente nessas regiões, Josué de Castro fez duríssima crítica a eles em 1972, ao participar do Colóquio sobre o Meio Ambiente, realizado em Estocolmo. Para ele, os verdadeiros responsáveis pela poluição eram as nações desenvolvidas:

Considerado globalmente, o meio tanto compreende fatores de ordem física ou material quanto fatores de ordem econômica e cultural. Uma análise correta do meio deve abarcar o impacto total do homem e de sua cultura sobre os elementos restantes do contorno, e o impacto dos fatores ambientais sobre a vida do grupo humano considerado como uma totalidade. Desse ponto de vista o meio abrange aspectos biológicos, fisiológicos, econômicos e culturais, todos combinados na mesma trama de uma dinâmica ecológica em transformação permanente. [...] Atualmente, está na moda falar dos defeitos nocivos que o crescimento econômico produz sobre o meio [...]; entretanto, costuma-se referir apenas e precisamente aos efeitos que não são os mais ameaçadores para o futuro da humanidade. Ouvem-se gritos de alarme condenando o crescimento da população, a poluição do ar, dos rios e dos mares e a degradação do patrimônio animal e vegetal das regiões mais desenvolvidas do mundo; mas tudo isso revela uma visão limitada do problema, já que

o clamor se refere aos efeitos da expansão econômica, enquanto deixa na sombra e reduz ao silêncio a insidiosa ação indireta do desenvolvimento sobre a totalidade dos grupos humanos. [...] O primeiro erro grave [...] é a afirmativa generalizada de que nas regiões mais ricas é que apareceram, por causa do crescimento econômico, os primeiros efeitos da poluição e da degradação do meio ambiente. A realidade é diferente: os primeiros e mais graves efeitos do desenvolvimento manifestaram-se precisamente naquelas regiões que estão hoje economicamente subdesenvolvidas e que ontem eram [...] colônias [...] (CASTRO, 2003, p. 135-137).

Era uma crítica contundente ao imperialismo, ao colonialismo e ao neocolonialismo. De fato, para ele, o grande risco ao meio ambiente estava efetivamente na exploração abusiva dos recursos naturais do Terceiro Mundo, decorrente da estrutura de produção e consumo do sistema capitalista (CASTRO, 2003).

Os ataques de Josué de Castro ao imperialismo, ao colonialismo e ao neocolonialismo têm sido reforçados por meio de diversas denúncias contra o modelo de desenvolvimento implantado nos países do Terceiro Mundo desde a década de 1980, com a imposição de reformas de caráter neoliberal. É o que se vê de análise recente de Henri Acselrad. Segundo ele:

A estratégia de inserção internacional subordinada de economias nacionais da periferia do capitalismo global tem se baseado na especialização produtiva em bens intensivos em recursos naturais, na apropriação de rendas extraordinárias por grandes corporações extrativas e financeiras, mas também na submissão ecológica de sociedades periféricas ao capitalismo global. Um tal modelo de desenvolvimento capitalista

vem se diferenciando do tradicional modelo de economia primário-exportadora por implicar uma subordinação não somente político-econômica, mas também financeira e ecológica aos centros decisórios do capitalismo global. [...] Foi em paralelo às reformas neoliberais que a exportação dos processos ambientalmente predatórios dos países do Norte para o Sul passou a fazer parte das estratégias de acumulação das corporações mundializadas em resposta às pressões por transição ecológica nas economias centrais. As periferias passaram, a partir de então, a ser não só provedoras de matérias-primas e bases para a acumulação primitiva continuada, tal como no papel por elas desempenhado no período colonial e protoindustrial, mas tornaram-se também fornecedoras de espaços para a realocação de atividades ambientalmente predatórias e de áreas destinadas à absorção compensatória de carbono. O que passou a vigorar, a partir de então, foi uma divisão internacional ecológica do trabalho na qual não importa, para os centros de cálculo do capital, apenas a transformação de matéria e energia em mercadoria exportável [...], mas também a transformação, nestes mesmos países, dos espaços não mercantis das águas, da atmosfera e dos sistemas vivos em local de destino dos resíduos invendáveis da extração intensiva de matéria e energia” (ACSELRAD, 2023).

Outro aspecto salientado por Josué de Castro era o fato de ser a fome um assunto quase maldito, porquanto as classes dominantes, em todas as nações, sempre preferiram fingir que ela não existe. Considerava-a uma verdadeira “praga fabricada pelo homem”, que leva à erosão do potencial humano e, conseqüentemente, fecha suas vítimas num círculo vicioso (CASTRO, 1936).

Como solução para o drama, defendia o desenvolvimento econômico, baseado numa real distribuição da riqueza e do lucro entre o conjunto da população. Não considerava o subdesenvolvimento como mera ausência de desenvolvimento, mas, sim, como resultado de um processo que não prioriza o homem e as regiões mais pobres, apenas se preocupa em aumentar os lucros dos muito ricos. Defendia uma reforma profunda da economia e do comércio mundiais, que deveriam se voltar para os interesses gerais. Para ele, a fome não era senão “a mais negra e a mais trágica expressão do subdesenvolvimento econômico” (CASTRO, 2001, p. 291). Assim, a adoção de políticas voltadas para promover o desenvolvimento constituíam uma “necessidade histórica” (CASTRO, 2001, p. 280) e um instrumento de defesa da nação, pois esta é

[...] a única solução real ao problema do subdesenvolvimento, com suas características fundamentais do subemprego, da subprodutividade e do pauperismo generalizado. [...] Pensar diferentemente é [...] fazer o jogo dos trustes internacionais, interessados em abafar o surto do progresso das regiões de economia primária, fornecedoras de matérias-primas para os grandes empórios industriais que dominam a economia mundial (CASTRO, 2001, p. 280).

E advertia: “não basta produzir alimentos lançando mão de todas as técnicas disponíveis; é preciso que esses alimentos possam ser adquiridos e consumidos pelos grupos humanos que deles necessitam” (CASTRO, 1957, p. 495). Por isso, em 1953 divulgou aquele que ficou conhecido como *Programa de 10 Pontos para Vencer a Fome*, de extrema atualidade:

- 1) combate ao latifúndio; 2) combate à monocultura em largas extensões sem as correspondentes zonas de abastecimento dos grupos humanos nela empregados;
- 3) aproveitamento racional de todas as terras cultiváveis

circunvizinhas dos grandes centros urbanos para agricultura de sustentação, principalmente de substâncias perecíveis [...]; 4) intensificação do cultivo de alimentos sob a forma de policultura nas pequenas propriedades; 5) mecanização intensiva da lavoura, da qual dependem os destinos produtivos de toda nossa economia agrícola; 6) financiamento bancário adequado e suficiente da agricultura, assim como garantia da produção pela fixação de bom preço mínimo; 7) progressiva diminuição até a absoluta isenção de impostos da terra destinada inteiramente ao cultivo dos produtos de sustentação; 8) amparo e fomento ao cooperativismo, que poderá servir de alavanca impulsionadora à nossa incipiente agricultura de produtos alimentares; 9) intensificação de estudos técnicos [...] no sentido de que se obtenha um conhecimento mais amplo do valor real dos recursos alimentares; 10) planejamento de uma campanha de âmbito nacional para formação de bons hábitos alimentares, o que envolve não só o conhecimento dos princípios históricos de higiene como o amor à terra, os rudimentos de economia agrícola e doméstica, os fundamentos da luta técnica contra a erosão (apud SANTIAGO, 2008, p. 119-121).

Essas propostas, apresentadas há 70 anos, permanecem totalmente desconsideradas, pois, como bem lembrou Thiago Lima:

talvez [...] as pessoas pensem na Fome como uma coisa que não existe concretamente. [...] Isso não é à toa. Foram séculos de trabalho intenso e incansável para isolar as pessoas famintas e para anestesiar permanentemente a sociedade da dor que pode ser de ter empatia com quem tem fome. Foram necessárias revoluções industriais e a disseminação global de um sistema social – o capitalismo.

Foi necessária a instauração de um sistema político internacional sob a mão pesada do colonialismo. Foi necessária a instalação estrutural do racismo como princípio hierarquizante da distribuição de recursos, sobretudo dos alimentos. Foram necessárias diversas medidas paliativas e diversos sistemas de crenças para que as pessoas e os governos, em geral, aceitassem os famintos como parte natural da paisagem. [...] Foram necessárias instituições maleáveis e adaptáveis às elites e populações [...] para que as pessoas famintas, enquanto tragédia [...] se tornassem parte natural da paisagem (LIMA, 2020).

Assim, o que se assiste é à indiferença ou – pior – à manifestação de neomalthusianos de todos os matizes, que voltam a preconizar a necessidade de controle populacional como fórmula única para a solução do problema, e não se constroem em defender o extermínio de pessoas pela fome. Afinal, conforme assinalou William McFeely:

Se fome diz respeito à posse de comida, diz respeito a poder e política no sentido amplo, que são impregnados de uma multiplicidade de campos que vão desde o doméstico (política patriarcal) ao Estado/nação (como as classes governantes e os grupos subalternos adquirem e defendem certos direitos). Nos sistemas sociais dominados pelo capitalismo, a propriedade privada determina os direitos de troca, isto é, classe e luta de classes formam a gênese e os resultados da equação fome/propriedade (apud DAVIS, 2002, p. 31).

Mas Josué de Castro era incansável. Tanto que, aos que o acusavam de não propor soluções efetivas para o problema ambiental e a superpopulação, respondeu com a elaboração de um grande plano de desenvolvimento para a América Latina, apresentado no Centre

International pour le Développement (CID), instituição francesa fundada por ele em 1964 (CASTRO, 1993).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, alguns dos mais importantes temas de reportagens na imprensa e de discussões entre lideranças mundiais vêm sendo o problema da disparada dos preços internacionais dos alimentos e o possível colapso ambiental. Hoje, com o prolongamento da crise econômica mundial, agravada pela pandemia de Covid-19 e pela guerra na Ucrânia, o cenário se tornou ainda mais alarmante, e os problemas relativos à questão do acesso de imensos contingentes populacionais a alimentos revelam-se cada vez mais sérios.

Diante desse quadro e do perigo que ele representa para a estabilidade política em várias regiões do globo, dirigentes de organismos internacionais, tais como a FAO, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial têm feito graves alertas, ora criticando as políticas nacionais relativas à agricultura, ora alertando para os problemas oriundos do aquecimento global, que vem provocando secas mais agudas e/ou chuvas torrenciais, além de fenômenos como tufões, furacões e ciclones em diversas áreas do planeta. De outra parte, acadêmicos e políticos têm denunciado a especulação internacional com o preço dos produtos alimentícios e a falta de resiliência dos sistemas alimentares em relação a eventos imprevistos, o que se tornou evidente com a pandemia de Covid-19 e a guerra na Ucrânia.

Em quase todos os pronunciamentos, um aspecto é sempre esquecido: trata-se da questão da própria configuração atual do capitalismo, que promove o controle de sementes, fertilizantes e pesticidas por parte de poucas grandes empresas multinacionais, incentiva a substituição de culturas de subsistência por outras voltadas para a exportação, estimula também a concentração fundiária, verificada em diversos países, e que vem se ampliando de maneira alarmante, e facilita a destruição do meio ambiente.

Nesse quadro, é preciso destacar a figura do médico, nutrólogo e geógrafo Josué de Castro, um dos primeiros a levantar a bandeira da necessidade de combate à fome.

Como solução para o drama, defendia o desenvolvimento econômico, baseado numa real distribuição da riqueza e do lucro entre o conjunto da população. Não considerava o subdesenvolvimento como mera ausência de desenvolvimento, mas sim como resultado de um desenvolvimento que não prioriza o homem e as regiões mais pobres, apenas se preocupa em aumentar os lucros dos muito ricos. Defendia uma reforma profunda da economia e do comércio mundiais, que deveriam se voltar para os interesses gerais. E embora preconizasse uma solução de cunho ecológico para os grandes problemas da humanidade, possuía uma visão extremamente crítica do movimento ambientalista, uma vez que entendia ser este conduzido por grupos que procuravam, na verdade, colocar toda a responsabilidade pela defesa dos recursos naturais sobre os países pobres, os quais deveriam, segundo essa corrente, reduzir sua população e estancar seu processo de desenvolvimento supostamente em prol de toda a humanidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O G20 e a monotonia do sistema agroalimentar. *Folha de S. Paulo*, 4 jun. 2023. Disponível em: <<https://ricardoabramovay.com/2023/06/o-g20-e-a-monotonia-do-sistema-agroalimentar/>>. Acesso em: 4 jun. 2023.

ACSELRAD, Henri. Capitalismo extrativo. *A Terra é Redonda*, 3 jun. 2023. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/capitalismo-extrativo/>>. Acesso em: 4 jun. 2023.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Índice de preço de alimentos bate recorde histórico em fevereiro de 2022. *EcoDebate*, 8 abr. 2022. Disponível em: <ecodebate.com.br/2022/03/07/indice-de-preco-dos-

alimentos-bate-recorde-historico-em-fevereiro-de-2022/>. Acesso em: 8 abr. 2022.

ANDRADE, Manuel Correia de et al. *Josué de Castro e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ASCOFAM. Secretaria-Geral, Seção Brasileira (Org.). *O drama universal da fome: depoimentos*. Rio de Janeiro: Ascofam, 1958.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita; COMPARATO, Fábio Konder. Quem tem fome não pode esperar. *Piauí*, 10 dez. 2021. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/quem-tem-fome-nao-pode-esperar/>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BENITEZ, Raúl Osvaldo. Perdas e desperdícios de alimentos na América Latina e no Caribe. *Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe*. Disponível em: <<https://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/239394>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

CARRASCO, Lorenzo (Org.). *Máfia verde*. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2008.

CASTRO, Josué de. *Alimentação e raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

CASTRO, Josué de. Contribuição ao estudo da planificação dos recursos humanos para o desenvolvimento da América Latina. In: DI TARANTO, Giuseppe. *Sociedade e desenvolvimento na obra de Josué de Castro*. Belém: CEJUP, 1993.

CASTRO, Josué de. *Ensaio de biologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1968a.

CASTRO, Josué de. *Fome, um tema proibido: últimos escritos de Josué de Castro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, Josué de. *Geopolítica da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1957, 2 v.

CASTRO, Josué de. *O livro negro da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1968b.

DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FAO. Depósito de Documentos. *El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo (2022)*. Disponível em: <<http://www.fao.org/documents/card/en/c/CC0639ES>>. Acesso em: 28 maio. 2023.

FAO. Depósito de Documentos. *El estado mundial de la agricultura y la alimentación: lograr que los sistemas agroalimentarios sean más resilientes a las perturbaciones y tensiones (2021)*. Disponível em: <<https://www.fao.org/documents/card/es/c/cb4476es>>. Acesso em: 9 jun. 2023.

FAO. Depósito de Documentos. *El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo (2008): los precios elevados de los alimentos y la inseguridad alimentaria: amenazas y oportunidades*. Disponível em: <<https://www.fao.org/agrifood-economics/publications/detail/es/c/134812/>>. Acesso em: 19 dez. 2008.

FOME nos EUA cresce com a inflação e aumenta demanda por doações. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 ago. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/08/fome-nos-eua-cresce-com-inflacao-e-aumenta-demanda-por-doacoes.shtml>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

HOGAN, Daniel Joseph. Crescimento populacional e desenvolvimento sustentável. *Lua Nova*. São Paulo, n. 31, dez. 1993.

HUDSON, Michael. Michael Hudson questiona: a guerra na Ucrânia é parte de um plano para provocar fome global? *Brasil 247*, 12 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/ideias/michael-hudson-questiona-a-guerra-na-ucrania-e-parte-de-um-plano-para-provocar-fome-global>>. Acesso em 12 jun. 2022.

HUGON, Paul. *História das doutrinas econômicas*. São Paulo: Atlas, 1969.

HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

IBGE. *Censo 2010*. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

IBGE. *Séries históricas e estatísticas*. Disponível em: <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso em 21 abr. 2014.

KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KEYNES, John Maynard. Algumas consequências de uma população em declínio. In: KEYNES, John Maynard. *Keynes*. São Paulo: Ática. Série Grandes Cientistas Sociais, 1984.

LIMA, Thiago. Toda fome é uma decisão política. *Boletim Lua Nova*, n. 108, ago. 2020. Disponível em: <<https://boletimluanova.org/toda-fome-e-uma-decisao-politica/>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

LOMBROSO, Cesare. *O homem criminoso*. Rio de Janeiro: Rio, 1983.

MALTHUS, Thomas Robert. Ensaio sobre a população. In: *Os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MOSER. *Política demográfica: aspectos éticos*. Disponível em: <<http://revistabioetica.cfm.org.br/index/php/revista-bioetica/article/viewArticle/415>>. Acesso em: 14 mar. 2011.

NÓS temos é que desconstruir muita coisa, diz Bolsonaro durante jantar. *Valor Econômico*, São Paulo, 18 mar. 2019. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/03/18/nos-temos-e-que-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-durante-jantar.gh.html>>. Acesso em: 8 abr. 2023.

ONU. Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, *Nações Unidas Brasil*, 2022. Disponível em: <brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 4 abr. 2022.

ONU; CEPAL; FAO; PMA. *Hacia una seguridad alimentaria y nutricional sostenible en América Latina y el Caribe en respuesta a la crisis alimentaria mundial* (Dez. 2022). Disponível em: <<https://cepal.org/es/publicaciones/48531-seguridad-alimentaria-nutricional-sostenible-america-latina-caribe-respuesta-la>>. Acesso em: 4 jun. 2023.

POPULAÇÃO brasileira pode ser menor que o estimado, aponta prévia do Censo. *Valor Investe*, São Paulo, 28 dez. 2022. Disponível em: <<https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2022/12/28/populacao-brasileira-pode-ser-menor-que-o-estimado-aponta-previa-do-censo.gh.html>>. Acesso em: 22 jan. 2023.

PREÇO mundial dos alimentos atinge máxima dos últimos 10 anos, diz FAO. *CNN Brasil*, 4 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/preco-mundial-de-alimentos-atinge-maxima-dos-ultimos-10-anos/>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. *População e meio ambiente: uma nova análise das abordagens malthusiana, marxiana e cornucopiana*. Disponível em: <http://www.cidehus.uevora.pt/investigacao/progcien/liv/13/ics/capitulos/autores/textos/demografia/malthus_marx_boserup_txtfx.htm>. Acesso em: 14 mar. 2011.

SANDRONI, Paulo (Org.). *Dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, s.d.

SANTIAGO, Vandeck. *Josué de Castro: o gênio silenciado*. Recife: Bagaço, 2008.

SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. *Elementos de demografia econômica*. São Paulo: LTC, 2006.

STUART MILL, John. *Princípios de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1986, 2 v.

VOGT, William. *O caminho da sobrevivência*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951.

ZIEGLER, Jean. *Destruição em massa*. São Paulo: Cortez, 2013.

JOSUÉ DE CASTRO E O SENTIDO MODERNO DE FOME

Adriana Salay¹

Josué de Castro foi nacional e internacionalmente reconhecido por seus estudos sobre a fome e, quando morreu, embora exilado, gozava de prestígio. Nascido no Recife em 1908 e morto em Paris em 1973, Josué de Castro foi um homem de ação. Participou de organizações de combate à fome, tendo sido presidente do conselho da FAO e fundador da Associação Mundial de Luta contra a Fome (ASCOFAM) e do Centro Internacional para o Desenvolvimento (CID). Castro atuou como professor e intelectual, lecionando na Faculdade de Medicina do Recife, Universidade do Distrito Federal e Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de outras instituições internacionais. Publicou diferentes obras que versam sobre alimentação e fome. Sua consagração como protagonista entre aqueles que versavam sobre o tema aconteceu quando lançou o livro *Geografia da fome* em 1946, traduzido em diversas línguas (CASTRO, [1946] 1948a). Fora esse, podemos citar

1 Historiadora e professora. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), estuda fome e alimentação. Comanda o projeto Quebrada Alimentada no Mocotó e é coautora do livro *Fome e Assistência Alimentar na Pandemia* (2022).

Geopolítica da fome (CASTRO, [1952] 1965) ou seu livro de ficção *Homens e caranguejos* (CASTRO, 1967) como obras de destaque. Também era figura constante na grande imprensa, concedendo entrevistas ou assinando artigos.

Além dos trânsitos acadêmicos, Castro manteve seu consultório no Recife e, mais tarde, no Rio de Janeiro, de 1930 até meados dos anos 1950. Também atuou enquanto articulador de diferentes órgãos governamentais. No Brasil, participou da fundação e gerenciamento do Serviço Técnico de Alimentação Nacional (1942-1945), do Instituto de Tecnologia Alimentar (1944) – depois incorporado pela Universidade do Brasil em 1946 –, do Serviço de Alimentação da Previdência Social, criado em 1940 e extinto em 1967, e da Comissão Nacional de Alimentação (1945-1972). Em 1954, elegeu-se deputado federal por Pernambuco pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo reeleito em 1958. Em 1962, renunciou ao mandato para ser embaixador do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU). Suas diferentes atuações aumentaram ainda mais os espaços pelos quais circulou ao longo da vida.

As categorias propostas de forma mais acabada por Castro em *Geografia da fome* fornecem-nos uma base importante para entender o percurso do autor e o capital simbólico adquirido: fome epidêmica e fome endêmica. Por fome epidêmica ele compreendia episódios graves, mas momentâneos, que assolavam um lugar: crises de fome que impressionavam os espectadores. Episódios como as secas que devastavam o Nordeste poderiam ser catalisadores de uma fome epidêmica. As crises de fome ocasionadas por guerras também eram epidêmicas. Isso porque, nos momentos de chuva, haveria mais alimento para a população. O mesmo aconteceria quando um território se restabelesse da guerra. É diferente da fome endêmica, que não está circunscrita a uma fatalidade natural ou momentânea e permanece no tempo. Nesse caso, as pessoas se alimentavam, mas de forma insuficiente (CASTRO, [1946] 1948a).

O que a análise clínica de uma nova ciência, a Nutrição, chamava de subnutrição ou má nutrição deveria ser chamado de fome endêmica, propôs Josué. Uma fome produzida socialmente, pela formação do país fundamentada no latifúndio e na monocultura, que não dava acesso ao alimento para uma parte da população cotidianamente (CASTRO, [1946] 1948a). Josué fazia parte do grupo científico que propunha a racionalização da alimentação a partir dos anos 1930 no Brasil. Ele se apropriou das ferramentas para medir a ingestão de alimentos, na formação da ciência da Nutrição, e associou-as de forma mais contundente à fome – a fome endêmica. Essa fome era menos intensa e provocava menor comoção, mas não era de menor importância. Sua proposta elevava o problema estrutural e cotidiano à mesma estatura de problema social das crises de fome que arregimentavam o público e causavam grande mobilização.

A partir da observação desse alargamento do sentido de fome proposto por Josué de Castro, a ideia do presente capítulo é entender o surgimento da fome endêmica como questão pública e política e como o intelectual se inscreveu na emergência dessa questão social. Para tal, examinaremos o espaço produtor das categorias científicas daquele momento, principalmente a Inglaterra, e a construção das categorias analíticas no *espaço público letrado*. Entende-se por “espaço público letrado” um circuito de discussão e opinião pública que era formado principalmente por especialistas, políticos, escritores, jornalistas e outras atividades engajadas na temática que publicavam em meios de ampla circulação – jornais, revistas, livros.

Josué escreveu em *Geopolítica da fome* que, “no mundo das realidades sociais, as ideias só se propagam quando se sobrepõem a alguma necessidade indiscutível de determinado momento histórico” (CASTRO, [1952] 1965, p. 34). Reforçando essa visão, devemos questionar: quais seriam as necessidades incontestáveis para que suas ideias fossem tão difundidas? O objetivo é situar o prestígio que Josué conquistou no processo histórico que estabeleceu a fome

endêmica como uma questão social. Parte-se do pressuposto de que o surgimento dessa interpretação da fome como uma questão relevante naquele momento é um elemento essencial para compreender o capital simbólico adquirido por Josué de Castro como um porta-voz do tema.

A FOME NO ESPAÇO PÚBLICO LETRADO

Manoel Apolônio de Castro, pai de Josué de Castro, nasceu em Cabaceiras, na Paraíba, em 12 de abril de 1868. Migrou com a família para Recife durante a seca² que ocorreu entre 1877 e 1879 – conhecida como a Grande Seca. Essa dizimou metade da população da região e comprometeu praticamente todo o rebanho bovino e a produção de algodão (GIRÃO, 1953). Perder o rebanho não era um fato corriqueiro naquele contexto, pois a pecuária constituía um setor econômico essencial para a área, apelidada por Capistrano de Abreu de civilização do couro. Estabelecido no Recife, Manoel de Castro tornou-se comerciante de leite, explorando uma pequena propriedade situada na região de onde veio.

Um dos lugares mais atingidos pela Grande Seca foi o interior do Ceará e, apesar de não ter sido a primeira seca da região, esse episódio teve um impacto não registrado até então. Assim como fez a família de Castro, boa parte da população migrou para os centros urbanos do litoral ou da região amazônica. Fortaleza se converteu na “metrópole da fome”, passando de 21 mil habitantes no Censo de 1872 para 114 mil em setembro de 1878. As mortes foram calculadas em 200 mil para o Ceará e 500 mil para toda a

2 A seca é um fenômeno meteorológico definido pela diferença entre a precipitação de chuvas em determinado território e a sua média anual. Apesar desse recorte estritamente climático, a seca precisa ser entendida para além da sua condição natural, como consequência também da dimensão humana, dado que o impacto desse evento será maior ou menor a depender do acesso a recursos construídos pelas pessoas, como sistemas de armazenamento de água, transporte de pessoas e alimentos e outras disposições materiais. As secas têm, portanto, uma história social (DAVIS, [2002] 2022).

região acometida pela seca, que também incluía as províncias do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e da Paraíba (GIRÃO, 1953). Tal fenômeno teve uma cobertura ímpar na imprensa. As notícias se espalharam pelos veículos, como a coluna de José do Patrocínio no jornal *Gazeta de Notícias*, na qual ele relatava suas impressões sobre o que estava acontecendo:

[...] criancinhas nuas ou seminuas, com os rostos escaveirados, cabelos emaranhados sobre crânios enegrecidos pelo pó das longas jornadas, com as omoplatas e vértebras cobertas apenas por pele ressequida, ventres desmesurados, pés inchados, cujos dedos e calcanhares foram disformados por parasitas animais, vagam sozinhas ou em grupos, tossindo a sua anemia e invocando, com voz fraquíssima, o nome de Deus em socorro da orfandade (apud MAGALHÃES, 1972, p. 53).

O jornal *Gazeta de Notícias*, assim como outros da época, reproduziu poucas ilustrações ou fotos daquele cenário. Mas a então recém-lançada revista *O Besouro*, que tinha mais espaço para imagens, recebeu algumas fotos (Imagens 1 e 2), as quais viraram ilustração de capa (O BESOURO, 1878).

Imagem 1 – Série sobre a Seca no Ceará de 1877/78

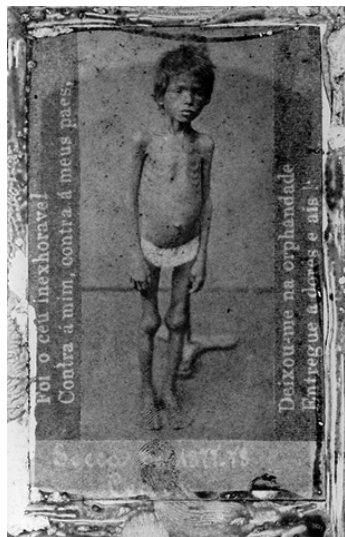


Foto: Joaquim Antônio Corrêa.

Imagem 2 – Série sobre a Seca no Ceará de 1877/78

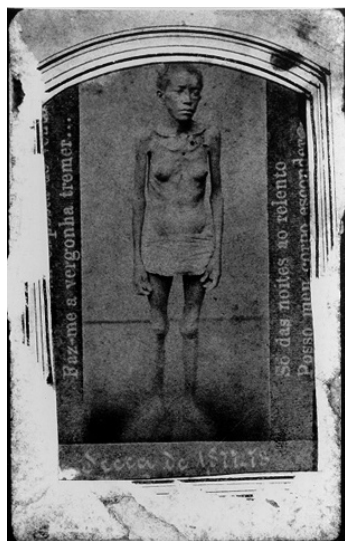


Foto: Joaquim Antônio Corrêa.

Tanto os relatos como as imagens traziam em primeiro plano os corpos dos famélicos e as descrições do seu sofrimento. Esse tipo de material se tornou predominante na veiculação de notícias sobre a fome, seguindo o modelo da Europa Ocidental de individualização dos relatos por meio de um personagem ou grupo específico – essencialmente crianças e mulheres (VERNON, 2007). Embora as fotografias tenham demorado mais para se popularizar na mídia impressa em larga escala, elas desempenharam um papel central em aproximar os leitores da temática da fome, despertando uma sensibilidade em relação ao assunto. A exposição de pessoas em condições precárias – crianças extremamente magras e com barrigas inchadas, ou mulheres, especialmente mães, também muito magras – gerava sentimentos de horror e compaixão, o que contribuiu para fortalecer o debate sobre a fome como uma questão relevante. Esses personagens dificilmente poderiam ser responsabilizados pela própria situação.

A proporção tomada pela Grande Seca que provocou a migração do pai de Josué, assim como outras secas do final do século XIX no Brasil e em países como Índia e China, não se deveu apenas ao fenômeno climático. Os episódios foram socialmente intensificados pelo processo de incorporação desses territórios às dinâmicas internacionais do sistema capitalista. Contudo, isso não significa que as crises³ de fome fossem produtos exclusivos do capitalismo, pois ocorreram em períodos anteriores, dos quais temos vastos registros⁴. Elas podiam acontecer por conta de fatores naturais,

3 A palavra “crise” era entendida na época como algo atípico, eventual, fora de controle a partir do contraste com uma situação “normal”. Esse sentido de exceção, a visão espasmódica da história, somava-se à intensificação do tempo e dos fatos. A ideia de crise adquiriu esse sentido a partir do século XVII (KOSELLECK, 2006).

4 No caso da Europa temos um mapeamento na obra de Fernand Braudel ([1967] 1995, p. 63-65). O livro *Hunger in History* examina a fome na pré-história e em sociedades complexas na Antiguidade, como romanos, gregos, chineses e maias (NEWMAN, 1995). Os trabalhos de Marcelo Cândido da Silva analisam as crises de fome e a sua gestão na Alta Idade Média (SILVA, 2016; SILVA, 2017).

como estiagens e alagamentos, ou por ações humanas, a exemplo das guerras. Mas há certo consenso de que as crises de fome se intensificaram em países periféricos no século XIX e diminuíram ao longo do século XX (GRÁDA, 2011).

O episódio da Grande Seca, mesmo que anterior à atuação de Josué de Castro, envolve alguns elementos importantes para a compreensão do tema e de como Josué se vinculou à temática. O primeiro deles é o papel dos agentes do espaço público letrado no enquadramento e na exposição do problema, como mostrado. O segundo diz respeito aos desencadeadores dessa crise que permitiram seu enquadramento crônico, como veremos.

MECANISMOS CONTEMPORÂNEOS DA FOME CRÔNICA

Para entender a origem desse enquadramento, precisamos examinar o centro produtor das bases analíticas daqueles que estavam falando sobre o assunto no espaço público letrado, fossem eles cientistas, agentes do Estado ou literatos – a Europa Ocidental. Como afirmou Josué de Castro, “a literatura ocidental, indissoluvelmente ligada ao patrimônio mental desta mesma cultura, servindo aos seus interesses [...]” (CASTRO, [1952] 1965, p. 20), era produto do ambiente onde foi gestada. Assim, ela baseou uma produção científica singular que deu as diretrizes interpretativas nesse e em outros espaços para o enquadramento do que foi chamado de fome endêmica, ou seja, um alargamento da acepção de fome coletiva que estava intimamente vinculada à definição de crise.

Precisamos analisar quais transformações estavam ocorrendo na sociedade geradora das categorias científicas que foram centrais para o alargamento interpretativo da fome proposto por Josué de Castro. Esse contexto, que tinha como centro a Europa Ocidental, especialmente Londres, abarcava dois elementos que nos interessam diretamente para entender o processo de geração da fome e sua

representação: (i) a centralidade que o mercado adquiriu na sociedade, com a aquisição de alimentos ocorrendo a partir da compra; e (ii) o crescimento da internacionalização e especialização da produção dos alimentos. Vejamos os dois casos.

(i) Circuitos de trocas não monetárias constituíam uma ferramenta importante contra a fome endêmica. A esse respeito, Karl Polanyi ([1944] 2021) descreveu três mecanismos de acesso ao alimento que eram centrais antes do que ele chamou de “a grande transformação” (iniciada em meados do século XVIII): a reciprocidade e a redistribuição, vinculadas a uma obrigação moral entre os membros da comunidade; e a domesticidade, ou seja, a produção de alimentos para uso próprio, sem passar necessariamente pelo mercado. Reciprocidade referia-se às trocas e obrigações entre pessoas que tinham laços. Nessa lógica, os alimentos eram oferecidos como presentes, e esperava-se sua retribuição em outro momento. Ademais, a ideia de reciprocidade carregava a obrigação do cuidado com mulheres e crianças de outros núcleos. Na redistribuição, por sua vez, chefes tribais ou outras autoridades coletavam, armazenavam e ofereciam os alimentos em banquetes e outras situações coletivas. Por isso, as ações tidas como generosas e sem motivações econômicas (como o compartilhamento de uma pesca) garantiam prestígio social e acesso ao alimento que era compartilhado. Quanto à domesticidade, fosse para consumo da família ou da comunidade, era significativo o uso de florestas e áreas comuns para plantação e pastagem, dando acesso direto aos víveres. Em sociedades não regidas pelo mercado, a venda dos excedentes não excluía o núcleo da produção para esse tipo de uso. Ao mesmo tempo em que essas formas de acesso ao alimento – reciprocidade, redistribuição e domesticidade – promoviam o acesso, faziam com que a comunidade estivesse em risco coletivo. Isso quer dizer que, caso algo desencadeasse um desarranjo que alterasse seu curso, como uma seca, o grupo estaria em risco. Essas formas de garantir acesso coletivo ao alimento se deram em várias

organizações sociais, como a tribal e a feudal. Mesmo com o advento do mercantilismo, que atendia o comércio em longas distâncias, as trocas monetárias não ocupavam um lugar central na sociedade, pois não supriam as necessidades vitais da população e, por isso, coexistiam com outras formas de aquisição de alimentos. O comércio ainda era majoritariamente local e descentralizado, com negociações submetidas a mecanismos morais de regulação, ou seja, um conjunto de obrigações que regiam as trocas e a venda. Dessa forma, na Europa pré-industrial, as crises climáticas podiam ter grande impacto local, visto que a circulação de alimentos não estava tão encorpada e com cadeias de longa distância fortalecidas. Em sociedades hierarquizadas, como as do Antigo Regime, as camadas mais ricas encontravam saída diante da escassez, fosse o deslocamento, a importação ou aquisição dos produtos. Porém, de modo geral, a população estava mais suscetível a crises. No contexto europeu oitocentista, o acesso ao alimento se tornou primordialmente monetizado e, com isso, o que antes era essencialmente produzido para se consumir na família ou na comunidade virou mercadoria⁵, transformando o dinheiro no meio de acesso ao alimento. A inserção de boa parte da população na economia de mercado alterou aos poucos os mecanismos morais de prevenção e reparação da carestia. A produção de alimentos deixou de ser regida pelo engajamento coletivo e passou a atender ao mercado, lógica que prevaleceu na organização econômica da Europa Ocidental. Invertia, portanto, a dinâmica anterior. Nos termos de Polanyi ([1944] 2021), se antes o mercado se enraizava na sociedade, agora a sociedade que passou a se enraizar no mercado. Assim, com a monetização do acesso os meios de subsistência, o dinheiro – além de meio de acesso principal – virou a unidade de medida para quantificar o necessário para a manutenção da vida,

5 Polanyi define mercadoria como objeto produzido para venda no mercado, que “proporciona um princípio organizador vital que abrange a sociedade como um todo e afeta quase todas as suas instituições das maneiras mais variadas [...]” (POLANYI, [1944] 2021, p. 134).

como o alimento. Além disso, a unidade de organização passou a ser o núcleo familiar e a comunidade foi, aos poucos, perdendo força.

(ii) Com o tempo, as redes de circulação dos alimentos se complexificaram e alongaram. A produção do campo respondia a uma demanda crescente por alimento comercializado, a qual se devia a três motivos: o crescimento da burocracia estatal e das forças armadas; o aumento das cidades; e a existência de trabalhadores do campo sem terra. O número de trabalhadores que dependiam de alimentos oriundos do mercado crescia significativamente, ao mesmo tempo que se formavam os Estados nacionais e se consolidava o impedimento do uso de terras comuns. Apesar de esse processo ter ocorrido de formas diferentes em cada país, no século XIX já estava estabelecido na Europa Ocidental (TILLY, 1975). As cidades se tornaram pontos de interligação entre diferentes espaços rurais, dado que suas cadeias de abastecimento ficaram mais resilientes e permitiam a abertura de outras frentes de abastecimento quando havia uma crise. Com todas essas mudanças e o desenvolvimento de meios de transporte mais rápidos, muitos países, como a Inglaterra, epicentro desse processo, começaram a se especializar em determinadas culturas agrícolas, dependendo cada vez mais do mercado externo para adquirir outros alimentos. Para se ter uma ideia, na década de 1870 os ingleses passaram a produzir 50% dos seus víveres, quando o saldo anterior era de 80% (FRIEDMANN, 1987). Assim, boa parte da produção dos alimentos essenciais à população passou a integrar o circuito internacional de mercadorias.

A partir daí diminuiu em países da Europa Ocidental e Estados Unidos a ocorrência das crises de fome resultantes de fenômenos naturais. Falta de chuva e quebra da produção alimentícia local ainda aconteciam, mas outros lugares podiam suprir os territórios acometidos por tais adversidades. Um problema climático em países como a Inglaterra não necessariamente afetaria o fornecimento de alimentos a ponto de gerar uma crise. Poderia haver elevações de

preço, afetando o poder aquisitivo das pessoas de baixa renda, mas, como o país tinha poder de compra maior que os outros, continuava a importar alimentos. Por outro lado, nos países periféricos que se tornaram grandes fornecedores de alimentos, as crises climáticas somavam-se a problemas estruturais de acesso e não eram remediadas pela redistribuição local, visto que uma parte importante da produção estava inserida no circuito internacional. Por isso milhões morriam de fome em regiões afetadas pela seca, enquanto os portos de outros lugares no mesmo país estavam cheios de alimentos, sem alterar o seu fluxo (DAVIS, [2002] 2022).

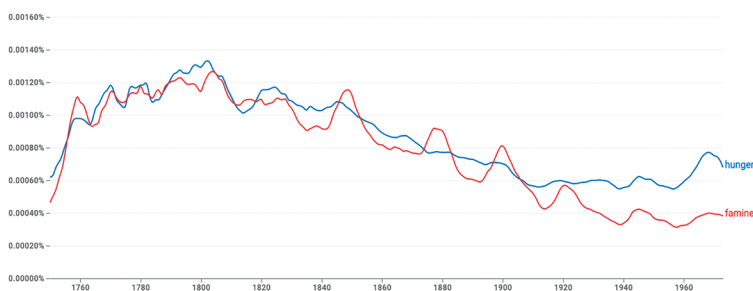
Houve, portanto, uma mudança significativa na dinâmica de produção da fome nos países centrais. Os dois mecanismos consolidados no estabelecimento do capitalismo – a centralidade do mercado e da renda para aquisição de alimentos e a internacionalização da produção de alimentos básicos –, somados ainda às mudanças tecnológicas e ao aumento da produção, permitiram que países centrais de grande poder aquisitivo ficassem mais seguros em relação às crises de fome – exceto daquelas provocadas por guerras.

Isso não significa que o déficit alimentar cotidiano não existisse antes, nem podemos presumir que essa dinâmica foi instituída em todos os territórios. Defendemos a ideia de que a mudança sistêmica de acesso ao alimento no epicentro do capitalismo empurrou as crises de fome para a periferia e, ao mesmo tempo, abriu espaço para a discussão sobre a fome endêmica. Sendo a Inglaterra “a oficina do mundo” (POLANYI, [1944] 2021, p. 26), o entendimento da fome enquanto problema cotidiano (e não como crise) projetou-se para os espaços letrados desse e de outros países. Josué de Castro foi um dos principais atores que perceberam e se inscreveram nessa mudança. Para termos uma dimensão mais precisa de como a fome era interpretada, é preciso, no entanto, entender como o termo “fome” era visto por essa produção intelectual ao longo desse período

para que possamos localizar a gênese de uma nova questão social e como Castro se tornou protagonista nesse debate.

AS FOMES E SUAS REPRESENTAÇÕES

Gráfico 1 – *Famine* e *hunger* nas publicações de língua inglesa (1760-1973)⁶



O Gráfico 1 apresenta elementos para entender como a fome era encarada entre os anos 1760 e 1973 nas produções de língua inglesa. Este recorte permite identificar o advento de produções relevantes no assunto, como as de Thomas Malthus⁷, até a data da morte de Josué de Castro, em 1973. A partir do cruzamento de dados dos termos

6 Gráfico gerado pela ferramenta Google Ngram Viewer em 20 de março de 2023. Essa é uma ferramenta do Google que permite a visualização da frequência de termos no acervo do Google Books que tem cerca de 15 milhões de livros (algo como 12% dos livros publicados) através de parcerias com 40 universidades. Importante ressaltar que o resultado é calculado a partir do número de ocorrências do termo escolhido dentro de todas as ocorrências do mesmo ano e não de uma média total. Disponível em: <https://books.google.com/ngrams/graph?content=famine%2Chunger&year_start=1760&year_end=1973&corpus=en-2019&smoothing=3>. Acesso em: 7 jun. 2023.

7 Thomas Malthus (1766-1834) foi um dos primeiros a estabelecer uma política econômica baseada no balanceamento da escassez, atualmente ainda muito difundida e utilizada por algumas correntes teóricas no entendimento do tema. O economista inglês, que propôs a teoria no fim do século XVIII, acreditava que as crises de fome eram um mal necessário para controlar a densidade demográfica. Uma vez que a população crescia em progressão geométrica e o alimento em progressão aritmética, havia mais pessoas do que comida, então a escassez causava mortes para balancear esse descompasso. “Fome, o último e mais terrível modo pelo qual a natureza suprime uma população excedente” (MALTHUS, [1798] 1998).

hunger e *famine*, é possível vislumbrar um pouco do movimento de escrita sobre a fome e em que sentido essa palavra era usada. O inglês tem recursos úteis para a análise das interpretações do fenômeno, em razão do idioma possuir três termos para o que, em português, chamamos de fome: *hunger*, *starvation* e *famine*.

Hunger engloba uma série de significados, sendo o mais elementar deles a fome biológica. Trata-se da sensação momentânea quando o organismo necessita de alimento e manda uma mensagem ao cérebro pedindo comida. Provavelmente a leitora ou o leitor, caso sinta fome, pode saciá-la com um simples movimento – encaminhar-se à cozinha, preparar uma refeição, ir a um restaurante ou ao mercado. Isso seria *hunger* – você tem fome, mas pode eliminá-la em sua completude. Essa sensação individual não depende dos problemas sociais ou climáticos para acontecer necessariamente. Quem tem acesso ao alimento poderá saciar a fome, quem não tem, permanecerá nessa condição. O termo pode ser usado a um problema social de um indivíduo, uma família ou um grupo, mas não remete à noção de crise. Ou seja, *hunger* se refere ao fenômeno cotidiano da fome que não mata por inanição – o que estamos chamando aqui de fome endêmica. *Hunger* também pode estar vinculada a motivações do indivíduo para o trabalho, a experiências sobre saciedade com humanos ou animais, ou ainda a reivindicações, como *hunger strike* (greve de fome).

Já a inanição está mais vinculada ao termo *starvation*, remetendo à falta de alimentos até um ponto crítico, seja individual ou coletivo. Uma pessoa perdida no deserto pode morrer por *starvation*, mas isso não implica *famine*. Por *famine* entende-se uma crise que culmina na impossibilidade de um grupo se alimentar durante um período, pois não tem acesso ao alimento. É um fenômeno intenso e coletivo. Portanto, quando há *famine* necessariamente há *starvation*, com mortes provocadas pela fome e por doenças associadas a ela, mas o oposto não é verdadeiro. Nesse caso, se você sentir fome, será incapaz

de aplacá-la porque o grupo em questão não tem acesso ao alimento (DEVEREUX, 1993; SEN, 1982; NEWMAN, 1995). Os termos *famine* e *starvation* estão ligados à crise. Thomas Keneally (2011), autor do livro *Three famines*, estava preocupado em analisar as famosas crises de fome da Irlanda, entre 1845 e 1852; de Bengal, em 1943 e 1944; e da Etiópia, nos anos 1970 e 1980. A associação entre crise e *famine* continua até hoje, ambas estão vinculadas em muitas de suas definições. Essa junção fica evidente quando Cormac Ó Gráda descreveu uma crise de fome (*famine*) na Nigéria em 2005, que deixou de ser classificada como tal porque, apesar da alta mortalidade naquele ano, a taxa de óbitos não superou a média do país (2009). Dito de outro modo, não era a taxa de mortalidade em si que importava, e sim o aumento dela. Na ampla discussão sobre o assunto, entende-se que uma situação de escassez se configura como crise de fome a partir de alguns indícios que identificam uma necessária mudança do *statu quo*, a saber: aumento do preço do alimento, da imigração e do crime. Esses sinais elevarão a mortalidade, inclusive infantil e neonatal, bem como o *Kwashiorkor*, termo da costa oeste africana que designa extrema subnutrição infantil e baixo consumo proteico (HOWE & DEVEREUX, 2004). A associação de *famine* com crise se deu também nas grandes fomes que ganharam nomes específicos, como Chalisa e Doji Bara, na Índia, em 1783-1784 e 1790-1791; Mtunya, no Quênia, em 1917-1920; ou Manori, em Burundi, em 1943-1944.

Voltando ao Gráfico 1, nota-se que o interesse pelo tema cresceu na segunda metade do século XVIII, acompanhando a reverberação das discussões tratadas sobre a Lei dos Pobres⁸ e autores como

8 A Lei dos Pobres foi um dispositivo criado em 1601 que repassava verbas à Igreja para amparar em suas paróquias os pobres, suplementando seus salários a partir do preço dos alimentos e do número de filhos e sustentando as famílias quando não houvesse trabalho. Passou a ser alvo de ampla discussão a partir da contestação por alguns grupos de como a administração estatal deveria lidar com os desprovidos do mínimo necessário. Isso culminou no Ato de Emenda em 1834, que instituiu uma nova legislação a partir dos preceitos de controle social e desobrigação com os pobres.

Townsend⁹ e Malthus. A partir do século XIX o assunto vai perdendo espaço nas publicações, mas o termo *famine* apresenta picos de aparição, os quais coincidem com grandes crises de fome, como o episódio na Irlanda (1845-1852), as secas provocadas pelo fenômeno El Niño (1876-1879) – a Grande Seca no Brasil, na Índia e na China –, além de outros episódios na virada para o século XX nos mesmos países. Notam-se também pequenos picos nas duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945) e pode-se observar que *famine* e *hunger* fizeram um movimento semelhante até os anos 1920, quando o número de menções passou a ser significativamente diferente.

Esses picos indicam que a intensificação das crises de fome, capturadas pelo espaço público letrado, cumpria um papel essencial para a visibilização do problema e sua elaboração enquanto questão social. Relatos de crianças morrendo por inanição, mães que não conseguiam alimentar sua prole, enfim, uma personificação dos relatos da fome, eram trazidos por *enunciadores* – pessoas que acompanhavam e falavam sobre a situação, mas estavam fora dela. Narrar a fome no século XIX gerou engajamento e sensibilização maiores no público, com reportagens e livros que traziam indivíduos e famílias imersos nessa realidade. Ainda mais contundente, a foto do faminto foi fundamental para desafiar a lógica malthusiana e conferir humanidade às pessoas acometidas pela fome. Essa visão ganhou muitos adeptos em meados do século XIX e no século XX foi um elemento essencial, principalmente na Segunda Guerra Mundial, para aumentar as discussões sobre o acesso ao alimento.

O Gráfico 1 revela ainda um fenômeno essencial à nossa análise: a desvinculação das publicações contendo os termos *famine* e *hunger*. Até os anos 1920, mesmo que apresentassem números distintos,

9 O reverendo Joseph Townsend (1739-1816) acreditava que a ajuda aos pobres prejudicava a disciplina para o trabalho: “A fome domesticará os animais mais ferozes, ensinará decência e civilidade, obediência e sujeição, ao mais bruto, ao mais obstinado e ao mais perverso”. No seu entendimento, a privação era um mal necessário para que as pessoas se dispusessem a entrar no mercado do trabalho (TOWNSEND, [1786] 1971, p. 23).

havia movimentos semelhantes entre essas palavras. Posteriormente houve uma separação, e *hunger* passou a figurar com mais frequência do que *famine*, o que fica evidente. Como entender essa mudança? Dana Simmons, em seu livro ainda não publicado, analisa os sentidos da palavra *hunger* para a ciência na virada e ao longo do século XX. As definições de *hunger* discutidas, como seu uso em experimentos científicos, foram consolidadas no período analisado pela autora, um dos elementos que explicam por que o termo passou a figurar mais nas produções escritas do que *famine*. Somam-se a isso as transformações decorrentes da consolidação do capitalismo já tratadas, que contribuíram para diminuir as crises de fome nos espaços centrais dessas mudanças, como a Europa Ocidental. As crises de fome se mantiveram no século XX, mas em menor intensidade e localizadas na periferia do sistema capitalista, reverberando menos na produção escrita sobre o assunto.

Famine passou a ser, portanto, um problema social que foi perdendo sua relevância na produção escrita dos países centrais. Além disso, *famine* é necessariamente um fenômeno coletivo, ao contrário de *hunger*. Sendo o indivíduo e a família as unidades de análise no capitalismo, *hunger* servia melhor ao olhar daqueles que se debruçavam sobre esse fenômeno no centro produtor de tais categorias analíticas. Aos poucos a fome cotidiana entrava nas discussões do espaço público letrado e no foco das produções sobre o assunto. Em 1904, o periódico *Daily Telegraph* publicou “The land of starvation” com um mapa de Londres apresentando os pontos de pobreza da cidade (VERNON, 2007). Não havia uma crise em curso. Essa fome era vinculada à pobreza e às condições de vida daquela população. Formava-se uma questão social em torno da fome endêmica forjada em princípios que emergiam da reorganização social, nos quais a fome era indesejável.

Dessa forma, se as crises de fome foram essenciais para consolidar o tema enquanto público, a formação dessa nova organização

social capitalista viabilizou o enquadramento da fome como condição crônica. As novas ferramentas fizeram crer que seria possível acabar com a fome, e o que antes parecia um fenômeno natural que vitimava milhões de pessoas agora se inscrevia no plano do social, tornando-se um mal solucionável. O fim da fome passou a ter o sentido de avanço da civilização e a fome deixou de ser elemento propulsor da civilização, se afastando do pensamento malthusiano. Por isso, a fome endêmica passou a ocupar mais espaço nas produções do que as crises de fome, e Josué de Castro capturou essa tendência de forma muito perspicaz quando igualou os dois fenômenos em 1946.

JOSUÉ DE CASTRO E O SENTIDO MODERNO DE FOME

A validação do saber científico como o meio de resolver os problemas do Brasil se intensificou nas últimas décadas do século XIX. Segundo Nicolau Sevcenko, foi nesse período, acelerado na *Belle Époque*, que a ciência se tornou a mais importante fonte na qual se poderia encontrar instrumentos para gerir o país, o espaço onde se reduzia a realidade a leis, interpretações e práticas governamentais. A ciência brasileira era a garantia de uma gestão eficiente para questões sociais. Dessa forma, os cientistas foram legitimados como aqueles que fariam uma investigação profunda sobre as mazelas do Brasil e poderiam propor soluções a partir dos preceitos de “modernidade” trazidos pela ciência. Esse valor *moderno* era reivindicado sobretudo pelos grupos ascendentes das camadas urbanas e industriais como a antítese do mundo rural, onde o “atrasado” imperava (SEVCENKO, 2003) e estava atrelado à impessoalidade, à racionalidade, ao urbano e à família nuclear.

Dentre os cientistas, a preocupação com a alimentação ideal passou a ser cada vez maior na virada do século XX. Para definir os alimentos desejáveis no consumo mínimo da população, ou seja, basear as proposições sobre a fome endêmica na classificação

dos alimentos e na identificação do que seria ideal consumir, ocorreram dois movimentos científicos: um dentro do laboratório, que identificava a composição dos alimentos a fim de compreender como eles eram aproveitados pelo corpo; e o segundo externo ao laboratório, que mapeava os hábitos alimentares da população por meio de inquéritos.

Segundo Kamminga e Cunningham, o primeiro passo para a compreensão desse assunto e a formação da ciência da Nutrição foi dado pelo médico e químico britânico William Prout, em 1827, quando dividiu a composição do leite em sacarina, oleosa e albuminosa (KAMMINGA & CUNNINGHAM, 1995). Anos depois, em 1842, o químico alemão Justus Liebig lançou o livro tido como marco inicial da Nutrição enquanto ciência moderna: *Animal Chemistry* (1842). A partir desses estudos, pôde-se analisar quantitativamente a ingestão de alimentos e a energia gasta pelo corpo no trabalho e em outras atividades, momento que o historiador Harvey Levenstein (2003) chamou de nova nutrição (*new nutrition*). No início do século XX surgiu outro elemento nesse debate: as vitaminas. Pesquisadores perceberam que os alimentos não eram totalmente equivalentes e que a falta de alguns poderia provocar doenças. Casimir Funk, em 1912, deu o nome de *vitamine* (*vital* + *amine*) a essas substâncias. Alguns anos depois, Jack Drummond mudou o termo para *vitamin*, pois percebeu que esses componentes não pertenciam ao grupo das aminas (KAMMINGA & CUNNINGHAM, 1995).

As pesquisas relacionadas às vitaminas se desenvolveram em especial nos Estados Unidos e na Inglaterra, sendo um de seus expoentes Frederick Gowland Hopkins, que montou a escola de bioquímica de Cambridge. Isso permitiu mapear os grupos que consumiam alimentos aquém da norma e associar com mais clareza algumas doenças à falta de determinados nutrientes. Assim ocorreu a segunda revolução da nutrição, chamada pelo bioquímico Elmer

McCollum de a mais nova nutrição (*the newer nutrition*) (BILTEKOFF, 2012).

Com esse cabedal científico, as pesquisas para quantificar e avaliar a alimentação das classes populares ganharam força. No entanto, não se tratava apenas de representar sua situação. Essas representações precisavam se enquadrar na forma científica de mensurar a realidade, atendendo uma demanda por levantamentos estatísticos sobre determinados aspectos da vida social. Já existiam pesquisas que abordavam o orçamento familiar, a aquisição de alimentos e seu consumo, mas foi no final do século XIX e início do XX que a preocupação com a compra de alimentos aumentou consideravelmente. Prova disso é que, na Europa Ocidental e na América do Norte, entre os anos 1850 e 1930 foram feitos cerca de 1.500 estudos sobre o tema (GLASMAN, 1999). Além do interesse científico, o Estado também demandava esse tipo de inquérito, e tão importante quanto coletar os dados era ordená-los e divulgá-los, torná-los públicos. Com isso, a representação legitimada pelo saber técnico e científico serviria para intervir no mundo social e justificar determinadas políticas públicas.

Entre as diversas pesquisas que surgiram nesse momento, destacou-se a do sociólogo britânico Benjamin Seebohm Rowntree, *Poverty: a study of town life*, feita em 1901. Rowntree estimou a ingestão calórica e nutricional necessária para manter a vida e, a partir desses dados, calculou o mínimo vital. Incluindo outras necessidades humanas, como vestuário e habitação, criou uma linha da pobreza a partir da renda que determinava as famílias impossibilitadas de manter “a eficiência física”. Os alimentos essenciais foram separados em proteínas, gorduras, carboidratos, sal e água, e o cálculo de calorias necessárias foi estabelecido pelo trabalho: no caso dos homens, variando entre 3.000 e 4.500 calorias. Com isso, Rowntree calculou que 28% da população de York, na Inglaterra, vivia abaixo dessa linha (ROWNTREE, 1901). Pouco depois, em 1913, foram

criados os primeiros Índices de Preços ao Consumidor na Grã-Bretanha (NEIBURG, 2022). Se, por um lado, a renda era um fator determinante para acesso aos alimentos, o preço deles também era fundamental para medir o seu consumo pela população.

Após a Primeira Guerra Mundial surgiram diversas instituições para combater problemas de saúde, incluindo aqueles relacionados à nutrição, a exemplo da Organização de Saúde da Liga das Nações (League of Nations Health Organization) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A atuação dessas organizações refinou as medições nutricionais para um programa de padronização, identificando os componentes de uma dieta saudável e determinando a quantidade necessária ao consumo (KAMMINGA & CUNNINGHAM, 1995). A reunião de informações de pesquisas em 25 países estabeleceu um padrão alimentar para a manutenção de um trabalhador adulto, e a Liga das Nações incentivou o treinamento de pesquisadores em Washington e Londres para que pudessem se enquadrar nos moldes de medição propostos por esses países, no sistema anglo-saxão (MITCHELL, 2002).

A produção sobre fome e alimentação ideal reverberou no Brasil, e a fome crônica da população passou a incomodar uma sociedade que se pretendia moderna. Josué de Castro, que havia se formado em Medicina em 1929, fez um estágio de quatro meses na Universidade de Columbia e no Medical Center de Nova York, onde se aprofundou em fisiologia e nutrição (CASTRO, s.d. a). Apesar de essa passagem ser pouco mencionada por Castro, ela foi significativa na sua vida profissional, pois propiciou seu estágio com o químico e nutricionista Henry Sherman, que pesquisava alimentação focado em temas como composição dos alimentos e ingestão de ferro. O trabalho de Sherman na New York Association for Improving the Condition of the Poor resultou, de acordo com a revista *Science*, na melhora média da qualidade da alimentação das famílias em Nova York (SCIENCE, 1933). Nesse estágio, Castro entrou em contato

com a produção científica pujante a respeito dos alimentos e de sua ingestão.

Quando voltou ao Brasil, no ano seguinte, montou sua clínica no Recife para assuntos relacionados à nutrição. Com ênfase em endocrinologia na sua prática médica, Josué de Castro prestou concurso para a cadeira de Fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife em 1932, aos 24 anos, com a defesa da tese *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*. Na tese, Josué sintetizou as produções internacionais sobre composição dos alimentos e consumo metabólico, propondo que o metabolismo basal¹⁰ era menor nos trópicos em consequência do clima quente e que essa diferença de metabolismo basal também precisava ser relacionada com a umidade do ar.

A partir do contato com Pedro Escudero, nutricionista argentino que recebeu Josué para um estágio em Buenos Aires, e a nutrição social, Castro passou a olhar para fora do laboratório e as condições de vida da população. Os estudos voltados para essas condicionantes se iniciaram com *As condições de vida das classes operárias de Recife*, que foi lançado pelo Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho em 1935 e mais tarde compôs tanto o livro *Alimentação e raça* (CASTRO, 1936) como o *Documentário do Nordeste* após a segunda edição (CASTRO, 1968). Tratava-se de um inquérito feito através do Departamento de Saúde Pública do governo de Pernambuco para avaliar principalmente os gastos com alimentação e a quantidade de alimentos consumidos pela população operária do Recife. Castro analisou as condições de vida do operário urbano por meio do salário médio, da distribuição proporcional dos seus gastos e, particularmente, dos gastos em alimentação. Os dados foram obtidos a partir de questionários aplicados por visitantes dos

10 Metabolismo basal é a energia despendida pelo ser no estado máximo de repouso, calculando-se, assim, a quantidade mínima de calor usada pelo animal em suas funções vitais básicas estando em repouso absoluto, jejum e em um estado de neutralidade térmica (CASTRO, 1939).

centros de saúde de três zonas proletárias do Recife. Constatou-se que a família média era composta por 5,17 pessoas. O salário médio diário era de 3\$700, enquanto as despesas médias giravam em torno de 3\$866, ou seja, as famílias gastavam mais do que ganhavam. Desse montante, 71,6% voltava-se para a alimentação. O que essas famílias comiam? Todas consumiam feijão, farinha, charque, café e açúcar, muitas também pão – tudo em pouca quantidade, com exceção da farinha de mandioca, cujo consumo costumava ser de 1,5 kg por dia. “O leite entra no regime alimentar apenas em 19% das famílias operárias e em quantidade mínima”. Em uma família composta por pai e quatro filhos, por exemplo, verificou-se que eles consumiam ao todo um copo de leite por dia. A ingestão de frutas, legumes e verduras era rara. A média de calorias consumidas era de 1.645, quando o indicado variava de 3.000 a 4.000 calorias diárias (CASTRO, 1968, p. 83-87).

Dessa forma, Castro passou a olhar a ausência parcial de alimentos, sua vinculação com a renda e a condição social dessa vinculação em consonância com a produção e preocupação dos países centrais sobre o problema alimentar. Além disso, com um aporte da perspectiva geográfica, principalmente de autores como Vidal de La Blache, Castro introduziu uma interpretação do Brasil a partir de áreas alimentares. Ele definiu a área alimentar como “certa extensão territorial onde os habitantes dessa região têm um tipo característico de vida alimentar, com certos alimentos básicos, com certa composição de certos alimentos complementares, que se denomina dieta típica ou tipo de dieta peculiar” (CASTRO, 1948b). Assim, a partir da ideia de áreas alimentares, em *Geografia da fome* separou o Brasil em áreas de fome endêmica, epidêmica e de subnutrição um ano após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Apesar de não se passar no Brasil, a Segunda Guerra teve papel fundamental na imprensa nacional para o debate sobre a

fome. Em primeiro lugar, por sua magnitude, pois estima-se que pelo menos 20 milhões de pessoas tenham morrido de fome ou doenças associadas, quase a mesma quantidade em decorrência da ação militar, que girou em torno de 19 milhões (COLLINGHAM, 2012). Em segundo lugar, por trazer o tema ao cotidiano do público letrado, com notícias frequentes nos jornais. A guerra serviu como elemento propulsor do combate à fome, tanto por situar o tema na ordem do dia quanto por estimular a fundação de órgãos voltados à extinção desse problema. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), por exemplo, nasceu nesse contexto. Não por acaso, em 1946 foram publicados dois livros no Brasil com a palavra “fome” no título: *Fome de pão*, de Adolfo Porto (1946); e o já citado *Geografia da fome*, de Josué de Castro. O primeiro teve pouca repercussão, apesar de algumas críticas favoráveis. Já o livro de Josué teria uma repercussão substancial não apenas para a carreira do autor, mas também para a formulação do debate.

Apesar do destaque que as crises de fome recebiam na imprensa brasileira, o aspecto social – determinante nas diferentes soluções para o problema – ficava em segundo plano. A representação da fome estava vinculada, portanto, na emergência, intensidade e no esvaziamento dos processos geradores. A fome vinculada à pobreza ia se anunciando na literatura e enquanto notícia aos poucos, como casos isolados. *Geografia da fome* teve um grande impacto nacional e internacional porque igualava a ausência parcial de alimentos, fome endêmica, ao estatuto de problema social que as crises de fome tinham. O que Castro logrou renomear é que a fome não era meramente uma questão de abastecimento ou advinda de problemas naturais. Tratava-se também de uma questão de capacidade de acesso aos alimentos, um problema socialmente constituído que estava relacionado ao lugar social ao qual pertencia determinado grupo. Nesse sentido, a fome era produto das relações sociais e econômicas, portanto também históricas, daquele grupo. A partir

daí, intensificou-se o debate público e político dentro dessa chave, como o apoio à reforma agrária e às Ligas Camponesas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fenômenos climáticos continuaram a assolar países centrais. Enquanto Josué de Castro presidia o conselho da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), na década de 1950, publicou um texto em parceria com o escritor estadunidense Marshall McClintock, em que analisaram como uma seca no Sul dos Estados Unidos, potencialmente causadora de uma crise de fome, foi tratada naquele país:

[...] os Estados Unidos têm os alimentos, os fundos e a maquinaria de distribuição para evitar muitos desastres. Transferir a seca para a Índia ou a China e a história teria sido muito diferente, com mortes murmuradas aos milhões em vez de milhares. [...] Vamos ver o que realmente aconteceu. Uma agência meteorológica eficiente avisou sobre uma longa seca. Agentes do Departamento de Agricultura e funcionários do Estado relataram piora das condições. Mas ninguém temia a fome como tal. As pessoas se preocupavam com a morte das formigas, com o resultado do ressecamento dos pastos e da seca das plantações. O presidente então proclamou os estados de seca como “áreas de desastre” e fez empréstimos de milhões de dólares à disposição dos agricultores para a compra de alimentos, dos quais havia muitos estocados. O gado tinha alimentos à mão, além do maquinário para levá-los à costa de que eram necessários. Os fazendeiros do Sul, como as vítimas das enchentes no vale do Missouri e dos terremotos na Califórnia, guardavam comida no banco para um dia chuvoso ou um dia sem chuva. O mundo não

pode fazer por todos os seus povos o que muitas nações fizeram por si? (CASTRO, s.d. b, grifo da autora).

Não apenas o termo *famine* deixava de figurar com protagonismo na produção letrada desses países, mas o próprio fenômeno. O alargamento do significado de fome e a ênfase dada no seu sentido crônico ou estrutural são fundamentais para compreender a discussão proposta por Josué de Castro sobre o assunto. Como ele mesmo observou:

No passado, empregava-se a palavra “fome” para exprimir a falta de alimentos para a satisfação do apetite e o número de mortos pela fome restringia-se então aos indivíduos esqueléticos que morriam por completa inanição. O autor [Josué de Castro], porém, usa essa palavra no seu *sentido moderno*, no sentido de falta de quaisquer dos quarenta ou mais elementos nutritivos indispensáveis à manutenção da saúde. A falta de qualquer deles ocasiona morte prematura, embora não acarrete, necessariamente, a inanição por falta absoluta de alimento. A carência total de alimento, tal como se verifica nas épocas de fome em massa, sempre constituiu uma causa importante de mortalidade. Mesmo nos últimos tempos a fome tem matado mais gente do que a própria guerra. Mas o número dos que assim se morre ainda é pequeno, em comparação com os que vivem num regime alimentar inadequado para manter a saúde e que, por isso mesmo, sofrem, em maior ou menor grau, de doenças da nutrição. Dando-se à palavra fome essa acepção, de acordo com as estimativas feitas antes da guerra, dois terços da população do mundo vivem em regime de fome. Recente trabalho elaborado por uma comissão norte-americana calcula esse número em 85% (CASTRO, [1952] 1965, p. 8).

O *sentido moderno de fome*, segundo Josué, abrangia a alimentação deficitária, indo além das crises e da morte por inanição. A partir das mudanças nas relações sociais, econômicas e materiais europeias e da formação de ferramentas científicas específicas desse território, criou-se a base interpretativa que possibilitou o alargamento do sentido de fome. Conforme exposto anteriormente, essa nova acepção foi gestada entre cientistas, agências internacionais e o Estado, longe de ser uma categoria oriunda daqueles que vivenciavam a situação. Josué de Castro se valeu desses estudos na sua produção e usou essas ferramentas como uma gramática na qual ele aplicou um vocabulário do território brasileiro.

Por isso, foi necessário não apenas olhar a representação do fenômeno, mas inscrevê-la em uma análise sobre o que chamamos aqui de processo de formação da fome no sistema capitalista. Com isso, visamos argumentar que a diminuição das crises de fome nos países centrais fez a produção científica e o debate público se voltarem para a fome endêmica como uma questão social relevante. Essa fome foi enquadrada a partir dos elementos que a formavam no sistema *moderno*: a capacidade de comprar alimentos e o mapeamento destes através dos paradigmas nutricionais. As ferramentas científicas criadas para a análise desse enquadramento foram, elas também, fruto do capitalismo.

É na assimilação do conceito em processo de formação que mora a importância da obra de Josué de Castro. Nesse momento, ele passou a ser atrelado à fome na construção de sua personagem pública. A fome se tornou, assim, elemento essencial de sua biografia, consagrando-o como aquele que lançou luz à fome enquanto fenômeno biológico de um problema social. O prestígio nacional e internacional que lhe foram conferidos é a comprovação de que essa reorganização da categoria de fome por seus pares e por ele, capturada por Josué, fazia sentido naquele momento.

REFERÊNCIAS

AWARD to professor H. C. Sherman. *Science*, v. 77, n. 1977, p. 346, 7 abr. 1933.

BILTEKOFF, Charlotte. Critical Nutrition Studies. In: PILCHER, Jeffrey (org.). *The Oxford Handbook of Food History*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII*: Volume 1 – As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível. São Paulo: Martins Fontes, [1967] 1995.

CASTRO, Josué de. *Alimentação e raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1936.

_____. *O problema da alimentação no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939.

_____. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, [1946] 1948a.

_____. *Problema da alimentação e defesa nacional*. Conferência no Club Militar. Acervo Josué de Castro, FUNDAJ. Pasta 231, 4 nov. 1948b.

_____. *Geopolítica da fome*. São Paulo: Brasiliense, [1952] 1965.

_____. *Homens e caranguejos*. São Paulo: Brasiliense, 1967.

_____. As condições de vida das classes operárias no Nordeste. In: *Documentário do Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1968.

_____. *O Brasil é uma grande invenção*, [recorte sem nome de veículo]. Acervo Josué de Castro, FUNDAJ. Pasta 295. s.d. a.

CASTRO, Josué de; McCLINTOCK, Marshall. *Fighting famine with a World Food Bank*. Acervo Josué de Castro, FUNDAJ. Pasta 180. s.d. b.

COLLINGHAM, Lizzie. *The taste of war – World War II and the battle for food*. Nova York: The Penguin Press, 2012.

CORRÊA, Joaquim Antônio. Série sobre a Seca no Ceará de 1877/78. In: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <<https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra16655/serie-sobre-a-seca-no-ceara-de-1877-78>>. Acesso em: 21 maio 2023.

DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais: a criação do terceiro mundo*. Tradução: Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Veneta, [2002] 2022.

DEVEREUX, Stephen. *Theories of famine*. Nova York: Harvester Wheatsheaf, 1993.

FRIEDMANN, Harriet. International Regimes of Food and Agricultures Since 1870. In: SHANIN, Teodor (Org.). *Peasants and Peasant Societies*. Oxford: Blackwell, 1987.

GIRÃO, Raimundo. *Pequena história do Ceará*. Fortaleza: A. Batista Fontenelle, 1953.

GLASMAN, Joël. *Humanitarianism and the Quantification of Human Needs*. Londres: Routledge, 2019.

GRÁDA, Cormac Ó. *Famine: a short history*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

_____. Famines Past, Famine's Future. *Development and Change*, v. 42, n. 1, p. 49-69, 2011.

HOWE, Paul; DEVEREUX, Stephen. Famine intensity and magnitude scales: a proposal for an instrumental definition of famine. *Disasters*, v. 28, n. 4, p. 353-372, 2004.

KAMMINGA, Harmke; CUNNINGHAM, Andrew. *Science and Culture of Nutrition, 1840-1940*. Amsterdã/Atlanta: Rodopi, 1995.

KENEALLY, Thomas. *Three famines*. Nova York: Public Affairs, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. Crisis. *Journal of the History of Ideas*, v. 67, n. 2, p. 357-400, 2006.

LEVENSTEIN, Harvey. *Revolution at the table*. The transformation of the American Diet. Berkeley: University of California Press, 2003.

LIEBIG, Justus. *Animal Chemistry*. Cambridge: Cambridge University Press, 1842.

MAGALHÃES Jr., Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. São Paulo: LISA; Rio de Janeiro: INL, 1972.

MALTHUS, Thomas. *An Essay on the Principle of Population*. Electronic Scholarly Publishing Project, [1798] 1998. Disponível em: <<http://www.esp.org/books/malthus/population/malthus.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

MITCHELL, Timothy. *Rule of experts: Egypt, techno-politics and modernity*. Los Angeles: University of California Press, 2002.

MOORE Jr., Barrington. *Aspectos morais do crescimento econômico*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

NEIBURG, Federico. Buscando a vida na economia e na etnografia. *Mana*, v. 28, n. 2, 2022.

NEWMAN, Lucile F. (org.). *Hunger in History: Food Shortage, Poverty, and Deprivation*. Oxford: Wiley-Blackwell, 1995.

O BESOURO: folha ilustrada, humorística e satyrica. Rio de Janeiro: Typp. de Leuzinger & Filhos, n. 16, 20 jul. 1878.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, [1944] 2021.

PORTO, Adolfo. *Fome de pão*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1946.

ROWNTREE, Benjamin Seebohm. *Poverty, a study of town life*. Londres: Macmillan & Co, 1901.

SEN, Amartya. *Poverty and Famines*. An essay on entitlement and deprivation. Oxford: Oxford University Press, 1982.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Marcelo Cândido da. Os agentes públicos e a fome nos primeiros séculos da Idade Média. *Varia Historia*, v. 32, n. 60, p. 779-805, 2016.

_____. Crise e fome na Alta Idade Média: o exemplo dos capitulários carolíngios. *Anos 90*, v. 24, n. 45, p. 185-207, 2017.

SIMMONS, Dana. *Scarcity is a lie: hunger stories from the science archive*. [no prelo]

TILLY, Charles (Org.). *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1975.

TOWNSEND, Joseph. *A Dissertation on the Poor Laws*. Berkeley: University of California Press, [1786] 1971.

VERNON, James. *Hunger, a modern history*. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: Belknap Press, 2007.

A FOME E OS ESTADOS UNIDOS: JOSUÉ DE CASTRO E A CRÍTICA DA FOME NO CENTRO DO PODER MUNDIAL

Thiago Lima¹

Não deixa de ser chocante ver incluída entre as grandes áreas de fome do mundo uma porção de território norte-americano. Realmente, parece um paradoxo a existência de áreas de fome num país de abundância como os Estados Unidos da América, onde a agricultura, sempre em apuros com seus excedentes, tem uma capacidade produtiva que permitiu ao país, durante a última guerra, tomar o encargo de ajudar a situação alimentar de metade do mundo. Mas a existência de uma área de fome, no celeiro mundial, é fato indiscutível. Indiscutível porque não se trata de um pequeno núcleo de população, mas de toda uma região geográfica, de extensão territorial superior a inúmeros países [Josué de Castro, *Geopolítica da fome* (1968, p. 197)].

INTRODUÇÃO

A escrita e os discursos de Josué de Castro são marcados por sentimentos. Mesmo seus textos mais analíticos estão distantes

1 Professor no Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

de redações frias, muitas vezes entendidas como necessárias à objetividade científica. Entre as emoções mais explicitadas pelo autor está a da indignação, uma aflição que parece decorrer da conclusão lógica de que, no descompasso entre a ciência e a política, perdia-se um tempo inestimável no combate à fome.

Como muitos de seu tempo, Josué de Castro viveu impactado pelo advento da era atômica, símbolo máximo, e horrendo, da potência científica. Este impacto era qualificado pelo trabalho de sua vida, afinal, se a ciência havia sido capaz de cindir o átomo, o que a impediria de multiplicar o pão? A resposta, para ele, era óbvia e inadmissível: a prioridade política dos diversos governos não era livrar a humanidade da fome. A responsabilidade por dois terços da humanidade não conseguir se alimentar direito à sua época, como incansavelmente denunciou, recaía, em parte significativa, mas não exclusivamente, sobre as grandes potências. O que pensar, então, sobre os Estados Unidos, a superpotência do mundo capitalista?

Este capítulo pretende fazer uma breve e não exaustiva rememoração da visão de Josué de Castro sobre o papel dos Estados Unidos a respeito das questões da alimentação e da fome². Para isso, serão utilizadas publicações do pernambucano, além de discursos seus e estudos realizados por outros pesquisadores e pesquisadoras. O objetivo é tentar retratar a reflexão de nosso autor sobre o país que, em tese, teria as maiores condições para extirpar a fome de seu território e, ao mesmo tempo, liderar um amplo esforço de cooperação multilateral para o aumento da produção e para a melhoria da distribuição de alimentos nos países periféricos, ou subdesenvolvidos, como Castro os denominava. Ocorre que estas duas possibilidades não foram levadas a cabo no tempo de Castro – nem nosso.

Os Estados Unidos tiveram diversas e heterogêneas experiências de fome em sua história, inclusive na condição de superpotência.

2 Diferentemente dos outros autores e autoras desta coletânea, o texto aqui apresentado não é elaborado por um especialista na vida e obra de Josué de Castro, e sim por alguém que se encontra com o autor em suas pesquisas sobre as conexões entre a Fome e as Relações Internacionais.

Apesar de ser uma terra de abundância agrícola – ou talvez justamente por causa dos métodos que os levam à “maldição abundância” (COCHRANE, 2003) – os Estados Unidos historicamente enfrentam uma série de problemas agroalimentares e com as mais diversas conexões e consequências. Para ficarmos em apenas três, podemos mencionar a crise ecológica denominada *Dust Bowl*, que atingiu partes de Kansas, Colorado, Oklahoma, Texas e Novo México nos anos 1930 (HOLLEMAN, 2018); a dependência crônica dos subsídios econômicos para evitar um colapso generalizado de insolvência no meio rural (LIMA, 2018); e a própria fome. Esta, que se apresentou de forma gravíssima durante a Grande Depressão e o *Dust Bowl* – imortalizado em *As vinhas da ira*, de John Steinbeck – resultando num processo de migração involuntária comparável ao dos retirantes nordestinos, também aparece como fome ou risco de fome (sobre este conceito, ver RIBEIRO JR., 2021) ao longo dos séculos XX e XXI, notadamente mais concentrada nas populações não brancas, ainda que estas também não estejam totalmente livres das restrições alimentares, como retratou um vencedor do prêmio Pulitzer em *American Hunger* (SASLOW, 2014).

Como veremos, já nos anos 1950 Josué de Castro dedicou-se à crítica do que chamou de “mais um exemplo ilustrativo do tipo de fome de fabricação humana” (CASTRO, 1968, p. 198), principalmente no Sul latifundiário e marcado pela escravidão. No começo dos anos 1970, Castro (1983) ressaltava que 50 milhões de pessoas viviam malnutridas naquele país, dos quais 20 milhões eram verdadeiros famintos. Atualmente, o Departamento de Agricultura aponta que há 13,5 milhões de famílias em algum grau de insegurança alimentar, das quais 5,1 milhões viveram em insegurança alimentar muito baixa (ECONOMIC RESEARCH SERVICE, 2022a). Em termos regionais, estados do Sul são aqueles em que a insegurança alimentar está acima da média nacional. Em termos absolutos ou regionalmente, o quadro não é muito diferente.

Neste sentido, a reflexão do autor sobre um país repleto de recursos científicos e econômicos, e a que nenhum outro se submetia em termos políticos, nos ajuda a compreender a complexidade do desafio da erradicação da fome. Este é, possivelmente, o caso concreto que mais completamente representa uma das famosas conclusões de Josué de Castro: “A fome é a expressão biológica de males sociológicos”. De fato, o pernambucano projetou um estudo denominado “Estados Unidos – país subdesenvolvido”, mas que não foi capaz de concluí-lo antes de sua morte (CASTRO, 1983).

A ESPERANÇA QUE VINHA DO NORTE

Os Estados Unidos são um país da mais alta relevância para a pesquisa científica e o desenvolvimento de políticas públicas no grande campo agroalimentar e nutricional. Suas inovações técnicas no campo da produção e seus estudos nutricionais são, por vezes, paradigmáticos, e sua ajuda alimentar internacional, que é a maior do mundo desde o pós-II Guerra Mundial, faz a diferença entre a vida e a morte para muitas populações – não que estes fatos os isentem de críticas quanto aos seus métodos e propósitos (ver NESTLE, 2013; COCHRANE, 2003; LIMA & DIAS, 2016). Cabe destacar, por exemplo, que foi no enfrentamento da fome em seu solo que surgiu a contribuição seminal para o desenvolvimento da “Escala de Segurança Alimentar Doméstica”, instrumento de pesquisa sobre a percepção das famílias a respeito da fome e que foi mundialmente difundida, servindo de inspiração para a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) (RIBEIRO JR., 2021)³.

O reconhecimento desta capacidade técnico-científica no trato dos temas alimentares e nutricionais parece ser um bom ponto de partida para examinar a reflexão de Josué de Castro sobre o

3 Para um exame da influência do intercâmbio com os Estados Unidos para a formação de políticas alimentares no Brasil no tempo de Josué de Castro, ver Leme (2023).

papel dos Estados Unidos. Destacamos, mais especificamente, a sua experiência junto ao governo estadunidense em 1943 (AMORIM, 2016; LEME, 2023). O pernambucano havia feito estágio de quatro meses naquele país no ano de sua formatura como médico, em 1929, na Universidade de Columbia e no Medical Center de Nova Iorque (CAMPOS, 2004). Contudo, na condição de chefe do Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN), a viagem de Castro aos Estados Unidos durante a II Guerra Mundial proporcionou não só a pesquisa sobre equipamentos para a instalação do Instituto de Tecnologia Alimentar que viria ser fundado no Brasil⁴, sob sua influência, mas também a observação do que considerou importantes avanços científicos, técnicos e de políticas públicas nos campos nutricional e alimentar. Por exemplo, impressionou-o regime de racionalização alimentar que compunha o esforço de guerra, o que teria melhorado a qualidade da dieta não apenas dos soldados, mas da população em geral, em relação ao momento anterior à entrada do país no conflito. Disse Josué em uma entrevista:

Cheguei à conclusão insofismável de que a alimentação racionada do povo norte-americano, na atual emergência da guerra, é muito melhor e muito mais racional do que a de todos os outros países do mundo em tempo de paz. Para manter esta alimentação perfeita dos exércitos das Nações Unidas, os Estados Unidos têm o maior interesse em apoiar os planos de ampliação e de racionalização da produção de alimentos dos seus aliados, de acordo com as recomendações da Conferência de Hot Springs. O Brasil é um dos países de maiores possibilidades de produção de alimentos e, portanto daqueles que poderão prestar maior auxílio nesse esforço hercúleo de bem alimentar

4 Em 1946, o ITA foi transformado em Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, hoje UFRJ (LEME, 2023).

metade do mundo (*A Noite*, 9 ago. 1943, apud AMORIM, 2017, p. 58).

Segundo Adriana Salay Leme (2023), após esta passagem pelos Estados Unidos Josué de Castro e a comunidade epistêmica da qual fazia parte conseguiram introduzir no Brasil o que consideravam ser diversos avanços em termos fortalecimento nutricional e de industrialização de alimentos. Paralelamente, ao longo dos anos o pernambucano desenvolveu parcerias com profissionais estadunidenses por meio do STAN e do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), do qual foi Diretor. As Redes formadas em torno do SAPS e do STAN, nos Estados Unidos, teriam sido plataformas relevantes para a projeção política internacional de Josué de Castro (LEME, 2023).

Contudo, queremos destacar na fala citada as expectativas sobre a condução geral do problema da fome no mundo. A menção à Conferência de Hot Springs nos fornece uma base para entendermos a agonia e a indignação que crescerão no brasileiro conforme ele observava a falta de vontade política dos Estados Unidos para encabeçar decisivamente a luta mundial contra a fome.

Conforme Maria Letícia Galuzzi Bizzo (2012) nos ajuda a contextualizar, durante a II Guerra Mundial os Estados Unidos viviam o difícil paradoxo de justificar a doação de alimentos ao exterior enquanto impunham uma dieta restritiva aos seus cidadãos – e isto após os anos de fome da Grande Depressão. Como justificou o vice-presidente Henry Wallace, ainda em 1943:

Nos próximos anos vamos embarcar todo o alimento possível para o exterior, [...] porque é o caminho mais curto para se acabar com a guerra e se ganhar a paz. Mas assim que possível vamos parar com isso. Vamos treinar as pessoas no estrangeiro para alimentarem a si próprias, porque sabemos que, se aprenderem a alcançar

um alto padrão de vida por seus próprios esforços, nós nos EUA estaremos mais seguros. Quando conseguirmos que as pessoas no estrangeiro estejam treinadas para se alimentarem por si sós de novo, fortaleceremos nosso mecanismo [...] para proteger [nossa] agricultura de um colapso. [...] em breve chegará o tempo em que o alimento será um argumento mais persuasivo do que os aviões (BIZZO, 2012, p. 92).

De fato, em 1943 o governo Roosevelt convocou a Conferência das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (Dias; Santana, 2021). A Conferência de Hot Springs, como também ficou conhecida, foi a primeira do tipo e ecoou uma das famosas “Quatro Liberdades” proferidas no *State of the Union Address* de 1941⁵. Tratava-se da libertação da privação (*freedom from want*), sobre a qual o documento final da Conferência registrou:

The Conference declared that the goal of freedom from want can be reached. I did not, however, seek to conceal the fact that it will first be necessary to win freedom from hunger (UNITED NATIONS CONFERENCE ON FOOD AND AGRICULTURE, 1943).⁶

Naquele momento, o equacionamento do problema da fome passava necessariamente pelo aumento da produção e da produtividade, mas também dos meios de se adquirir os alimentos disponíveis, algo que ia além do debate já inovador nutricional. Para isso, amplos esforços deveriam ser empenhados na inovação e difusão de técnicas agroalimentares, bem como na elevação do emprego e da renda, inclusive por meio do desenvolvimento industrial (BIZZO,

5 Disponível em: <<https://www.fdrlibrary.org/four-freedoms>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

6 Disponível em: <<https://collections.nlm.nih.gov/catalog.nlm:nlmuid-25110080R-bk>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

2012). Uma ampla cooperação internacional seria indispensável para isso.

De fato, nos anos 1930, a visão de Josué acerca do enfrentamento do problema alimentar no mundo possuía otimismo. Podemos notar, por meio da oitava edição de *O problema da alimentação no Brasil* (CASTRO, 1939), publicada originalmente em 1932, que o pernambucano via que um efeito da I Guerra Mundial era ter trazido o

estudo da alimentação para o primeiro plano do debate dos grandes problemas da vida contemporânea. Em todos os países civilizados, o assunto é estudado com interesse e os seus governos, convencidos da importância categórica do problema, procuram levar a efeito uma verdadeira política de alimentação, baseada nos postulados científicos que os institutos especializados vão formulando (CASTRO, 1939, p. 198).

Neste livro, o brasileiro destacava a atuação de médicos, professores, profissionais da nutrição e dos setores governamentais estadunidenses ligados à higiene alimentar em aplicar e difundir conhecimentos e práticas baseadas em preceitos científicos e acadêmicos. Neste sentido, os intercâmbios com instituições dos EUA, por meio do SAPS e do STAN, reforçavam sua admiração pelas políticas públicas alimentares e pela ciência nutricional daquele país.

Ao mesmo tempo, Castro (1939) parecia estar observando o prenúncio de um esforço internacional para enfrentar o problema da fome, simbolizada por uma “Comissão Internacional de Controle da Alimentação – comissão que se empenhou em orientar a produção, a distribuição e o consumo das substâncias alimentares, dentro dos princípios nacionais da economia nutritiva” (p. 198). Desta comissão partiriam orientações para os países e mais, ela havia inspirado o desenvolvimento de institutos nacionais para estudar e planejar a superação da fome. Saudava também os esforços da Liga das Nações

nos temas da Alimentação, Nutrição, Saúde e Higiene (sobre a internacionalização do tema da fome naquele período ver BIZZO, 2012; LEME, 2023). No livro de 1939, nosso médico destacava a relevância desses estudos para a associação entre a má-nutrição e a ocorrência de diversos tipos de doenças, como a tuberculose. Em sequência, no prefácio de *Geografia*, publicada em 1946, Josué louvava a Conferência de Hot Springs por ter sido um foro no qual os delegados dos países “confessaram, sem constrangimento, quais as condições reais de alimentação de seus respectivos povos” (CASTRO, 2022, p. 21). Até então, para o autor, os países tratavam de esconder, por medo ou por tabu, as trágicas situações de fome e de carência nutricional às quais suas populações estavam submetidas. Menos de um ano após o término da II Guerra Mundial Josué anotou que “o que se vê hoje por toda parte é o sacrifício obrigatório dos interesses econômicos aos sociais. É a tentativa cada vez mais promissora de pôr o dinheiro a serviço do homem, e não o homem escravo do dinheiro” (CASTRO, 2022, p. 26).

Nessa perspectiva, é possível que o momento histórico da Conferência de Hot Springs tenha contribuído para a visão que Castro detinha sobre o presidente Franklin D. Roosevelt, mesmo diante da profunda decepção que passaria a nutrir em relação aos governos dos Estados Unidos. Em discurso que proferiu como deputado federal em 1955, no aniversário de 10 anos da morte daquele presidente, notamos tanto a admiração de Josué por ele, quanto seu desprezo pela estrutura política que considerava responsável pelo lançamento das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki. Em sua fala, o parlamentar classificou Roosevelt como não “apenas um estadista norte-americano, mas um estadista mundial”, alguém que

soube ultrapassar os limites acanhados da política local, da política municipal, da política regional, para transcender à compreensão de uma política de integração universal,

de interesses de todas as nações, em obediência aos supremos interesses da própria humanidade (CASTRO, 1955, apud MELO & NEVES, 2007, p. 185).

Marcadamente, distinguia-o do primeiro-ministro do Reino Unido, Winston Churchill, a quem classificou como “nunca defendendo os interesses da humanidade inteira” e sim “uma causa tão injusta à humanidade, como seja a causa do imperialismo e do colonialismo, da exploração do homem pelo próprio homem, de uma minoria privilegiada que se planta em cima do trabalho dos outros, e as explora como escravos” (CASTRO, J., *Diário*, abril de 1955, p. 1658, apud CAMPOS, 2004, p. 254).

Não pretendemos analisar o juízo de valor de Castro. O destaque à pessoa do presidente Roosevelt é importante para pontuar que ele não confundia o país com seus governantes. Por exemplo, no livro *Sete Palmos e um Caixão*, escrito a pedido de editora estadunidense para elucidar aquele público sobre o que se passava no Nordeste brasileiro no contexto da Revolução Cubana (1959) e da fracassada intervenção de Washington no episódio da Baía dos Porcos (1961), Castro anotou: “Nem o Nordeste é apenas um bando de agitadores e comunistas, nem os EUA são um bando de sanguessugas chupando impiedosamente todo o sangue – todo o trabalho e toda a riqueza – dos latino-americanos” (CASTRO, 1965, p. 173). Neste livro, muito crítico, aliás, ao papel histórico dos Estados Unidos na América Latina e, especificamente, ao programa Aliança para o Progresso do presidente John. F. Kennedy (ver CAMPOS, 2004), notamos um esforço argumentativo em desarmar o medo de Washington sobre uma revolução comunista no Brasil e, ao mesmo tempo, em sugerir o papel positivo, para a causa do desenvolvimento, que o país norte-americano poderia ter – caso optasse politicamente por isso. No entanto, naquele momento dos anos 1960, a avaliação do nosso autor era a de que

a Aliança para o Progresso em lugar de ajudar o povo brasileiro a lutar contra o subdesenvolvimento, a fome e a doença em massa, ajudará os inimigos do povo a fortalecerem suas lideranças ilegítimas e a engordarem à custa da miséria popular. Neste caso, a Aliança para o Progresso só ajudará uma coisa: explosão da revolta popular (CASTRO, 1967, p. 222).

Pouco tempo depois de ter entregado o manuscrito de *Sete palmos* à editora eclodiu, com apoio dos Estados Unidos, o golpe militar de 31 de março de 1964. Josué de Castro foi exilado em abril daquele ano e viveu no exterior até sua morte, em 1973.

A ORDEM INTERNACIONAL E A PRODUÇÃO DA FOME

As relações internacionais eram estruturantes para a reflexão de Castro. Embora ele não tenha elaborado uma teoria própria de Relações Internacionais, nem investido em profundos debates teórico-conceituais sobre as dinâmicas do colonialismo, do imperialismo, da escravidão, do racismo e do subdesenvolvimento, estes são elementos permanentes de seu enquadramento do problema da fome (MENDONÇA, 2021). Por isso, tornou-se incontornável, para ele, não só a análise crítica sobre os Estados Unidos, mas também a ação política de denúncia e de contestação.

Além de médico e pesquisador, Josué de Castro foi um político com mandatos e cargos no Brasil e no exterior. Filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro, foi deputado federal por Pernambuco, por dois mandatos entre 1954 e 1962. A sua expressão parlamentar dialogava com seus escritos militantes em jornais e revistas, assim como com seu trabalho acadêmico. Neste sentido, Castro normalmente proferia discursos oficiais muito duros contra as dinâmicas internacionais de dominação e, especificamente, contra atuação dos Estados Unidos nestes processos. Para ele, a fome, em

seu tempo, era produto de condições sociais históricas que, como tais, poderiam ser modificadas. Mas faltava a vontade política para reconfigurar a ordem internacional, ordem esta cujo principal artífice, no mundo não socialista, eram os Estados Unidos.

Por exemplo, em *Geopolítica da fome*, nosso autor pontuou:

Em última análise, a fome não é consequência nem da produção nem de consumo insuficientes, encarados isoladamente, mas dos baixos níveis de produtividade individual. Os povos ou grupos que passam fome são sempre povos ou grupos de capacidade de produção insuficiente, de produtividade ínfima, que não lhes permite adquirir os alimentos necessários ao uso de uma dieta balanceada (CASTRO, 1957, p. 496).

Contudo, para Castro, a devida compreensão das baixas produtividades coletiva e individual nos países subdesenvolvidos deveria estar associada à dinâmica do colonialismo e ao caldo de colonialidade que permeava as relações sociais nos países que se tornavam independentes do domínio de uma metrópole. A escravidão e o racismo tinham partes cruciais nisso. No Brasil, e em muitos países, tais processos históricos, concretos, geraram estruturas econômicas dependentes da exportação de uns poucos produtos associados ao latifúndio e a “certos tipos de exploração econômica que impõem, invariavelmente, níveis de produtividade infra-humana – de produtividade muito aquém das necessidades mínimas da vida” (CASTRO, 1957, p. 496).

Para exemplificar seu argumento, Josué comparou ex-colônias latino-americanas e os Estados Unidos.

De acordo com um inquérito levado a efeito durante a última guerra, por técnicos da Associação de Planejamento de Washington, a quantidade de açúcar que um operário de Cuba pode adquirir com o salário de um dia é quatro

vezes menor do que a que pode adquirir um operário norte-americano, e, no entanto, Cuba é um dos maiores produtores de açúcar do mundo. Um operário da Colômbia tem que trabalhar quatro horas para adquirir uma quantidade de café correspondente a uma hora de trabalho nos Estados Unidos, e a Colômbia é um dos líderes na produção de café (CASTRO, 1957, p. 497).

Concluiu, então, que

Só com sua libertação econômica da política colonial poderão essas áreas de fome desenvolver sua produtividade, de forma a dispor do suficiente para o seu sustento, o que é possível, não só pela diversificação de sua produção, como também pela fixação do justo preço das matérias-primas e pelo seu beneficiamento industrial *in loco* (CASTRO, 1957, p. 498).

Portanto, a superação da fome no Brasil e nos diversos países passava pelo desenvolvimento entendido, em grande parte, como aumento da produção agrícola e industrial e da renda. A ampliação da oferta de produtos alimentícios e das possibilidades de comprá-los eram duas pontas do mesmo fio.

Mas, mesmo que a estrutura internacional restringisse a capacidade dos países em buscar o desenvolvimento, o planejamento nacional e a intervenção do Estado eram ferramentas indispensáveis para ampliar a autonomia do país. Mais uma vez, Castro recorre ao exemplo dos Estados Unidos, desta vez para legitimar a intervenção do Estado brasileiro na economia. Discursando como deputado em 1957, argumentou:

Não me venham, pois, com a história de que os Estados Unidos são um país de livre iniciativa, porque, então, eu diria que o que temos a fazer no Brasil é um tipo

de economia de livre iniciativa à norte-americana, que é um dirigismo no sentido total da defesa nacional, é um dirigismo nacionalista, um dirigismo no interesse da coletividade. [...] Portanto, se os países fortes, como os Estados Unidos, se defendem através do seu dirigismo econômico, o que não dizer da necessidade de se defenderem os países fracos, os países marginais do grande eixo econômico predominante no mundo, aqueles que estão ainda numa dependência econômica mais intensa da política econômica internacional? (apud MELO & NEVES, 2007, p. 88)

Josué tratava do que diversos estudos acadêmicos vieram posteriormente sistematizar, inclusive no que toca ao papel da reforma agrária, da indução estatal da pesquisa científica e da extensão técnica como forma de aumentar a produtividade agroalimentar nos Estados Unidos, e dos projetos de infraestrutura que fomentavam a industrialização (SILVA & MORAES, 2014). O ponto fundamental para nosso argumento, no entanto, é o destaque que Castro dava para a independência política com a qual Washington buscava seu destino, até mesmo de forma antiética. Vejamos:

E quando os Estados Unidos da América do Norte, nos congressos internacionais, principalmente das Nações Unidas, advogam o livre comércio, o fazem para inglês ver, porque, na verdade, nunca nenhum país foi mais contrário ao livre comércio do que os Estados Unidos, que cerceiam, por todos os modos, o comércio, no sentido da defesa e da expansão da produção norte-americana. A livre circulação das mercadorias preconizada por Wilson, e mais recentemente por Roosevelt, não passava de tiradas líricas, sob a inspiração daquele aforismo do velho Kant,

de que o livre comércio constitui um antídoto para as guerras (apud MELO & NEVES, 2007, p. 87)

Os Estados Unidos eram, para nosso autor, o exemplo mais bem acabado de uma ex-colônia que, após uma guerra de libertação nacional, conseguira, de fato, tomar o seu destino político em suas mãos. Ademais, fizera-o sem romper relações econômicas com sua antiga metrópole, o Reino Unido. Isto, num contexto histórico de descolonização e de guerras por independência, era uma demonstração empírica de que a efetiva autonomia nacional das ex-colônias não necessariamente precisava desaguar em inimizades internacionais, nem mesmo ao fechamento dos mercados libertos aos seus antigos senhores. Mais uma vez, era essencial ter a vontade política.

Porém, somente a vontade política nacional não era suficiente para superar os problemas do subdesenvolvimento no mundo pós-II Guerra Mundial. A cooperação internacional também era essencial para prover o conhecimento, os investimentos e o *policy space* para políticas de desenvolvimento. No entanto, os Estados Unidos – ex-colônia, não se empenhavam em cooperar proficuamente para o desenvolvimento dos países latino-americanos. De forma geral, Castro passou a ver a postura de Washington no continente latino-americano como neocolonialista. Por exemplo, em 1960, o deputado Castro foi à tribuna manifestar sua solidariedade à Cuba frente à política dos Estados Unidos para Havana, lançando a Comissão Brasileira contra a Intervenção em Cuba, da qual participavam vários legisladores. Na leitura de Josué, a fome e a miséria se tornaram situações insuportáveis para a população cubana, que adotou então uma saída radical – assim como fizeram outros povos, como os alemães e os japoneses. Inimigo do fascismo, o parlamentar pernambucano ponderou como “humano e justo este povo [cubano], um dia, rebelar-se contra tal estado de coisas e, através de esforço hercúleo, emancipar-se e organizar um governo que limpe a nação do opróbrio dessa opressão de tipo colonial” (apud MELO & NEVES,

2007, p. 218). O colonial, aqui, refere-se à ingerência de Washington sobre a política da Cuba; esta libertada da Espanha pelos próprios Estados Unidos.

Na mesma esteira, a sua crítica ao programa Alimentos para a Paz, do presidente John F. Kennedy, era outro exemplo desta avaliação que, de resto, continha uma certa decepção frente às expectativas iniciais que tinha daquele presidente (CAMPOS, 2004, p. 296). Em sua análise, o programa se revelava uma tentativa disfarçada de *dumping* e de criação de dependência alimentar em países subdesenvolvidos, algo cujas raízes estavam na superoferta de alimentos alcançada na II Guerra Mundial e no programa ajuda alimentar criado pelo presidente Dwight D. Eisenhower em 1954, o Alimentos para a Paz (LIMA, 2018). Isto é, embora pudesse haver algum interesse legítimo em lidar com a fome e a pobreza na América Latina, a principal mola propulsora eram os interesses políticos e comerciais dos Estados Unidos. Discursou o deputado Castro em 1961:

Sabemos que estes excedentes [...] têm criado para os Estados Unidos tais problemas, que só em seu armazenamento aquela Nação gasta mais do que em todos os seus programas de assistência técnica e financeira através dos contratos bilaterais e através das Nações Unidas, no mundo inteiro. [...] Eles não sabem o que fazer com esses excedentes e vêm, então, procurar ajuda e assistência nos países subdesenvolvidos do mundo, para que a nação norte-americana saia de sua crise. A Missão é feita muito mais no interesse norte-americano do que no interesse dos países da América Latina (apud CAMPOS, 2004, p. 297).

Este tipo de doação de alimentos, a partir de excedentes do país doador, era e ainda é contestada internacionalmente pelos seus potenciais efeitos desequilibradores nos mercados dos países

recipiendários, tanto em termos econômicos quanto na formação de hábitos alimentares em torno de alimentos ou preparações que não estão organicamente disponíveis no país que recebe a ajuda alimentar (LIMA & DIAS, 2016). No entanto, de forma contraditória a este posicionamento, Leme (2023, p. 252) demonstra que o próprio deputado Josué de Castro dependia da articulação do recebimento de excedentes de leite em pó dos Estados Unidos para sua sustentação eleitoral em Pernambuco. Este caso é importante, pois nos alerta que Josué era um homem como qualquer outro, e que carregava em sua vida contradições e incoerências, algo que muitas vezes fica perdido em textos mais comemorativos – como este.

De todo modo, Josué argumentava que uma verdadeira cooperação internacional para lidar com a questão da fome e do subdesenvolvimento, de forma estruturante, seria que os Estados Unidos

nos ajudassem na mecanização de nossa lavoura, na diversificação de nossos produtos e, principalmente, no respeito aos preços de nossos produtos de base, que não fizessem destes produtos uma espécie de tamponamento progressivo de nossa economia, esmagando o Brasil com sua economia do café, como esmagou Cuba – com sua economia do açúcar –, como esmagou a América Latina – com a economia da banana (apud CAMPOS, 2004, p. 297).

Eloquentemente, disferiu: “Respeitar a nossa economia não é vir aqui barganhar com a nossa fome” (apud CAMPOS, 2004, p. 297).

O fato é que, conforme acumulava experiência como liderança intelectual, como parlamentar e como dirigente de organização internacional, Castro ia se tornando mais indignado com a política externa dos Estados Unidos. Ao término da II Guerra Mundial o presidente Harry Truman reafirmara o compromisso do país em enfrentar o problema fome e, neste contexto, cabe destacar o episódio

em que, como presidente do Conselho Consultivo da FAO, Josué propôs àquele presidente a criação de uma Reserva Internacional de Alimentos por meio dos excedentes que se acumulavam em vários países. Como resposta, Castro teria ouvido o seguinte de Truman:

Se eu não fosse presidente dos Estados Unidos da América estaria de acordo com o senhor, e apoiaria o seu pedido, mas na qualidade de presidente deste país, não posso concordar com o seu projeto. Os Estados Unidos não podem dar os seus alimentos, os seus excedentes, indiscriminadamente aos povos que tem fome, mas devem usar esses alimentos como uma arma política para pressionar e obter aliados para a nossa causa (apud CAMPOS, 2004, p. 286).

Para Castro, Washington negociava “com a fome do mundo para manter a sua prepotência, o seu colonialismo econômico e o seu imperialismo” (Ibidem). Na verdade, tanto a FAO quanto os Estados Unidos realizavam acordos de cooperação técnica internacional com países periféricos nos campos da alimentação e agricultura, inclusive com o Brasil (LEME, 2023). O fato, entretanto, é que a gênese destas ações de cooperação internacional não tinha como objetivo final o desenvolvimento completo daqueles países, mas tão somente fornecer algo – o que não quer dizer que fosse algo desprezível – para impedi-los de se converterem ao socialismo ou ao antiamericanismo num cenário de Guerra Fria (SANTOS FILHO, 2005).

É preciso enfatizar que este tipo de posicionamento de Josué de Castro ocorria quando ele já era uma figura de relevo mundial. Ele fora presidente do Conselho Consultivo da FAO entre 1952 e 1956, recebeu o Prêmio Internacional da Paz em 1954 e foi indicado ao Prêmio Nobel de Medicina. No final dos anos 1960, o otimismo com o qual ele via a cooperação internacional, até meados dos anos 1940, parecia estar esgotado. A possibilidade de aplicar o “grande

pool de conhecimentos que possuíamos no setor científico” para aumentar as possibilidades alimentares estava desperdiçada não apenas pela ausência de uma efetiva estratégia global de combate à fome, mas pelas disputas geopolíticas e pelo neocolonialismo (CASTRO, [1968], 1983).

A DENÚNCIA DA FOME NOS ESTADOS UNIDOS

Josué de Castro sustentava que qualquer solução para o problema da fome carecia de maiores estudos, mas não somente aqueles nutricionais, de corte bioquímico. Daí fazer um estudo geográfico interpretativo do problema das fomes coletivas não apenas no Brasil, mas também em outras regiões do mundo. Nas Américas, o projeto incluiria “zonas de fome bem definidas e caracterizadas” como a do Sul dos Estados Unidos (CASTRO, [1946] 2022, p. 30). O autor prometera realizar tal tarefa em cinco volumes, mas, como sabemos, este projeto não se concretizou dessa forma. O que veio à luz, após *Geografia*, foram dois volumes de *Geopolítica da fome*, com uma rica subseção dedicada aos EUA. O livro, que deveria ter estilo de divulgação científica para público amplo, fora encomendado por editora estadunidense e publicado em 1951. No ano seguinte, recebeu o Prêmio Franklin Delano Roosevelt da Academia Americana de Ciências Políticas dos Estados Unidos. Conforme Amorim (2016, p. 192), o pernambucano foi “o primeiro escritor latino-americano a receber o prêmio” e, para isso, parece ter sido importante a significativa circulação do livro, que recebeu resenhas e críticas, assim como as “fortes críticas empreendidas por Josué de Castro aos neomalthusianos, cujas ideias não eram bem-vistas por uma grande parcela dos economistas americanos”. Um exame da recepção dos estudos de Castro e de sua própria circulação nas comunidades

acadêmicas dos Estados Unidos e do Reino Unido está disponível na tese de doutorado de Archie Davies (2019)⁷.

Em *Geopolítica*, nosso autor analisou o desperdício que era ter recursos naturais e climas muito propícios para a produção agrícola se a política não estivesse comprometida com a resolução do problema da fome. Tal propósito era minado por diversos fatores, como pela especulação imobiliária em torno das terras, mas era derivada, fundamentalmente, de “uma herança cultural das épocas do pioneirismo, da colonização e da escravidão” (CASTRO, 1968, p. 199).

No Sul, examinava o autor, a escravidão associada à monocultura latifundiária constituiu um sistema agroalimentar grávido de consequências negativas, desde o esgotamento dos solos à falta de existência física de alimentos diversificados para a população. A dieta pobre a que as populações do Sul estavam submetidas carecia do que se chama, à época, de alimentos protetores: legumes frescos, ovos, leite e carne. Afinal, não era de interesse dos exportadores produzir gado e produtos derivados, tampouco culturas que tomassem espaços que pudessem ser ocupados com commodities de exportação.

Este aspecto da disponibilidade de alimentos, aliado ao trabalho escravo e às crises econômicas, repercutiam intensamente na fragilidade da saúde das pessoas daquela região, afetando brancos e negros desde os tempos coloniais. Mais do que isso, restringia as possibilidades de desenvolvimento cultural daquelas populações. Para Castro, aquelas formações sociais no Sul dos Estados Unidos muito se assemelhavam a outras estudadas por ele em *Geopolítica da fome*. Ademais, era impossível compreender a situação nos Estados Unidos sem a infraestrutura da escravidão.

7 Infelizmente só tomei conhecimento desta tese quando no final do meu prazo para concluir este capítulo e, por isso, não tive condições de absorvê-la devidamente para este texto.

Lá, a escassez alimentar surgiu logo, como consequência lógica do exclusivismo do trabalho dos escravos, forçados a plantar quase que unicamente os produtos de exportação, limitando-se ao mínimo as culturas de subsistência. Daí, resultaram dietas das mais incompletas, dietas de fome, que levavam os negros à morte em pouco tempo. Mas nesse regime econômico era mais barato substituir os escravos mortos por novos negros do que tratá-los de maneira adequada, com boa alimentação e menos horas de trabalho (CASTRO, 1968, p. 201).

Além do sistema agroalimentar latifundiário exportador, Castro apontava que a industrialização no Sul, vinda do Norte para explorar custos mais baixos após o fim da escravatura, também foi responsável por jogar pessoas na miséria. Naquelas condições, portanto, formaram-se, entre brancos pobres e negros, hábitos alimentares monótonos e pouco saudáveis, baseados em milho, banha de porco e melaço. Uma consequência biológica daquelas formações sociais era a generalização de doenças associadas à deficiência nutricional, como a pelagra (deficiência de niacina). Em tom generalizante, afirmava que a pelagra havia sido introduzida nos Estados Unidos por um “regime feudal e escravocrata da agricultura do Sul” (CASTRO, 1968, p. 111) em torno do monocultivo do algodão, assim como as deficiências nutricionais decorrentes dos monocultivos de cana-de-açúcar nas Antilhas e a ocorrência do beribéri na Amazônia, por causa da exploração da borracha. Todas eram fabricações humanas. De forma indignada, Josué concluía que era estarrecedor ter, naquela exuberante região geográfica do país mais desenvolvido do mundo, cerca de 73% da população sofrendo com algum tipo de fome – isso, cabe frisar, num dos países considerados “celeiro do mundo”.

A insegurança alimentar e nutricional, com o perdão do anacronismo, também se manifestava em zonas mais ricas e mais bem alimentadas nos Estados Unidos. Ainda que não se observassem

massas famintas, em estado alarmante, como no Sul, havia registro de deficiências nutricionais que afetavam negativamente a saúde das pessoas. Em cidades como Chicago e Nova Iorque, sublinhava o autor, uma ocorrência importante era a do raquitismo. Outra forma de visualizar a magnitude do problema pelas lentes de Castro era o fato, apontado ele, de que apenas 15% das 14 milhões de pessoas examinadas pelo serviço de alistamento militar possuíam as devidas condições de saúde, e isto no “país considerado como o mais bem alimentado do mundo” (CASTRO, 1968, p. 68).

Em outras palavras, a fome se manifestava em diversos graus e formas nos Estados Unidos. Essa constatação impunha a necessidade de pensar a questão de forma transversal, multidimensional, afastando enfoques que simplesmente dividiam o mundo entre países desenvolvidos ou subdesenvolvidos, ou entre Ocidente e Oriente. Não que a estrutura internacional não fosse decisiva para compreender a fome no Brasil e nos países periféricos. Mas, certamente, só ela não era suficiente. Era imperioso reconhecer que “O fenômeno da fome, declarada ou oculta, espalha-se, desta forma, por toda a enorme massa de terra que se estende do Alasca à Terra do Fogo” (CASTRO, 1968, p. 181).

Após a publicação de *Geopolítica*, Josué não chegou a produzir um estudo detalhado sobre os Estados Unidos, mas produziu outros materiais que são representativos de sua visão sobre aquele país. Por exemplo, no livro *Fome, um tema proibido: últimos escritos de Josué de Castro*, a socióloga e organizadora Anna Maria de Castro (1983), filha de Josué, selecionou o texto de 1971, “A miséria na abundância: a fome nos Estados Unidos da América”, publicado originalmente no *Le Monde*. Nele, Josué escreveu que finalmente tinha vindo à tona o grave problema da fome naquele país, impulsionado por livros posteriores ao dele, pelas admissões públicas do problema pelos presidentes Kennedy e Lyndon Johnson, e, principalmente, pela Conferência da Casa Branca sobre Alimentação, Nutrição e Saúde,

convocada pelo presidente Richard Nixon em 1969 para “put an end to hunger in America for all time”⁸.

Esta conferência de ampla magnitude, aliás, foi a primeira do tipo e permaneceu a única até que Biden convocasse uma similar em 2022. Apesar de diversas denúncias sobre a fome no país (para um exemplo em 1961, envolvendo *The New York Times* e a revista *Time*, ver LEME, 2023, p. 172), incluídas as de *Geopolitics of Hunger*, foi o documentário *Hunger In America*, transmitido pela CBS em 1968, que abriu, como numa pedrada, a janela de oportunidade para aquele debate nacional. Decorrem da Conferência diversas políticas públicas que tocam o setor alimentar, desde a rotulagem de alimentos a uma sistematização maior dos programas de assistência alimentar, como o Food Stamps e o programa de alimentação escolar, com reflexos em muitos países.

No entanto, em 1971, Josué avaliava que os resultados da Conferência “não foram muito encorajadores” (CASTRO [1971] 1983, p. 64-65). Isso porque ele não via um esforço estrutural para eliminar a fome nos Estados Unidos. Considerava, por exemplo, o Food Stamps como um paliativo “paternalista, concebido no nível da caridade pública” para “diminuir os riscos de uma situação explosiva”. Repercutiu também o resultado de uma pesquisa que apontava que “o bócio, o raquitismo, a pelagra e várias outras avitaminoses apresentam uma alta incidência entre as populações pobres de todo o país”, e que havia 92% de anemia de origem alimentar entre crianças de determinados grupos urbanos. Pontuou que um quarto da população, ou 50 milhões de pessoas à época, viviam malnutridos e, destes, 20 milhões eram “verdadeiros famintos”. Atento à questão racial, destacou o protesto que “negros, indianos, porto-riquenhos e americanos de origem mexicana” fizeram na Conferência, atirando

8 A Tufts Friedman School disponibilizou um pequeno vídeo sobre a Conferência por ocasião do seu 50 aniversário. Disponível em: <<https://vimeo.com/363375966>>. Acesso em: 24 jun. 2023.

seus cupons sobre palestrantes. Concluiu que, nos EUA, “a civilização da abundância caminha ao lado da civilização da miséria” (Castro [1971] 1983, p. 64-65).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A HUMANIDADE EM PRIMEIRO LUGAR

Josué de Castro costumava dizer que “Metade da humanidade não come; e a outra metade não dorme, com medo da que não come”. Hoje, pode-se dizer que a situação alimentar do planeta melhorou um pouco. As grandes fomes coletivas (*famines* ou *hambrunas*), daquelas que matam contingentes populacionais na casa das dezenas de milhares pela inanição ou pela ameaça de inanição, são mais raras. Simultaneamente, o conhecimento medicinal sobre como tratar as pessoas nessas condições avançou, assim como a medicina em geral e as condições de higiene, o que muitas vezes garante sobrevivência às pessoas em insegurança alimentar (DE WAAL, 2018). Mesmo assim, vivemos com o quadro absolutamente inaceitável no qual aproximadamente 30% da humanidade viveu em insegurança alimentar moderada ou grave em 2021, e quase metade da humanidade não consegue comprar os alimentos para uma dieta saudável (FAO et al., 2022). A superficial cooperação internacional para enfrentar o problema da fome, em amplo espectro, continua a ser parte da explicação para este quadro. O medo dos que não comem pode até gerar políticas paliativas, o que é muito diferente de criar bases sólidas para a universalização do direito humano à alimentação adequada. Na condição de superpotência durante a Guerra Fria, e por ter usufruído do ‘momento unipolar’ após o encerramento do conflito bipolar, os Estados Unidos carregam responsabilidade significativa, mas longe de ser única, por este cenário global.

E, se em seu tempo Josué denunciava a monotonia alimentar e a consequente falta de nutrientes que prejudicavam a saúde das massas

no país mais rico do mundo, a novidade que se formou nos últimos 30 anos é uma epidemia de obesidade e de comorbidades associadas à má alimentação, como diabetes e hipertensão, resultantes diretas do volumoso consumo de variados alimentos ultraprocessados e de baixíssimo custo, frequentemente os únicos acessíveis para muitas famílias. E isso mesmo com o – ou também por causa do – auxílio do programa de assistência alimentar tradicionalmente conhecido como Food Stamps (hoje, SNAP), que são distribuídos para algo em torno de um em cada sete pessoas (SASLOW, 2014). Tal quadro foi severamente agravado durante a pandemia de Covid-19 quando, aliás, toneladas e toneladas de alimentos frescos foram descartadas em decorrência da interrupção das cadeias agroalimentares e da ausência de clientes – não de pessoas sem ter o que comer. Em 2021, o SNAP somou seu maior valor histórico, com 113,8 bilhões de dólares e mais de 44 milhões de pessoas atendidas (ECONOMIC RESEARCH SERVICE, 2022b). Terminada a pandemia, reconheceu-se um quadro tão grave de fome que, mais de 50 anos após a Conferência da Casa Branca sobre Alimentação, Nutrição e Saúde, o presidente Joe Biden convocou, em 2022, a Conferência da Casa Branca sobre Fome, Nutrição e Saúde para lidar 13,5 milhões de famílias em insegurança alimentar no país e uma inflação anual de alimentos de 10,4%, a maior desde 1981. Quais os efeitos dessa conferência? Ainda é cedo para dizer, mas não há qualquer traço de enfrentamento estrutural (CHAVES, 2023).

José Américo de Almeida, a quem Josué de Castro dedicadamente chamou de romancista da fome no prefácio de *Geografia da fome*, escreveu no livro *A bagaceira*: “Há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto: é não ter o que comer na terra de Canaã”. A obra de Josué faz esta frase escrita para abrir *A bagaceira*, um romance sobre a fome na Paraíba, ressoar até os confins da América do Norte – ontem e hoje.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Helder Remigio de. “*Um pequeno pedaço do incommensurável*”: a trajetória intelectual e política de Josué de Castro. Tese (Doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2016.

_____. Em tempos de guerra: Josué de Castro e as políticas públicas de alimentação no Estado Novo. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, n. 35, p. 51-75, 2017.

BIZZO, Maria Letícia Galluzzi. *Agências internacionais e agenda local: atores e ideias na interlocução entre nutrição e país (1932-1964)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. *A dimensão populacional na obra de Josué de Castro*. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/104441>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

CASTRO, Anna Maria de. Nota Explicativa. In: CASTRO, Anna Maria de. *Fome, um tema proibido: últimos escritos de Josué de Castro*. Petrópolis: Vozes, 1983.

CASTRO, Josué de. *O problema da alimentação no Brasil: seu estudo fisiológico*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939 (1. ed., 1932).

_____. A explosão demográfica e a fome no mundo [1968]. In: CASTRO, Anna Maria de. *Fome, um tema proibido: últimos escritos de Josué de Castro*. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. A miséria na abundância: a fome nos Estados Unidos da América [1971]. In: CASTRO, Anna Maria de. *Fome, um tema proibido: últimos escritos de Josué de Castro*. Petrópolis: Vozes, 1983.

CASTRO, Josué. *Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

_____. *Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas da alimentação e de população no mundo*. 8. ed. (rev. e amp.). São Paulo: Editora Brasiliense, 1968 (1. ed., 1951; 7. ed., 1965), 2 vols.

_____. *Geopolítica del hambre: ensayo sobre los problemas de la alimentación y la población del mundo*. Buenos aires: Universidad Nacional de Lanús, 2019.

CHAVES, Ellen Maria Oliveira. *Insegurança alimentar e covid-19: análise dos impactos da pandemia nos Estados Unidos*. Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Relações Internacionais. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2023.

DAVIES, Archie. *Josué de Castro's Geografia Combatente and the political ecology of hunger*. PhD in Geography at King's College London, 2019.

DE WAAL, Alex. *Mass Starvation: The History and Future of Famine*. Cambridge: Polity Press, 2018.

DIAS, Atos; SANTANA, Jenifer Queila. Sessenta anos do Programa Mundial de Alimentos: uma análise histórica da política de assistência alimentar internacional. *Conjuntura Global*, v. 10, p. 129-150, 2021.

ECONOMIC RESEARCH SERVICE. *Food Security Status of U.S. Households in 2021*. U.S. Department of Agriculture, 2022a. Disponível em: <<https://www.ers.usda.gov/topics/food-nutrition-assistance/food-security-in-the-u-s/key-statistics-graphics/>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

_____. *SNAP spending reached record high of \$113.8 billion in fiscal year 2021*. U.S. Department of Agriculture, 2022b. Disponível em: <<https://www.ers.usda.gov/data-products/chart-gallery/gallery/chart-detail/?chartId=104330>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2022: Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable*. Rome: FAO, 2022.

HOLLEMAN, Hannah. No empires, no dust bowls, ecological disasters and the lessons of history. *Monthly Review*, v. 70, n. 3, p. 22-30, p. 107-116, 2018.

LEME, Adriana Salay. *Josué de Castro e a fome: gênese e gestão de uma questão social no Brasil*. 268. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

LIMA, Thiago. *O protecionismo agrícola nos Estados Unidos: resiliência e economia política dos complexos agroindustriais*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

LIMA, Thiago; DIAS, Atos. Ajuda alimentar internacional dos EUA: política externa, interesses econômicos e assistência humanitária. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*, v. 1, n. 1, p. 189-211, 2016.

MELO, Marcelo Mário; NEVES, Teresa Cristina Wanderley (Orgs.). *Josué de Castro*. Série Perfis parlamentares; n. 52. Brasília: Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 2007.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O combatente da fome: Josué de Castro (1930-1973)*. Bauru: Ed. Canal 6, 2021.

NESTLE, Marion. *Food Politics*. Berkeley: University of California Press, 2013.

RIBEIRO JUNIOR, J. R. S. A fome como processo e a reprodução social capitalista. *Boletim Paulista de Geografia*, v. 1, n. 105, p. 15-39. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1992>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SANTOS FILHO, Onofre. O fogo de Prometeu nas mãos de Midas: desenvolvimento e mudança social. In: CAMPOS, Taiane Las Casas (Org.). *Desenvolvimento, desigualdade e relações internacionais*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2005.

SASLOW, Eli. *American Hunger*. New York: Vintage Books, 2014.

SILVA, Maitá de Paula; MORAES, Reginaldo C. C. *O peso do Estado na pátria do mercado: os Estados Unidos como país em desenvolvimento*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON FOOD AND AGRICULTURE. Hot Springs, Virginia, May 18-June 3, 1943: final act and section reports. Disponível em: <<http://resource.nlm.nih.gov/25110080R>>. Acesso em: 30 jun. 2023.

COMO DIZER A FOME? O SOL, A MELANCIA E O OLHO DE DEUS

Kênia Sousa Rios¹

Marcha até a borda deste infinito e levantando para o céu tranquilo o rosto crispado e duro, Juvêncio diz num tom de voz ameaçador falando a Deus pela primeira vez em sua vida sem antes se benzer: uma coisa dessas vossemecê não vê agora; quando a gente faz um pecado deste tamainho está com um olhão assim em cima da gente. E as suas mãos brutas e trêmulas tentam delimitar no ar o contorno de um olho imenso do tamanho de uma melancia (CASTRO, 1965a, p. 48).

Juvêncio passou todo o dia debaixo do sol mortificador; cavou a terra na tentativa de achar alguma raiz de macaxeira ou batata ou uma gota d'água que fosse. Voltou sem nada. Somente alguns galhos de xique-xique asseguraram o engana-fome daquele dia. Durante o caminho, Juvêncio, de estomago vazio, enchia sua cabeça de perguntas: “quando acabará esta seca terrível? Qual acabará primeiro, a seca ou a família? Que será melhor, morrer de fome na sua própria terra ou emigrar para morrer de fome e de vergonha na terra dos outros?” (CASTRO, 1965a, p. 46).

1 Historiadora e professora. Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003) e PDSE em Estudos da Oralidade - École des Hautes Études en Sciences Sociales (2002). Desde 2004 é professora do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. Suas pesquisas mais recentes envolvem as narrativas da fome no Ceará e a produção social da memória.

Chegando em casa, encontra seu filho quase morto de sede e fome, “com as entranhas roídas pelas comidas brabas que foi obrigado a comer”. Em desespero, mal chega e de novo sai em um “esforço desmedido”, na tentativa de encontrar um pouco d’água. Os vizinhos distantes, que talvez ainda ajudassem, – pois existe a solidariedade insana dos famintos – já tinham debandado. Juvêncio alucina diante do infortúnio, do cansaço e da angústia: “[...] o suor lhe escorre na fronte e perturbado estende a mão no ar transparente da noite para ver se não estará mesmo chovendo.” Resolvido a deixar a terra amaldiçoada, convoca Maria a arribar daquele lugar: “embrulha bem o menino, que vamos embora”. Maria lhe dá a cruel notícia: “o pobrezinho já morreu” (CASTRO, 1965a, p. 47-48).

Nesse momento do conto, a escrita ficcional de Josué de Castro dá ao faminto o direito de blasfemar, de zangar-se com Deus. Na sua loucura esfomeada, Juvêncio desconfia que o sol que não some, não se esconde, é a vigilância panóptica de Deus fitando, sem pestanejar, a vida dos miseráveis. Mirada atenta que registra e calcula a punição para os castigos dos mortais. Seria isso, então, o sol que não dorme? O “Olho de Deus”, mas bem que poderia “ser uma melancia” para matar a fome e a sede do filho moribundo de Juvêncio.

Em 1937, ano em que publicou seu livro de contos *Documentário do Nordeste*, Josué de Castro já havia realizado sua primeira grande pesquisa sobre *As condições de vida das classes operárias do Recife*. A publicação do inquérito deu-se em 1932, quando trabalhou como médico numa fábrica. Fome ele conhecia de outros lugares, desde criança. Contudo, a fome que fazia adoecer Josué de Castro começara a entender por esses anos ou pouco antes. Seu livro *Alimentação e raça*, publicado em 1935, foi escrito nos mesmos anos em que escreveu seus contos. Josué de Castro julgava a ficção literária necessária para alcançar com profundidade o sofrimento de quem sente a fome. Em *Documentário do Nordeste*, escrito entre os anos de 1935 e 1936, Josué explica que a ficção tem a capacidade de retratar

“em alguns tipos humanos a paisagem viva do Nordeste Brasileiro” (CASTRO, 1965a, p. 9).

Os oito contos que organizam a primeira parte do livro apresentam a “paisagem viva” em histórias de morte. São personagens concretos: a família Silva do caboclo Zé Luiz e seu filho João Paulo, o guloso Padre Aristides, a negra Idalina, sua filha Zefinha, Dr. Félix, a negra Filomena, Juvêncio, Maria e o filho que morreu sem nome. Personagens conhecidos por Josué de Castro antes mesmo de se fazer doutor, intelectual. São gentes dos “mocambos do Recife”, alguns vindos dos “chapadões desérticos do sertão”. Foi ali que, ainda criança, Josué de Castro diz ter descoberto o drama da fome e sua angústia materializada nos corpos que viviam da lama, habitavam a lama, comiam da lama e morriam por ali mesmo, alimentando a lama para que outros mais pudessem continuar sobrevivendo e completando o que Castro chama de “ciclo do caranguejo”.

São histórias apresentadas na sua forma profunda, para “expressar de modo mais emocional do que racional” os sentimentos que mobilizam o intelectual e o cientista diante “destas sombrias paisagens de uma geografia da fome”. Esses são alguns dos argumentos que Josué de Castro apresentou no que chamou de “Explicação”, uma rápida apresentação do livro que se organiza em textos de “índole varia”. Essa é a justificativa para a primeira parte do *Documentário do Nordeste*, que o autor definiu como “narração de índole de ficção” (CASTRO, 1965a, p. 10).

Na segunda parte do livro, “Estudos Sociais”, o autor retoma a forma ensaística para tratar dos temas que inspiraram as histórias contadas na primeira parte. Castro nos sugere pensar que a emoção produzida nas primeiras páginas precisa vir acompanhada de uma exposição “racional”, que mesmo não mobilizando a emoção profunda, instrui o leitor de uma reflexão mais sociológica e científica em torno dos dilemas e dissabores vividos pelos personagens de seus contos. Na terceira parte, definida como “Estudos Biológicos”, o autor retoma o estudo da fome na apresentação de hábitos alimentares

dos pobres em descolamento entre o sertão e o mangue, entre a caatinga e a mata.

Como “paisagem viva” do Nordeste, ressaltada em sua “Explicação”, Josué apresenta não só os humanos como seres com sentimentos. Há que se pensar na “Cidade” traduzida em suas ruas, becos, grotas, casas e mocambos. Visualizar a Recife pela cartografia impositiva do Capibaribe e do Beberibe. Recife como cidade “dom de seus rios”. Rios que aparecem como afetos que deslizam pela cidade e transportam casas, gentes, vida e morte. Dão de comer e de beber. Consagram a vida de seus mocambeiros pela confusão de serem homens e caranguejos sem hierarquia entre eles. Na ficção de Castro, o Capibaribe “vem descendo por cima das pedras, encontrando cidades e povoações, contando simbolicamente todas as peripécias da vida do sertão”. Aqui o Capibaribe não só testemunha, mas torna-se o personagem que diz o que vê. Exercita a humildade durante as secas quando “escorre pelo meio do leito ardente seu escasso fiozinho d’água, muito em silêncio, com medo de que ao menor ruído sejam atraídas as bocas sedentas para chupá-lo até a última gota”. Ou em tempos de cheia “[...] transbordando das margens a opulência das suas águas ruidosas” (CASTRO, 1965a, p. 16).

Na forma ficcional, o rio pode sentir. Sente medo, se esconde, se pabula, se solidariza ou sovina sua água em dias secos. Na tradição a que a dita *literatura do Nordeste* se filia, principalmente a partir dos anos 1930, a natureza é revisitada e apresentada por seus escritores e escritoras a partir de comportamentos humanos. Os rios, os bichos, as plantas e as gentes são debulhadas em pensamentos e angústias constantes pois, se a fala falta entre os não humanos, pouco se apresenta aos sertanejos. Os personagens dos romances são atormentados por pensamentos não pronunciados, que fazem parte da vida muda no sertão.

Josué de Castro, ainda que de modo tímido, participou também do campo da criação literária, que no Brasil cumpriu a função sociológica de apresentação do país e de seus problemas. Uma

“literatura como missão” (SEVCENKO, 1999), como instância de criação de narrativas para o país. Essa tarefa histórica tomada pelos escritores e, conforme Sevcenko, agudizada a partir da República, “encontrava uma situação particularmente estratégica para abarcar toda gama de conflitos que permeavam a sociedade” (SEVCENKO, 1999). Homens e mulheres do campo literário trouxeram para a ordem do dia as imagens de um Brasil marginalizado, constituído de trabalhadores, pobres, negros, mulheres, indígenas, retirantes e outros *condenados*.

Na relação entre literatura e sociedade, o sertão é transformado na metonímia do Brasil. Euclides da Cunha vai produzir, já nos primeiros anos da República, uma escrita sobre o “drama mesológico” que apresenta os conflitos “entre as águas e as terras e os homens”. Segundo Sevcenko, “se o âmago da literatura reside nas vicissitudes da vontade dos personagens, Euclides dota a natureza e os seus elementos de infinitas disposições e objetivos definidos” (SEVCENKO, 1999, p. 131). Depois de findo o império, os autores imprimem, em seus escritos, um lugar de força para a natureza hostil, fazendo existir espécimes humanas “fortes e horrendas”, do Amazonas ao sertão. Entre o Norte e o que depois aprendemos a chamar de Nordeste.

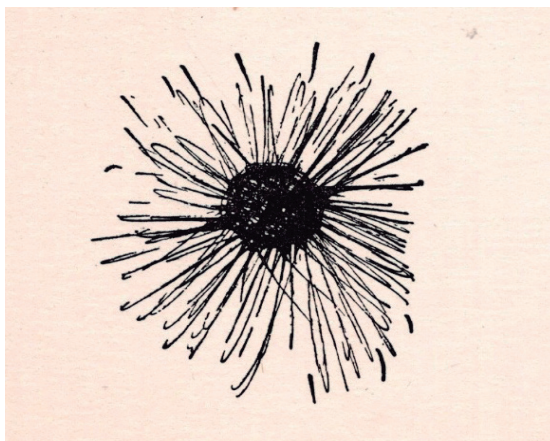
Segundo Josué de Castro, a explosão das letras produziu no Nordeste um grupo que cantou num tom diferente da escrita sudestina:

Estava a coisa neste pé quando irrompeu a fumarada vulcânica. Desabafo de brutalidade, expressão dum cataclismo que muito pouca gente pressentiu. Foi no meio da planície parada do Nordeste contemplativo que reboou a explosão. Do meio daquela gente de cordatos e conformados que sempre esteve de acordo com o resto do Brasil em política, ideias e vestuário e principalmente em filosofia e estética, saltou um grupo de rebelados. Grupo que cantou alto, noutro tom, que desafiou o coro, que desconcertou a banda. Foi esta a explosão vulcânica no

meio da planície silenciosa. Saiu do Nordeste resignado, a primeira fornada de verdadeiros romancistas brasileiros. Romancistas chamados de proletários [...] Gente sem cerimônia e principalmente sem belas mentiras convencionais (CASTRO, 1965a, p. 57).

O trecho compõe o ensaio “O Nordeste e o Romance Brasileiro”, segunda parte do livro *Documentário do Nordeste*, ilustrado pela mão de Darel². Na última narrativa da primeira parte, “A seca”, a mesma que abre este artigo, o desespero de Juvêncio vem acompanhado de um sol que se confunde com o olho de Deus. Editor e ilustrador sugerem que o “olho de Deus ou o sol ou a melancia”, o desenho que dá forma à ira de Juvêncio é a ponte entre o final da narrativa ficcional, a “explosão vulcânica”, e a posterior reflexão sociológica de Castro.

Figura 1 – O olho de Deus de Darel



Fonte: CASTRO, 1965a, p. 49.

2 Darel Valença Lins (1924-2017). Nasceu em Palmares (PE). Foi um gravurista, pintor, desenhista, ilustrador. Ilustrou diversas obras literárias, como *Memórias de um sargento de milícias*, 1957, de Manuel Antônio de Almeida (1831-1861); *Poranduba amazonense*, 1961, de Barbosa Rodrigues (1842-1909); *São Bernardo*, 1992, de Graciliano Ramos (1892-1953); *A Polaquinha*, 2002, de Dalton Trevisan (1925-); *Humilhados e ofendidos*, de Dostoiévski; e *Documentário do Nordeste* de Josué de Castro.

Ao aventurar-se pela escrita de oito contos, Josué de Castro assume a literatura como uma forma de narrar e apresentar, mais do que explicar, a pobreza no Brasil. Contudo, Castro lembra, em diversos textos e entrevistas, o quanto a fome era um tema tabu, ao mesmo tempo em que percebia dois movimentos sobre a escrita dessa questão. Primeiro, a necessária carga emocional do texto literário; segundo, o tema precisava ser abordado em seus aspectos sociológicos, geográficos e nutricionais. Foi ele, em *Geografia da fome* (1946), que fez ecoar, de outro modo, o assunto proibido. Pela primeira vez, o mundo lia sobre a fome no Brasil, fora das páginas literárias.

Com o final da Segunda Guerra, a miséria humana exigia esforços científicos e intelectuais em suas diferentes formas de escrita. Josué de Castro descreve as dores de um mundo que vive em guerra. Uma guerra constante contra a fome. Como ele mesmo diz, “antes desse livro [*Geografia da fome*], o fenômeno da fome constituía uma espécie de Tabu, matéria proibida na qual ninguém se atrevia a tocar senão com circunlóquios” (CASTRO, 1984, p. 118). Nas páginas de seu livro, o autor denuncia a fome como um “flagelo fabricado pelos homens contra outros homens”. Em todos os veículos de escrita, Castro impôs a leitura da fome: “servi-me de jornal, da revista e do livro, da conferência e da lição magistral” (CASTRO, 1984, p. 118). Seguindo a tradição dos intérpretes do Brasil, Josué atravessou os vários caminhos da escrita, mas só ele escreveu a fome de modo tão radical pois que o disse de todas as maneiras permitidas pela letra e pela voz.

Médico e sociólogo comprometido em denunciar a tragédia da fome, Castro, um *rebelado* da forma ficcional, utiliza a literatura como estética necessária para os seus estudos científicos sempre que os dados, tabelas e estatísticas distanciem o leitor do sofrimento concreto. Em *Geografia da fome*, entre as citações de biólogos, naturalistas, médicos, antropólogos, historiadores e sociólogos, a

literatura aparece sem desconfiança sobre seu lugar na construção do real. O texto ficcional é assumido, nesse sentido, como uma possibilidade de humanizar as tabelas e gráficos da fome.

Castro sempre esteve perto da literatura que ele acreditava ser verdadeira. Seu livro mais conhecido, *Geografia da fome*, publicado nove anos depois do *Documentário do Nordeste*, é dedicado aos seus aliados da ficção: “A Rachel de Queiroz e José Américo de Almeida, romancistas da fome no Brasil. À memória de Euclides da Cunha e Rodolfo Teófilo, sociólogos da fome no Brasil”. Assim diz a dedicatória do livro assentada na primeira página. E, embora Euclides da Cunha e Rodolfo Teófilo figurem como sociólogos, Castro reconhecia na escrita de ambos o trânsito pelos caminhos da ficção.

Em *Geografia da fome*, no capítulo “Área do sertão do Nordeste”, Josué de Castro abre espaço para expressar a força da literatura do Nordeste na apresentação da angústia e sofrimento do sertanejo, principalmente em tempos de seca:

A trágica história destes cataclismos periódicos, desse calendário de calamidades, tem sido registrada por grandes escritores brasileiros, desde um Euclides da Cunha, condensando em quadros de fulgurante beleza todos os horrores indescritíveis da seca, a um Felipe Guerra, com as tétricas descrições de detalhes macabros acerca dessa heroica epopeia dos nordestinos. Tomás Pompeu, Rodolfo Teófilo, Ildefonso Albano, José Américo de Almeida, Rachel de Queiroz, Alceu de Lellis, Clodomiro Pereira e tantos outros nos apresentaram em páginas de intenso realismo o excruciante espetáculo de fome e miséria³ (CASTRO, s.d., p. 201-202).

3 Sobre o lançamento de *Geografia da fome*, como cita Helder Remigio Amorim em seu estudo sobre a circulação do livro na imprensa brasileira, a escritora Rachel de Queiroz chama Josué de Castro, pela admiração à sua escrita, de “ladrão de cena, rouba dos romancistas o tema da fome”. Cf. AMORIM,

Entre os muitos autores citados na “Área do sertão do Nordeste”, Castro apresenta o livro *A fome*, publicado em 1890, do escritor e farmacêutico cearense Rodolfo Teófilo. Castro o define como uma narrativa intensa sobre a vida sertaneja “nos anos de inextinguível sofrimento que decorreram de 1877 a 1879” e ressalta, nos escritos *ficcionalizados* de Teófilo, o olhar do sanitarista que conheceu pessoalmente os corpos da fome. “Por isso seu livro é tão vívido. Sente-se que é verdadeiro” (CASTRO, s.d., p. 211).

Rodolfo Teófilo transformou os horrores que presenciara nos anos de seca em uma narrativa que conta a história de Freitas e Josefa em busca de sobrevivência em Fortaleza. Teófilo utiliza os recursos da escola naturalista do século XIX para descrever a nauseante fisiologia do corpo faminto:

O olhar era vago. As pupilas dilatadas quase tocavam o disco do íris, que lhe servia de debrum, e sepultadas no fundo das orbitas davam à caveira uma expressão de vida de fera... as pernas magras, apenas os ossos e um quinto da musculatura, cambaleavam com o peso da carga, pelancas e ossos. O abdômen retraído e colado à espinha deixava perceber as cristas do Ilíaco e a forma da bacia [...] O espinhaço, como uma coluna de nós, apenas coberto de pele, deixava contar todos os ossos. A ele se articulava a cabeça, um pouco mais vestido do que uma caveira (TEÓFILO, 2011, p. 62).

Já em *O quinze*, de Rachel de Queiroz, Josué de Castro assume o uso que fez do romance para analisar “a mentalidade anormalizada dos flagelados da seca”. O autor propõe, assim, uma síntese entre o corpo esquelético descrito por Teófilo e a mente corrompida pela fome no romance de Rachel de Queiroz:

Helder Remígio. Uma obra denúncia: olhares da imprensa do Rio de Janeiro sobre a Geografia da Fome. *Revista Intellêctus*, v. 20, n. 2, p. 108, 2021.

a miséria se apresenta mais em sua forma moral do que em sua forma orgânica [...]. Poucos livros se prestaram tão bem para a interpretação científica das influências psicológicas do fenômeno coletivo (da fome), sobre a conduta moral de um povo, do que este romance de Rachel de Queiroz [...]. *O quinze* mereceria mesmo um estudo da categoria do que Freud realizou sobre o romance *Gradiva*, de Jensen, para arrancar-se da sua textura os elementos interpretativos de uma psicanálise dos flagelados da seca (CASTRO, s.d., p. 211).

Para Josué de Castro, o romance *A Bagaceira* é o “[...] mais fiel retrato desta retirada inglória, principalmente dos tristes contatos humanos entre sertanejos e brejeiros. O livro concentra quase toda a sua força dramática em mostrar a miséria da humilhação sertaneja.” Da narrativa de José Américo de Almeida, Castro toma um trecho que sumariza a tragédia dos deserdados da terra sempre em marcha: “[...] há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto, é não ter o que comer na terra de Canaã” (CASTRO, s.d., p. 211).

A definição do “retrato fiel” da fome nesses autores nada tem a ver com a ideia de literatura como simples decalque da realidade. Como um leitor, Castro reconhece a imaginação que alimenta o romance e que se oferece à aceitação dos leitores. Fenômeno que se verifica quando a forma mimética do romance é reconhecida na *dita vida real*. A literatura a dizer o que vê e fazer ver o que diz. Como sugere Luiz Costa Lima, o “retrato fiel” que acontece na forma poética da ficção “[...] é resultado de um acordo entre a proposta do texto e a aceitação pelo leitor; aceitação, ademais, que não há de ser interpretada como ato individual, pois ela não se cumpre sem a admissão, a presunção ou a premonição de uma norma estética” (LIMA, 2003, p. 92).

Não há dúvida que Castro buscou uma “norma estética” em seus textos. Sua escrita tentou produzir esse acordo com o leitor para garantir a escuta do urgente tema da fome. Podemos mesmo dizer que Castro se vale de um certo recurso ao suspense quando nas primeiras linhas de *Geografia da fome* ele escreve: “O assunto desse livro é bastante delicado e perigoso. A tal ponto delicado e perigoso que se constitui num dos tabus de nossa civilização” (CASTRO, s.d., p. 11). A frase dita no prefácio da primeira edição faz lembrar o estilo de Marx para abrir *O Manifesto do Partido Comunista*: “Um espectro ronda a Europa”. Sem dizer de imediato de que tratam, ambos os textos capturam o leitor para continuar com eles: para serem lidos, para serem ouvidos, precisam de uma estética da palavra⁴.

Em *Sete palmos de terra e um caixão*, o “retrato sociológico do Nordeste” poderia pecar por um excesso de estilo ou pintura (CASTRO, 1965, p. 17). O cuidado de Josué de Castro com a palavra escolhida, *le mot juste*, demonstra a preocupação em capturar a atenção e o entendimento do leitor. A pintura do “retrato sociológico” deveria ser feita com as cores certas, para ser visto do modo correto. E esse modo era, para Josué de Castro, aquele que engaja o leitor na sua luta.

Em depoimento de Jorge Amado sobre a importância dos escritos de Castro, o escritor baiano se apresenta como um leitor. Destaca que Castro produziu “uma obra de talento criador, é o trabalho feito pelo livro, pela inteligência do sábio e do artista.” Jorge Amado sabe, e muito, o quanto a arte faz parte da escrita arrebatadora de Josué de Castro. Em outro depoimento, o crítico literário Olivio Montenegro define a escrita do autor de *Sete palmos*

4 Em seu estudo sobre o estilo literário de Marx, Ludovico Silva observa que “Marx conscientemente tentou expressar, mediante certas particularidades do seu estilo literário e mediante um específico movimento verbal, o próprio movimento real a que se referem os seus textos. Cf. SILVA, Ludovico. *O estilo literário de Marx*. Trad. José Paulo Netto. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 35.

de terra e um caixão como uma “ciência com estilo” (CASTRO, 1984, p. 140).

Quando Josué de Castro cita os textos literários ou escreve contos e um romance, ele assegura o reconhecimento da ficção para apresentar o real de modo expandido, como uma espécie de amplificadora da vida humana em suas infinitas relações. Dar a ver o real naquilo que nem mesmo a realidade experimentada de forma mais imediata possibilita.

Ainda no ensaio sobre *O Nordeste e o romance brasileiro*, Castro infere que a experiência intensa da tragédia humana e ecológica do Nordeste transfigurada em ficção produz uma “experiência cultural”. O romance brasileiro, como parte dessa manifestação criadora, apresenta ao mundo personagens e movimentos em travessias entre o “heroico e a tragédia”. Uma escrita capaz de fazer compreender de modo profundo o flagelo que há muito se sente.

A reflexão de Castro nos remete ao pensamento do filósofo da linguagem Roland Barthes sobre *a escrita do escritor* como forma profunda e eficaz de fazer sentir a vida, pois que ele procura *a palavra certa*. Segundo Barthes,

o escritor é um homem que absorve radicalmente o porquê do mundo num como escrever. E o milagre, se se pode dizer, é que essa atividade não cessa de provocar, ao longo de uma literatura secular, uma interrogação ao mundo: fechando-se no como escrever, o escritor acaba por reencontrar a pergunta aberta por excelência: por que o mundo? Qual é o sentido das coisas? (BARTHES, 2007, p. 34).

Josué de Castro conclui que os romancistas do Nordeste escrevem porque acreditam “radicalmente na utopia” ao mesmo tempo que “desacreditam na História do Brasil contada nos livros” (CASTRO, 1965, p. 57). Podemos sugerir que Josué de Castro

apresenta o romance como uma das formas mais sinceras de contar e de compreender a História.

Em entrevista concedida ao jornalista Gonçalves de Araújo, em 1969, Josué de Castro é perguntado sobre o que é a fome, e em resposta afirma: “a fome é a expressão biológica de males sociológicos. Está intimamente ligada às distorções econômicas, a que dei, antes de ninguém, a designação de subdesenvolvimento” (CASTRO, 1984, p. 119). Com essa afirmação, Castro faz acontecer uma consciência do que é a fome quando designa uma palavra até então ausente do debate. A fome tem a ver com pobreza e pobreza tem a ver com a relação entre países ricos que exploram outros países e os tornam pobres. A fome não é natural, é uma fabricação do processo de colonização, do imperialismo e do capitalismo. Na palavra dita “subdesenvolvimento”, Castro institui um lastro político e linguístico sobre o que é a fome. Mas como essa palavra se entranha na vida cotidiana? A essa pergunta já tentara responder bem antes, quando em 1935 apresentou o Dr. Félix em seu conto “Assistência Social”. O Dr. “formado há um ano, é médico da Fábrica Pureza [...]” tal dia chega na fábrica e o gerente manda chamá-lo para uma conversa administrativa.

O sr. Renato Pontes, sócio e gerente, é um verdadeiro homem de negócios, sempre atento aos interesses dos capitais da firma. Quando o médico [...] foi entrando em seu escritório ele foi dando bom dia e entrando com ladainha:

– Doutor, o senhor sabe que nós temos todo o interesse pelo bem-estar e pela saúde dos nossos operários, que foi exatamente isto que nos levou a contratá-lo [...].

O doutor Felix rememorou o número imenso de tuberculosos trabalhando na seção das tintas e que foi um trabalho enorme para mudar os que não podiam

respirar ali para outra seção – porque não havia vagas. E eles não queriam ficar sem emprego. Morrer de fome logo de uma vez: preferiam esperar para morrer mesmo da tuberculose (CASTRO, 1965, p. 38).

Dr. Félix é um dos personagens do livro *Documentário do Nordeste*, é o *alter ego* de Josué de Castro na tradução literária de sua experiência como médico numa fábrica do Recife. Antes mesmo de designar com uma expressão política de longo alcance, Josué viu a fome olhando na sua cara. Conhecia no cotidiano dos pobres o que era o “subdesenvolvimento”. A suposta abstração que se encerra na palavra capitalismo se materializa na experiência de exploração das elites econômicas locais, como proprietárias de engenho e fábrica, com seus trabalhadores. No conto, o causador imediato do subdesenvolvimento tinha nome e sobrenome, era Renato Pontes. Na sua fábrica de tintas Pureza, trabalhadores e trabalhadoras estavam morrendo de tuberculose, “doenças cardíacas, pessoas hidrópicas, crianças subnutridas” (CASTRO, 1965, p. 39). Como o médico Josué de Castro tantas vezes afirmou,

a fome está intimamente ligada as distorções econômicas e se estende por todas as partes do globo, visto que cientificamente consideradas, se manifesta não só pela inanição, mas pelas carências de ordem alimentar que os coeficientes da mortalidade indicam e que apenas mascaram sob as formas frequentíssimas da tuberculose, do raquitismo ou do bócio, o temível mal” (CASTRO, 1984, p. 119).

O trabalhador de seu conto “Assistência Social” pergunta-se sobre o lugar e o momento de morrer. O que seria menos humilhante? “Morrer de fome logo de uma vez: preferiam esperar para morrer mesmo da tuberculose.” É sobre a morte que pairam, paradoxalmente, os grandes dilemas da vida dos miseráveis. A mesma pergunta

atormenta Juvêncio no conto “A seca”. “[...] que será melhor: morrer de fome e de sede na sua própria terra ou emigrar para morrer de fadiga e de vergonha na terra dos outros?” (CASTRO, 1965, p. 46). Juvêncio, caso migre, será mais tarde o operário sem nome da Fábrica Pureza. A dúvida sobre a forma menos humilhante de morrer assumirá, num futuro próximo do migrante, as condições de exploração do operário de fábrica.

Antes mesmo de pensar na vida, os pobres pensam na morte. “A Reivindicação dos Mortos” dá título ao primeiro capítulo de seu livro *Sete palmos de terra e um caixão*, publicado em 1965. O título constitui-se num efeito dúbio consciente que Josué de Castro procura apresentar ao longo do texto. Estariam realmente vivos os trabalhadores rurais do sertão pernambucano que, em 1955, fundam as Ligas Camponesas? Os trabalhadores e trabalhadoras se juntam pelo direito de morrer. São moribundos que se organizam com o objetivo de

defender os interesses e os direitos dos mortos, não os dos vivos. Os interesses dos mortos de fome e de miséria [...] lutam pelo direito de dispor de sete palmos de terra para onde descansar os seus ossos e o de fazer descer o seu corpo à sepultura dentro de um caixão de madeira de propriedade do morto, para com ele apodrecer lentamente pela eternidade afora (CASTRO, 1965, p. 23).

Como sociólogo e historiador, Castro se põe a refletir como as duas “descobertas” do Brasil, a primeira pelos portugueses e a segunda pelos norte-americanos, produziram um país para a morte dos mais pobres. Como leitor da poética de João Cabral de Melo Neto, a quem recorre em alguns escritos, Josué pensa na nudez dos miseráveis na hora da morte. A epígrafe do capítulo “A Reivindicação dos Mortos” é um verso do poema “Cemitérios Pernambucanos”: “Nenhum dos mortos daqui/ Vem vestido de caixão/ Portanto eles

não se enterram/ São derramados no chão” (CASTRO, 1965, p. 23). Sem a vestimenta fúnebre, os miseráveis chegam a morrer duas vezes. A primeira pela fome, pela exploração desmedida; e a segunda pela humilhação de não ir “vestido de caixão”. A incipiente organização das lutas e suas funestas bandeiras marca, como metáfora viva, o início de um processo de politização da convivência com a morte no sertão nordestino.

Concomitantemente (1955) às primeiras reuniões de João Firmino para fundar as Ligas Camponesas, João Cabral escrevia muitos versos sobre os cemitérios pernambucanos – Toritama, São Lourenço, Nossa Senhora da Luz. Os versos do poeta demarcam a desigualdade social que se produz assim na vida como na morte. Naquele mesmo ano, o poeta pernambucano cria um nome para a morte dos já mortos: a morte Severina, “[...] que é morte que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia”. E continua em seu Auto de Natal:

[...] Desde que estou retirando/ só a morte vejo ativa,/ só a morte deparei/ e às vezes até festiva;/ só morte tem encontrado/ quem pensava encontrar vida/ e um pouco que não foi morte foi de vida severina [...] essa cova em que estás,/ com palmos medida, é a conta menor que tiraste em vida/ é de bom tamanho/ nem largo nem fundo/ é a parte que te cabe deste latifúndio (MELO NETO, 2007, p. 100).

A Severina, recuperada por Castro no ensaio *Sete palmos de terra e um caixão*, de 1965, substantiva a morte e o enterro como “um dos traços mais vivos e mais presentes na paisagem social do Nordeste.” (CASTRO, 1965b, p. 41). Os dois primeiros capítulos são atravessados pelos versos de João Cabral de Melo Neto e a paisagem defunta emerge do diálogo entre os dois escritores: “Por que todo

este muro?/ Por que isolar estas tumbas/ do outro ossário mais geral/
que é a paisagem defunta? (CASTRO, 1965b, p. 41).

Em “As mil milhas quadradas de sofrimento”, título do segundo capítulo, a escrita de Josué coloca o leitor diante do sofrimento de retirantes que se deslocam entre os nordestes: da caatinga para a mata, da poeira para o brejo, do sertão para o mangue. Esse é o mesmo tema que inspira José Américo de Almeida em *A Bagaceira*. O sofrimento *das mil milhas* assim é escrito por Almeida:

Andavam devagar, olhando para trás, como quem quer voltar. Não tinham pressa em chegar, porque não sabiam aonde iam. [...] Adelgaçados da magreira cômica, cresciam, como se o vento os levantasse. Vinham escoteiros. Menos os hidrôpicos – doentes da alimentação tóxica – com os fardos das barrigas alarmantes. [...] Fariscavam o cheiro enjoativo do melado que lhes exacerbava os estômagos jejunos. [...] Párias da bagaceira, vítimas de uma emperrada organização do trabalho e de uma dependência que os desumanizava, eram os mais insensíveis ao martírio das retiradas (ALMEIDA, 1972, p. 4).

Desse sofrimento nasce João Firmino e tantos outros. No encontro dos nordestes surgem os inconformados com o humilhante enterro dos mortos. E da rebeldia defunta surgem as Ligas Camponesas, pelo menos na versão contada por Antônio Calado⁵ (CORREIO DA MANHÃ, 1959) e reiterada por Josué de Castro⁶. A morte, sempre ela. A fome, sempre ela.

5 Existem muitas versões sobre a criação da Liga de Galileia. A mais conhecida, e mais lendária, atribui à entidade o objetivo de arrecadar recursos para enterrar os mortos, até então depositados em vala comum. Esta versão, divulgada por Antônio Calado em suas célebres reportagens no *Correio da Manhã* (setembro de 1959), tiveram enorme repercussão pública. HISTÓRIA das Ligas Camponesas. *Memorial das Ligas Camponesas*. Disponível em: <https://www.ligascamponesas.org.br/?page_id=99>. Acesso em: 18 jul. 2023.

6 O movimento que se tornou nacionalmente conhecido como Ligas Camponesas iniciou-se, de fato, no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, nos limites da região do Agreste com a Zona da

Em 1932, quando publica o inquérito *As condições de vida das classes operárias do Recife*, Josué tinha 24 anos. Com a mesma idade, torna-se livre-docente de Fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife, com a tese *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*. Em 1935, escreve seu primeiro ensaio e ao mesmo tempo o primeiro livro de ficção. Publica primeiro o ensaio *Alimentação e raça* e só em 1937 publica o *Documentário do Nordeste*.

Assim como o primeiro (*Documentário do Nordeste*), seu último livro *Homens e caranguejos* é também uma aventura pela ficção. Em 1965, já no exílio, Josué de Castro se reencontra com antigos conhecidos e convida-os a continuar uma conversa iniciada há 30 anos. Agora na forma de um romance, que segundo Castro é uma “história magra [...] um pedacinho de carne seca com um prato bem cheio de farofa. O suficiente de carne – quase nada – para dar gosto e cheiro a toda uma montanha de farofa feita de farinha de mandioca, escaldada com sal” (CASTRO, 1967, p. 11). Em seu romance escreve histórias que se enredam em torno de “um personagem central, o drama da fome [...] que é, no fundo, a carne desta obra” (CASTRO, 1967, p. 11).

Por que ainda falar da fome trinta anos depois? Com tristeza Josué observava que ela persistia. Juvêncio, negra Idalina, Zefinha, João Paulo, Zé Luiz, Maria, Cosme, o sertão, o mangue, o homem-caranguejo, todos continuavam lá, menos o Dr. Félix. Este fora impedido de voltar para cuidar dos seus. Mesmo longe, Castro promove o encontro proibido no corpo, mas permitido na escritura. Fala agora de uma outra fome, a “insaciável fome de romance”. Aproveita-se dela para contar aos seus leitores, agora do mundo inteiro. Diz-lhes como descobriu a fome ainda na infância. Por esses

tempos viu, pela primeira vez, a negra Idalina. Foi no mangue e não na Sorbonne que Castro conhecera João Paulo vestido de lama.

Trinta anos se passaram. Agora o autor de *Documentário do Nordeste* conta, em *Homens e caranguejos*, como Juvêncio seguiu por “milhas de sofrimento” depois do dia que enterrou seu filho, morto pela comida braba, pela fome e pela sede. Morte matada, por certo. Fome fabricada pelos homens. O conto “A seca”, de 1935, é finalizado com o desespero e a blasfêmia de Juvêncio. E, em 1965, Castro sabia que ele continuava ajoelhado e triste. Nas páginas de *Homens e caranguejos*, o autor nos conta que Zé Luiz, antes Juvêncio, arribou com Maria para os mangues do Recife, foram habitar a Aldeia Teimosa. O retirante tem outro nome e um filho que sobrevivera: João Paulo.

Numa dessas “noites de lua cheia” os vizinhos se juntaram no mocambo de Zé Luiz que, depois de tanto tempo, cedeu

às insistências para contar como viera parar nos mangues. [...] começou tropeçando nas palavras, [...] depois foi tomando embalagem e a sua história corria como um rio [...] conta a tristeza e a vergonha que passou na seca de 1947. [...] andei feito doido, correndo atrás de água que parecia fugir da gente como diabo da cruz. [...] E Zé Luiz evoca para seus ouvintes, a sua grande luta buscando escapar ao cerco da fome e da morte (CASTRO, 1967, p. 75-76).

Conta como encontrou seu filho morto depois de varar por todos os arredores atrás de água.

Essa é a história que abre este artigo. A mesma história. O conto transformado em capítulo do romance escrito trinta anos depois. Juvêncio trocara de nome com Zé Luiz, mas era o mesmo. Estava noutras terras, mas continuava com fome, uma fome úmida e lodacenta. Zé Luiz veio tentar sobreviver no mangue e trouxe

escanchado em seus braços o único filho que vingara. João Paulo já “tinha corpo e alma impregnados do suco dos caranguejos”. Enxergava nos “cavaleiros da miséria, as estranhas armaduras de barro”. Vivía a correr pelo mangue, a descer pelo Capibaribe, a pescar Guaimu com o guloso Padre Aristides. Filava de vez em quando alguma tapioca de coco da negra Idalina. Conversava com o sábio Cosme, seu melhor amigo. Aprendia muito com ele, apesar da diferença de idade.

Entre os personagens cada dia mais sofridos, Castro inicia o romance com um frescor: o menino João Paulo. Sua astúcia e molecagem, sua atenção e desatenção enchiam de vida o mangue da Aldeia Teimosa. Veio do sertão para se encontrar com a “Terra da Promissão, o nosso paraíso”, diz o pai. Todos os dias João Paulo cumpria o ritual gastronômico oferecido pela lama: “começa a beber o caldo do caranguejo cozido com água e sal e a chupar os cascos e as patas dos caranguejos [...] fala com a boca cheia da carne branca do caranguejo...” (CASTRO, 1967, p. 32).

Nos mocambos, os sertanejos se juntavam para contar as peripécias do caminho percorrido entre “os cariris” e o mangue. João Paulo ouvia atento a sua própria história. Entendia por que confundia “caranguejos espumando ao sol, com um bando de bois ruminando no campo”, enquanto isso Seu Maneca contava como desceu do Crato em direção ao São Francisco

[...] para pegar o navio gaiola que nos trouxesse até o brejo. Os retirantes já as portas da morte, com as gargantas apertadas de sede [...] as tripas roídas pelas comidas brabas [...] e finalmente a pior das caganeiras. A caganeira da fome [...] mas a merda secava depressa e virava poeira entrando pelas ventas da gente. Muitos nem conseguiam prosseguir caminho e por lá iam ficando, se amontoando em Campos de Concentração dos retirantes, organizados pela Inspetoria das Secas. De longe, a gente

sentia a presença destes Campos pelo cheiro podre que o vento fazia deles. Cheiro de carne humana se desfazendo. Cheiro de fome e de morte. Eu evitava sempre passar nestes campos onde a doença faz pousada para tocaiar suas vítimas. Passava ao largo (CASTRO, 1967, p. 90-91).

Pelas memórias de Seu Maneca, Castro denuncia os horrores dos Campos de Concentração, projeto do governo experimentado em duas secas no Ceará (1915 e 1932)⁷. Embora promettesse assistência aos flagelados, os Campos só promoveram a doença e a morte. Assim como no romance de 1930, Castro continuava a denunciar a *necropolítica* exercida pelo poder político e econômico no Brasil. Sobre os Campos de Concentração também Rachel de Queiroz escreve em seu romance *O quinze*:

Conceição atravessava muito depressa o Campo de Concentração [...] o mau cheiro do Campo parecia mais intenso; levantou-se, dando uma prata à mulher. [...] através da cerca de arame, apareciam-lhe os ranchos disseminados ao acaso [...] E, além, uma família do Cariri velava um defunto, duro e seco, apenas recoberto por farrapos de cor indecisa. [...] Tinha morrido ao meio-dia, e sua gente teimava em não o misturar com os outros mortos (QUEIROZ, 2023, p. 66-67).

Josué de Castro torna a falar dos assustadores Campos de Concentração no Ceará pela prosa de Seu Maneco, que como poucos, consegue “seguir caminho” e escapar de um destino ainda mais

7 Para barrar a marcha dos retirantes rumo a Fortaleza e outras cidades do Estado, foram erguidos sete “Campos de Concentração” (em Ipu, Quixeramobim, Senador Pompeu, São Mateus, Crato e dois em Fortaleza). Eram locais para onde grande parte dos retirantes foram recolhidos para receber do governo, segundo justificativa oficial, comida e assistência médica. Dali não podiam sair sem autorização dos inspetores do Campo. Havia guardas vigiando constantemente o movimento dos concentrados. Ali ficaram “encurralados” milhares de retirantes a morrer de fome e doenças. Entre abril de 1932 e março de 1933 foram registrados mais de 1.000 mortos somente no Campo de Concentração de Ipu. Cf. RIOS, Kênia Sousa. *Isolamento e Poder: Fortaleza e os Campos de Concentração na seca de 1932*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

humilhante. João Paulo ouvia tudo quietinho, evitando qualquer intromissão. E no outro dia, tudo seguiria seu curso e rotina. João Paulo atravessaria as ruas, deslizando entre homens e caranguejos. Porém uma novidade foi trazida pela personagem Juvêncio: “– Estão falando que vem por aí uma grande cheia [...] que o Capibaribe desce roncando e espumando como uma cobra no cio.” Mas a notícia alarmou pouco os habitantes do mangue, “[...] já estavam acostumados com as calamidades do clima”. O certo é que a água veio com força total. “[...] o rio perdera o respeito por completo. Começou a invadir mesmo os bairros ricos, as casas de tijolos e telha [...]”. A igreja atulhou-se de desabrigados. Negra Idalina perdera seu precioso porco para as águas. Tudo ficou diferente no Mangue depois do “flagelo da cheia”. João Paulo também não era o mesmo. “Estava mudado. Já não respirava o ar da vida com a mesma sofreguidão de outrora” (CASTRO, 1967, p. 145-148).

A partir da cheia, o romance vai tirando do leitor, pouco a pouco, qualquer esperança de “tudo se ajeitar”. A angústia vai tomando conta das páginas e, no meio do tumulto causado por uma revolta organizada pelos trabalhadores, João Paulo desaparece e nunca mais é visto. Todos os esforços foram mobilizados para achar a criança e outra vez Zé Luiz (antes Juvêncio) sentia que “o menino já estava morto”. Josué de Castro reafirma para o leitor que a fome e a morte seguiram Juvêncio. Porque elas se espalham por todo o planeta e não há fuga para os pobres no capitalismo. Diante do infortúnio, o único conforto de Zé Luiz e Maria talvez fosse o de saber que “o corpo do João Paulo em decomposição irá alimentar a lama que alimenta o Ciclo do Caranguejo” (CASTRO, 1967, p. 177).

A fome, sempre ela, endêmica ou epidêmica. A morte, sempre ela, matada ou morrida. Na terra e sem-terra, os pobres continuam sendo castigados pelos ricos, e no céu seguem sendo vigiados pelo inclemente “olho de Deus”.

Josué de Castro. Presente!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Américo de. *A Bagaceira*. 12. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. Coleção Sagarana, 1972.

AMORIM, Helder Remígio. Uma obra denúncia: olhares da imprensa do Rio de Janeiro sobre a Geografia da Fome. *Revista Intellèctus*, v. 20, n. 2, p. 100-119, 2021.

BARTHES, Roland. *Crítica e Verdade*. Trad. Leyla Perrone Moisés. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, [s.d.].

_____. *Geopolítica da fome*. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

_____. *Documentário do Nordeste*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

_____. *Sete palmos de terra e um caixão*. Lisboa: Editora Seara Nova, 1965.

_____. *O livro negro da fome*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

_____. *Homens e caranguejos*. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

CASTRO, Anna Maria de (Org). *Fome, um tema proibido: últimos escritos de Josué de Castro*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

LIMA, Luiz Costa. *Mimeses e Modernidade: formas das sombras*. 2. ed. Paz e Terra, 2003.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 Edições, 2011.

MELO, Marcelo Mário de; NEVES, Tereza Cristina Wanderley. (Orgs.). *Josué de Castro*. Série Perfis Pernambucanos, n. 52. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007.

MELO NETO, João Cabral de. *Morte e vida Severina*. São Paulo: Editora Alfaguara, 207.

QUEIROZ, Rachel de. *O quinze*. 119. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2023.

RIOS, Kênia Sousa. *Isolamento e Poder: Fortaleza e os Campos de Concentração na seca de 1932*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

SECCHIN, Carlos Antonio (Org.). *Melhores Poemas, João Cabral de Melo Neto*. 10. ed. São Paulo: Editora Global, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

SILVA, Ludovico. *O estilo de Marx*. Trad. José Paulo Neto. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TEOFILO, Rodolfo. *A fome. Cenas da Seca do Ceará*. São Paulo: Tordesilhas, 2011.

UM CIDADÃO DO MUNDO NA GUERRA FRIA: JOSUÉ DE CASTRO E A SAÚDE INTERNACIONAL

Rômulo de Paula Andrade¹

Longe de mim menosprezar a obra realizada pela FAO, mas desejo dizer, com toda a sinceridade – e peço que me perdoem por falar com uma sinceridade um tanto brutal – que me sinto decepcionado diante da obra que realizamos. Decepcionado pelo que fizemos porque, a meu ver, não elaboramos até hoje uma política de alimentação realista que ponha em linha de conta, ao mesmo tempo, as desesperadas necessidades do mundo e nossos objetivos. Não fomos suficientemente ousados, não tivemos a coragem suficiente para encarar, de frente, o problema e buscar as suas soluções. Apenas afloramos a sua superfície, sem penetrar em sua essência, sem querer, na verdade, resolvê-lo, por falta de coragem de desagradar a alguns. Precisamos, a meu ver, ter a coragem de discordar de certas opiniões para aceitarmos a imposição das circunstâncias, resolvendo o problema

1 Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz. Tem como tema de pesquisa as ações de agências internacionais no combate às enfermidades, assim como os debates envolvendo os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento em meio à Guerra Fria. É bolsista Jovem Cientista da FAPERJ, que colaborou no financiamento da pesquisa que deu origem a esse capítulo. E-mail: <romulopa@gmail.com>.

no interesse da humanidade [...] isto explica o fato de que, depois de 15 anos de um intenso trabalho da FAO e de outros organismos internacionais, continue a fome a grassar no mundo em proporções mais ou menos idênticas ao período de antes da Segunda Guerra Mundial [...] (CASTRO, 1960, p. 64).

Em *O livro negro da fome*, publicado em 1960, Josué Apolônio de Castro fez uma reflexão sobre sua atuação na presidência do conselho consultivo da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), onde permaneceu por quatro anos. A decepção do médico pernambucano relaciona-se aos profundos debates que envolveram *experts* do Sul Global e agências internacionais no período após a Segunda Guerra Mundial, em 1945: a melhoria da saúde das populações seria resultado de intervenções técnicas pontuais ou fariam parte de um amplo processo de mudança nas condições de vida? A saúde, de acordo com o preâmbulo da Organização Mundial da Saúde em 1948, era “o estado do mais completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de enfermidade”. Esta concepção era compartilhada por muitos profissionais de saúde durante os anos da Guerra Fria, mas não se concretizava nos grandes projetos das agências internacionais, com medidas mais pautadas em doação de alimentos e combate a doenças específicas.

Autores concordam que a FAO, de um caráter internacionalista em sua origem e com amplos e ambiciosos programas, redirecionou-se, já nos primeiros anos, para aspectos pontuais de cooperação técnica, com o elemento econômico cada vez mais predominante (BIZZO, 2012; LEME, 2023; BASHFORD, 2018; SCOTT-SMITH, 2020). O documento considerado como base da doutrina que guiou a agência nos anos seguintes foi o *Formulation and Economic Appraisal of Development Projects*, de 1951, valorizando a agricultura e a indústria. A economia, assim, sobrepujava as outras áreas, tendo a lógica da “eficácia” como paradigma para os projetos que seriam delineados.

Dessa forma, a nutrição diminuiu sua presença, perdendo seu lugar na hierarquia da agência. Os esforços da FAO, deste momento em diante, estiveram muito mais direcionados a cooperação técnica e desenvolvimento agrícola.

No caso brasileiro, a agência não encontrou um terreno vazio, mas sim uma tradição intelectual e médica de discussão da fome e suas implicações no mundo social, político e científico. Se no exterior a emergência do campo da nutrição relacionou-se diretamente a eventos históricos traumáticos, como as duas guerras mundiais, no Brasil, mesmo antes da configuração de um campo de estudos institucionalizado, as preocupações em relação à fome se deveram mais aos aspectos estruturais, como as secas, e às deficiências de distribuição de renda e de alimento do país. A geração de profissionais da saúde da qual Josué de Castro fez parte estabeleceu uma relação direta entre o crescimento da percepção da fome no país com o processo de urbanização e industrialização do país a partir da década de 1930 (VASCONCELOS, 2005). Esses profissionais compreendiam a (má) saúde da população brasileira como reflexo das profundas desigualdades sociais da história do Brasil.

Dessa forma, o objetivo deste capítulo é trazer o pensamento e as ações de Josué de Castro em meio ao dinâmico contexto da Guerra Fria e aos emergentes debates acerca da fome, desigualdade nos então chamados países “subdesenvolvidos”. Inicialmente, será feita uma contextualização histórica da saúde internacional durante o período da Guerra Fria para, a seguir, demonstrar a particularidade dos debates no campo da alimentação e nutrição. Adiante, o pensamento de Josué de Castro sobre as desigualdades do país e do mundo será privilegiado para, por fim, abordar as agências que se relacionaram à atuação do médico pernambucano no combate à fome: a FAO e a Associação Internacional de Combate à Fome (ASCOFAM).

SAÚDE EM TEMPOS DE POLARIZAÇÃO IDEOLÓGICA: CAMPANHAS VERTICAIS, CONCEPÇÕES HORIZONTAIS

A frustração de Josué de Castro com os limites do trabalho da FAO são reflexo, para além de questões políticas internas da agência, de embates sobre concepções de saúde no pós-Segunda Guerra Mundial. Durante a Guerra Fria, a estratégia estadunidense de combate à influência comunista consistiu, para além de ações no campo militar e diplomático, em eliminar por completo, ou seja, erradicar algumas das principais enfermidades infecciosas epidêmicas que atingiam os então chamados países “subdesenvolvidos”. Neste período, a filosofia pública da saúde internacional foi o “desenvolvimento” (PIRES-ALVES & MAIO, 2015), um conceito-chave que pode ser analisado de várias formas, sendo tratado como uma “construção social ancorada na tradição cultural do mundo ocidental, que traz elementos de transcendência, permanência, capilaridade, historicidade e contingência” (PIRES-ALVES & MAIO, 2015, p. 72). O “desenvolvimento” representou uma série de discursos e práticas que traziam consigo a crença na capacidade da tecnologia em eliminar os problemas enfrentados pela humanidade. Importantes atores políticos da época, como o então diretor da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), Abraham Horwitz, destacavam, em seus escritos, o papel da saúde como um tema fundamental para o desenvolvimento.² Para ele, o sucesso de qualquer programa de saúde pública dependeria de sua integração a um processo de “evolução social” (PIRES-ALVES & MAIO, 2015, p. 73). Dessa forma, as intervenções em saúde pública deveriam ser acompanhadas de

2 Abraham B. Horwitz (1910-2000) foi um especialista em doenças infecciosas e saúde pública. Ele foi muito influente no nascimento da Escola de Saúde Pública da Universidade do Chile e do Serviço de Saúde do Chile. Tornou-se Diretor Executivo da Organização Pan-Americana da Saúde, cargo que ocupou por 16 anos. Nesse período, a instituição experimentou um grande desenvolvimento. Estimulou pesquisas nas áreas de saneamento básico, nutrição e erradicação de doenças transmissíveis. Durante seus últimos anos, ele presidiu um bem-sucedido Comitê de Nutrição nas Nações Unidas. A conquista mais notável deste Comitê foi a promoção do uso generalizado de vitamina A. Ver: JIMENEZ DE LA JARA, 2003.

avanços iguais nas condições de produção e de bem-estar, para que os progressos pudessem ocorrer de forma sustentada. John Farley, ao analisar as concepções presentes na agenda da saúde internacional no período pós-Segunda Guerra Mundial, concluiu que os esforços para melhorar a saúde e o bem-estar econômico poderiam ser visualizados em pêndulos fixos em dois extremos.

O primeiro balançava entre a concepção de que o controle ou erradicação de doenças transmissíveis seria um pré-requisito para o desenvolvimento socioeconômico e a noção de que o desenvolvimento socioeconômico seria um pré-requisito para a melhoria da saúde. O segundo pêndulo estaria entre aqueles que acreditavam que as campanhas poderiam ser direcionadas verticalmente contra doenças específicas, impostas de “fora”; e entre aqueles que argumentavam que as campanhas contra doenças transmissíveis necessitavam ser feitas de forma horizontal, e que não poderiam ser impostas, de “cima” para “baixo” (FARLEY, 2005, p. 284-285). Como Hochman (2010) sugere, nem sempre estes pêndulos se moviam em igual velocidade ou de modo coincidente entre os dois vetores. O crescente interesse no “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” levou economistas e políticos a dedicarem cada vez maior atenção à saúde como fator de crescimento econômico. Profissionais de diversas áreas começaram a pensar os problemas de saúde dos chamados países subdesenvolvidos nos termos de um “círculo vicioso da pobreza”, como preconizado por Gunnar Myrdal³. Assim, as precárias condições sanitárias do então chamado Terceiro Mundo estariam na raiz da pobreza desses lugares. Dessa forma, passou-se a considerar saúde como um investimento para o desenvolvimento, instrumento de eliminação da pobreza e, na conjuntura da Guerra Fria, propaganda política contra o comunismo.

3 Karl Gunnar Myrdal (1898-1987), nascido na Suécia, foi economista, sociólogo e político. Criou a teoria da causação circular, segundo a qual o círculo vicioso do atraso e da pobreza pode ser rompido pela aplicação planejada de reformas que provoquem modificações cumulativas e direcionadas no círculo de causas responsáveis pelas desigualdades econômico-sociais.

Para Marcos Cueto (2015), o caráter vertical e o autoritarismo destas ações de combate às enfermidades deixaram um legado na saúde pública: uma “cultura da sobrevivência”.

Este padrão sanitário hegemônico se beneficiou das tensões resultantes da Guerra Fria e tinha como principais características a ênfase exagerada nas tecnologias médicas, a fragmentação dos sistemas de saúde, a descontinuidade das políticas sanitárias e a promoção de um conceito de saúde pública como uma simples resposta às emergências. Desta forma, “paz”, “modernização” e “desenvolvimento” passaram a ser as palavras-chave que acompanharam o conceito de “saúde internacional”. Sob este debate que a FAO e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) foram criados, assim como a principal organização supranacional sanitária do pós-Segunda Guerra: a Organização Mundial da Saúde – OMS (1948). De acordo com Cueto (2015), essas agências compreenderam, na prática, que a saúde das populações seria a ausência de enfermidades, contradizendo, assim, o já mencionado preâmbulo da constituição da OMS de 1948.

As campanhas de erradicação das décadas seguintes seriam exemplo dessas medidas pautadas na crença da possibilidade, graças à tecnologia do período, de controle e erradicação de doenças. Esse modelo, chamado erradicacionista, consistia em selecionar alvos prioritários: o *Aedes aegypti* (vetor da febre amarela e dengue), as espécies de *Anopheles* responsáveis pela transmissão da malária, e a boubá. Para combater os vetores, era utilizado o dicloro-difenil-tricloroetano (DDT). Para o combate à boubá, a penicilina. Dessa forma, os *experts* compreendiam que o controle das enfermidades não dependeria de amplas mudanças de ordem sanitária. Posteriormente, a varíola foi alvo de uma exitosa campanha de erradicação, a partir de ampla vacinação. Entre sucessos, como a erradicação da boubá e da varíola, essas campanhas também resultaram em fracassos notáveis, como a de combate à malária e ao *Aedes aegypti*, que demonstraram

os limites desse paradigma vertical. A exagerada ênfase no uso do DDT gerou algumas espécies de mosquitos resistentes, além da contaminação ambiental, denunciada por Rachel Carson na obra *Primavera silenciosa*, de 1962.

Era em meio a esse intenso contexto que o debate sobre as formas de combater a fome surgia, pois, em alguns casos, a má nutrição da população e os hábitos alimentares tornaram-se fatores que impediam o sucesso das campanhas. Durante a campanha de erradicação da malária, um dos problemas resultantes do uso do DDT foi a pouca aderência do produto às casas dos habitantes de regiões ribeirinhas, como no interior da Amazônia, além da pouca viabilidade financeira do uso da substância no interior do Brasil. Mario Pinotti desenvolveu, em conjunto com sua equipe, a mistura de sal e cloroquina, para que os habitantes ingerissem o medicamento antimalárico (SILVA & HOCHMAN, 2011). Mas como demonstrou Andrade (2016), a mistura sofreu resistência por parte da população alvo: além do amargor da precipitação da cloroquina no alimento quando era lavado, havia pouco consumo de sal por parte da população ribeirinha. Boatos também davam conta que a mistura causava impotência sexual. Para além dessa experiência, nutrição, fome e alimentação eram temas amplamente debatidos nos fóruns especializados. O próprio Josué de Castro fez críticas à forma que os programas de cooperação técnica ignoravam a realidade dos países atingidos por esses projetos:

[...] este poliformismo econômico-social dos países subdesenvolvidos não permite, de forma alguma, o ajustamento à sua realidade de modelos pré-fabricados de desenvolvimento concebidos e experimentados em regiões altamente diferenciadas em sua estrutura capitalista, e daí o habitual fracasso de sua imposição forçada em países de economia dependente. Pecam, pois, os programas de ajuda

econômica para o desenvolvimento, de um lado, por sua concepção política mesquinha e, de outro lado, por sua inadequação técnica. Para desenvolver autenticamente as regiões famintas e mal equipadas do mundo, é necessário conceber uma política de solidariedade internacional em novas dimensões e numa nova perspectiva (CASTRO, 1960, p. 88-89).

Como a próxima seção demonstrará, as preocupações com alimentação, fome e nutrição não se iniciaram no pós-Segunda Guerra, mas encontraram nesse contexto a possibilidade de se institucionalizarem e terem ações mais efetivas.

ENTRE AS CALORIAS, VITAMINAS E AS PADRONIZAÇÕES: DA LNHO À FAO

Do ponto de vista da história das políticas públicas, é possível delimitar o enquadramento da fome nos planos de ação dos países ocidentais a partir do momento em que ocorreu a definição do que seria considerado um padrão de vida razoável para as populações. Por mais que a preocupação com tais níveis datem do século XIX, foi após a Crise de 1929 que os países passaram a dar mais atenção e eleger políticas públicas prioritárias a partir de dados e pesquisas quantitativas (LATOUCHE, 1992). Nos anos 1930, com o sucesso das ideias keynesianas, os países industriais criaram institutos de pesquisas estatísticas. Assim, o atributo de padrões de vida tornou-se um imperativo para todas as nações, mas, em especial, as consideradas “atrasadas” (termo da época), que, naquele momento, poderiam encontrar números nos quais poderiam se espelhar. A força destes números foi um dos fatores que ajudaram a configurar o que seria a “Era do Desenvolvimento”, em que tais padrões tornaram-se um objetivo e homogeneizaram o percurso histórico de diversas nações (LATOUCHE, 1992). De acordo com Latouche

(1992), a ocidentalização do mundo, característica do discurso do desenvolvimento, impôs o conceito de padrão de vida como uma categoria dominante para a percepção da realidade social e tornou o aumento dos padrões de vida uma obrigação para os líderes de países emergentes. Esta discussão acentuou-se e ganhou forma no período de existência da Liga das Nações (1919-1946), considerada malfadada por uma certa história oficial, mas que deixou legados importantes para as discussões sobre a saúde da população mundial no século XX, em especial, as relativas ao estabelecimento de padrões mínimos de vida necessário para as populações (WEINDLING, 1995).

A Organização de Saúde da Liga das Nações (LNHO) preocupou-se principalmente com a padronização das estatísticas de mortalidade, pois as circunstâncias da Grande Depressão revelaram o potencial social dos padrões internacionais. Em resposta à deterioração da economia internacional e política, as equipes técnicas da LNHO e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) começaram a promover ambiciosos programas de saúde pública colaborativa e internacional. O Instituto Internacional de Agricultura (criado em 1905) trabalhou em conjunto com a LNHO e a OIT, pois a (des) nutrição constituía-se em prioridade para os médicos ligados a estas organizações. Comitês mistos relacionaram informações socioeconômicas com estatísticas. Estudos relacionados a grupos vulneráveis, como crianças e gestantes, foram lançados. De acordo com Ruxin (1996, p. 35), o formato inovador da LNHO, como uma impressionante organização internacional de saúde autônoma, que contava com um número nunca visto de países-membros, moldou e foi moldada por grandes nutricionistas que, nas décadas posteriores, dominariam a área.

Em 1937, foi lançado o documento que seria a pedra fundamental das preocupações com o estado de nutrição da população mundial: *Nutrition – Final report of the Mixed Committee of the League of Nations on The Relation of Nutrition To Health, Agriculture and Economic*

Policy. De acordo com a publicação, a nutrição não era mais um problema exclusivamente fisiológico, mas também uma questão para as organizações de saúde pública e para os economistas. As políticas alimentares, se transformadas em realidade, abririam novas perspectivas para o melhoramento da espécie humana. Em 1943, Franklin Delano Roosevelt reuniu a Conferência das Nações Unidas de Alimentação e Agricultura em Hot Springs, Virgínia. O documento final da Conferência afirmava que a primeira causa da fome e desnutrição era a pobreza, e que seria inútil a produção de alimentos aumentar sem a expansão dos mercados. Era preponderante ocorrer a expansão da economia global para que as populações garantissem uma dieta razoável. A filosofia que guiou os primeiros diretores gerais da FAO foi a utilização de novas tecnologias e informação científica para acelerar a agricultura dos países pobres, pois a melhora de índices de saúde e a estabilidade dessas regiões seriam a chave para a paz e prosperidade do mundo após os traumas provocados pela trágica experiência do nazismo. O desenvolvimento agrícola deveria figurar entre as prioridades para qualquer plano econômico de desenvolvimento.

Autores como Bashford (2018) ressaltam que a FAO passaria por mudanças profundas em sua trajetória: se inicialmente dedicava-se a compreender a fome como o fruto de assimetrias geopolíticas e diferenças econômicas regionais, a orientação passou a ser unicamente pelo aumento de produção de alimentos e cooperação técnica com países periféricos (ANDRADE, 2015). Um exemplo deste tipo de ação foi o trabalho no Brasil (e em diversos outros países) nos programas de extensão rural da *American International Association for Economic and Social Development*, criada por Nelson Rockefeller (SILVA, 2013). Outra perspectiva do combate à fome nos anos de Guerra Fria veio sob a égide do temor pela falta de alimentos para dar conta do crescimento exponencial da população mundial: agências como a Fundação Rockefeller, Fundação Ford e OPAS induziram a

formação de quadros técnicos para desenvolver políticas de controle populacional (CARTER, 2018). Como ressalta Leme (2023, p. 213), o período após o fim da Segunda Guerra Mundial foi um momento propício para o crescimento de mecanismos de proteção social, devido à crise do liberalismo, à pressão comunista e ao adensamento do aparato do Estado.

CONCEPÇÕES DIFERENTES DO COMBATE À FOME: A ERA DOS EXPERTS

Este contexto internacional veio ao encontro de uma crescente institucionalização da saúde pública brasileira, em especial a partir dos anos 1930, quando o país passou a acompanhar as principais decisões e agendas propostas em fóruns e congressos internacionais (FONSECA, 2007). A criação das faculdades de nutrição, bem como a atuação política dos nutrólogos, foram parte deste processo. No país, as diferentes formas de intervenção estatal na área de alimentação e nutrição foram construídas, desconstruídas e/ou reconstruídas a partir do jogo de interesses econômicos, sociais e políticos que se operaram entre os distintos segmentos sociais das conjunturas econômicas brasileiras (VASCONCELOS, 2005). No campo da saúde internacional, a institucionalização da ciência da nutrição e o aumento do capital político de profissionais desta área conseguiram consolidar uma “verdade científica” nos projetos na área de saúde para a população do Sul Global: grande parte do drama sanitário se devia em grande medida à desnutrição e aos maus hábitos alimentares de sua população. Estas ideias alinhavam-se a certa concepção horizontal de saúde pública, na qual a mudança e o consequente soerguimento dos índices sanitários viriam com ações amplas, de profundas alterações estruturais, econômicas e sociais. Josué de Castro foi presidente do Conselho Executivo entre 1952 e 1956, em um período de transição da atuação da FAO,

quando o entendimento do combate à fome se dava também pelo enfrentamento das desigualdades sociais (CARTER, 2018), mas que se consolidava cada vez mais como um organismo voltado para a cooperação técnica e para a formação de *experts* prontos a colaborar com o desenvolvimento agrícola e de economia florestal de regiões tidas como prioritárias, como a Amazônia brasileira (ANDRADE, 2015). Em reflexão publicada n' *O livro negro da fome*, obra de 1960, o médico pernambucano criticava esse caráter limitado de ação da FAO:

A luta contra a fome não fora até o momento empreendida nos termos exatos e dentro das dimensões exigidas para conduzi-la à vitória. Tudo que se tem feito se reduz a medidas parciais, descontínuas, mais de emergência e de caráter assistencial do que de continuidade e profundidade. O próprio organismo encarregado de traçar as normas ou planos desta batalha – a FAO – se limitara [...] a encarar o problema da alimentação como um problema puramente agrícola [...] E esta altitude ou perspectiva limitada do assunto está inteiramente errada [...] toda filosofia de ação contra o flagelo da fome deve assentar nesta premissa de que fome e subdesenvolvimento são expressões de um mesmo fato econômico. Que a luta contra a fome se resume em realidade na luta contra o subdesenvolvimento econômico (CASTRO, 1960, p. 70-71).

Como Bizzo (2012) destaca, Josué teve diferenças com seus colegas de agência, que ficariam explícitos em documentos internos da FAO. O lançamento de *Geography of Hunger*, a versão internacional do livro *Geopolítica da fome*, deu origem a discussões internas na agência sobre a pertinência ou não de um apoio oficial ao livro. Bizzo (2012) descreve o episódio com riqueza de fontes primárias, deixando explícito que o posicionamento científico do médico pernambucano não era unanimidade. Como a obra estava se destacando, e tinha sido

escrita pelo presidente do Conselho, desejava-se saber se deveria ser dado algum apoio oficial ou mesmo se a agência deveria auxiliar na divulgação. Wallace Aykroyd, diretor da divisão de nutrição da FAO, escreveu sobre o tema, em correspondência ao representante regional da agência para a América do Norte. Aykroyd afirmou que o livro parecia “sincero” e merecia ser lido. Mas tinha “numerosos erros”, como o exagero nos efeitos do colonialismo e do imperialismo sobre a nutrição das populações. Dessa forma, o livro não atingiria o padrão de precisão necessário para que a FAO o divulgasse (BIZZO, 2012, p. 280). Fica claro assim que as diferenças de concepção entre Josué de Castro os *experts* da FAO colaborariam para a decepção do médico pernambucano com os limites da agência. Mas é importante ressaltar que outros médicos brasileiros compartilhavam dos ideais de uma medicina transformadora, onde a saúde, mais que um subproduto do desenvolvimento econômico, fazia parte do processo mais amplo de transformação nas condições e na qualidade de vida dos moradores dos países pobres.

Um exemplo é Dante Costa, que teve importante papel na institucionalização da Nutrição no país, fazendo parte do primeiro grupo a organizar planos de ação alimentar e inquéritos. Já publicara em periódicos como a *Cultura Política* (principal periódico divulgador dos ideais do Estado Novo) sobre a necessidade e possíveis agendas de pesquisa para a ciência da nutrição no país. Paraense, Ocupou os principais cargos nas instituições estatais relacionadas ao combate à fome. Iniciou sua carreira no setor de alimentação da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, para logo após ingressar no serviço público, de onde nunca sairia. Foi diretor executivo do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), docente de Higiene da Faculdade Nacional de Medicina, professor de nutrição do Departamento Nacional de Saúde, além de vice-presidente da Comissão Nacional da Unesco e Membro da Comissão Nacional da FAO. Mesmo com menos destaque que Josué de Castro, suas ideias a respeito da alimentação infantil

e dos problemas do Brasil foram muito influentes para a nutrição brasileira. Ao lado de médico pernambucano, Costa teria dado origem a uma nutrologia política, que, ao contrário da laboratorial, fechada nas universidades, teve muito mais peso político (COIMBRA et al, 1982). Castro, com sua atuação no parlamento, e Costa, militante do Partido Socialista Brasileiro, pensaram a nutrição não apenas como uma questão biológica, mas como mais uma forma de contribuir para o crescimento do país. A militância partidária influenciou de forma decisiva ambos, encontrando um terreno fértil para a difusão de suas ideias no contexto democrático entre 1945-1964.

Costa dedicou-se principalmente à alimentação das crianças e à elaboração de conselhos sobre as merendas escolares, interessando-se também por questões de pedagogia e educação, produzindo literatura sobre assuntos como a frequência infantil a cinemas, os parques infantis e a recreação. Sua obra, *Alimentação e progresso: o problema no Brasil – alguns aspectos da alimentação humana*, foi laureada com o prêmio nacional de alimentação, sendo publicada pelo próprio SAPS em 1951. Para ele, a desnutrição brasileira não era um problema de classe, mas um problema de nacionalidade. Desta forma, a alimentação do povo brasileiro seria o maior problema enfrentado pelo governo. A situação alimentar do país poderia ser explicada como a resultante de quatro fatores: a evolução histórica desfavorável, a estrutura econômica imperfeita, a pobreza instalada e a deseducação mantida. Entre as maiores questões, estava o campo. Duas medidas seriam fundamentais para que a situação daqueles habitantes melhorasse: a reforma das condições de trabalho no campo e a reforma agrária (COSTA, 1960).

As concepções sobre “atraso” e “moderno” e os debates sobre a reforma agrária também faziam parte das ideias de Josué de Castro. O nutrólogo buscou enxergar as raízes do que ele entendia como “atraso” e, por meio de seu diagnóstico, construir um futuro, buscando assim uma ruptura com o passado monocultor e latifundiário do

Brasil. Para Bizzo (2012, p. 231), a percepção de que a fome é um fenômeno coletivo na obra de Josué traria implicações em três graus. Primeiro, a percepção de que as causas da fome não seriam de ordem pontual, mas geral e de raízes estruturais (sendo a pobreza a principal). A segunda, a de que a questão deveria ser enfrentada de forma coletiva, por meio de soluções políticas. A terceira, a de que a fome e o problema de produção de alimentos eram questões coletivas, atingindo de forma grave todos os habitantes do país, mas em especial aqueles que morassem em regiões mais pobres, como as populações do norte e do nordeste. De acordo com Eronildes da Silva Lima (2009), a tese de Castro de que o problema do país era “mal da fome e não da raça”, formulada pelo autor no livro *Alimentação e raça*, de 1936, trazia uma abordagem diferente e inovadora das tendências dos estudos na área médica daquele período. Até o momento da publicação dos estudos do médico, o interesse pela abordagem dos determinantes sociais sobre as doenças retrocedeu com o surgimento da microbiologia e das pesquisas epidemiológicas, só ressurgindo nas décadas de 1920 e 1930, sob a perspectiva da causalidade múltipla. Assim, a tese de Castro é um exemplo contra a canonização dos métodos disciplinares em voga naquela época.

De acordo com Lima, a assimilação de diversos campos do saber para o estudo da alimentação e da fome ia de encontro à fragmentação dos saberes em ascensão na vida acadêmica, proporcionando novos conhecimentos de aspectos obscuros sobre o tema, considerado um “tabu”. Conforme ressalta Leme (2023), o médico pernambucano emprestou à fome uma condição estruturante de forma mais evidente do que estava posto na época, unindo as representações sobre o assunto, que estavam dadas naquele momento, com um novo olhar científico: a fome se tornaria, dessa forma, uma questão contemplada pela ciência moderna. Quando a fome epidêmica (crise) foi deslocada para a fome endêmica (estrutural), o argumento de Josué de Castro e dos profissionais de sua geração se direcionou à concepção de

saúde plena, que preconizava um combate às desigualdades sociais, causas primordiais do adoecimento da população. Diferente das ideias hegemônicas no campo da saúde internacional da Guerra Fria, Josué de Castro buscou, por meio da criação de uma agência de combate à fome, agir de acordo com suas ideias amplas, unindo educação sanitária, divulgação científica e distribuição de alimentos. Tais ideias não encontraram ressonância na FAO. Seria necessário para Josué lançar mão de seu prestígio e da ampla rede de contatos para criar sua própria agência internacional.

CONTEXTOS EM MOVIMENTO: POBREZA E MISÉRIA EM QUESTÃO

Amorim (2016) argumenta que a presidência no Conselho Consultivo da FAO colaborou na publicização das ideias de Josué de Castro, bem como na construção de novas redes políticas e intelectuais. A própria rede latino-americana da qual fazia parte, a partir do contato com o argentino Pedro Escudero (1877-1963), foi fator primordial para sua eleição ao Conselho da FAO. Posteriormente, por meio de seu trabalho na agência, Josué passou a ser convidado por muitos países para palestras, além do contato com diversos chefes de Estado. Essa projeção teve reflexo em sua obra: desenvolvimento, subdesenvolvimento, anticolonialismo e reforma agrária passaram a estar mais presentes em seus artigos e livros (AMORIM, 2016). Em uma época de iminente perigo nuclear e diante do gigantesco gasto em armamentos, Josué frustrava-se por não ver em igual proporção investimentos no combate à fome, em especial em um contexto onde estas questões estavam postas, com os debates sobre a construção de uma agência de desenvolvimento para o nordeste (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE), as discussões sobre reforma agrária, além da ascensão das Ligas Camponesas no período de maior acirramento ideológico da Guerra Fria. Em especial, após

a Revolução Cubana e o consequente financiamento dos Estados Unidos da América às ditaduras militares no continente.

Na década de 1950, a própria Igreja Católica buscou exercer um papel que ia além da mediação entre Estado e sociedade: tornara-se um ator presente na busca por soluções políticas (e não comunistas) para melhorar as condições de vida da população. Incorporando conhecimento científico e tecnológico e dialogando com *experts* de diversas áreas do conhecimento, esses setores mais progressistas da Igreja passaram a utilizar o léxico desenvolvimentista daqueles anos para conhecer e mudar as comunidades rurais tidas como subdesenvolvidas, em especial na região nordeste. São marcos institucionais desse contexto a criação da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, e os dois Encontros de Bispos do Nordeste: o primeiro, ocorrido em Campina Grande, na Paraíba, em 1956; e o segundo, em Natal, no Rio Grande do Norte, em 1959. Hochman (2023, p. 207) argumenta que, baseado em pesquisas e conhecimento especializado, o diagnóstico dos problemas do Brasil rural e as discussões sobre superá-los de forma técnica qualificaram a Igreja Católica como ator na criação de políticas públicas, na cooperação com os governos e na mediação das relações entre programas de governo e populações.

E foi neste contexto de polarização ideológica que Josué de Castro recebeu um prêmio da URSS que possibilitaria a criação de sua própria organização, mas que, em meio ao anticomunismo reinante no país, teve consequências para o capital político do médico pernambucano. Curioso é que, por mais que elogiasse as políticas de combate à fome na China no período após a Revolução de 1949, sempre se colocou à parte do socialismo, em especial, o soviético (MENDONÇA, 2021). Em entrevista, afirmou que “sou de esquerda, mas não tolero a ditadura. Por isso nunca fui nem serei do Partido Comunista. Ditadura, nem do proletariado” (SILVA, 1998, p. 114). Mesmo assim, autores concordam que a perseguição ao autor, em

especial por parte de ligas anticomunistas e políticos da direita de então, a União Democrática Nacional (UDN), foi grande (AMORIM, 2016; MENDONÇA, 2021; LEME, 2023). Silva (1998) credita, inclusive, a essa questão (a aceitação ao prêmio não foi bem recebida na agência) a não-candidatura para mais um mandato da presidência do Conselho da FAO. O Prêmio Internacional da Paz, organizado pelo Conselho Mundial da Paz, na União Soviética, foi conquistado pelo médico pernambucano em 1955. Chamado por críticos, como a Cruzada Brasileira Anticomunista, de “Prêmio Stalin”, ele permitiu a Josué criar o Fundo Internacional de Luta Contra a Fome, que daria origem à ASCOFAM. Desta forma, pôde, em seus escritos, avaliar e criticar o trabalho das agências internacionais para, com vistas ao futuro, construir sua própria organização, dentro dos parâmetros de entendimento da saúde como um direito, que passasse a fazer parte de um processo global de mudança do homem, no combate à desigualdade e à ignorância.

As concepções que pautaram a criação da agência passavam pelo entendimento da fome como manifestação do subdesenvolvimento, e de uma ordem mundial que privilegiasse (e desse voz a) o anticolonialismo e o então chamado Terceiro Mundo. Em artigo de 1968, já no exílio, Josué de Castro apontava dois marcos para a “tomada de consciência” do Terceiro Mundo: o fim da Segunda Guerra Mundial e a Conferência de Bandung, sediada na Indonésia, em 1955 (CASTRO, 2003). O primeiro evento seria relevante, pois, após o conflito, uma série de países conseguiram a independência política e, mesmo entre os que não tinham conseguido, “tomavam consciência da existência desse imenso mundo de povos dominados e esmagados por fatores naturais e culturais que lhes impediam o acesso ao progresso e ao usufruto de seus benefícios” (2003, p. 166). O segundo acontecimento teria representado uma outra conscientização: a de que a situação de fome e miséria somente seria superada caso esses países decidissem congregar os esforços

para se auxiliarem mutuamente e libertarem-se de todas as formas de colonialismo, considerado por ele a principal causa do atraso econômico e social desses povos.

A verdade é que os povos chamados subdesenvolvidos já se aperceberam da profunda contradição que existe entre os preceitos morais de igualdade, fraternidade e humanitarismo, pregados e defendidos pelos teorizantes da civilização ocidental [...] Estes povos miseráveis sentiam na carne a sua miséria, mas não tinham uma noção suficientemente clara das razões que determinavam ou impunham este estado de miséria em que viviam. Hoje eles despertaram [...] Daí a revolta dos povos oprimidos e explorados. Daí os nacionalismos de reivindicação explosiva e incontrolável. Daí a agonia do colonialismo (CASTRO, 1960, p. 24-25).

Consequentemente, a fome não seria um fenômeno natural, e sim um produto de conjunturas econômicas “defeituosas”: um produto da criação humana, sendo capaz de ser eliminado pela “vontade criadora do homem” (1960, p. 26). Esse otimismo era partilhado por vários *experts* do período da Guerra Fria em suas respectivas agências. Amy Staples (1998) afirma que este foi um momento-chave na humanidade, chamado pela autora, de forma positiva, de “nascimento do desenvolvimento”, quando grupos de pessoas com circulação internacional, experiência, dinheiro, poder e influência começaram a trabalhar para melhorar a vida de outros seres humanos. Através do trabalho dessas agências, foi criado um senso de comunidade internacional e de solidariedade entre os membros desse grupo, onde assumiram a obrigação de promover o bem-estar de todos. Mas a autora faz uma ponderação menos otimista sobre esse contexto (que já era feita por Josué de Castro nas décadas de 1950 e 1960): mesmo motivadas pelas melhores intenções, as agências

especializadas da ONU, em muitos casos, fizeram mal aos países, pois o padrão que tentaram implantar nos países do chamado Terceiro Mundo teve como base os países ricos do norte global. Assim, ocorreu a ruptura de sistemas sociais, econômicos e culturais existentes em programas de desenvolvimento insustentáveis, em especial devido à alta taxa de consumo de recursos naturais (STAPLES, 1998, p. 2).

Josué de Castro reconhecia que as agências especializadas das Nações Unidas, como a FAO, Unesco, OMS e Unicef, se empenhavam firmemente no combate à fome e à miséria, mas esses esforços eram praticamente anulados pela extrema exiguidade de recursos diante da extensão da tarefa. O problema, segundo o médico, era das grandes potências, que se negavam a aceitar a premissa de que a segurança do mundo dependia, antes de tudo, do extermínio da fome e da miséria. E isso se cristalizava na negação em apoiar projetos organizados por países pobres na ONU. Ele cita como exemplo a falta de apoio à criação do Fundo Internacional de Desenvolvimento Econômico (SUNFED), uma entidade supranacional que ficaria responsável por promover o desenvolvimento econômico nos chamados países subdesenvolvidos. De acordo com Castro, o único financiamento para esse fim era fruto de sobras dos investimentos em guerras, armas e bombas dos países ricos. Mesmo planos como o Ponto IV, Plano Colombo (direcionado à comunidade britânica), Plano de Assistência Técnica da ONU teriam resultado em ações incompletas, insuficientes e desanimadoras (CASTRO, 1960, p. 60).

A própria ONU não era poupada por ele. Mesmo reconhecendo o trabalho dos “homens de categoria excepcional” que se dedicavam de corpo e alma à “melhoria das condições humanas”, Josué de Castro destacava que esses não tinham nem poderes nem autoridade para tomar decisões, que, por sua vez, ficavam nas mãos dos representantes ou delegados dos países que colocariam os “egoísticos interesses nacionais” à frente dos interesses da humanidade (1960, p. 62). Ele propôs a criação de um governo mundial, ou seja, um organismo

supranacional, longe dos interesses locais. Como exemplo, são citados os projetos na FAO que não puderam ser efetivados, como a tentativa de John Boyd Orr, primeiro diretor da organização, em criar um Conselho de Alimentação Mundial, bem como o projeto de implementação de uma Reserva Internacional contra a Fome que, até aquele momento, não se firmara. O médico expôs também sua frustração com a ausência de debates sobre reforma agrária e reservas alimentares de emergência, que, graças à “barreira dos preconceitos e dos medos acumulados”, não tiveram entrada na agência (CASTRO, 1960, p. 62).

Por mais que apontasse críticas às organizações como um todo, Josué de Castro era otimista quanto às possibilidades de superação da fome pelas tecnologias disponíveis naquele período. Os progressos da ciência e da técnica teriam dado origem a um tipo de sociedade que, pela primeira vez na história, poderia acabar com a miséria e, conseqüentemente, a fome (1960, p. 24). Essa perspectiva permite inserir o médico pernambucano no chamado “otimismo sanitário” das duas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial. Com a disponibilidade dos novos recursos preventivos e terapêuticos (inseticidas, antibióticos, sulfas e antimaláricos), as organizações internacionais foram incentivadas e se animaram a formular e implementar programas de saúde com objetivo de controlar e erradicar as doenças do “mundo subdesenvolvido” (HOCHMAN, 2009). Conforme Chastain e Lorak (2020) afirmam, abraçar soluções técnicas para resolver desafios socioculturais foi uma das características da era da Guerra Fria.

UM PROJETO GLOBAL DE DESENVOLVIMENTO INTERROMPIDO PELA DITADURA

Insatisfeito com os limites das organizações internacionais no combate à fome e à miséria, coube a Josué tentar pôr em prática

suas ideias e concepções acerca das intervenções na alimentação dos chamados países subdesenvolvidos. Em diversos escritos e discursos, o médico sempre reafirmou que fome e subdesenvolvimento seriam uma coisa só. Ou seja, a luta contra a fome seria também a luta pela emancipação econômica das pessoas que passavam fome, que representariam dois terços da população mundial. Se os programas de ajuda econômica para o desenvolvimento pecavam por inadequação técnica, ou por “concepção política mesquinha” (1960, p. 89), seria necessário conceber uma política de solidariedade internacional em novas dimensões e perspectivas. Por isso, duas associações que estiveram desde o início com Josué de Castro eram as capitaneadas por seus colegas Abbé Pierre e Louis-Joseph Lebret, respectivamente, o Institut International de Recherches et d’Actions sur la Misère du Monde (IRAM), criado em 1957; e o Institut International de Recherche et de Formation Éducation et Développement (IRFED), criado em 1958. Os três organismos juntos poderiam pautar suas ações de forma integrada para atingir diversos pontos do chamado “mundo subdesenvolvido”. De acordo com Castro, o que baseava o trabalho das três agências era o “desenvolvimento integral e harmônico”, isto é, ao mesmo tempo econômico, técnico, social e humano, o que permitiria assim a valorização do conjunto de recursos e das possibilidades de exercer uma cooperação entre os países (1960, p. 99).

O contexto era propício para o início do trabalho das agências: a décima conferência geral da FAO aprovou a proposta de lançar uma Campanha Contra a Fome, cuja decência iniciar-se-ia em 1960. A resolução da conferência ressaltava que os objetivos da campanha só poderiam ser alcançados pelos países “subdesenvolvidos” se fossem postos em prática projetos de ação “úteis e efetivos” (1960, p. 123). Além disso, criava um Fundo de Crédito para a Campanha de Combate à Fome, que seria destinado exclusivamente para a campanha. Os *experts* da FAO acreditavam que este movimento poderia, de forma

indireta, contribuir para uma maior compreensão dos problemas mútuos entre os países para que a paz pudesse ser alcançada. Nos documentos que balizariam a atuação da ASCOFAM, era considerado imprescindível que as próprias regiões subdesenvolvidas acelerassem o processo de erradicação de penúria alimentar, através do aumento de produtividade humana e o enriquecimento das áreas pauperizadas. Seria fundamental que os países do chamado Terceiro Mundo se assenhorassem desse processo, devido, especialmente, à pouca capacidade financeira e à consequente pouca capacidade de ação dos organismos das Nações Unidas que pudessem colaborar para esse fim. Para extirpar a fome, em suas raízes, se impunha, mais do que tudo, modificar profundamente as estruturas socioeconômicas determinantes (LIMA et al, 1962). O estatuto do organismo deixava bem evidente:

A Associação terá por fim promover, encorajar e organizar no mundo a luta contra a fome, notadamente despertando, desenvolvendo, apoiando, difundindo, preparando, supervisionando, realizando, direta ou indiretamente, estudos, pesquisas, iniciativas, atividades e ações de natureza a fazer conhecer, diminuir ou eliminar, direta ou indiretamente, a fome no mundo [...] A palavra fome é tomada aqui no seu sentido mais amplo, compreendendo a fome aguda como a fome crônica, mesmo oculta, a fome quantitativa como a fome energética e a fome epidêmica como a fome endêmica (LIMA et al, 1962).

As principais atividades envolvendo a agência teriam o objetivo de sensibilizar e despertar as consciências sobre a fome, realização de pesquisas sobre o tema, formação de pessoal e elaboração de projetos específicos de âmbito nacional e regional. Além disso, encontros como o Seminário de Endemias e Desnutrição, ocorrido em Garanhuns, Pernambuco, reforçavam a necessidade de promover encontros

entre especialistas da área. Entre as recomendações do seminário estava a crítica ao que os especialistas chamavam de “assistência alimentar paternalista”, que seria incapaz de solucionar isoladamente o problema de desnutrição do nordeste (LIMA et al, 1962, p. 16). A referência aqui é à distribuição do leite em pó, principal método utilizado pela Unicef na assistência à pobreza e no combate à fome no pós-guerra. A escolha pelo leite poderia ser justificada através das pesquisas nutricionais feitas no período entre guerras, quando os programas de emergência poderiam ser substituídos logo que as indústrias nacionais se recuperassem, mas acabou se tornando, aos olhos das agências internacionais, uma panaceia universal (RUXIN, 1996). A FAO, que desde o início pregava a necessidade de assinar acordos com outras instituições devido à escassez orçamentária e de abrangências, viu com muito bons olhos o possível incremento que a Unicef daria a suas missões pelo mundo, em especial com a ênfase no trabalho de distribuição do leite, detectado como uma necessidade das crianças em países dos continentes africanos e latino-americanos. O projeto em torno da distribuição de leite em pó tinha uma enorme abrangência para a recém-inaugurada agência e era visto como a forma mais eficiente para melhorar os índices de nutrição das crianças nos países onde ela trabalhava.

O programa não ficou imune a críticas de outras agências. O já citado Wallace Aykroyd pontuou que a mera distribuição de suplementos alimentares não daria uma base satisfatória para um programa a longo prazo de melhoria da saúde das crianças. O ideal seria incentivar as indústrias locais para que fizessem leite de boa qualidade. A própria Organização Mundial de Saúde, em 1954, pediu o fim da distribuição do produto em centros de saúde, pois a experiência tinha demonstrado que a mera doação interferia no principal objetivo destes centros, que seria educar a família para que tivessem meios próprios para ter bons níveis de saúde (COIMBRA et al, 1982). B.S. Platt, também nutricionista, destacou que este

programa estava eclipsando as campanhas de conscientização para o aleitamento materno. De acordo com Gillespie (2003), este programa seria reflexo também da adoção de um modelo vertical de saúde, pois o leite era barato e eficaz.

A Unicef começara seus trabalhos como uma organização de emergência, distribuindo leite e outros alimentos para as crianças, tendo como foco o trabalho com grupos escolares. À medida que a Europa começou a se recuperar com a ajuda financeira do Plano Marshall, estes programas foram estendidos para outras áreas do mundo, como o Brasil. As aproximações da Unicef com o país se iniciaram por intermediação do Itamaraty no início dos anos 1950. Coimbra, Meira e Lima creditam ao Itamaraty o fato de o Brasil ter sido um dos primeiros países a realizar acordos com o Fundo Internacional de Socorro à Infância – FISI (nome dado no Brasil à Unicef), pois o ministério teria construído uma política de boa vizinhança com a agência ao incentivar a burocracia brasileira a estimular seus fundos. O país ocupou uma posição vantajosa na alocação de recursos da agência, desproporcional às contribuições realizadas e aos gastos nacionais em programas de auxílio às crianças, assim como em relação aos outros países latino-americanos. Dessa aproximação, resultariam os primeiros grandes programas brasileiros voltados para a saúde e o bem-estar da criança, compreendendo várias formas de intervenção, com destaque à alimentação supletiva. Em 1949, o país seria, inclusive, um dos responsáveis pela proposta de manutenção da agência e de expansão de suas atividades, ao contrário de EUA, Reino Unido e Canadá, que pretendiam a sua extinção. Já em 1951, da ajuda total aprovada para a América Latina, 44% destinavam-se ao Brasil, um índice bastante significativo. No acordo Brasil-FISI, a maior parte do orçamento seria destinado à provisão de leite em pó, margarina e cápsulas de vitaminas para crianças, nutrízes e gestantes; seguido de melhoria de hospitais materno-infantis; vacinas contra difteria; treinamento de parteiras

e, por fim, Campanha de Educação e Saúde para mães. Na prática, a distribuição de leite em pó acabou sendo uma das atribuições da ASCOFAM, que tentou aliar isso a um projeto mais ambicioso de cuidado integral das populações, mesmo com pouca capacidade financeira disso.

Após o golpe militar de 1964, Josué de Castro estava na primeira lista de pessoas que foram cassadas e tiveram seus direitos políticos suspensos. Assim como outros embaixadores que haviam sido nomeados pelo então presidente deposto João Goulart, perdeu o cargo de embaixador em Genebra. Sem a possibilidade de voltar ao Brasil, as atividades da ASCOFAM foram diminuindo, fazendo com que o médico pernambucano voltasse seus esforços para a direção do Centro Internacional do Desenvolvimento (CID), órgão criado em 1962 com o objetivo de “encorajar, estimular, empreender e de realizar pesquisas, estudos, projetos e outras iniciativas capazes de promover ou acelerar desenvolvimento econômico autêntico e equilibrado no mundo” (LEME, 2023, p. 317). Por fim, acabou se estabelecendo em Paris até sua morte, em 1973.

CONCLUSÃO

[...] a saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade – é um direito humano fundamental [...] a chocante desigualdade existente no estado de saúde dos povos, particularmente entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento [...] é política, social e economicamente inaceitável [...] O desenvolvimento econômico e social baseado numa ordem econômica internacional é de importância fundamental para a mais plena realização da meta de saúde para todos e para a redução da lacuna entre o estado de saúde dos países em desenvolvimento

e dos desenvolvidos (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1978).

Josué Apolônio de Castro (1908-1973) foi constantemente lembrado após a sua morte. Os debates travados em arenas internacionais por Josué e por profissionais de saúde do Sul Global nas lutas por uma saúde que compreendesse todos os aspectos das vidas humanas encontraram eco em momentos marcantes da história da saúde pública, como a Declaração de Alma-Ata sobre Cuidados Primários, no Cazaquistão (URSS), em 1978. Esta declaração deu origem ao que é chamado hoje de Atenção Primária à Saúde, uma medicina integrativa, multissetorial e pautada mais na medicina preventiva que curativa. Vários conceitos preconizados nas críticas às agências e na construção coletiva da ASCOFAM estão no texto final da conferência, como a saúde compreendida de forma plena, a importância do desenvolvimento econômico de todos os países e a denúncia das desigualdades sociais. Para além disso, Josué é retomado constantemente por uma obviedade de nossa história republicana: a fome é um fantasma recorrente na história do Brasil. Em especial na história recente.

Por ser um assunto que traz à tona questões sociais e desigualdades muito profundas e antigas, a fome é, decerto, um assunto incômodo. O período após o conturbado impeachment de Dilma Rousseff trouxe uma queda acentuada nos níveis de vida da população brasileira e, posteriormente, com a pandemia de Covid-19, a América Latina sofreu um considerável revés na segurança alimentar. A fome aumentou de forma mais dramática do que em qualquer outra região do mundo entre 2019 e 2020, atingindo 59,7 milhões de pessoas, seu ponto mais alto desde 2000 (OPAS, 2021).

A história recente trouxe novamente a necessidade de se combater a fome de forma ampla, tanto na assistência alimentar quanto nas mudanças das condições de vida. Conforme Josué de

Castro sempre chamou atenção em seus escritos, a fome não é fruto apenas de crise, mas ela estrutura relações entre países, regiões, cidades. A fome é, desta forma, uma escolha histórica. Em janeiro de 2023, em seu discurso de posse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assim falou do tema: “A fome está de volta – e não por força do destino, não por obra da natureza, nem por vontade divina [...] A fome é filha da desigualdade, que é mãe dos grandes males que atrasam o desenvolvimento do Brasil” (SILVA, 2023). Os ecos do pensamento do médico pernambucano permanecem em nosso imaginário e oferecem, para os políticos, a chave da superação dessa chaga histórica. Que nesses próximos anos o Brasil retorne ao combate à fome de forma sistemática e permanente, para que seja um traço superado da formação história do país.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Helder Remigio de. “*Um pequeno pedaço do incomensurável*”: a trajetória política e intelectual de Josué de Castro. 265f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

ANDRADE, Rômulo de Paula. A saúde em tempos de desenvolvimento: a campanha de erradicação da malária na Amazônia. *História Revista*, v. 20, n. 3, p. 58-79, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/historia/article/view/36950>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

_____. O pobre solo do celeiro do mundo: desenvolvimento florestal e combate à fome na Amazônia. *Estudos Históricos*, v. 28, n. 56, p. 285-304. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/53124>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

_____. *A Amazônia na era do desenvolvimento: saúde, alimentação, meio ambiente (1946-1966)*. 378 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

BARROS, Maria Sylvia; TARTAGLIA, José Carlos. A política de alimentação e nutrição no Brasil: breve histórico, avaliação e perspectivas. *Alimentos e Nutrição*, v. 14, n. 1, p. 109-121, 2003.

BASHFORD, Alison. *Global Population. History, Geopolitics, and Life on Earth*. Nova York: Columbia University Press, 2018.

BIZZO, Maria Letícia Galluzzi. *Agências internacionais e agenda local: atores e ideias na interlocução entre nutrição e país (1932-1964)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

CAMPOS, André. *Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o serviço especial de saúde pública*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CARTER, Eric D. Population control, public health and development in mid twentieth century in Latin America. *Journal of Historical Geography*, v. 62, p. 96-105, 2018.

CASTRO, Anna Maria (Org.). *Fome, um tema proibido: últimos escritos de Josué de Castro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Josué de. *O livro negro da fome*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1960.

CHASTAIN, Andra B.; LOREK, Timothy W. *Itineraries of expertise: science, technology, and the environment in Latin America's long Cold War*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2020.

COIMBRA, Marcos; MEIRA, João Francisco Pereira; LIMA, Mônica Barros. *Comer e aprender: uma história da alimentação escolar no Brasil*. Belo Horizonte: Instituto Nacional de Assistência ao Estudante do Ministério da Educação e Cultura, 1982.

COSTA, Dante. *Alimentação e progresso: o problema no Brasil e alguns aspectos sociais da alimentação humana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Alimentação e Previdência Social, 1960.

CUETO, Marcos. La “cultura de la sobrevivencia” y la salud pública internacional en América Latina: la Guerra Fría y la erradicación de enfermedades a mediados del siglo XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 22, n. 1, p. 255-273.

FARLEY, John. *To Cast Out Disease: a history of the international Health Division of the Rockefeller Foundation (1913-1951)*. Oxford: Oxford University Press, 2004

FONSECA, Cristina. *Local e nacional: dualidades da institucionalização da saúde pública no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

GILLESPIE, James A. International organizations and the problem of child health, 1945-1960. *Dynamis*, v. 23, 2003.

HOCHMAN, Gilberto. Between God and rifle: Catholic Church, development and health in 1950s Brazil. In: BOROWY, Iris; HARRIS, Bernard (org.). *Health and Development*. 1. ed. Berlim: De Gruyter, 2023, p. 201-228.

_____. O sal como solução? Políticas de saúde e endemias rurais no Brasil (1940-1960). *Sociologias*, v. 12, n. 24, 2010, p. 158-193.

_____. “O Brasil não é só doença”: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 16, n. 1, p. 313-331, 2009.

JIMENEZ DE LA JARA, Jorge. Abraham Horwitz (1910-2000) Padre de la Salud Pública Panamericana. *Revista médica de Chile*, v. 131, n. 8, p. 929-934, 2003.

LATOUCHE, Serge. Standard of Living. In: SACHS, Wolfgang (Org.). *The Development Dictionary: A guide to knowledge as power*. Londres; Nova Jersey: Zed Books, 1992, p. 250-263.

LEME, Adriana Salay. Josué de Castro e a fome: gênese e gestão de uma questão social no Brasil. 2023. 352 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

LIMA, Eronildes da Silva. Quantidade, qualidade, harmonia e adequação: princípios-guia da sociedade sem fome em Josué de Castro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 16, n. 1, p. 171-194, 2009.

LIMA, Jamesson Ferreira et al. *Aspectos do Problema Alimentar do Nordeste*. Recife: Imprensa Universitária, ASCOFAM, 1962.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Declaração de Alma-Ata sobre cuidados primários*. Alma-Ata, 1978. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_alma_ata.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2023.

PIRES-ALVES, Fernando. MAIO, Marcos Chor. A saúde na alvorada do desenvolvimento: o pensamento de Abraham Horwitz. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 22, n. 1, p. 69-93, 2015.

RUXIN, Joshua. *Hunger, Science and Politics*: FAO, WHO, and Unicef Nutrition Policies, 1945-1978. 394 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – University College London, Londres, 1996.

SILVA, Renato da; HOCHMAN, Gilberto. Um método chamado Pinotti: sal medicamentoso, malária e saúde internacional (1952-1960). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 18, n. 2, p. 519-544, 2011.

SCOTT-SMITH, Tom. *On an Empty Stomach: Two Hundred Years of Hunger Relief*. Ithaca: Cornell University Press, 2020.

SILVA, Claiton Marcio da. Nelson Rockefeller e a atuação da American International Association for Economic and Social Development: debates sobre missão e imperialismo no Brasil, 1946-1961. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 20, n. 4, p. 1695-1711, 2013.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Discurso de posse do presidente Lula no Congresso Nacional*. Brasil, 2023. Disponível em: <<https://lula.com.br/discurso-de-posse-lula-2023/>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

STAPLES, Amy L. S. *Constructing International Identity: The World Bank, Food and Agriculture Organization and the World Health Organization*. 525 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – The Ohio State University, Columbus, 1998.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. *Revista Nutrição Campinas*, v. 18, n. 4, p. 439-457, 2005.

WEINDLING, Paul. Social medicine at the League of Nations Health Organisation and the International Labour Office compared. In: WEINDLING, Paul (org.). *International health organisations and movements (1918-1939)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

“TODA A TERRA DOS HOMENS TEM SIDO TAMBÉM ATÉ HOJE TERRA DA FOME”: JOSUÉ DE CASTRO E A REFORMA AGRÁRIA

Diana Daros¹, Miguel Enrique Stedile² e Simoni Sagaz^{3, 4}

Todos os seres humanos são produtos de seu tempo. Assim, cada um de nós é expoente e encerra em si próprio as contradições e sínteses de nossa época. Há, entretanto, homens e mulheres que transcendem estes limites e cuja trajetória desconhece fronteiras geográficas ou temporais. Este é o caso de Josué de Castro (1908-1973). É difícil descrevê-lo em poucas palavras ou mesmo em uma única profissão. Josué foi médico, geógrafo, cientista, deputado, romancista, defensor da Reforma Agrária e apoiador das Ligas Camponesas, fundador e primeiro presidente do órgão das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, a FAO. Escreveu contos, crônicas, poesias – inclusive para crianças –, discursos, manifestos

1 Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

2 Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

3 Mestranda em Desenvolvimento Territorial da América Latina pela Universidade do Estado de São Paulo (UNESP).

4 As autoras e o autor são integrantes da Coordenação Pedagógica do Instituto de Educação Josué de Castro (RS).

e, evidentemente, publicações científicas que foram traduzidas para mais de 25 idiomas.

Se considerarmos que a maior parte de sua vasta produção bibliográfica – cerca de trinta obras – encontra-se esgotada e ignorada pelo mercado editorial brasileiro, poderíamos aferir equivocadamente que a ditadura civil militar alcançou seu intento ao condenar Josué de Castro ao exílio, onde faleceu. Ao contrário, o pensamento e o legado de Josué de Castro não apenas resistem, como têm-se tornado mais conhecidos e procurados.

Parte deste reencontro com sua obra se deve ao fato de que o flagelo da fome, ao qual Josué combateu obstinadamente, permanece igualmente vigoroso e atual. Segundo o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, produzido pela Rede PENSSAN (2022), 58,7% da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau, totalizando mais de 33 milhões em situação de insegurança alimentar grave, a fome. Isto significa que, em pouco mais de um ano, 14 milhões de pessoas ingressaram nesta condição.

Como demonstra Brito (2002), não foi apenas o impacto da pandemia do novo Coronavírus que produziu este cenário trágico, mas a combinação da extinção ou redução das políticas públicas, do impacto inflacionário sobre o custo de vida, das políticas negacionistas do governo federal no combate à pandemia e da persistência dos problemas estruturais de nossa sociedade, originados, como alertou Josué de Castro, pela predominância do latifúndio e de uma posição de subordinação geopolítica. Desta forma, antes da pandemia, o país retornou ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para Alimentação da Agricultura (FAO) em 2018, apenas quatro anos depois de ter deixado a relação.

Note-se que, mesmo a partir deste pequeno enunciado, é possível perceber a vigência de algumas das contribuições centrais de

Josué de Castro. Primeiro, como a perpetuação da fome é resultado da sua relação com a pobreza, o subdesenvolvimento e a injustiça social e, portanto, fruto de problemas estruturais e sociais de nossa sociedade e não de causas episódicas ou de fenômenos naturais. A fome é resultante da má distribuição de recursos, da concentração de terras, da exploração, das relações de poder e da desigualdade. Ela não é apenas uma questão de escassez de alimentos, mas sim resultado do colonialismo e de sistemas socioeconômicos desiguais, produto do subdesenvolvimento a que o Brasil fora submetido e de uma agricultura baseada no latifúndio, na monocultura e na exportação. Logo, o seu combate exigiria o desenvolvimento de políticas públicas, a realização de uma reforma agrária e o estímulo ao desenvolvimento rural, a adoção de sistemas de segurança alimentar e nutricional e o fortalecimento de programas de assistência social.

Com base nesses conceitos, é possível examinar a obra e compreender por que eles continuam sendo tão relevantes nos tempos atuais. E evidenciar que o legado de Josué de Castro perpetua-se não apenas pela validação de sua contribuição teórica, mas por sua incorporação e reinterpretação na prática dos movimentos sociais do campo contemporâneos.

INTÉRPRETE DO BRASIL

Nascido em 5 de setembro de 1908, em Recife, Josué de Castro concluiu o curso de medicina na Faculdade Nacional da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, com apenas 21 anos. A precocidade era prenúncio da intensidade e da multiplicidade que marcariam sua carreira profissional e acadêmica: antes de se instalar como médico em Recife, viajou para o México e os Estados Unidos, onde estagiou na Universidade de Columbia e no Medical Center de Nova York. Antes de completar 40 anos de idade, já lecionava geografia, antropologia e fisiologia; escrevera o conto *O ciclo do caranguejo*,

mas principalmente na convivência com os trabalhadores e na realização de um inquérito sobre as condições de vida operária na capital pernambucana se depararia com o fenômeno que dirigiria seus esforços e estudos daí em diante.

Comecei, também, a trabalhar numa grande fábrica e a verificar que os doentes não tinham uma doença definida, mas não podiam trabalhar. Eram acusados de preguiça. No fim de algum tempo compreendi o que se passava com os enfermos. Disse aos patrões: sei o que meus clientes têm. Mas não posso curá-los porque sou médico e não diretor daqui. A doença desta gente é fome. Pediram que eu me demitisse. Saí. Compreendi, então, que o problema era social. Não era só do Mocambo, não era só do Recife, nem só do Brasil, nem só do continente. Era um problema mundial, um drama universal (CASTRO, 2003, p. 19).

A obra basilar do pensamento de Josué de Castro, *Geografia da fome*, foi publicada em 1946. Assim, insere-se no contexto das intensas transformações políticas e sociais do país na primeira metade do século XX, com a acentuação do processo de urbanização e industrialização, desencadeando mudanças no tecido social nas cidades, mas sem alterar as estruturas arcaicas no campo. O fim da Segunda Guerra Mundial irradiava aspirações mais democráticas no país, ao mesmo tempo em que a Guerra Fria e a divisão bipolar global colocavam novas tensões e pressões sobre os países da periferia do sistema.

Tratava-se, portanto, de projetar a posição que o país ocuparia na geopolítica mundial, num momento de estabelecimento de uma nova ordem do pós-guerra com a formação e consolidação dos órgãos diplomáticos multilaterais como a própria Organização das Nações Unidas, mas também de almejar o ingresso do Brasil na modernidade

e de idealizar os caminhos para esta passagem, objeto de inúmeros e frutíferos debates sobre o destino do país.

Desta forma também, *Geografia da fome* introduz seu autor entre os distintos intelectuais e pensadores que se dedicaram a compreender e interpretar a sociedade brasileira em seus aspectos políticos, culturais, econômicos e históricos, tais como Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Florestan Fernandes, entre outros.

Por sua vez, ao contrário dos autores que enfatizavam as potencialidades e projetavam um futuro promissor para o país, ancorando o desenvolvimento nacional em uma visão ufanista e harmônica que enaltecia a integração racial e regional, Josué de Castro retratava um Brasil e uma América desiguais e famintos:

Na realidade, a fome coletiva é um fenômeno social bem mais generalizado. É um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta. Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome. Mesmo nosso continente, chamado o da abundância e simbolizado até hoje nas lendas do Eldorado, sofre intensamente o flagelo da fome [...] É preciso que se confesse corajosamente que a terra da promessa, para a qual foram atraídos, só no século passado, cem milhões de imigrantes europeus, que procuravam fugir às garras da pobreza, também é uma terra onde se passa fome, onde se vive lutando contra a fome, onde milhões de indivíduos morrem de fome. A pouca gente que habita continentes distantes poderia ocorrer a ideia de que a América, com suas enormes reservas naturais, na maior parte inexploradas, com tanta terra à disposição de tão pouca gente e com uma larga faixa do território ocupada pelo povo mais

industrioso e ativo do mundo – os americanos do norte – não dispõe do mínimo indispensável de alimentos para satisfazer as necessidades de cada um dos seus 350 milhões de habitantes. No entanto, a verdade é que estamos muito longe deste ideal. Os inquéritos sociais e os levantamentos estatísticos levados a efeito em diferentes zonas do continente vieram mostrar que por toda parte as populações americanas continuam expostas às consequências funestas da subnutrição e da fome (CASTRO, 1984, p. 56).

No momento da publicação de *Geografia da fome*, Josué de Castro já acumulava a experiência como médico, como fisiologista e como professor de Geografia e Antropologia. A combinação multidisciplinar e transversal destes conhecimentos lhe permitiu analisar o Brasil não como um só corpo geográfico, mas dividido em cinco áreas de acordo com as condições alimentares, recursos naturais e ocupação humana: Amazônia; Mata do Nordeste; Sertão do Nordeste; Centro-Oeste e Extremo Sul. Destas, as três primeiras eram nitidamente áreas de fome, aquelas em que pelo menos a metade da população apresentava nítidas manifestações carenciais no seu estado de nutrição, sejam estas manifestações permanentes (áreas de fome endêmica), sejam transitórias (áreas de epidemia de fome) (CASTRO, 1984).

Evidentemente, articular conceitos de distintas ciências como a geografia, antropologia e a fisiologia, produzindo sínteses e um modelo explicativo aplicado à realidade do país, são demonstrações da maturidade e sofisticação intelectual de Josué de Castro ao escrever *Geografia da fome*, ao mesmo tempo em que sua carreira combinará o rigor científico com uma postura não ortodoxa ou dogmática, recusando-se a reduzir a compreensão dos fenômenos sociais por visões economicistas ou preconceitos ideológicos, étnicos e sociais travestidos de “ciência”.

Para além, Josué pode ser definido ainda como o *intelectual orgânico* descrito por Antônio Gramsci, aquele que cumpre uma função organizadora na sociedade e cuja obra reflete a compreensão e os interesses da classe que representa. Em seu caso, não são os interesses nem a visão de mundo dos proprietários de terra, como sua família paterna, tampouco dos seus pares médicos ou professores universitários. Afinal, o pensamento de Josué de Castro também é resultante da práxis produzida pelo encontro do estudo científico mencionado anteriormente com o conhecimento empírico adquirido na convivência com camponeses, com o migrante, com os moradores dos mangues. Ainda que tenha frequentado as salas de aula das faculdades, as plenárias do Congresso Nacional como deputado e os salões diplomáticos europeus como presidente da FAO, os pés e a consciência de Josué estavam muito mais enraizados nos mangues de Recife. Como o próprio Josué reconhece:

Não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia que travei conhecimento com o fenômeno da fome. A fome se revelou espantosamente aos meus olhos nos mangues do Capiberibe, nos bairros miseráveis de Recife – Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta foi minha Sorbonne – a lama dos mangues de Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo (CASTRO, 1967b, p. 12).

A Reforma Agrária é talvez o melhor exemplo desta práxis, da síntese resultante do acadêmico e do ser político embricado nas lutas sociais de seu tempo. Ela apresenta-se em sua obra tanto como produto de seu estudo, como de sua vivência.

Desde *Geografia da fome*, Josué assinala a Reforma Agrária como “uma necessidade histórica” e como “um imperativo nacional”, uma vez que “Todo esforço de modernização e dinamização de nossa agricultura tropeça neste arcabouço arcaico da infraestrutura agrária,

verdadeira armadura contra o progresso econômico e social do país” (CASTRO, 1984, p. 299-300).

A luta contra a fome no Nordeste não deve, pois, ser encarada em termos simplistas de luta contra a seca, muito menos de luta contra os efeitos da seca. Mas de luta contra o subdesenvolvimento em todo o seu complexo regional, expressão da monocultura e do latifúndio, do feudalismo agrário e da subcapitalização na exploração dos recursos naturais da região. A meu ver todo o sistema de fatores negativos que entravam as forças produtivas da região são oriundos da arcaica estrutura agrária aí reinante. Todas as medidas e iniciativas não passarão de paliativos para lutar contra a fome, enquanto não se proceder a uma reforma agrária racional que liberte as suas populações da servidão da terra, pondo a terra a serviço de suas necessidades (CASTRO, 1984, p. 261).

Adiante, depois de apresentar sua argumentação de forma didática e consistente, Castro antecipou o tribuno que ocuparia o cargo de deputado federal na década seguinte para professar sua convicção de forma contundente:

Precisamos enfrentar o tabu da reforma agrária — assunto proibido, escabroso, perigoso — com a mesma coragem com que enfrentamos o tabu da fome. Falaremos abertamente do assunto, esvaziando desta forma o seu conteúdo tabu, mostrando através de uma larga campanha esclarecedora que a reforma agrária não é nenhum bicho-papão ou dragão maléfico que vai engolir toda a riqueza dos proprietários de terra, como pensam os mal-avisados, mas que, ao contrário, será extremamente benéfica para todos os que participam socialmente da exploração agrícola, porque só através desta reforma

será possível inocular na economia rural os germes de progresso e desenvolvimento representados pelos instrumentos técnicos de produção, pelos recursos financeiros, e pela garantia de um justo rendimento das atividades agrárias, de forma a libertar a nossa agricultura dos freios do colonialismo agonizante e liberar, indiretamente, o nosso desenvolvimento econômico do principal fator de estrangulamento do seu crescimento, que é o marasmo da agricultura brasileira. E libertar desta forma o povo das marcas infamantes da fome (CASTRO, 1984, p. 301-302).

Ainda em *Geografia da fome*, Josué de Castro destaca que somente reformando as estruturas rurais vigentes é possível alterar substancialmente os métodos de produção agrícola (1984, p. 300) e, portanto, trata-se necessariamente de enfrentar a questão da *propriedade da terra*:

O tipo de reforma que julgamos um imperativo da hora presente não é um simples expediente de desapropriação e redistribuição da terra para atender às aspirações dos sem-terra. Processo simplista que não traz solução real aos problemas da economia agrária. *Concebemos a reforma agrária como um processo de revisão das relações jurídicas e econômicas, entre os que detêm a propriedade agrícola e os que trabalham nas atividades rurais.* Traduz, pois, a reforma agrária uma aspiração de que se realizem, através de um estatuto legal, as necessárias limitações à exploração da propriedade agrária, de forma a tornar o seu rendimento mais elevado e principalmente melhor distribuído em benefício de toda a coletividade rural (CASTRO, 1984, p. 300, grifo nosso).

Pode apresentar-se como uma obviedade que a reforma agrária trate de alterar a estrutura fundiária do país. Mas note-se que, ao

colocar a propriedade como objeto da reforma agrária, Josué de Castro está recusando-se a medidas que não afetem o latifúndio, a grande propriedade rural, tais como limitar a distribuição de terras às terras públicas, devolutas ou a processos de colonização. Castro deixa implícito que seu objeto é a *propriedade privada* da terra e que o direito cartorial ou o valor de mercado não podem ser obstáculos à efetivação desta política:

O principal obstáculo a ser superado é sem nenhuma dúvida a rigidez do preceito constitucional (art. 141, § 6º), que garante o direito de propriedade, só admitindo sua desapropriação mediante o pagamento prévio em dinheiro pelo justo valor. Se esse “justo valor” for entendido como preço de mercado, segundo a tradição privatista de nossos tribunais, torna-se praticamente inviável qualquer reforma agrária, sem prévia reforma constitucional, em face da soma fabulosa de recursos necessários para desapropriar largos tratos de terra (CASTRO, 1984, p. 301).

Quase duas décadas separam a publicação da *Geografia da fome de Sete palmos de terra e um caixão* (1965) e são anos de intensa atividade científica e política para Josué de Castro, que seria eleito e reeleito deputado federal, em 1954 e 1958, presidente do Conselho da FAO (1952-1956) e premiado nos Estados Unidos, na Europa e na América do Sul, sem jamais deixar de exercer a clínica médica. Este é também o período em que Josué aproxima-se das Ligas Camponesas e de seu líder, advogado e colega de parlamento Francisco Julião, com quem manteria uma profícua e recíproca amizade até o final da vida.

Em setembro de 1955, Josué de Castro presidiu o I Congresso Camponês de Pernambuco, em Recife, encerrado com uma passeata de três mil camponeses pelas ruas da capital pernambucana. Em 1959, apresentou o Projeto de Lei nº 11, que “define os casos de

desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação”, na prática, um projeto de legislação para uma reforma agrária. Nesta época, elaborou um documento simples e retilíneo, o “Programa de 10 pontos para vencer a fome”:

- 1 – Combate ao latifúndio.
- 2 – Combate à monocultura em largas extensões sem as correspondentes zonas de abastecimento dos grupos humanos nela empregados.
- 3 – Aproveitamento racional de todas as terras cultiváveis circunvizinhas dos grandes centros urbanos para agricultura de sustentação, principalmente de substâncias perecíveis como frutas, legumes e verduras que não resistem a longos transportes, sem os recursos técnicos da refrigeração.
- 4 – Intensificação do cultivo de alimentos sob forma de policultura nas pequenas propriedades.
- 5 – Mecanização intensiva da lavoura, da qual dependem os destinos produtivos de toda nossa economia agrícola.
- 6 – Financiamento bancário adequado e suficiente da agricultura assim como garantia da produção pela fixação de bom preço mínimo.
- 7 – Progressiva diminuição até a absoluta isenção de impostos da terra destinada inteiramente ao cultivo dos produtos de sustentação.
- 8 – Amparo e fomento ao cooperativismo, que poderá servir de alavanca impulsionadora à nossa incipiente agricultura de produtos alimentares.
- 9 – Intensificação dos estudos técnicos de Bromatologia e Nutrologia no sentido de que se obtenha um conhecimento mais amplo do valor real dos recursos alimentares.
- 10 – Planejamento de uma campanha de âmbito nacional para a formação de bons hábitos alimentares, o qual

envolva não só o conhecimento dos princípios históricos de higiene como o amor à terra, os rudimentos de economia agrícola e doméstica, os fundamentos da luta técnica contra a erosão (CASTRO, 2003, p. 34-35).

Entre as duas obras, é determinante ainda o impacto da Revolução Cubana de 1959 sobre todo o continente latino-americano, inspirando movimentos políticos guerrilheiros ou camponeses, como as próprias Ligas, e despertando os temores e os agressivos ataques ideológicos e militares por parte dos Estados Unidos, como denunciado pelo próprio Josué de Castro, enquanto deputado:

Não vou repetir aqui o que era o estado de miséria, de fome, de doença, de ignorância, de atraso em que vivia o povo cubano, nas suas malocas, nas suas choças, porque tem sido descrito inúmeras vezes. Quero apenas dizer que é humano e justo este povo um dia rebelar-se contra tal estado de coisas e, através de esforço hercúleo, emancipar-se e organizar um governo que limpe a nação do opróbrio dessa opressão do tipo colonial. Foi o que fez Cuba. Infelizmente, foi necessário mudar a estrutura, porque o problema era estrutural, e, ao tocar na estrutura através da reforma agrária, atingiu o monopólio e os interesses escusos dos grupos imperialistas do capitalismo de Wall Street (CASTRO, 1960).

A convergência destes dois fenômenos – a emergência da Revolução Cubana e das Ligas Camponesas – promoveu uma significativa inflexão no pensamento de Josué. Nas primeiras edições da *Geografia da fome* e nos livros seguintes, Castro defendia a “educação das elites”, sua sensibilização para o tema social como ação fundamental para realização da reforma agrária:

Mas sente-se hoje uma mudança sensível deste pensamento. O fato de que não só as classes produtoras, prin-

principalmente os industriais, mas expoentes do pensamento das elites brasileiras se manifestem claramente a favor de uma reforma agrária tende à criação de um clima que permita a aprovação de alguns desses projetos ou de outros que possam progressivamente modificar a estrutura e as relações de trabalho no campo da agricultura. [...] Como um imperativo nacional esta medida exige a participação de todos os brasileiros verdadeiramente patriotas para ser realizada em termos de interesse coletivo. Exige, pois, uma preparação psicológica através de uma campanha de esclarecimento da opinião pública. De esclarecimento de que não se trata de uma medida visando beneficiar um só grupo, o dos párias rurais — os sem-terras — mas que beneficiará a todas as classes e grupos sociais, interessados no desenvolvimento econômico equilibrado do país (CASTRO, 1984, p. 301).

Esta concepção é profundamente alterada a partir da 9ª edição de *Geografia da Fome*, Josué a altera significativamente quando agora afirma que:

Enquanto alguns apregoam que para salvar o país se faz necessária a reeducação das elites, aparentemente tão desviadas de seus deveres cívicos, de dirigir a vida pública, eu sou daqueles que acreditam que a nossa salvação está muito mais na educação adequada das massas, no seio das quais se encontram enormes reservas humanas até hoje deixadas à margem da ação política e social pela falta de recursos educacionais adequados e melhor distribuídos (CASTRO, 1984, p. 52).

Em *Sete palmos*, escrito a pedido de uma editora estadunidense as vésperas do golpe militar de 1964, Josué de Castro trata da questão agrária no nordeste e defende a atuação das Ligas Camponesas,

vilanizada pela imprensa e pelo público dos Estados Unidos como uma “nova Sierra Maestra”, o que também exige uma nova argumentação de Castro a favor de Cuba e dos povos latino americanos, mas principalmente passa a incorporar a necessidade de uma ruptura social:

A monocultura, a monoprodução, a dependência sem defesas de um só comprador-fornecedor privilegiado amarram, irremediavelmente, a economia da América Latina. Ao tomar conhecimento desta conjuntura opressora da economia mundial sobre a economia do conjunto dos povos latino-americanos, estes povos chegaram à conclusão que o processo de evolução rotineira de sua economia, retardado por um conjunto de obstáculos de toda a ordem, dificilmente lhes permitiria alcançar a emancipação econômica que eles tanto aspiram, quebrando o círculo de ferro do subdesenvolvimento. E chegaram mesmo à evidência que só através de profundas modificações estruturais, que *dificilmente serão alcançadas sem violência*, poderão estes povos se libertar de sua miséria (CASTRO, 1967, p. 176, grifo nosso).

De forma alguma, esta inflexão representa uma adesão do pensamento de Josué de Castro ao marxismo ou ao comunismo. Crítico contundente da polarização da Guerra Fria e do tratamento das potências que lideravam os dois blocos mundiais – Estados Unidos e União Soviética – pela forma como comprimiam os países do Terceiro Mundo, Josué recusava o alinhamento tanto a um quanto a outro bloco. Porém, identificava com precisão que o termo “comunismo” era utilizado frequentemente pela classe política e pela imprensa como mecanismo para aterrorizar camadas médias ou empobrecidas ou simplesmente justificar repressão aos que questionavam as classes dominantes. “Para alguns energúmenos [...]

é comunismo tudo aquilo que é verdade contra os aproveitadores do suor do povo” (CASTRO, 25/11/1960), declarara na plenária da Câmara ao defender e elogiar a publicação de *Quarto de despejo* de Maria Carolina de Jesus e atuação de Dom Helder Câmara.

Em defesa das Ligas Camponesas, Castro utiliza argumentação semelhante, mas que de certa forma poderia aplicar-se a ele próprio. Não são os princípios do marxismo, a aproximação ou subordinação com Moscou ou qualquer outro fenômeno externo que alimentam a ação de camponeses e do próprio Josué, mas a indignação e a intolerância com a coexistência com a fome e a desigualdade:

De fato, a imagem das Ligas Camponesas difundida pela imprensa de certos países, como sendo um instrumento do comunismo internacional, fabricado em Moscou e implantado no Nordeste brasileiro, para repetir nessa área o episódio de Cuba e comunizar o continente inteiro, é uma imagem totalmente falsa, que não resiste a uma análise fria dos fatos. Uma análise que ponha em linha de conta, como estamos tentando fazer, os principais personagens e os episódios centrais das origens desse movimento.

Criadas dentro do espírito do cristianismo primitivo, que até hoje impregna a alma coletiva da população nordestina, as Ligas Camponesas foram mesmo, em certa fase, mal vistas e tenazmente combatidas pelos líderes marxistas da região. E, se posteriormente se aliaram as Ligas aos comunistas, na luta comum pela emancipação da massa camponesa, não quer isto dizer que a sua inspiração brotara da doutrina de Marx ou da ação política de Lenine ou de Fidel Castro, mas na experiência vivida e sofrida por essa massa humana em sua luta desigual por um mínimo de aspirações, em face

ao máximo de resistência dos seus opressores feudais (CASTRO, 1967, p. 36).

O leviatã das Ligas Camponesas é desarmado e diminuído por Castro, propositalmente, mas como estratégia tanto para desmistificar do mito comunista, como para legitimar sua ação por princípios comuns ou universais de humanismo, tônica do primeiro capítulo de *Sete Palmos*, onde enfatiza-se a origem da Liga como simples associação para garantir aos mortos a dignidade que faltou em vida. É o temor da justiça quem alarga as dimensões das Ligas e de seus camponeses:

Antes de terminar este capítulo, julgamos indispensável deixar bem claro que, a nosso ver, as Ligas Camponesas nunca alcançaram uma importância política destacada: uma estruturação funcional e uma liderança suficientemente vigorosa para desencadear um verdadeiro processo revolucionário. Longe disto. Sempre foram, como instrumento revolucionário, uma arma quase infantil. E se esta arma de brinquedo assustou tanto aos grandes senhores feudais e seus associados, é que eles se encontram há muito tempo num estado de pavor permanente. Pavor que os leva a ver no menor gesto ou atitude de inconformismo das massas espoliadas, um perigo tremendo para a manutenção dos seus privilégios. O perigo das líricas Ligas Camponesas sempre fora pequeno, o medo delas é que era grande e continua crescendo cada vez mais (CASTRO, 1967, p. 36).

Porém, ainda que minimizando a capacidade de ação ou seu potencial revolucionário, cabe destacar que, ao mudar sua relação com os camponeses – agora não mais vistos isoladamente ou como uma massa disforme, mas como um conjunto organizado, com

reivindicações e que se coloca em movimento –, também a proposta de Reforma Agrária defendida por Josué de Castro muda de natureza:

O desenvolvimento econômico do Nordeste e o êxito do programa oficial de combate aos efeitos das secas dependem estreitamente de uma reforma agrária que mereça de fato esse nome. Não a reforma agrária baseada em mera colonização de terras devolutas, a qual não passaria de um conjunto de medidas inócuas, deixando intocado o deplorável regime de terras imperante na região. Não a reforma agrária desejada por certos líderes ruralistas, que consistiria em desapropriar terras mediante a indenização prévia em dinheiro pelo seu valor venal no mercado imobiliário; mas sim a reforma agrária apoiada na desapropriação por interesse social, que retalhe os latifúndios improdutivos; que dê terra a quem dela necessite para viver com decência; que estipule novas e mais humanas bases de arrendamento; que regule os contratos de trabalho, fixando níveis salariais adequados; que cuide da assistência técnica e financeira aos pequenos produtores; que, em suma, liquide definitivamente os odiosos privilégios que ainda hoje enfeudam a propriedade da terra no Nordeste (CASTRO, 1967, p. 178).

Assim, influenciado pela ação dos camponeses organizados, o sujeito e o método da Reforma Agrária mudam no pensamento de Josué de Castro. A ação institucional e jurídica da primeira fase de seu pensamento, coordenada com a sensibilização e educação das elites, converte-se na ação das massas, com força suficiente para tensionar o Estado e ameaçar o status estabelecido. Para além, amplia-se a proposta de reforma agrária, ganha detalhamento e musculatura, potencializando seu caráter de transformação estrutural.

PIONEIRO DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR

A violência e a repressão da Ditadura Civil Militar eliminaram fisicamente as Ligas Camponesas e sepultaram a discussão pública sobre a Reforma Agrária. O exílio afastou fisicamente Josué de Castro de sua pátria e igualmente dos debates públicos nacionais – mas não do mundo, onde Josué continuou sua combativa atuação contra a fome através da Associação Mundial de Luta Contra a Fome. Quanto à Reforma Agrária, ela perdeu seus atributos de política transformadora da estrutura agrária, sendo reduzida a política de colonização, expansão da fronteira agrícola, perseguição aos povos indígenas, distensionamento social e, na prática, preservação do latifúndio, ao fragmentar e combater o sujeito social, mas não tocar na origem estrutural dos conflitos sociais, a concentração da propriedade da terra. A fome também foi reencarcerada em sua justificativa mitológica de produto dos fenômenos naturais, como a seca.

Com a desmilitarização da sociedade política nos anos 1980 e as discussões sobre a nova Constituição Federal, uma miríade de reivindicações e direitos sociais represados reemergiu do silêncio que a ditadura havia condenado. Fundado em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) reivindica e incorpora os ensinamentos de Josué de Castro sobre a fome e a política de reforma agrária. O encontro entre a obra do intelectual orgânico de outrora com o movimento popular contemporâneo era inevitável. O MST compreende-se como continuador dos movimentos de luta pela terra e de organização dos camponeses, incluindo aquelas que atuaram pelas reformas de base e pela democratização da terra e na década de 1960, como as citadas Ligas Camponesas ou o Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER) da região sul.

O legado de Josué de Castro apresenta-se de várias formas na ação do Movimento Sem Terra. A primeira escola formal de ensino

médio técnico que trabalha com a educação profissional de jovens e adultos oriundos das áreas de reforma agrária chama-se Instituto de Educação Josué de Castro. Criada em 1995, inicialmente em uma área cedida por freis capuchinhos na serra gaúcha, hoje o Instituto localiza-se apropriadamente no Assentamento Filhos de Sepé, em Viamão (RS), onde localiza-se a maior extensão de lavouras de produção de arroz orgânico da América Latina. O assentamento e o Instituto inserem-se ainda na região metropolitana de Porto Alegre, onde o conjunto de famílias assentadas pela reforma agrária organiza e opera um conjunto de políticas de segurança e soberania alimentar: ações de venda diretas ao consumidor como participação em mais de 40 feiras e mecanismos de cestas de produtos e entrega domiciliar; ações de solidariedade de doações de alimentos com comunidades carentes, participação na organização de cozinhas e hortas comunitárias, etc.

O compromisso do MST com a difusão e a manutenção de sua elaboração estende-se para a publicação de obras para a juventude de apresentação do seu pensamento e trajetória – *Semeador de Ideias* (CASTRO, 2007) – e da coletânea *Josué de Castro – Vida e obra* (2007), com uma terceira edição no prelo e frequentes reimpressões.

Se a herança intelectual e política de Josué de Castro não desapareceu como queriam seus algozes, a fome, porém, permaneceu dissimulada e enfrentada através de duas políticas ineficientes, segundo Belik, Silva e Takagi (2003, p. 27): um esvaziamento das políticas universais e sua substituição por políticas localizadas, priorizando os municípios mais pobres e agendas locais, que apostam na mobilização, formação e treinamento de agentes locais de desenvolvimento; e, a substituição de programas baseados na distribuição de bens em espécie (como cestas básicas e leite) por um valor mensal em dinheiro, sem acompanhamento, nem verificação de melhorias na qualidade alimentar. Para estes autores, o combate adequado à fome passa, como ensinou Josué de Castro,

pelo enfrentamento das questões estruturais e pelo rompimento pela ação do Estado do círculo vicioso de desemprego, queda do poder aquisitivo, redução da oferta de alimentos, mais desemprego, maior queda do poder aquisitivo, maior redução na oferta de alimentos.

Além da “fome”, outros verbetes deixaram o léxico político. Entre as outras palavras que desapareceram, uma foi, certamente, “latifúndio”. No Brasil, esta palavra tem um sentido histórico, afinal foi a concentração de terras combinada com o trabalho escravo e a monocultura para exportação que definiram o sentido desta nação por cinco séculos. Porém, aqui, graças ao caráter progressista do Estatuto da Terra, ganhou uma outra conotação, não apenas como uma grande propriedade de terra, mas uma propriedade que não cumpre sua função social e, portanto, deveria ser desapropriada para o assentamento de camponeses sem terras.

Hoje, a palavra latifúndio tem se escondido por trás de outra, “agronegócio”, normalmente associada com termos estrangeiros para denotar alguma modernidade, como “agro é *tech*, agro é *pop*”. Nada mais falso. O que chamamos de agronegócio é realmente moderno, porque ele substituiu o controle da propriedade da terra dos antigos coronéis e fazendeiros por grandes empresas multinacionais e, em especial, por agentes financeiros como bancos e fundos de investimentos.

A agricultura também foi envolvida pelo processo de financeirização que passou a ocupar a centralidade da dinâmica de funcionamento do Capital a partir da década de 1970. Esses capitais foram investidos na agricultura, na apropriação privada da natureza (terras, água, hidrelétricas, fontes de energia, minérios, usinas de etanol) e no controle de *commodities* (soja, milho, laranja, cacau, aves, suínos, carne bovina etc.), além de implementar um modelo de produção baseado na monocultura destas *commodities*, uso intensivo de agrotóxicos e produção destinada para a exportação.

Este modelo é altamente internacionalizado, seja na origem de seus recursos, no destino da produção, o que desnacionaliza e aliena o controle das cadeias produtivas. Este movimento fortalece a divisão desigual da Organização do Trabalho, reprimarizando as economias do Sul Global, enquanto a alta tecnologia e a produção intelectual concentram-se no hemisfério norte.

Em essência, o agronegócio continua sendo um latifúndio, uma grande propriedade de terra que não apenas não cumpre sua função social, como se sustenta graças a vultuosos recursos públicos, à superexploração do trabalho, ao uso intensivo de venenos que contaminam os biomas e organiza sua produção para exportação, exatamente como o modo *plantation* do período colonial. O agronegócio é o vestígio das fracassadas políticas neoliberais que privatizaram bens comuns, como os alimentos, entregando-os à gestão do mercado.

O último Censo Agropecuário brasileiro, em 2017, demonstra que a concentração de terras permanece intensa: 1% dos proprietários de terras controlam quase 50% da área rural. Nos onze anos entre os censos, 2006 e 2017, o correspondente a 17,6 milhões de campos de futebol foram incorporados à agropecuária, muitos graças ao desmatamento e avanço da monocultura de grãos no Cerrado e na Amazônia. Destes, 17 milhões foram incorporados por estabelecimentos acima de 1.000 hectares.

Estas transformações da natureza da estrutura e modelo agrícola brasileiro produziram inflexões na compreensão e programa dos movimentos populares do campo, como reação e mudança de qualidade na luta pela terra e pela reforma agrária.

O Programa de Reforma Agrária Popular do Movimento Sem Terra expressa esta transformação na plataforma dos movimentos populares. Para o MST, a Reforma Agrária “clássica”, aquela que apenas dividia a propriedade da terra e integrava os camponeses

como fornecedores de matérias-primas e alimentos para a sociedade urbano-industrial, encontrou seu esgotamento e não encontra espaço para sua realização mesmo nos marcos do capitalismo.

A “Reforma Agrária” precisa ser recolocada no centro político, mas agora acompanhada do adjetivo “popular”. Porque seu destino é alimentar o conjunto da população e transformar a alimentação saudável num direito na prática. Já a Reforma Agrária Popular, como pronunciava Josué de Castro, é uma alternativa à crise civilizatória da destruição ambiental e da fome programada. Mas, para realizá-la, é necessário extinguir o “latifúndio”, não apenas dos vocabulários, mas materialmente, democratizando o acesso à terra a todos os camponeses e camponesas.

O conceito “popular” busca identificar a ruptura com a ideia de uma reforma agrária clássica feita nos limites do desenvolvimento capitalista e indica o desafio de um novo patamar de forças produtivas e de relações sociais de produção, necessárias para outro padrão de uso e de posse da terra. Trata-se de uma luta e de uma construção que estão sendo feitas desde já, como resistência ao avanço do modelo de agricultura capitalista e como forma de reinserir a Reforma Agrária na agenda de luta dos trabalhadores (MST, 2014).

Tanto o Programa Agrário do MST quanto a “fase madura” de Josué de Castro não ignoram o papel do Estado nas transformações necessárias na estrutura fundiária, entretanto ambos colocam a centralidade deste processo no protagonismo das massas populares, nos próprios camponeses, ainda que, para o MST, a Reforma Agrária só pode realizar-se a partir de uma aliança entre trabalhadores rurais e urbanos, o que também determina a expressão “popular” agregada ao conceito. Os interesses e os sujeitos de sua realização são *populares*, os trabalhadores.

Assim como as proposições de Josué de Castro – e ao contrário da concepção clássica desta política –, a concepção de Reforma Agrária Popular não busca a arrecadação de terras como premiação ou compensação monetária para os fazendeiros, nem o povoamento das áreas anteriormente desprezada pelo capital por sua distância dos centros urbanos ou deterioração do solo. Para Josué e para o MST, a Reforma Agrária é, em sua natureza, uma política e mecanismo de *Justiça Social*. Como se expressa pela síntese das políticas defendidas pelo Movimento para a democratização da terra:

A terra e todos os bens da natureza, em nosso território nacional, devem estar sob controle social e destinados ao benefício de todo povo brasileiro e das gerações futuras. Para isso devemos lutar para:

- a) democratizar o acesso à terra, às águas, à biodiversidade (florestas, fauna e flora), minérios e fontes de energia;
- b) impedir a concentração da propriedade privada;
- c) estabelecer o tamanho máximo de propriedade da terra;
- d) eliminar o latifúndio;
- e) garantir a função social do uso, posse e propriedade da terra;
- f) assegurar a devolução para o povo de todas as terras, territórios, minérios e biodiversidade hoje apropriados por empresas estrangeiras;
- g) demarcar e respeitar todas as áreas dos povos indígenas e das comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais e tradicionais (MST, 2014).

Josué de Castro torna-se pioneiro da proposta de uma Reforma Agrária Popular quando elabora esta política de forma globalizante e integral, onde ela é ao mesmo tempo democratização da propriedade da terra, política de desenvolvimento e ferramenta de construção

da segurança alimentar – para seus beneficiários e para a população urbana que consumirá os alimentos produzidos.

Da mesma forma, o Programa de Reforma Agrária Popular não se restringe às políticas de reordenação fundiária. Os fundamentos defendidos pelo MST (2014) integram a Terra com a defesa dos bens comuns da natureza, as sementes, a organização da produção de maneira agroecológica, a utilização de matrizes energéticas alternativas e não poluentes de forma cooperativada, o acesso e a produção de conhecimento, através da educação e da cultura, além do combate a todas as formas de discriminações e preconceitos raciais, étnicas, sexuais e de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Intelectual incansável, Josué de Castro foi além das visões economicistas e preconceituosas ao analisar os fenômenos sociais e problemas estruturais de nosso país e de seu tempo. Intelectual orgânico, sua experiência acadêmica e sua vivência no contato direto com camponeses e moradores de áreas carentes o levaram a defender a Reforma Agrária como uma necessidade histórica e um imperativo nacional. Uma convicção que nasce tanto dos estudos científicos quanto da vivência empírica com camponeses e que se transforma na práxis do intelectual e sujeito político. A concepção de reforma agrária em Josué de Castro transforma-se, sem jamais perder o caráter de mudança estruturante inadiável e insubstituível para vencer os males da fome e da concentração da propriedade.

A proposta de uma Reforma Agrária Popular, conforme defendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e também pelos fundamentos de Josué de Castro, vai além da simples redistribuição de terras e se coloca como uma proposta de transformação social, econômica e ambiental, buscando superar a concentração da propriedade da terra, promover a justiça

social, garantir a segurança alimentar e fortalecer os direitos dos trabalhadores rurais. É uma alternativa ao modelo agrícola dominante e uma resposta à crise civilizatória marcada pela destruição ambiental, pela fome e pela desigualdade social.

O Programa de Reforma Agrária Popular também está relacionado à segurança alimentar, pois busca não apenas garantir o acesso à terra para os camponeses, mas também a produção de alimentos de forma sustentável e saudável. Essa proposta visa romper com o modelo do agronegócio, que se baseia na monocultura, no uso intensivo de agrotóxicos e na produção voltada para a exportação. Em vez disso, valoriza a agroecologia, o cooperativismo, o respeito aos ciclos naturais, a diversidade de cultivos e a soberania alimentar.

Josué de Castro compreendeu que a luta contra a fome e a pobreza estava diretamente relacionada à luta pela terra e pelo acesso aos recursos naturais. Essa visão se conecta de maneira profunda com a luta do MST, que busca a democratização da terra, entendendo que a concentração de terras nas mãos de poucos é uma das principais causas da fome e da miséria no campo.

Além disso, Josué de Castro também defendia a necessidade de promover a soberania alimentar e a agricultura familiar. Ele compreendia que a produção de alimentos deveria ser voltada para o atendimento das necessidades básicas da população, e não para a lógica do lucro e da exportação. Essa visão está alinhada com a proposta do MST de uma agricultura baseada na agroecologia, que respeita o meio ambiente, promove a diversificação produtiva e valoriza o conhecimento tradicional dos agricultores.

Ao conectar a luta do MST com o pensamento de Josué de Castro, podemos entender que ambos compartilham o objetivo comum de combater a fome, a pobreza e as desigualdades sociais no Brasil. Ambos reconhecem a importância da reforma agrária como uma forma de garantir a justiça no campo e promover o desenvolvimento

sustentável. Porém, significa também que o “pecado original” da apropriação e concentração da propriedade da terra permaneceu imune às transformações políticas, sociais e econômicas do país e agora, fusionada ao capital financeiro e transvestida de “agronegócio”, permanece como centro gerador da fome e da injustiça social.

REFERÊNCIAS

BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. In: ANDRADE, Manuel Correia de et al. *Josué de Castro e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 11-37.

BRITO, Larissa Padilha de. *Soberania alimentar e solidariedade: ações dos movimentos populares em tempos de pandemia a partir da campanha “Periferia Viva” / 2020-2022*. Pelotas, 2022. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas.

CASTRO, Anna Maria de. Josué de Castro – Semeador de ideias. *Cadernos do ITERRA*, n. 7, 2003.

CASTRO, Josué de. *Sete palmos de terra e um caixão*. São Paulo: Brasiliense, 1967.

_____. *Homens e caranguejos*. São Paulo: Brasiliense, 1967b.

_____. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

_____. Discurso proferido na sessão de 25 de novembro de 1960, publicado no DCD de 26 de novembro de 1960, p. 8680.

_____. Discurso proferido na sessão de 5 de dezembro de 1960, publicado no DCD de 6 de dezembro de 1960, p. 8974.

FERNANDES, Bernardo Mançano; GONÇALVES, Walter Porto (Orgs.). *Josué de Castro – vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário*, 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Programa de Reforma Agrária Popular*, 2014.

REDE PENSSAN. II VIGISAN, *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022.

SARAMAGO, José. Prefácio. In: SALGADO, Sebastião. *Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SIMONETTI, Thiago França; HALLEY, Bruno Maia. Josué, Julião e as Ligas: r-existências camponesas. *Revista Mutirão (Folhetim de Geografias Agrárias do Sul)*, v. 1, n. 2, 2020.

O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NO CAMPO DA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL: A CONTRIBUIÇÃO DE JOSUÉ DE CASTRO

Renato Carvalheira do Nascimento¹

1. APRESENTAÇÃO

No vasto legado que Josué de Castro deixou para o campo da soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) no Brasil e no mundo, tais como a ecologia como forma de pensar e agir, a paz como princípio para se alcançar a justiça social, o combate ao subdesenvolvimento, o apoio à reforma agrária, além do combate à fome, entre outras contribuições, uma das principais diz respeito ao papel da sociedade civil na construção da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

1 Doutor em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ (2012) com tese sobre o Consea, mestre em Sociologia pela UnB com a dissertação *Josué de Castro: o sociólogo da fome* (2002) e bacharel em Relações Internacionais (1999) e Sociologia (1998) também pela UnB. É analista em C&T sênior da CAPES, vice-coordenador da Rede PENSSAN, pesquisador convidado da Cátedra Josué de Castro da USP e editor da *Revista Brasileira de Pós-Graduação* da CAPES e da *Revista SAN* do NEPA/Unicamp. Atua como gestor e pesquisador nas áreas de políticas públicas em educação, C&T e segurança alimentar. É especialista e entusiasta da obra de Josué de Castro, vem participando de iniciativas desde os anos 1990 que discutem e promovem o legado do autor.

A participação e o controle social têm se revelado um importante instrumento que possibilita a emancipação do indivíduo e/ou coletividade, além de favorecer o avanço de conquistas de direitos sociais e cidadania (GOHN, 2011; BORDENAVE, 2013). Na esfera das políticas públicas, propiciam a democratização das relações existentes entre o Estado e a sociedade e abrem canais de interlocução, de modo que a população venha a contribuir com o aperfeiçoamento das políticas públicas em prol da população, na perspectiva de assegurar maior equidade social, atingir melhores condições de vida e trabalho (GOHN, 2011).

Essa mesma sociedade civil reconhece Josué de Castro como símbolo de sua luta por um país mais justo e livre da fome, tanto é que o elegeu patrono do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em 2004, e que permanece no terceiro governo Lula que se iniciou em 2023, quando foi recriado o Conselho. Lembrando que o Consea tinha sido extinto em 2019.

O pensador pernambucano influenciou diretamente o tema da fome sob diversas dimensões: internacional, quando, por exemplo, foi presidente do Conselho Executivo da FAO; político, quando foi deputado federal; e científico, quando foi professor e pesquisador. Josué de Castro tem uma influência marcante nas políticas públicas, grande parte do que se faz atualmente nesta área tem a assinatura do intelectual pernambucano, isto é, as políticas que são implementadas hoje no Brasil em matéria de SSAN têm nas formulações de Josué de Castro – como representante internacional, cientista e político – referências, percepções e traduções do real que empreendeu desde os anos 1930 até seu falecimento, em 1973. São políticas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa de Alimentação do Trabalhador, a educação alimentar e nutricional, a reforma agrária, o salário mínimo, os restaurantes populares, entre outras, que possuem esta digital.

Apesar da grande contribuição que Josué de Castro prestou à ciência e às políticas públicas, as ideias do autor ainda não possuem um mapeamento completo, apresentam-se falhas de compreensão ou de não exploração de várias passagens de sua vida (NASCIMENTO, 2002) e que ainda permanecem hoje em dia. Creio que o tema do papel da sociedade civil no combate à fome, trabalhado por Josué de Castro, seja um destes caminhos pouco explorados. Acredito que a experiência vivida pelo autor especialmente entre o fim dos anos 1940 até início da década de 1960 possui uma significativa influência na constituição do atual campo da SSAN no Brasil.

Dessa forma, este artigo busca abordar uma interessante parte da trajetória de vida de Josué de Castro que nos ajuda a entender o papel da sociedade civil na construção dessa agenda, especialmente a criação e as ações da Associação Mundial contra a Fome (ASCOFAM), uma organização não governamental (ONG), quando este termo nem existia como conhecemos hoje. O sociólogo da fome é sem dúvida uma inspiração para a sociedade civil que atua e milita no campo da SSAN.

2. TRAJETÓRIAS EM COMUM: JOSUÉ DE CASTRO, A SOCIEDADE CIVIL E AS POLÍTICAS DE COMBATE À FOME

A história das políticas públicas na área de SAN no Brasil se confunde com a própria trajetória de vida de Josué Apolônio de Castro. O país sem sombra de dúvida avançou muito desde as iniciativas do médico, cientista social, político e amante do cinema, que nasceu em 5 de setembro de 1908 em Recife. A figura de Josué de Castro é muito presente quando da criação das primeiras instituições públicas sobre a questão alimentar no país.

Nessa história, muitos foram os momentos de acirramento entre a população e seus governantes por garantia de direitos como

alimentação, saúde, moradia, trabalho, educação, ou seja, direitos básicos que definem a condição de saúde e vida de um indivíduo, de sua família e da população (SILVA, 1994; VALENTE, 2002; SILVA & SÁ, 2006). Especificamente a luta pela garantia do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA) envolveu vários movimentos, organizações, instituições, grupos e atores sociais que tiveram como objetivo trazer a fome para o cenário político e social (NASCIMENTO & MALUF, 2009; BURLANDY, 2011; LEÃO & MALUF, 2012). Esse movimento exigiu dos governantes a implementação de políticas públicas que combatessem a miséria e superassem o caráter clientelista e paternalista geralmente presente nas políticas sociais (VASCONCELOS, 2005).

De certa maneira, desde os tempos da colônia a sociedade civil brasileira atuou de forma auxiliar aos governantes na execução de políticas sociais. Importante lembrar a influência da Igreja Católica na execução das políticas de saúde com a rede de Santas Casas, nas instituições de acolhimento de populações vulneráveis e na doação de alimentos para comunidades carentes. Outros grupos religiosos também tiveram destaque em iniciativas de combate à fome, sob o domínio da caridade e da doação, mas, como país de maioria católica, essa doutrina sempre teve maior influência.

No âmbito da Igreja Católica, um trabalho de repercussão foi o desenvolvido pela Pastoral da Criança, dirigida pela Dra. Zilda Arns, que ministrou uma espécie de suplemento nutricional, denominado de “multimistura”, às crianças desnutridas de comunidades carentes. Esse trabalho ficou muito conhecido nos meios políticos e religiosos, mas também levantou muita polêmica de boa parte de nutricionistas e de outros profissionais da saúde, já que não aceitavam a “multimistura” e sim refeições completas, sem necessidade de um complemento.

No que se refere à trajetória de vida de Josué de Castro, vale citar a preocupação desde sua infância com o tema da fome, foi o rio o seu primeiro professor de História do Nordeste. Segundo o conhecido trecho retirado do seu único romance, *Homens e caranguejos*: “não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia, que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife” (1968b, p. 12).

Nunca mais esqueceria essas imagens da infância, povoada de miséria e pobreza. Percebendo mais tarde que o mangue era apenas mais uma área, dentre outras, que perecia de fome. Era até uma região relativamente abundante frente a outras. Fato esse observado na sua principal obra, *Geografia da fome*, publicada pela primeira vez em 1946 e traduzida para mais de vinte idiomas.

Formado em Medicina no Rio de Janeiro, com passagem por Salvador, Bahia, começa sua carreira no início dos anos 1930 em Recife, como médico de famílias ricas. Mas em 1932 percebe sua real vocação quando, ao ser contratado por uma fábrica de Recife para aumentar a produtividade dos trabalhadores, percebe as péssimas condições de vida desses trabalhadores. Escreve, então, *As condições de vida das classes operárias do Recife*, publicado originalmente no livro *Alimentação e raça* (1936). Esse inquérito teve forte impacto nos meios cultos da época, já que representou o primeiro inquérito desta natureza levado a efeito no país. Ao final do estudo, Josué de Castro diagnosticava as péssimas condições de habitação, vestuário e principalmente alimentação da classe operária. Defendia um salário que garantisse condições mínimas de sobrevivência para si e sua família (CASTRO, 1936).

Um estudo que deu o pontapé muito importante na sua carreira, pois logo foram realizados estudos semelhantes em São Paulo, pela Escola Livre de Sociologia e Política, Rio de Janeiro e em outros locais,

sob os auspícios do Departamento Nacional de Saúde, que procurava estudar a alimentação do povo brasileiro. A partir destes estudos, sob o governo de Getúlio Vargas, foi criado o salário mínimo mediante seu diploma normativo, o Decreto nº 2.162 de maio de 1940.

Certamente a história desse importante instrumento de política pública registra uma acentuada queda de seu valor de compra, principalmente nos anos 1970, em que o achatamento do salário mínimo era uma estratégia econômica para alavancar o crescimento do Brasil. Em todo caso, a concepção do salário mínimo como garantidor das condições mínimas de sobrevivência de um indivíduo, como pensado por Josué de Castro, ainda permanece.

Voltando a sua trajetória, depois de uma temporada na capital pernambucana, o jovem médico que se interessou profundamente pelas Ciências Sociais muda-se para a então capital do Brasil. Em 1935, Castro passa a chefiar no Rio de Janeiro o Serviço Central de Alimentação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, considerado um marco na assistência alimentar ao trabalhador e que se transformaria no futuro Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) (FAGAGNOLI, 2011).

Em 1937, preocupado em difundir os preceitos de uma alimentação saudável, outro vértice importante de SSAN, elabora, juntamente com Cecília Meireles, uma cartilha para o público infantil, denominado *A festa das letras. De A a Z*, em que em cada letra representa uma lição alimentar, proporcionando com todo o alfabeto uma variedade necessária ao equilíbrio fisiológico humano. Apesar de a cartilha ser bastante datada, com um tipo de linguajar característico da educação dos anos 1930, ela serve para expressar a preocupação do teórico pernambucano com a questão da difusão de boas práticas de alimentação, de uma educação alimentar e

nutricional. O que hoje se observa com os guias alimentares² lançados pela Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, guias que prezam por uma alimentação saudável, além do Marco de Referência da Educação Alimentar e Nutricional de 2012, lançado na época pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Suas contribuições para as políticas públicas de combate à fome passam na década seguinte pela criação da Sociedade Brasileira de Alimentação em 1940, constituído de futuros dirigentes do SAPS, surgido em agosto do mesmo ano. O Serviço era uma criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, algo que daria no que é hoje o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e mesmo no restaurante popular ou comunitário³. A inspiração para esses restaurantes remonta ao SAPS no governo Vargas, que abriu o primeiro restaurante no bairro da Tijuca no Rio de Janeiro. As instalações ofereciam refeições a preços módicos, consultas médicas e educação alimentar em um Consultório de Alimentação Econômica, biblioteca e até mesmo um pequeno armazém para venda de alimentos denominado de Posto de Subsistência (FOGAGNOLI, 2011). Diversos restaurantes foram abertos pelo Brasil, mas tiveram vida curta com o encerramento de suas atividades em 1967. Só reapareceram na década de 1990, e têm até hoje uma função muito importante no oferecimento de milhares de refeições diariamente em várias cidades do Brasil.

2 Guias alimentares são documentos que reúnem evidências e orientações para estruturar políticas públicas e programas de nutrição e saúde em um determinado país. Mais de 100 países em todos os continentes têm seu guia publicado, levando em conta a cultura e os hábitos alimentares de cada nação. A edição mais recente do Guia Alimentar para a População Brasileira foi publicada em 2014 em parceria com o Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde, Universidade de São Paulo (NUPENS/USP) e com o apoio da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/Brasil). Com caráter inovador, o Guia quebrou paradigmas ao estabelecer uma nova classificação dos alimentos, que inclui processados e ultraprocessados.

3 Após esse programa ser descontinuado em 1967, os restaurantes são retomados, com a prefeitura de Belo Horizonte inaugurando um restaurante no Centro da cidade servindo 4.500 refeições diárias em 1994. No ano de 2000 outras unidades surgem no Rio de Janeiro e na cidade de São Paulo.

Nos anos 1940, Josué de Castro também se envolveu na criação do Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN), posteriormente substituído pela Comissão Nacional de Alimentação (CNA), que tinham como atividades a educação alimentar e a assistência à indústria nacional de alimentos, no tocante ao aperfeiçoamento de tecnologia alimentar também de base nacional (NASCIMENTO, 2002).

Vale mencionar, em 1947, a visita de Louis-Joseph Lebret, conhecido no Brasil como padre Lebret, um economista e religioso católico dominicano francês que atuou juntamente com Josué de Castro em várias iniciativas. No mesmo ano de 1947 criou a Sociedade para a Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS), realizando numerosos trabalhos à frente de uma equipe de profissionais brasileiros, entre arquitetos, economistas e sociólogos, além da fundação do grupo Economia e Humanismo. São as duas organizações não governamentais pelas quais as principais ideias de Lebret foram difundidas nos meios político, acadêmico e católico, tendo grande recepção entre a Juventude Universitária Católica (JUC). “Para Lebret, a complexidade do desenvolvimento exigia profissionais especializados, que viessem de várias áreas, atuassem em conjunto e abordassem a questão de forma humanista” (ANGELO, 2010, p. 4).

Lebret encontrou no Brasil o lugar para fazer as suas experiências em desenvolvimento, desde a divulgação de suas teorias em cursos e palestras, além de também aprender com a realidade e com o pensamento de vários intelectuais no Brasil, e muito especialmente de Josué de Castro, seu parceiro, que já tinha escrito em 1946 sua célebre obra *Geografia da fome*, que Lebret ajudou a traduzir para o francês com a ajuda do grupo Economia e Humanismo. O que se estendeu para os livros *Geopolítica da fome*, de 1951, e *O livro negro da fome* em 1960.

Lebret participou de algumas reuniões para a discussão de um organismo internacional de desenvolvimento com Abbé Pierre e Josué de Castro no fim dos anos 1940 e início da década de 1950. O que resultou na fundação do Institut de Recherche e d'Action contre la Misère Mondiale (IRAMM), em 1955, e a Associação Mundial contra a Fome (ASCOFAM), em 1957. Esta última com a inauguração de uma sede no Brasil em 1958, algo comentado com mais detalhes a seguir.

O livro negro da fome é fruto do Manifesto de criação da ASCOFAM. O Manifesto havia sido publicado pela primeira vez em 1957, recomendando a criação da Associação. Segundo Josué, a necessidade de elaborar o livro decorreu do interesse que o texto provocou, “nos conduziu à resolução de ampliar o nosso documento inicial, apenas divulgado por intermédio da ASCOFAM e de revistas e jornais que generosamente acolheram nossas ideias, transformando-o num livro e pondo-o desta forma ao alcance de um maior círculo de leitores” (CASTRO, 1968a, p. 2).

No item II do mesmo livro, “A luta contra a fome”, irá propor uma nova teoria sobre desenvolvimento:

Embora esta teoria esteja ainda por elaborar-se, já se vislumbram claramente alguns de seus princípios fundamentais: todo e qualquer impulso de desenvolvimento econômico só dará resultados práticos incorporando-se em seus princípios de ação a obtenção dos meios de satisfação das necessidades mínimas da vida humana. [...] É que a alimentação é a primeira necessidade vital e é por ela que se deve naturalmente começar o trabalho de reabilitação, chamado com propriedade pelo economista Joseph Lebret a elevação humana (CASTRO, 1968a, p. 70-71).

A concepção de uma nova teoria do desenvolvimento econômico de Josué de Castro embasa-se muito fortemente nos trabalhos de Lebrete, em especial *Suicídio ou sobrevivência do Ocidente? Problemas fundamentais de nossa civilização*, de 1958, traduzido para o português dois anos depois. Esclarece a professora Tânia Silva (2020, p. 140), vale-se deste estudo para

a construção das premissas teóricas de sua sociologia da fome. O seu pensamento está sintonizado com as premissas analíticas feitas por J. Lebrete na obra acima citada, quais sejam: a análise e crítica dos quadros de desigualdade socioeconômicos no mundo; a ação nefasta do colonialismo e do imperialismo; e a necessidade de se pensar numa nova civilização.

2.1. A DISCUSSÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO

Nesse período, especial atenção ao ano de 1958, que, embora muito bom para o Brasil – campeão da Copa do Mundo na Suécia, primeiro disco da bossa nova, Brasília em construção, levando Joaquim Ferreira dos Santos a escrever *Feliz 1958: o ano que não devia terminar* –, foi, por outro lado, o ano da “grande seca”, uma das piores do século XX. Mais uma com os desterrados e retirantes rumando para as capitais Recife, Fortaleza, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo. Uma seca que praticamente obrigou o governo de Juscelino Kubitschek a tomar medidas estratégicas, desvirtuando o caminho da modernização desenvolvimentista de JK, com seu lema de governo 50 anos em 5, e desviando as atenções do governo da construção da capital Brasília.

Era época de uma forte discussão em torno do conceito de desenvolvimento e, por consequência, do subdesenvolvimento, particularmente o sertão nordestino é visto como um problema,

uma questão nacional. Um debate muito interessante e rico se trava entre Josué de Castro e Celso Furtado, entre uma perspectiva multidisciplinar *versus* uma abordagem de cunho formalista do intelectual paraibano, como bem explica Cardoso (2007).

Embora partissem de projetos desenvolvimentistas, de construção de uma nação autônoma e forte, eram projetos diferentes. Josué de Castro estava inserido em um amplo debate científico e político que se deu em meados da década de 1940 até início da década de 1960. Um debate que buscava traçar diretrizes para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O desenvolvimentismo nacionalista buscava diagnosticar a situação do país como nação e sua relação com o mundo, buscava elaborar estratégias e políticas públicas na maioria das vezes de caráter industrialista para que o país se tornasse uma nação que não dependesse das grandes potências. Vários nomes se destacaram neste debate, que tinha como ponto central tentar diagnosticar a razão da estagnação ou do “atraso” brasileiro e que elegia o campo, a agricultura, como um de seus principais focos analíticos. Nomes como Jacques Lambert, Victor Nunes Leal, Roger Bastide, Alberto Passos Guimarães, Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Hélio Jaguaribe, Ignácio Rangel, além de Josué de Castro, discutiam amplamente questões socioeconômicas do Brasil frente ao mundo, buscando caminhos para que o país saísse de sua condição de subdesenvolvimento. “Foi-se conformando um campo de discussão bastante profícuo e que influenciou sobremaneira os rumos das políticas de Estado voltadas para a agricultura e indústria no Brasil” com influência nos debates sobre a questão do desenvolvimento nacional e regional até hoje (CARDOSO, 2008, p. 141).

Furtado e Castro realizaram diagnósticos sobre a região nordestina, especialmente o sertão. Enquanto Celso Furtado parte da questão física como um dado fundamental do problema, Castro

parte da questão social. Furtado elaborou planos de desenvolvimento baseados em seus diagnósticos, concretizados no documento *Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste em 1959* (CARDOSO, 2008, p. 53). Nestes planos e diagnósticos emergem perspectivas particulares destes intelectuais sobre a região, reforma agrária, industrialização, emprego de mão de obra, fome, população e, obviamente, desenvolvimento.

Interessante observar que a narrativa de Furtado sobre a formação econômica do Nordeste insere a região num quadro problemático.

Seria um “problema dentro do problema”, pois seriam a região pobre em recursos naturais e de escassa monetarização que teria absorvido a população excedente e à procura de sobrevivência proveniente da posterior crise do setor açucareiro. No sertão, num lugar de pobreza monetária e natural, ter-se-ia instalado um grande contingente populacional, contingente este pobre e sujeito a crises *sui generis* de abastecimento, as secas (CARDOSO, 2008, p. 141).

Era uma visão de desenvolvimento com “total mudança” da região, caracterizada por suas propostas “de transferência de populações sertanejas para as terras maranhenses e de industrialização, vetor este que seria capaz de absorver o contingente de população excedente e ainda teria caráter monetarizador e dinamizador da economia do sertão” (CARDOSO, 2008, p. 142).

Castro assume uma outra perspectiva em relação à concepção de reforma agrária e sua importância estratégica em relação à visão do economista paraibano. Enquanto Furtado “considera o problema agrário uma questão de reorganização agrícola em prol de um projeto de industrialização, que seria capaz de criar uma nova classe dirigente mais progressista”, o teórico pernambucano “considera a reforma

agrária como um imperativo político capaz de trazer para a arena política as massas excluídas dos processos de decisão e realizar um verdadeiro processo de desenvolvimento do Nordeste” (CARDOSO, 2008, p. 151).

Ambos os projetos enfrentaram resistências das forças mais reacionárias do Nordeste e do Congresso Nacional, entretanto, “o de Celso Furtado, por ser ‘contornador’, por não ferir totalmente interesses emergentes de um clima ideológico desenvolvimentista e, principalmente e em decorrência, por ter o aval do governo Federal como ‘Operação’ triunfou e pôde ser aplicado” (CARDOSO, 2008, p. 154).

O resultado disso foi a derrota do projeto de Josué de Castro e a implantação do que ele combatia, com “profundas consequências sobre a transformação dos sertões nordestinos no sertão de nossos dias” (CARDOSO, 2007, p. 152).

a perspectiva industrialista foi seguida à risca e até exagerada pela ditadura e transformou os tradicionais latifúndios em verdadeiros complexos agroindustriais, uma verdadeira indústria agrícola que soma às vicissitudes de uma grande indústria moderna, as vicissitudes do latifúndio (CARDOSO, 2007, p. 157).

Toda essa discussão em muito se deu em virtude da seca de 1958, que ganhou novas dimensões com o surgimento das Ligas Camponesas, com a vitória da oposição nas eleições para o governo da Bahia e de Pernambuco, e com as crescentes críticas aos efeitos sociais e econômicos da construção de Brasília. Diante desse cenário, Kubitschek adota uma nova postura em relação ao Nordeste.

Essa nova política, denominada de Operação Nordeste, seria coordenada por Celso Furtado, ex-funcionário da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e um dos diretores do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). A Superintendência do

Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) seria a entidade responsável por implementar essa política e por articular todos os investimentos do governo na região nordestina.

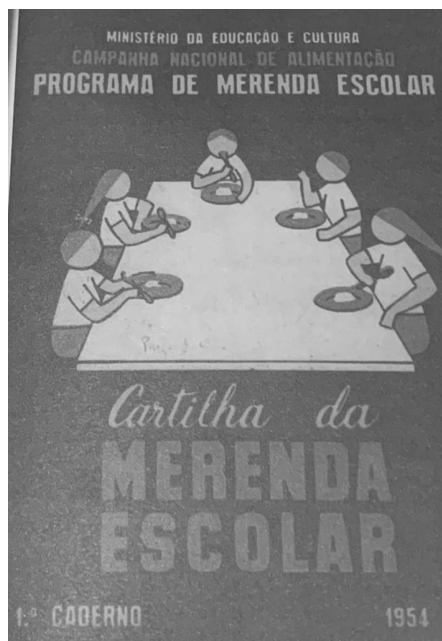
Voltando ao fim da década de 1940 e início dos anos 1950, vale mencionar que Josué de Castro também se envolve com uma série de conferências da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e mesmo pela articulação para a criação de uma representação no Brasil, levando-o a consolidar sua ida a esta organização. Torna-se Presidente do Conselho Executivo da FAO por dois mandatos, de 1952 até 1956.

Foi nesse organismo internacional que Castro estimula ainda mais, como já vinha participando, a realização de conferências latino-americanas sobre Nutrição. É o que acontece em Caracas, em outubro de 1953, com a Terceira Conferência Latino-Americana sobre Nutrição. É nessa conferência que Josué de Castro apresenta o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição sob responsabilidade da CNA, órgão que presidia. É praticamente o primeiro a ser proposto com a intenção de ser desenvolvido em todo o país. Representou um marco na trajetória das políticas públicas em alimentação e nutrição no Brasil na medida em que as experiências anteriores, a saber, STAN e SAPS, que continuava precariamente funcionando, referiam-se à necessidade de melhorar a situação alimentar do país de maneira geral, sem mencionar especificamente a necessidade de cuidar da desnutrição.

No Plano Nacional de Alimentação e Nutrição se estruturou diversas ações de combate à fome, mas pouco foi aplicado na prática. Dentre essas ações, pela primeira vez, aparece exposto um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob responsabilidade pública. Com grande empenho de Josué de Castro, é implantada em março de 1955 a Campanha de Merenda Escolar e em 1956, a Campanha Nacional de Merenda Escolar, subordinada ao então

Ministério da Educação e Cultura. Transformando-se no que é hoje o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sob responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação. Um programa que tem um forte componente de participação da sociedade civil, seja pelos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) dos estados e municípios, seja pela articulação com os agricultores familiares para compra de alimentos que englobam várias organizações do terceiro setor, seja pelo monitoramento do Consea e de outras organizações como o Observatório da Alimentação Escolar (ÓAE), que reúne uma série de ONGs em prol desta importante política pública.

Imagem 1 – Capa da Cartilha da Merenda Escolar



Lançada pelo Ministério da Educação e Cultura em 1954, no âmbito da Campanha Nacional de Alimentação, coordenada por Josué de Castro, hoje Programa Nacional de Alimentação Escolar. Fonte: SILVA, 2012, p. 585.

2.2. OS ANOS COMO DEPUTADO FEDERAL: O COMBATE À FOME COM O APOIO DA SOCIEDADE CIVIL

Os anos 1950 serão marcados por Josué de Castro se tornar político. Em 1950, Josué de Castro inicia sua carreira política candidatando-se a deputado federal pelo estado de Pernambuco pela Coligação Democrática Pernambucana, a mesma por que Gilberto Freire concorreu. Na eleição obtém 4.770 votos, tornando-se o 16º lugar, sem conseguir, no entanto, eleger-se (SILVA, 2020, p. 115).

Quatro anos mais tarde⁴, concorre novamente a deputado pelo seu estado, mas dessa vez pela coligação Movimento Popular Autonomista contra a Frente Democrática Pernambucana, e obtém 14.076 votos, elegendo-se como o sétimo mais votado da coligação, que era composta pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e por outros partidos (SILVA, 1998, p. 113).

Na eleição, Josué fez dobradinha com Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas e que se orgulhou muito de ter transferido votos para Josué de Castro. A partir dessa parceria, a questão agrária recebe uma maior atenção por parte de Josué de Castro, que culminará na obra *Sete palmos de terra e um caixão* em 1965, último livro do autor publicado no Brasil e uma obra de referência para quem se dedica à questão⁵.

Por entender que a reforma agrária é “um processo de revisão das relações jurídicas e econômicas entre os que detêm a propriedade agrícola e os que trabalham nas atividades rurais” (CASTRO, 1992, p. 300), Josué de Castro vai procurar criar e implementar leis modernas no poder legislativo federal do qual fez parte. Foi uma luta que travou nos dois mandatos como deputado federal.

4 Josué de Castro foi indicado para concorrer ao prêmio Nobel de Medicina em 1954, algo que se repetirá em 1963 e em 1970, concorrendo nesses dois últimos anos para o Nobel da Paz.

5 Sobre a questão agrária, consultar a tese de Sirlândia Schappo, intitulada *Josué de Castro: por uma agricultura de sustentação* (2008).

Durante seu primeiro mandato, entre 1954 e 1958, Castro teve uma participação bastante profícua, tornando-se membro da Frente Parlamentar Nacionalista⁶, movimento pluripartidário fundado em 1957 juntamente, entre outros, com o jornalista amigo Neiva Moreira, que pregava uma política de defesa dos interesses nacionais contra a desnacionalização da economia e as influências extorsivas do capital estrangeiro. Essa posição, por sinal, seria um dos motivos da forte perseguição política que Castro sofreria por ocasião do golpe militar de 1964.

No início do governo Kubitscheck, Castro apoiou, inicialmente, o programa desenvolvimentista do presidente. Com o passar do tempo, no entanto, considerou o programa de Kubitscheck pouco satisfatório para a erradicação da fome e fez fortes críticas, como parlamentar, ao governo, pela falta de empenho em investir no setor agrícola para equilibrar a economia com o setor industrial, que recebia muitos estímulos.

No segundo mandato como deputado federal, entre 1958 e 1962, em que se reelege com a maior votação de Pernambuco, defende uma reforma eleitoral que minimize a influência dos chefes políticos na decisão dos eleitores, por meio da utilização de uma chapa única a ser preenchida pelo eleitor na cabina de votação. Defende também ideias democráticas e populares, como a extensão do direto de voto ao analfabeto e o reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética, rompidas durante o governo Dutra em 1947.

Logo no início do segundo mandato, em 1958, propõe o Cupão Alimentação, baseado na experiência americana de 1939 do Food Stamp Plan, um programa que visava a distribuição de um vale para

6 A Frente integrava o Grupo de Ação Política Pró-Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil, constituído por mais de 100 parlamentares, tendo Bento Gonçalves como presidente, Dagoberto Sales como primeiro vice e Josué de Castro como segundo vice-presidente. O manifesto divulgado por ocasião da formação da Frente, segundo noticiários da época, teria sido redigido e coordenado por Josué de Castro.

famílias carentes para ser trocado por alimentos. Josué de Castro avalia como positiva a experiência americana e propõe um projeto de lei – consultar anexo – para a criação desse mecanismo de combate à fome, mas a proposta não foi à frente. A construção de Brasília e outros projetos da época eram prioritários, o combate à fome ficou em segundo plano (NASCIMENTO, 2012a).

Com o advento do regime militar em 1964, as políticas públicas relacionadas ao combate à fome já não mais conversam com as ideias e as sugestões de Josué de Castro. O teórico da fome é então exilado e escolhe Paris como cidade para viver. Em 1973, aos 65 anos de idade e proibido de voltar ao seu país, falece Josué de Castro. Interrompia-se as ações do combatente da fome, mas não o seu legado a respeito da elaboração e construção das políticas públicas de combate à fome, particularmente por meio da participação e controle da sociedade civil.

2.3. O CASO DA ASCOFAM

Nesse contexto, em 1957, ao deixar a presidência do Conselho Executivo da FAO, funda, coadjuvado por Abbé Pierre e padre Lebreton, a Associação Mundial de Luta Contra a Fome (ASCOFAM), da qual foi eleito presidente. Uma associação, ou melhor, uma organização não governamental (ONG) – termo que não existia na época com a conotação que temos hoje – que procurava desenvolver ações de combate à fome e desenvolvimento econômico e social das populações mais vulneráveis, principalmente do Nordeste. Talvez seja essa associação a primeira organização da sociedade civil com esse estrito objetivo de combate à fome de cunho nacional, com um alcance e articulações internacionais.

Fundada em 18 de março de 1957 em Genebra, na Suíça, por um grupo de intelectuais e artistas, a ASCOFAM se tornou bem conhecida nas principais capitais europeias. Mas no Brasil, pouco

se soube e se sabe sobre ela (LIRA, 2016, p. 21). São os seguintes os signatários do manifesto de apresentação da ASCOFAM: padre Joseph Lebret, Abbé Pierre, Albert Schweitzer, Raymond Schevein, Louis Maire, Kuo-mo-jo, Paul Martin, Lord J. Boyd Orr, Tibor Mende, René Dumont e Max Habitch (CASTRO, 1968a, p. 93).

Josué de Castro declara por ocasião da sua fundação:

Não se pense que julgamos possível resolver o problema da fome universal apenas com a criação de um organismo especializado que viria, num passe de mágica, apagar da fisionomia de nossa civilização este traço negro. Não somos tão ingênuos nem tão otimistas. Sabemos que estão bem fincados, nas estruturas econômicas do mundo, as raízes desse problema, que só poderá ser extirpado revolvendo-se profundamente toda a estrutura deste solo pantanoso de nossa civilização, onde a fome encontrou condições as mais favoráveis possíveis ao seu desenvolvimento (CASTRO, 1968a, p. 91).

No dia 1 de setembro de 1957, no auditório do Ministério de Educação e Cultura, no Rio de Janeiro, ocorreu a solenidade de instalação da seção brasileira da ASCOFAM. Da tribuna do auditório, pronunciaram-se a respeito do ato solene o embaixador Oswaldo Aranha, que na ocasião tomava posse como presidente nacional dessa sucursal, o padre Joseph Lebret e Josué de Castro, principal articulador do movimento que resultou na criação da ASCOFAM.

A representação dos ministros da Educação, Clóvis Salgado da Gama; da Saúde, Maurício Campos de Medeiros; e da Justiça, Nereu Ramos, demonstrou o claro interesse do então presidente Juscelino Kubitschek em tomar parte daquele acontecimento (LIRA, 2016, p. 23).

Imagem 2 – Foto da reunião solene que lançou no auditório do Ministério de Educação e Cultura (MEC), no Rio de Janeiro, a ASCOFAM



À esquerda, o embaixador Oswaldo Aranha. Ao lado, o ministro da Saúde Maurício Campos. Na extremidade direita da foto, o professor Josué de Castro, principal articulador do evento. Fonte: FUNDAJ apud LIRA, 2016.

De acordo com Lira e Feldhues (2018), é possível compreender que

as ideias fundamentais do grupo Economia e Humanismo, tal qual as compreendia Lebrete, estão na base de um imaginário que vai se delineando no Brasil acerca da ASCOFAM. Contribui para esta interpretação a emissão do periódico *O Seminário*, que tornou público um documento intitulado *O livro negro da fome*, reconhecendo-o como o texto que havia inspirado “homens de espírito público” a idealizarem a criação da ASCOFAM. Tratava-se de um livreto escrito pelo pernambucano Josué de Castro

e publicado em Paris, obtendo, no mesmo ano, uma boa recepção. [...] O material, que realizava uma análise da situação da fome mundial no pós-guerra, trazia consigo uma crítica das mais severas contra a FAO, sua inoperância e um interesse das grandes nações que não englobavam os interesses dos países do terceiro mundo. Aliás, a ASCOFAM surge com esta oposição à FAO (LIRA & FELDHUES, 2018, p. 28).

Era uma nova organização, tal qual descrito no Manifesto, que pudesse ter um caráter internacional, ou seja, supranacional, portanto, desvinculada de interesses particulares nacionalistas. No estatuto da ASCOFAM a “finalidade” da associação era:

[...] promover, encorajar e organizar no mundo a luta contra a fome, notadamente despertando, desenvolvendo, apoiando, difundindo, preparando, supervisionando, realizando, direta ou indiretamente, estudos, pesquisas, iniciativas, atividades e ações de natureza a fazer conhecer, diminuir ou eliminar, direta ou indiretamente, a fome no mundo, isto sem nenhuma limitação. A palavra fome é tomada aqui no seu sentido mais amplo, compreendendo tanto a fome aguda, como a fome crônica, mesmo oculta, a fome quantitativa como a fome energética e a fome epidêmica, como a fome endêmica (ASCOFAM, 1958, p. 37).

Para a realização de suas aspirações, estabeleceu-se meios de ação, distribuídos em quatro setores de atividades considerados essenciais, o que caracteriza a natureza intervencionista nas políticas públicas que seus associados buscaram atribuir à entidade:

- 1) Atividade visando a sensibilizar e a despertar a consciência universal acerca da significação e da expressão social do problema da fome;

- 2) Realização de pesquisas, investigações e inquéritos que permitam o conhecimento integral do problema da fome, de suas causas e efeitos, em diferentes quadros geográficos e dos meios mais eficazes de remover os fatores que entretêm esta calamidade social;
- 3) Formação de pessoal capacitado para as múltiplas tarefas que se impõem aos planos de desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas do mundo, onde grassa a fome em massa;
- 4) Elaboração de projetos específicos de âmbito nacional ou regional, visando a incrementar o desenvolvimento econômico e a melhorar as condições de vida e de alimentação dos grupos humanos mal alimentados. (apud SILVA, 2020, p. 164).

Como disposto no texto, a ASCOFAM se colocava com a dupla atividade de ser um instrumento de ação prática e de intervenção objetiva em áreas consideradas de fome em âmbito internacional, valendo-se de estratégias voltadas para a eliminação deste fenômeno, mas também coloca-se como um centro de pesquisa e difusão de conhecimento acerca das causas e formas de produção da fome. A natureza intervencionista parece estar presente na ideia que concebe a finalidade pública da ASCOFAM. São características absolutamente presentes nas entidades atuais no Brasil.

Essa percepção será impregnada na ASCOFAM, base para suas ações. Ocorre que a “grande seca” de 1958 proporcionou à organização da seção brasileira a possibilidade de focar suas ações na região Nordeste do país, manchado pelo fenômeno da fome. As estratégias encontradas pela Associação para lidar com as demandas sociais e políticas na época nos ajuda a entender as ações empreendidas por organizações de hoje em dia no setor de SSAN do Brasil.

É o caso do I Seminário de Desnutrição e Endemias do Nordeste Brasileiro,

que pode ser considerada a primeira medida efetiva da ASCOFAM para a região. O encontro realizado no SESC de Garanhuns, em Pernambuco, entre os dias 18 e 21 de junho de 1958, representou uma incisão definitiva da associação no conjunto das instituições científicas nacionais fundadas até aquele momento. O evento contou com a presença de entidades nacionais e internacionais, assim como de diversas autoridades técnicas das áreas de saúde e de higiene pública, articulação que conferiu prestígio e notoriedade ao certame pela imprensa nacional (LIRA & FOEDHUES, 2018, p. 160).

Participaram do Seminário representantes da FAO e da OMS; o Departamento Nacional de Endemias Rurais; o Departamento Nacional da Criança; o Serviço Nacional de Tuberculose; o Serviço Especial de Saúde Pública; o Serviço Nacional da Lepra; o Serviço Social Rural; a Comissão Nacional de Alimentação; o Instituto de Nutrição; a Superintendência da Campanha Nacional de Merenda Escola; a secretaria do Conselho Coordenador do Abastecimento; e a Legião Brasileira de Assistência. Os motivos que levaram a ASCOFAM a realizar o seminário estão presentes no discurso de uma carta-programa que, na ocasião do encontro, foi entregue aos participantes. Segundo o documento:

[...] se chegou à evidência de que saúde coletiva constitui um fator essencial ao seu desenvolvimento econômico e à prosperidade e bem-estar social. Assim se explica o esforço que vem sendo desenvolvido nos últimos tempos para se investigar quais os fatores essenciais ao equilíbrio da saúde e quais os meios que se pode lançar mão para sua manutenção em escala social. A análise deste

problema fundamental demonstra que, entre os fatores do meio ambiente capazes de influenciar de maneira incisiva a saúde do indivíduo e da coletividade, o mais importante é, sem nenhuma dúvida, o da alimentação. [...] A ASCOFAM, dentro do seu programa de luta contra a fome, sobretudo contra os aspectos de desnutrição como causa das doenças de massa, verificou que um dos seus trabalhos imediatos era a pesquisa e o conhecimento da experiência já adquirida pelos órgãos de combate a essas doenças nas áreas depressivas e, portanto, pior alimentadas do país (apud LIRA & FELDHUES, 2018, p. 161).

Os congressistas chegaram à conclusão de que no Nordeste do Brasil o quadro de desnutrição era generalizado, alegando serem nulos os esforços de técnicos em saúde e sanitaristas em tratar das doenças da população local, já que suas causas não se associavam a determinantes biológicos, mas fincavam raízes de natureza socioestrutural. A desnutrição da população nordestina tinha índices alarmantes, inibindo o sistema imunológico de homens e mulheres, criando um ciclo de dependência constante dos populares com as instituições de saúde. Por esse motivo, o documento recomendou ao presidente da República com “extrema urgência” a elevação da produtividade agrícola do Nordeste voltada para alimentar a população local (LIRA & FELDHUES, 2018, p. 162).

Os participantes do seminário também rejeitaram a tese de que a seca era a principal causa da fome no Nordeste. “Está em pauta um discurso de desnaturalização da fome, que não mais é concebida como uma determinante dos fatores ambientais, mas como uma expressão do subdesenvolvimento” (LIRA & FELDHUES, 2018, p. 162).

A questão da reforma agrária é reposicionada no campo da Ciência da Nutrição, tornando-se, mais uma vez, foco de reivindicações. Nota-se que para os participantes do seminário havia

uma clara noção de que respostas adequadas para os problemas do Nordeste dependiam de intervenção política, daí a ASCOFAM buscar fomentar suas ideias no parlamento brasileiro, principalmente via Josué de Castro. “Em meados de 1959, a ASCOFAM criou um grupo de trabalho composto por agrônomos, médicos, juristas e economistas, cuja finalidade era estudar um plano de reforma agrária para o Brasil”. Com os resultados positivos obtidos durante o seminário de endemias rurais, o grupo inicia uma campanha nacional estabelecendo o debate da questão agrária nos mais distintos setores da sociedade brasileira (LIRA & FELDHUES, 2018, p. 163).

Curioso é que a ASCOFAM teve o apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para a sua empreitada, o que hoje parece inviável. A ASCOFAM tinha entre seus associados três integrantes da CNI: o empresário mineiro Lídio Lunardi e os economistas Rômulo de Almeida e Tomás Accioli Borges, tendo este último integrado o já citado grupo de estudos sobre a reforma agrária. Uma relação que rendeu algumas críticas advindas de lideranças do movimento dos trabalhadores rurais anos mais tarde (LIRA & FELDHUES, 2018, p. 163).

As estratégias montadas pela organização buscavam acessar e influenciar não só o Congresso Nacional como também o poder Executivo, no âmbito das políticas públicas. Assim, a ASCOFAM colocava-se como um grupo de pressão, propondo inclusive a realização de inquéritos de ampla repercussão na imprensa, o que chamamos hoje de *advocacy*. De igual modo, vale-se como instrumento de *lobby*, abastecendo a ação parlamentar de Josué de Castro.

Como resultado, a equipe de estudos da ASCOFAM e CNI “forneceu as bases para a formulação do projeto nº 11 de 1959, encaminhado à Câmara Federal, que estabelecia as definições em casos de desapropriação por interesse social e dispunha sobre sua aplicação” (LIRA & FELDHUES, 2018, p. 164).

Imagem 3 – Cartaz clamando por reforma agrária



Fonte: SILVA, 2020, p. 543.

Essa estratégia de influência e formação da opinião pública se deu também com a ASCOFAM desenvolvendo atividades no plano da divulgação científica e da educação alimentar e nutricional. Os trabalhos realizados nesse contexto se desenvolveram com o incremento de novas formas de produção e utilização de gêneros alimentícios no Nordeste. Como exemplo, o convênio estabelecido entre a ASCOFAM e a Legião Brasileira de Assistência (LBA), cuja finalidade era a produção industrial de farinha de mandioca enriquecida, para corrigir as carências alimentares que acometiam a população nordestina, levando em conta que a farinha de mandioca é

um gênero de baixo custo e já integrado à cultura alimentar nordestina (LIRA & FELDHUES, 2018, p. 165). A “multimistura” da Dra. Zilda Arns tem sua origem justamente nesta ideia de enriquecimento dos alimentos.

Dessa forma, nos anos de 1958 e 1959, a ASCOFAM intensifica suas ações no Nordeste por meio do Projeto de Enriquecimento de Farinha de Mandioca e inaugura, em 5 de dezembro de 1958, a primeira usina de enriquecimento da farinha de mandioca com proteínas, sais minerais e vitaminas, com a colaboração da LBA.

Imagem 4 – Embalagem para farinha de mandioca enriquecida distribuída gratuitamente no Nordeste



Fonte: SILVA, 2020, p. 543.

Destacavam-se como planos de atuação da ASCOFAM no Brasil:

[...] um plano de combate às endemias do Nordeste através da assistência alimentar em colaboração com o Departamento Nacional de Endemias Rurais, um plano de enriquecimento artificial dos alimentos em colaboração como a Legião Brasileira de Assistência, um plano de expansão de produtos de proteínas através da instalação no Brasil de grandes indústrias de rações balanceadas para toda espécie de animais de criação, partindo de matérias-primas regionais, hoje, praticamente, não utilizadas, e vários outros planos que a nossa assessoria técnica pôs em sua pauta de estudos (apud SILVA, 2020, p. 165).

A respeito do plano de expansão de proteínas, foi elaborado o trabalho *Proteínas para a América Latina*, interessante estudo sobre as condições alimentares na América Latina, com o objetivo de servir de projeto-piloto. Em 1949, Josué de Castro havia realizado por demanda da UNESCO o estudo *Os problemas de alimentação na América do Sul*, publicado pelo Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil⁷, que serviria de subsídio ao estudo da ASCOFAM (SILVA, 2020, p. 166).

Entre as várias realizações e propostas formuladas pela ASCOFAM brasileira, além do estudo das estruturas agrárias e do plano de enriquecimento de alimentos, já mencionados, destacam-se “a criação de um selo ASCOFAM para ser concedido a produtos de alta qualidade” e “Plano de Publicações Educacionais”, com a realização de alguns programas de televisão e rádio (SILVA, 2020, p. 168).

Esse caminho de “publicações educacionais” fortaleceu a relação entre a associação e o público nordestino com as campanhas e ações da ASCOFAM via um programa de TV, junto à emissora TV

7 Hoje Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (INJC/UFRJ), que ele mesmo criou em 13 de maio de 1946.

Jornal de Recife e também transmitido pela Rádio Jornal da mesma empresa, intitulado *ASCOFAM a serviço do Nordeste*. O programa ia ao ar diariamente por volta das 21 horas, no horário local, e levava ao público assuntos sobre alimentação, fome e educação sanitária e mental. Nos termos do projeto inicial, a ASCOFAM supervisionava e convidava médicos, economistas, cientistas sociais, educadores, especialistas, professores e pesquisadores para apresentarem os temas abordados em cada programa (LIRA & FELDHUES, 2018, p. 166).

A linguagem empregada procurava ser simples, adequada ao cotidiano dos cidadãos, e surgiu como uma importante estratégia para divulgar conhecimentos científicos da ASCOFAM para o seu público.

Na mesma linha de ação, de divulgação científica e de formação da opinião pública, Josué de Castro estabelece um diálogo com o cinema, “dando início a um projeto que pretendia inserir o problema do Brasil em roteiro de querelas de todo o globo, a partir do livro *Geopolítica da fome*” (LIRA, 2016). Vale lembrar que Josué de Castro era um profundo admirador da arte cinematográfica.

Precioso relatar que, durante uma reunião solene realizada em Genebra com a diretoria da ASCOFAM, em que se propôs à entidade a realização de uma superprodução cinematográfica sobre a fome mundial, Josué de Castro tinha sugerido que esta produção deveria ser realizada por Charlie Chaplin (LIRA, 2016, p. 82). Mas não deu certo, assim como a proposta para o cineasta italiano Roberto Rossellini, que também não chegou a um bom desfecho. Com a dupla desistência, Josué de Castro e a ASCOFAM convidaram o jovem cineasta paulista Rodolfo Nanni. Surgia daí o filme documentário *O Drama das Secas*⁸, ideologicamente vinculado a ASCOFAM e que

8 Josué de Castro participa do processo de montagem escrevendo com seus colegas da Associação o roteiro, disponível entre as páginas 198 e 205 do livro organizado por Tânia Silva (2012), com uma narrativa que se sobrepõe às imagens. O filme tem a trilha sonora com músicas de Heitor Villa-Lobos e um plano de fundo inicial com a pintura *Os Retirantes*, de Candido Portinari.

marcava naquele ano de 1958 uma denúncia acerca das condições de vida dos flagelados nordestinos, um filme-vídeo com 6 minutos de duração⁹.

A ASCOFAM realizou outros documentários, como *Tempestade sobre o Mundo*¹⁰, um longa-metragem colorido, apresentando o problema da fome e do subdesenvolvimento em sua expressão universal. O cineasta responsável foi Pierre Pitte. O filme contava com um texto explicativo elaborado pela escritora suíça Odile Roullet, com base nas obras *Geopolítica da fome* e *O livro negro da fome*.

Em nível internacional, a ASCOFAM desenvolveu intensas campanhas de divulgação e denúncia do problema da fome e buscou realizar ações conjuntas com vários órgãos nacionais e internacionais nas regiões subdesenvolvidas do mundo. A entidade tinha como princípio filosófico de atuação unir sempre reflexão e prática. Neste sentido, desenvolveu várias enquetes sobre o problema da fome no mundo, bem como organizou seminários, conferências e cursos, além de inúmeras publicações e cursos de formação de especialistas para atuarem nos países do Terceiro Mundo.

O projeto Tracunhaem, que tinha como objetivo a realização de uma experiência de desenvolvimento comunitário numa região com características rurais-urbanas típicas do Nordeste Brasileiro, foi um projeto experimental, realizado com o apoio da FAO.

Em 1960, a ASCOFAM integra-se à Campanha Mundial Contra a Fome. Em 1964, em decorrência do golpe militar

9 Com mais de 80 anos e cinco décadas depois, Nanni refez o percurso daquela filmagem, visitando seis cidades de Pernambuco, resultando no longa-metragem documental *O Retorno*, em 2008. Não alcançou o mesmo sucesso que teve antes. Mas serve como registro que sua narração em *off* assevera: “Meio século depois, não encontrei mudanças significativas na vida dos pequenos agricultores cujas culturas escassas mal atendem à sua própria subsistência”.

10 Esse documentário foi apresentado em *avant-première* na UNESCO em Paris, durante o lançamento da Semana Contra a Fome, que teve a presidência de honra e o patrocínio do presidente da República, general Charles De Gaulle (SILVA, 2020, p. 167).

no Brasil, tem suas atividades suspensas (SILVA, 2020, p. 169).

Embora pouco detalhada em estudos específicos sobre o período, a ASCOFAM foi ator político relevante no *lobby* de combate à fome na região Nordeste, contando com Josué de Castro como principal articulador seja na condição de deputado federal, seja na condição de representante do Brasil. No ano de 1963, é designado para exercer as funções de representante do Brasil junto ao Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra. A Associação, como concluem Lira e Feldhues (2018, p. 168),

contribuiu para oferecer notoriedade ao tema da fome na região, todavia, não mais como um fenômeno natural irresoluto, senão como um mal a ser superado por esforços conjuntos. Sob o contexto ideológico do desenvolvimentismo, o Nordeste brasileiro foi reinterpretado, vendo desnaturalizada a seca, a fome e, por conseguinte, seu próprio subdesenvolvimento.

Mas as conclusões vão muito além disso, a experiência e as iniciativas da ASCOFAM, especialmente nas figuras de Josué de Castro e Joseph Lebret, nos ajudam a compreender o repertório de ações possíveis para as organizações que atuam no campo da SSAN. Foram diversas ações que inspiraram as atuais políticas públicas e ações da própria sociedade civil, promovidas por diversas ONGs, igrejas, grupos de jovens, empresas, movimentos sociais, associações filantrópicas, associações de bairro e outras associações, que não recusam por princípio a mediação estatal, mas nela raramente encontram inspiração, vigor e impulso para suas ações. “Antes, revelam uma escolha estratégica de ação da cidadania, que se quer complementar à ação estatal ou oposta à sua inação e que constitui uma resposta à crise de cidadania, com a decorrente perda do poder

de atuação, normatização e integração da esfera pública” (LEITE & ABREU, 1994, p. 84).

3. A PARTICIPAÇÃO SOCIAL, A INTERSETORIALIDADE DAS AÇÕES PÚBLICAS E A CONCEPÇÃO SISTÊMICA DE SAN

Princípio básico que constitui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a participação e o controle social, diz respeito às ações do governo que se fazem a partir do diálogo constante com a sociedade civil em todo o ciclo de vida de uma política pública, iniciando pela elaboração, passando pela implementação e indo até a avaliação. Josué de Castro percebia que o combate à fome não se fazia apenas com ações do Estado, era fundamental a participação da sociedade civil. A tarefa era, e ainda é, demasiadamente complexa para não incluir a sociedade na busca de soluções contra a fome.

Nesse sentido, um marco legal no campo da SSAN foi sem dúvida a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), sancionada em 2006. Ela determina que cabe ao Estado atuar de forma a respeitar, proteger e cumprir o direito à alimentação adequada para toda a população brasileira. Essa mesma legislação também criou uma estrutura integrada para a execução e o acompanhamento das políticas de SAN, dando luz ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), “por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada” (Lei nº 11.346, 1º parágrafo). Embora a garantia a este direito seja exclusiva do Estado e do conjunto de instituições públicas, a LOSAN não só abre espaço como coloca em destaque as organizações da sociedade civil.

A LOSAN define como princípio o direito humano à alimentação adequada (DHAA) e à soberania alimentar, e apresenta em seus

postulados o conceito de segurança alimentar e nutricional, seus objetivos, seus princípios e diretrizes e estabelece suas instâncias de gestão. Confere à participação da sociedade civil organizada o papel propositivo nas definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição, das políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional, em conjunto com o poder público. (LEÃO & MALUF, 2012).

A participação social, por meio de Conferências e de Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), formado por dois terços de representantes da sociedade civil e um terço do governo, tem o papel de assessorar os governos federal, estadual e municipal, no monitoramento, na avaliação e na implementação das ações e programas relacionados a este campo de ação (ZIMMERMANN, 2011).

Exercendo um olhar retrospectivo, pode-se afirmar que a influência de Josué de Castro, de Lebrecht, da ASCOFAM e de toda essa experiência antes do golpe militar de 1964 foi fundamental para uma explosão de solidariedade que se expressaria no início dos anos 1990. Época do sociólogo Herbert José de Souza, o Betinho, do surgimento do primeiro Consea e da primeira conferência nacional sobre o tema realizada em 1994 na Universidade de Brasília (UnB). Justamente quando Fernando Collor de Melo sofre impeachment e é substituído pelo vice-presidente Itamar Franco, que promove um governo com bastante abertura para as questões da sociedade civil, particularmente com o tema da fome e com a pessoa que representava Betinho naquele contexto.

Betinho nunca escondeu seu apreço por Josué de Castro, conhecia não só *Geografia da fome* e *Geopolítica da fome* como outras obras. As iniciativas capitaneadas por Betinho, com muita inspiração do médico pernambucano, foram decisivas para a criação de uma cultura de combate à fome no Brasil. Por exemplo, em resposta a

uma demanda do ilustre sociólogo mineiro, o Instituto de Estudos de Economia Aplicada (IPEA), órgão do Ministério do Planejamento, elaborou o Mapa da Fome de 1993, em que demonstraram a existência de 32 milhões de brasileiros nessa condição. Como resultado da comoção que resultou da divulgação desse estudo, pouco mais de 30 dias após, o presidente Itamar Franco criou o Consea e um Plano de Combate à Fome. Mais tarde, no ano seguinte, foi realizada a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil.

As campanhas na televisão com a articulação de diferentes setores da sociedade civil, da mídia, do setor privado, das instituições públicas, da academia, dos setores religiosos etc. foi muito impactante na época. A ONG Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, ou simplesmente Ação da Cidadania, como ficou sendo conhecida posteriormente, teve papel relevante e projetou o tema da fome na agenda pública como jamais visto (NASCIMENTO, 2012).

Para Betinho, a fome, como outros problemas do país, só seria corrigida se houvesse a transformação não apenas do Estado, mas sobretudo da própria sociedade. Como dizia: “para mim, mais importante que o Estado é a sociedade” e “não quero o Estado no planalto, mas na planície” (PANDOLFI & HEYMANN, 2005. p. 216).

O ex-presidente do Consea, Renato Maluf, vai mais além e afirma que:

não são estranhos à abordagem de Josué os cinco princípios que devem orientar a formulação, implementação e monitoramento de uma política nacional de SAN, conforme vem sendo trabalhado no Brasil, a saber:

- (i) intersetorialidade das ações e programas;
- (ii) ações conjuntas entre Estado e sociedade;
- (iii) equidade no acesso à alimentação adequada, bem como na formulação e implementação de ações;

- (iv) articulação entre ações estruturantes e medidas emergenciais;
- (v) descentralização das ações e articulação entre orçamento e gestão (MALUF, 2008).

Tais princípios e as diretrizes de política deles resultantes confluíram para a instituição de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, previsto na LOSAN. Encontra-se em Josué de Castro, afirma Renato Maluf (2008), “a perspectiva analítica que contribuiu para a recente adoção da abordagem sistêmica com vistas a dar conta da complexidade que o tema alimentar suscita, inclusive no aspecto da implementação de ações integradas”.

Interessante lembrar o que já preconizava Josué de Castro quando iria assumir o Ministério da Agricultura por duas ocasiões, no governo de JK e no de Jango, mas, boicotado, não conseguiu, isto é, o ministério serviria para criar programas que articulassem outros ministérios, entes federados, e a sociedade civil, para construir políticas públicas voltadas para o combate à fome. Uma estratégia bastante similar quando se observa a atuação do atual MDS. Josué de Castro tinha em mente articular uma política nacional de combate à fome com ações intersetoriais, apesar deste conceito ainda não constar da gramática de políticas públicas da época.

Aliás, essa ação, que buscava a maior participação possível de diferentes setores, foi o que Castro tentou concretizar quando do lançamento da Campanha Mundial Contra a Fome de 1960 pela FAO, tornando-se diretor do comitê de organização desta campanha no mesmo ano. Era uma campanha que procurava agregar diferentes setores, desde o Estado até a sociedade civil, passando pelas organizações internacionais e o mercado, para angariar fundos e ações em prol do combate à fome. A ideia não seguiu adiante, pois, como apontava Castro, o desinteresse dos países mais desenvolvidos sobre a causa se impôs, a indústria da guerra, com a escalada da Guerra

Fria, sufocou qualquer pretensão de combate ao subdesenvolvimento, à miséria e à fome.

A intersectorialidade das ações e programas públicos, além da participação social no ciclo das políticas públicas de SAN, foram princípios que tiveram a marca do teórico pernambucano no seu DNA. São duas características que diferenciam o enfoque de segurança alimentar construído no Brasil dos usos correntes do termo por muitos governos, organismos internacionais e representações empresariais vinculadas às grandes corporações e ao agronegócio.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Claro que o contexto nacional e internacional até 1973 era um e hoje é outro bem diferente. Mas Josué de Castro não está renegado ao passado, o presente se impregna das ideias desse teórico da fome. Os desafios para implementar a Política e o SISAN ainda são enormes, mas muito maior foi a tarefa iniciada pelo teórico.

Hoje estamos em plena reconstrução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, desmantelada desde o governo de Michel Temer em 2016, com a recriação do Consea e de várias políticas públicas que foram ou extintas ou que tiveram cortadas seu orçamento. Também com o anúncio da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para dezembro de 2023.

As respostas precisarão ser rápidas, observa Menezes (2023):

Nesse contexto, fica a pergunta: como se encaixa a participação social que, como sabemos, tem um tempo próprio dos processos democráticos para o amadurecimento de questões com múltiplas e diferenciadas abordagens até que se chegue a posicionamentos e encaminhamentos que contemplem um denominador comum para essa diversidade.

No processo de conferências, que normalmente ocorrem a cada quatro anos, salvo a interrupção que se deu no período do governo anterior, são estabelecidos circuitos de participação desde os municípios até o plano nacional, estabelecendo as diretrizes que devem reger a Política Nacional de Segurança Alimentar nos próximos anos. Um processo bastante rico e com muita história, mas que tem sua própria dinâmica e seu tempo para se desenvolver.

Josué de Castro foi pioneiro ao dimensionar de forma muito avançada para a época o papel da sociedade civil no combate à fome no Brasil. As diretrizes da intersetorialidade e da participação social na construção de políticas públicas de combate à fome no Brasil que tomam corpo atualmente não surgiram por acaso. Josué de Castro, presente!

REFERÊNCIAS

ANGELO, Michelly R. de. *A formação de profissionais brasileiros especializados no tema do desenvolvimento: da SAGMACS ao IRFED (1947-1958)*. I Encontro Nacional da ANPARQ, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/12910296-A-formacao-de-profissionais-brasileiros-especializados-no-tema-do-desenvolvimento-da-sagmacs-ao-irfed-1947-1958-1.html>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

ASCOFAM. *O drama universal da fome*. Rio de Janeiro: ASCOFAM, 1958.

BORDENAVE, Juan E. D. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BURLANDY, Luciene. A atuação da sociedade civil na construção do campo da Alimentação e Nutrição no Brasil: elementos para reflexão. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 1, p. 63-72, 2011.

CARDOSO, Tayguara T. *O novo nordeste: Celso Furtado, Josué de Castro e o debate sobre desenvolvimentismo e o sertão nordestino nos anos 50*. 155f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Desenvolvimentismo e sertão nordestino: Celso Furtado, Josué de Castro e o debate em torno da “Operação Nordeste” e Sudene. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 169, n. 440, p. 133-160, 2008.

CASTRO, Josué de. *O problema da alimentação no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1934.

_____. *Alimentação e raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

_____. *Geopolítica da fome*. 8. ed. 2 vols. São Paulo: Brasiliense, 1968.

_____. *O livro negro da fome*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968a.

_____. *Homens e caranguejos*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968b.

_____. *Sete palmos de terra e um caixão*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

_____. *Geografia da fome*. 11. ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992.

FOGAGNOLI, Marcela M. “*Almoçar bem é no SAPS!*”: os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940-1950). 119 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 4. ed. Coleção questões de nossa época, v. 32. São Paulo: Cortez, 2011.

LIRA, Augusto César Gomes de. *Da fome à estética: itinerário cinematográfico da ASCOFAM e o nordeste do Brasil*. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

LIRA, Augusto César G. de; FELDHUES, Paulo Raphael P. Entre o desenvolvimentismo e a fome: percursos da ASCOFAM no Nordeste dos anos JK. *Revista de História Regional*, v. 23, n. 1, 2018.

LEÃO, Marília; MALUF, Renato Sérgio J. *A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira*. Brasília: ABRANDH; OXFAM, 2012.

LEITE, Márcia P.; ABREU, Haroldo B. de. Exclusão e miséria ou cidadania e justiça? *Revista Proposta*, n. 61, p. 25-30, 1994.

MALUF, Renato S. J. Entrevista concedida a Vandek Santiago. *Diário de Pernambuco*, Caderno Vida Urbana, p. C-4, 5 set. 2008.

MENEZES, Francisco. Consea: quando a sociedade civil volta a fazer parte da ‘mesa’. *Projeto colabora*, 10 abr. 2023. Disponível em: <<https://projetcolabora.com.br/ods2/consea-quando-a-sociedade-civil-volta-a-fazer-parte-da-mesa>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do; MALUF, Renato Sérgio J. *Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira*. Brasília: FAO/IICA/CONSEA, 2009.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. *Josué de Castro: o sociólogo da fome*. 2002. 200f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

_____. *O papel do Consea na construção da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. 197 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

_____. A contribuição de Josué de Castro para o Sistema e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. In: SILVA, Tânia Elias Magno (Org.). *Josué de Castro*. Coleção Memória do Saber. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012a, p. 604-623.

PANDOLFI, Dulce; HEYMANN, Luciana (Orgs.). *Um abraço, Betinho*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SCHAPPO, Sirlândia. *Josué de Castro por uma agricultura de sustentação*. 2008. 292 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SILVA, Francisco Carlos T. da. Fome e conflito social: uma história que vem de longe. *Ciência Hoje*, v. 17, n. 100, p. 39-43, 1994.

SILVA, João Luiz; SÁ, Alcindo José de. A fome no Brasil: do período colonial até 1940. *Revista de Geografia*, v. 23, n. 3, p. 43-53, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228669>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SILVA, Tania E. M. *Josué de Castro – para uma poética da fome*. Curitiba: CRV, 2020.

_____. (Org.). *Josué de Castro*. Coleção Memória do Saber. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. *Revista de Nutrição*, v. 18, n. 4, p. 439-457, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rn/a/dBtStfvTzwqWjvqQgSL5zqd/>>. Acesso em: 21 jun. 2023.

ZIMMERMANN, Silvia A. *A pauta do povo e o povo em pauta: as Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional – democracia, participação e decisão política*. 2011. 187 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

RECIFE, VINCENNES, AMAZÔNIA, CAPIBARIBE: ITINERÁRIOS DE JOSUÉ DE CASTRO

Carla Barroso Carneiro¹

*Vous, propriétaires de la Vérité, abstenez-vous.*²

RECIFE

Assim como Joaquim Nabuco, Gilberto Freyre e João Cabral de Mello Neto, Josué de Castro está entre os pernambucanos cuja obra e memória tem inspirado tributos e releituras.

Ainda em 1949, o próprio Josué se tornou diretor do Instituto de Nutrição na então Universidade Brasil. Atualmente intitulado Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC) e vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, o INJC oferece curso de graduação em nutrição, bacharelado em gastronomia, além de vários programas de pós-graduação.

1 Especialista em Economia pela Universidad de Los Andes (Colômbia) e mestre em Altos Estudos de América Latina (Economia) pela Sorbonne. Possui cursos na área de liderança, inovação e governança digital pela ENAP, Harvard, Georgetown e Fundação Dom Cabral, tendo sido agraciada pelo Programa de Bolsas do Santander Universidades para programa de lideranças da London School of Economics. Diplomata desde 1995, é a atual representante do Brasil junto à FAO, em Roma, tendo servido em Tóquio, Bogotá e Paris. No Brasil, foi chefe da Divisão de América Meridional, assessora especial para Assuntos Internacionais da Casa Civil da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, Cidadania e Desenvolvimento Regional.

2 “Os senhores, proprietários da Verdade, abstenham-se”. Segundo Josué de Castro, grafite escrito nas paredes da Sorbonne em 1968 (CASTRO, maio 1972).

Fundado em Recife em 1979, o Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro é voltado à construção de políticas públicas para a região nordeste. Em 1987, a família do médico e político doou ao Centro seu acervo documental, atualmente sob a guarda da Fundação Joaquim Nabuco.

Criado em 1995, o Instituto de Educação Josué de Castro fica no Rio Grande do Sul, onde atende trabalhadores vinculados aos movimentos populares do campo.

Mais recentemente, em 2021, foi criada, na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, a Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis. A Cátedra se apresenta como um espaço de produção de conhecimento sobre sistemas alimentares em suas diferentes dimensões.

Não obstante a multiplicidade de centros de pesquisa com o nome desse intérprete do Brasil, atualmente seus livros são de difícil acesso, e o político é pouco conhecido do público em geral. É como se Josué de Castro fosse um ponto de fuga em um panorama. Todas as linhas dos estudos sobre a fome no Brasil convergem para sua figura. Ao mesmo tempo, no entanto, um observador menos atento não perceberá a centralidade do personagem.

Não podia deixar de considerar esse cenário ao receber o convite para escrever este artigo. Em busca de nuances que pudessem ser agregadas às análises já existentes, parti de um olhar para o itinerário do geógrafo quando esteve no exterior.

A cartografia desenhada pelo percurso de Castro inclui Roma, Genebra, Paris. Já cassado e exilado, nos últimos anos de sua vida, o professor trabalhou na Universidade de Vincennes. Não é detalhe menor, uma vez que, conforme indica Archie Davies (2022), a Universidade se consolidava como o local onde “a distinctive political critique of human ecology was established”.

Michel Foucault, Karl Popper, Étienne Balibar, Jacques Rancière, Robert Castel são alguns dos nomes que passaram pela Universidade

criada em janeiro de 1969, em resposta aos estremecimentos de 1968. Uma das marcas daquela que atualmente se chama Paris VIII Vincennes-Saint Denis foi a de buscar rever os limites das disciplinas tradicionais, reunindo autores de domínios distintos para trabalhar em projetos conjuntos (DJIAN, 2009).

Integrada por fragmentos de programas de cursos ou de núcleos de pesquisa, a obra de Castro durante esses cinco anos no Departamento de Geografia em Vincennes continua menos explorada. Foi um período em que, segundo os arquivos existentes, o professor preparou três cursos que ministraria no período de 1972-1973: 1) Estrutura agrária da América Latina; 2) Introdução à ecologia humana e 3) Introdução à ecologia urbana.

Embora sua ementa tenha sido preparada, aparentemente este último curso nunca chegou a ser ministrado em função da morte precoce do pesquisador (DAVIES, 2022, p. 209-210).

Além de ministrar cursos, o professor também participou de grupos de pesquisa, um deles sobre ecologia, outro sobre Amazônia.

Dada a centralidade permanente desses dois temas no espectro de negociações internacionais desde a década de 1970, decidi procurar algum texto do professor sobre a pesquisa relativa à Amazônia que tivesse desenvolvido no período de Vincennes.

VINCENNES

Consultas ao Arquivo da Universidade de Vincennes foram infrutíferas. O recurso à Fundação Joaquim Nabuco, guardião dos documentos do geógrafo brasileiro, tampouco permitiu localizar registros.

Foi Archie Davies, autor de recentíssima tese de doutorado sobre Josué apresentada no King's College, quem, muito generosamente, me transmitiu fotos de cópias que havia feito durante sua pesquisa de doutorado. Registro, também, o generoso e fundamental apoio

de Juliana Winkel no contato com o pesquisador e na arqueologia que permitiu encontrar o texto.

O documento obtido por Archie Davies é o 131-pasta 232 – Jc 0601972, correspondendo ao registro, em francês, de um dos grupos de pesquisa de que Josué de Castro participou em 1972. Na pasta, composta por páginas amareladas datilografadas, um relato de reunião (29-fev-72) da Equipe de Pesquisa em Ecologia Humana de Vincennes. O relato indica que, sob a rubrica Terceiro Mundo, Josué de Castro propôs a análise de um tema específico – a bacia Amazônica. O projeto de pesquisa em Amazônia que o professor apresentou lista 10 temas, alguns diretamente relacionados à substância da pesquisa, outros mais atinentes aos procedimentos de composição da equipe de pesquisa. O tema V é o seguinte: “coleta de documentos pluridisciplinares sobre as relações clima-solo-plantas-homens na região (isso implica análises de documentos sobre bioclimatologia, física e bioquímica do solo, ecologia vegetal e ecologia humana, e culturologia)”.

Na terceira página, correspondente à reunião de 16 de maio de 1972³, o texto revela a seguinte passagem:

- (a) O professor de Castro (cabe a tarefa) de decompor o estudo sobre a Amazônia como segue

Introdução

1. Definição – porque a Amazônia, importância do ecossistema da Amazônia
2. Quais são os perigos que a Amazônia enfrenta
3. Quais medidas tomar para evitar as consequências desses perigos
4. Estratégia política dos países amazônicos

3 Todos os textos citados foram escritos originalmente em francês. Todas as traduções foram propostas por mim.

Mais adiante na mesma pasta, há relato das sessões de 23 e 30 de maio de 1972. Aqui surge a explicação – o objetivo seria apresentar o trabalho na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo. O texto também indica que caberia a Castro fazer a síntese das contribuições dos diferentes pesquisadores, e apresentar o documento na próxima reunião do grupo. Também está consignado que, ao lado da menção Paris VIII, figuraria a menção à Associação Médica Internacional para as Condições de Vida e de Saúde, presidida por Josué de Castro. Seria por meio dessa associação, credenciada junto à Conferência de Estocolmo, que o trabalho seria apresentado na Suécia. Ao final das anotações sobre as reuniões de maio do grupo de pesquisa, a assinatura de Josué de Castro.

Surge na pasta, por fim, com as menções a Paris VIII e à Associação Médica, uma página, com o título: *Proposição a respeito de uma ação concertada multinacional para a defesa do ecossistema amazônico – Documento preparado para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente – Estocolmo, junho de 1972.*

Seguem-se 24 páginas, datilografadas. A última página indica a composição do Grupo de Pesquisa em Ecologia da Universidade de Paris VIII, e define como seu coordenador o professor Josué de Castro, que também dirige o comitê de redação⁴.

São indicações que autorizam concluir que o trabalho a ser apresentado em Estocolmo por Josué, menos de um ano antes de sua morte, representa a culminação de seu pensamento sobre a Amazônia.

Embora trechos desse trabalho tenham sido citados na tese de Archie Davies, essas 24 páginas nunca foram integralmente publicadas, até onde pude apurar. Parecia que eu havia enfim

4 Membros: Senhores Braque, Bué, Coignet, Colombot, Charmony, Edel, Enriquez, Fouet, Hennion, Ikonicoff, Joyce, Labey, Montagne, Morand, Sachs, Smotkine, Traperro, Senhor e Senhora Collin-Delavaud e Senhora Zanoni. Comitê de Redação – Direção do Professor Josué de Castro. Senhores Braque, Bué, Collin-Devaud, Enriquez, Ikonicoff, Sachs e Traperro.

encontrado um texto sobre o qual eu poderia aportar um olhar particular.

AMAZÔNIA

A primeira das quatro partes nas quais se dividem essas 24 páginas tem o título “A problemática do desenvolvimento e do meio ambiente do Terceiro Mundo”. Já em seu primeiro parágrafo, o texto critica as imprecisões dos conceitos de meio ambiente e desenvolvimento.

Já o segundo parágrafo traz uma proposta de definição de meio ambiente:

O meio ambiente não é apenas o conjunto de elementos materiais que compõem os mosaicos das paisagens geográficas, agindo de maneira contínua uns sobre os outros. O meio ambiente é muito mais do que isso. Também fazem parte do meio ambiente as formas de estruturas econômicas e de estruturas de pensamento dos grupos humanos que habitam os diferentes espaços geográficos.

A menção à economia e cultura salienta que Castro nunca desassociou questões ambientais daquelas relacionadas à justiça social.

Vejamos, além disso, que a proposta de Castro para a definição do conceito de desenvolvimento acena para a multidimensionalidade da pobreza e para a interdependência entre desenvolvimento e preservação ambiental, abordagens que seriam consagradas, décadas depois, com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e seus sucessores, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O conceito de desenvolvimento não é um conceito quantitativo, mensurável em dólares, mas também um

conceito que compreende os aspectos qualitativos dos grupos humanos objeto da análise – sua qualidade de vida.

Estava naquele momento em voga o relatório “Limites ao Crescimento”, elaborado pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) a pedido do Clube de Roma. Alinhado com o neomalthusianismo, no relatório do MIT adquiria importância a tese de que seria indispensável limitar o crescimento da população e da economia mundiais tendo em vista que a Terra não comportaria maior pressão demográfica e por consumo.

Castro levou a Estocolmo trabalho claramente contrário a essas propostas de limitação do crescimento dos países pobres. Seu pensamento aponta para uma interpretação da deterioração ecológica como resultado inevitável do subdesenvolvimento. Sem excessivo esquematismo ou esclarecimentos terminológicos, entende o desenvolvimento na região amazônica como uma necessidade para a melhoria das condições de vida das populações locais.

“As nações cujos territórios se estendem sobre a Amazônia desejam, com justiça, integrar esse domínio à suas economias”.

Também transparece no texto o anticolonialismo de Josué:

Os países subdesenvolvidos que lutam por sua sobrevivência devem se interessar pelos problemas do desenvolvimento e do meio ambiente à escala mundial, para se defender das agressões que seu meio ambiente sofre há séculos por parte das metrópoles colonialistas, destrutoras da sua condição humana.

Como já vimos, o itinerário de Josué de Castro atravessa Recife, Vincennes, Amazônia, passando por Estocolmo e Genebra. No entanto, embora imerso na influência de intelectuais europeus, Castro nunca abandonou a particularidade do seu olhar, da sua circunstância.

Foi um olhar que também o aproximou da luta anticolonial africana. Ainda na década de 1950, Castro fora à França participar de conferências sobre a Argélia. Da sua tribuna como deputado federal, defendeu a soberania africana, argumentando que o Brasil atuasse nesses termos nas discussões sobre o tema na ONU.

A Argélia reivindica apenas o direito de autodeterminação, direito de se governar livremente, e participar da comunidade de povos. Votar pela Argélia, neste caso, não é de modo algum votar contra a França. É votar também com a França. Com o que a França tem de melhor, dentro de sua tradição humanista e cultural.⁵

A segunda e a terceira partes das 24 páginas do texto se intitulam, respectivamente, “Especificidade da região amazônica” e “Ameaças sobre o ecossistema amazônico”. Castro se centra na fragilidade da região em relação à exploração humana, particularmente no que diz respeito ao calor, ao regime de chuvas, ao perigo de inundações, à pobreza do solo – que, juntos, baixam a “plasticidade” da região a técnicas agrícolas e industriais –, ao perigo de “genocídio total das populações indígenas que já começou”.

“Uma região como a do ecossistema amazônico, com sua cobertura florestal densa e variada, possui uma resistência muito menor em relação aos abusos da exploração humana do que as florestas temperadas das latitudes médias.”

Nesse contexto, somente seria válido um tipo de solução: “[...] uma abordagem global, da visão de todo seu sistema ecológico, entendido no marco de todas suas correlações – com todos os demais ecossistemas do mundo”.

Uma solução que, enfatiza Castro, deve ser buscada sem portar qualquer tipo de dano à soberania dos países que integram a região.

5 *Perfis parlamentares*, p. 215.

Aliás, a constante preocupação com os efeitos do desenvolvimento na América Latina perpassa sua obra. Leff (2015) situa o Geografia da Fome como um precursor de ecologistas políticos voltados a analisar os problemas, gerados pela degradação ecológica, para as populações da região. Davies considera que Castro foi além, tendo demonstrado ao longo de sua carreira um engajamento com o pan-americanismo (DAVIES, 2022, p.201).

Os organizadores do volume de *Perfis parlamentares* dedicado a Josué de Castro chamam a atenção para um artigo escrito especialmente para a revista *América Libre*, México, no ano de 1928 (Acervo/Biblioteca Josué de Castro, do Centro Josué de Castro, pasta 13 no Livro de Recortes, p. 9). O pan-americanismo do texto fica evidente no trecho abaixo:

Em verdade, é chegado o momento de a América cumprir com a sua finalidade – que será a de rematar a razão da vida humana sobre a terra – como disse Ingeniéros. O contraste evidente entre a fraternidade internacional dos povos latinos e a agitação constante do mundo deixa entrever que a vitória da paz se ergue em Centro e Sul América. A aproximação progressiva entre as nações latinas do continente até a fusão dos costumes e caracteres trará a paz eterna e o esplendor da América.

Reconstituir a persistência, no pensamento de Castro, do pan-americanismo – expresso, no caso desse texto de 1928, pelas particularidades da Amazônia – exige voltar à sua atuação na Câmara dos Deputados. Um pan-americanismo que não é cego às diferenças no continente, ou mesmo às ameaças de um neocolonialismo intracontinental.

Essa revolução anticolonial, que se processa em todos os quadrantes do mundo e através da qual os povos oprimidos e colonizados exteriorizam uma vontade

indomável de emancipação, e um desejo incontido de autodeterminação, dá ao pan-americanismo um novo sentido, uma nova orientação, uma nova orientação política. [...] Este entendimento será de alta utilidade se as duas Américas, principalmente a anglo-saxônica – os Estados Unidos da América – estiverem dispostos a rever essa doutrina, superada pelos fatos, em novos termos que possam atender às aspirações de emancipação dos povos latino-americanos, não do colonialismo político, pois já somos repúblicas livres, mas do colonialismo econômico ao qual continuamos subjugados.

Embora considere crucial o estabelecimento de atividades econômicas na região amazônica, em prol do bem-estar de sua população e do desenvolvimento dos países da região, Castro nunca é indiferente aos perigos do desmatamento

O milagre do esplendor da floresta amazônica, alimentado por um solo muito pobre em elementos minerais, se explica pela rapidez da circulação desse capital que é extremamente rápido graças à vida intensa da floresta. Isso quer dizer que, sem a floresta, a Amazônia possui um tipo de solo ‘sem pele’, porque essa ‘pele’ é o produto quase exclusivamente da própria floresta.

O imperativo de limitar o desmatamento, no entanto, nunca exclui a intenção, justa, segundo Castro, de “integrar esse domínio à economia [...] o desenvolvimento indispensável deverá ser garantido por formas equilibradas que ele deverá assumir”.

Na região, cada país está autorizado a esperar idêntico zelo de seus vizinhos ao desenvolverem sua Amazônia.

Castro não deixa de tocar na sensível questão do petróleo, então recentemente descoberto na Amazônia andina. Castro qualifica-o de “indispensável”, salientando ao mesmo tempo ser imprescindível

que sua exploração não seja seguida da simples logística em direção à costa, sem que a região se beneficie de sua receita. O professor menciona ser imperioso que as indústrias ali instaladas não procedam ao desmatamento ou encaminhem dejetos para os rios: “A mais valia dessa transformação deveria ser, em grande parte, reinvestida na própria região.”

A preocupação do médico com as condições de vida da população que viesse a se instalar na Amazônica está sempre presente. Castro menciona que a instalação nas regiões de fronteiras agrícolas sempre se revestiu de aspectos que “favorecem a implantação de um subproletariado”. Sua formação universitária transparece ainda mais quando afirma a importância de “oferecer um controle médico sério e condições de vida decentes aos trabalhadores”.

As 24 páginas do texto apresentado em Estocolmo em 1972 se encerram com um trecho intitulado “Estratégia de Ação”. É um trecho no qual Castro mostra toda a força de que é dotado seu pensamento, ao propor que a complexidade das condições relativas à urgência do reexame das estratégias nacionais de crescimento “impõem a elaboração de um *direito internacional do meio ambiente*” (grifo no original).

[...] parece indispensável propor a criação de mecanismos muito estruturados, que permitam chegar a soluções inovadoras, de grande eficácia e economicamente rentáveis para cada país e para o conjunto da região. [...] Claro que esses mecanismos operariam em estreita cooperação com os outros organismos existentes no quadro nacional ou internacional (ONU e suas agências, comissões econômicas regionais, organizações regionais de Estados, Pacto Andino, etc.).

Do texto de Vincennes se depreende um pan-americanismo anticolonialista, a preocupação em equilibrar as exigências da

preservação com a necessidade de desenvolvimento em prol das populações locais e a inquietação com a saúde e o bem estar dos amazônidas. A sempre presente apreensão com a fome.

Teria sido útil, também, trazer o conteúdo das trocas entre o pesquisador e seus interlocutores em Estocolmo. Infelizmente não me foi possível encontrar um registro. Quem sabe alguma pesquisa futura se depare com esse material.

CAPIBARIBE

Este artigo integra um livro a ser publicado 50 anos após a morte do médico e deputado federal. Efemérides como essa trazem perguntas inevitáveis, mas nem sempre enriquecedoras, sobre a atualidade das reflexões dos personagens ali retratados.

É incorreto reduzir Castro à posição de um precursor. Mais justo seria indicar a originalidade de seu legado, oriundo da experiência múltipla de médico, geógrafo, político, diplomata, professor, cujo percurso se equilibrou entre países desenvolvidos e a experiência marcante que viveu da seca do Capibaribe em 1958.

Dez anos antes de Josué de Castro apresentar o relatório sobre Amazônia em Estocolmo, um filósofo da ciência norte-americano publicou *A estrutura das revoluções científicas*. Ali Thomas Kuhn cunhou a tão mal compreendida expressão “mudança de paradigma”.

Kuhn argumentava que a ciência não é uma acumulação contínua de enunciados. Ao contrário, seu percurso se desenvolve em fases. Na fase de “ciência normal”, institucionalizada, estável, a comunidade científica de um domínio do saber enuncia perguntas a partir de um paradigma, um ponto de vista. Nas fases de ciência extraordinária, ou revolucionária, anomalias, ou temas emergentes, que não podem ser respondidas pelo paradigma, se aproximam da ciência normal e a subvertem.

Foi em um momento com essas características, em que anomalias tinham acabado de ganhar as ruas de Paris em 1968, em que o Clube de Roma explicitava tensões entre desenvolvimento, subdesenvolvimento e meio ambiente, que Josué de Castro formulou os enunciados que levou de Vincennes a Estocolmo.

Apesar de todo o esforço e engajamento da comunidade internacional em negociações que se alongam desde Estocolmo, as anomalias oriundas da tensão daquele momento se perpetuam. Anomalias que buscam um equilíbrio entre desenvolvimento e conservação, preservação e necessidade de garantir a inclusão social de populações vulneráveis, malthusianismo, neomalthusianismo, ambientalismo, anticolonialismo, neocolonialismo digital, decolonialismo.

São todos desafios que continuam a ser perseguidos. Desafios que só podem ser enfrentados, conforme indica o itinerário internacional percorrido pelo estudioso brasileiro, a partir de um olhar particular. Nas palavras de Josué de Castro:

Não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia que travei conhecimento com o fenômeno da fome. A fome se revelou espontaneamente aos meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis do Recife – Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta foi a minha Sorbonne.

REFERÊNCIAS

BUÉ, A. Josué de Castro, un visionnaire brésilien à Vincennes. In: DJIAN, Jean-Michel (Org.). *Vincennes: une aventure de la pensée critique*. Paris: Flammarion, 2009, p. 126-129.

CASTRO, Josué de. *Développement et environnement*. May 1972, 28, 92, Recife: Coordenação-Geral de Estudos da História Brasileira (Cehibra). JdC.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

_____.; MELO, Marcelo Mário de; NEVES, Teresa Cristina Wanderley (Orgs.). *Perfis parlamentares*, n. 52. Brasília: Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 2007. 323 p. il.

_____. *Homens e caranguejos*. São Paulo: Brasiliense, 1967.

DAVIES, Archie. *A World Without Hunger – Josué de Castro and the History of Geography*. Liverpool: Liverpool University Press, 2022.

_____. *Josué de Castro's "Geografia Combatente" and the political ecology of hunger*. Ph.D. em Geografia – King's College London, April 2019.

DJIAN, Jean-Michel (Org.). *Vincennes: une aventure de la pensée critique*. Paris: Flammarion, 2009.

FERRETI, Federico. A Coffin for Malthusianism: Josué De Castro's Subaltern Geopolitics. *Geopolitics*, p. 1-26, 2019.

LEFF, Enrique. Political Ecology: a Latin American Perspective. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 35, p. 29-64, dez. 2015.

JOSUÉ DE CASTRO E O COMBATE À FOME: O SEGUNDO GOVERNO VARGAS, A COMISSÃO DE BEM-ESTAR SOCIAL E A FAO

Helder Remigio de Amorim¹

Segundo o último relatório da Rede Penssan divulgado em 2022, 33 milhões de pessoas passam fome e 51% das residências do país se encontram em situação de insegurança alimentar. Em meio à constatação dessa tragédia, se faz necessário discutir alternativas para o enfrentamento à grave crise social, econômica e política do tempo presente. Os valores democráticos e a defesa dos direitos humanos se constituem como instrumentos fundamentais para o combate às desigualdades sociais. A partir da efeméride dos 50 anos

1 É doutor em História do Brasil – UFPE, mestre em História Social da Cultura – UFRPE e licenciado em História – UFRPE. Possui experiência na Educação Básica e no Ensino Superior, bem como na formação de professores. Em seus estudos se dedica às relações entre fome, cidadania, biografia, cultura, poder, cidade e história urbana. Possui estágio doutoral no Institut d'Histoire du temps présent – IHTP (Paris – França) e mobilidade discente no Instituto de História da UFRJ. Foi presidente da Associação Nacional de História (ANPUH – PE), gestão 2020-2022, membro da Associação Brasileira de História Oral e da Association pour la Recherche sur le Brésil en Europe (ARBRE). Atualmente é professor assistente III da Universidade Católica de Pernambuco, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional, Professor da Licenciatura em História da Escola de Educação e Humanidades. Coordena também o Subprojeto de História do PIBID-UNICAP e é editor-adjunto da *Revista História UNICAP*. E-mail: <helder.remigio@unicap.br>. É autor do livro *Josué de Castro: um pequeno pedaço do incomensurável* (2022).

da morte de Josué de Castro no exílio em Paris, surge a necessidade de rememorar a sua trajetória política e intelectual e de revisitar o seu pensamento. As ideias de Josué de Castro permanecem socialmente vivas e possibilitam a construção de um novo horizonte de expectativa para a superação da fome no Brasil.

A intenção deste texto é analisar um dos momentos históricos mais complexos da história da humanidade, bem como compreender como a atuação de Josué de Castro esteve relacionada com projetos fundamentais para o combate à fome naquele período. Em meio aos conflitos da Segunda Guerra Mundial, passou-se a discutir, em âmbito internacional, a criação de uma entidade que auxiliasse as nações nos conflitos diplomáticos e que estivesse próxima das causas humanitárias. O sistema organizacional da Organização das Nações Unidas (ONU), concebido entre 1942 e 1945 pelos países vencedores da guerra, tinha a intenção de manter a paz conquistada, que significava a manutenção da ordem que tinham estabelecido com a sua vitória.

Com o estabelecimento da ONU, o campo da alimentação passou a fazer parte das prioridades institucionais de diversos países. Em 1946, na cidade de Quebec, no Canadá, houve uma reunião com os Estados membros das Nações Unidas, em que se realizou a primeira conferência da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO). A finalidade dessa nova instituição era promover a igualdade de distribuição dos alimentos entre a humanidade e combater e erradicar a fome.

Nesse momento de criação de instituições que permitam acompanhar as tensões mundiais, também houve a elaboração de leis e decretos voltados para os direitos do homem. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) traz em seu artigo 25º o direito à alimentação. O livro *Geografia da fome* obteve reconhecimento nos meios intelectuais e teve sua circulação favorecida pelas condições e

discursos daquele momento histórico. Josué de Castro passou a ser convidado para participar de conferências e palestras promovidas pela ONU. O periódico *Diário de Notícias* publicou em 20 de outubro de 1948 um decreto que autorizava Josué de Castro e outros especialistas a representarem o Brasil como um dos delegados na Conferência Geral de Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, na capital dos Estados Unidos. Nessa mesma conferência, Josué de Castro foi eleito vice-presidente da Comissão de Atividades Técnicas.

Josué de Castro começou a se mover em organismos internacionais, representando o Brasil, adequando o discurso de combate à fome ao que estava sendo discutido internacionalmente. No regresso da conferência afirmou que a fome é “o maior sabotador da paz no mundo”². Em uma reportagem veiculada pelo *Diário Popular* de São Paulo, relatou algumas impressões sobre a conferência:

Regressou dos Estados Unidos o prof. Josué de Castro, que representou o Brasil na Conferência da Organização de Alimentação e Cultura. O Prof. Josué de Castro assinalou que foi debatido naquele certame o grave problema da malária, chegando-se à conclusão que a principal causa é a subnutrição. Depois de outras considerações, afirmou: “A luta mundial contra a fome foi o tema central da minha conferência em que tomei parte”. Interrogado sobre as conclusões alcançadas nesse terreno, disse-nos: “Concordaram os delegados dos 56 países membros da Organização que a fome, o maior sabotador da paz no mundo, além de ser um fenômeno universal, é uma praga feita pelo homem. Dois terços da humanidade em todos os continentes sofrem de fome, endêmica ou epidemicamente”. Sobre as causas dessa situação,

2 A Gazeta. São Paulo, 28 dez. 1948, p. 6. Acervo Pessoal Josué de Castro – FUNDAJ. Pasta 15.

disse o prof. Josué de Castro: “Existe no mundo grande desequilíbrio entre as necessidades de consumo e a produção de alimentos. A deficiência de produção, entretanto, não pode ser atribuída a condições naturais, mas à incapacidade do homem de aproveitar essas condições. No Brasil, a área aproveitada para a produção de alimentos é de menos de 1% do território nacional”.³

As construções discursivas atendem a determinadas interdições, à historicidade e ao ato impositivo de verdade. No caso específico da reportagem, Josué de Castro apresenta a necessidade de atrelar as ideias defendidas em *Geografia da fome* ao discurso institucional da FAO. A ideia de denunciar a fome não estava mais na agenda pública, o que vigorava era a necessidade de reunir condições para combater o problema. Nessa reportagem, podemos identificar o início de uma luta que tomou dimensões internacionais, passando por diversas instituições. Josué de Castro procurou criar mecanismos que atacassem diretamente a fome. O historiador Tony Judt trata da situação de tensão social com que a Europa vivia em 1947:

A situação era semelhante em outros países europeus. Esse elevado crescimento da procura por bens norte-americanos, ironicamente, indicava a melhoria da atividade econômica europeia — porém, para se comprar produtos ou matérias-primas americanas eram necessários dólares. Os europeus nada tinham para vender ao resto do mundo; mas, sem moeda, não podiam adquirir alimentos para impedir que milhões de pessoas passassem fome, tampouco podiam importar as matérias-primas e maquinaria necessárias para desenvolver a sua própria produção. (JUDT, 2011, p. 91).

3 Idem.

Analisando o pensamento de Josué de Castro no que concerne às ações que deveriam ser tomadas para combater a fome, afirma a socióloga Maria José de Rezende: “Seriam necessários programas de melhoria das condições de vida nas regiões mais atrasadas do planeta, mas isto teria de ser feito dentro de uma lógica de emancipação colonial completa” (REZENDE, 2012, p. 511).

A circulação das obras, palestras, conferências e articulações tecidas por Josué de Castro, tanto no âmbito universitário, quanto no campo da política, propiciaram a sua participação em organismos internacionais como a FAO, primeiramente como membro e posteriormente como presidente, entre os anos de 1952 e 1954. Apesar de sua obra e da atuação político-intelectual terem contribuído para colocar na agenda pública brasileira e na ONU questões que norteiam o problema alimentar, suas ideias, em alguns momentos, enfrentaram resistências das potências mundiais. Analisarei, ainda, uma notícia veiculada com o título “A alimentação na América do Sul”, veiculada no *Jornal do Brasil* no dia 12 de julho de 1949⁴:

A Organização de Educação, Ciência e Cultura das Nações Unidas desejou apurar a questão da alimentação pública na América do Sul e incumbiu de um estudo especial o professor brasileiro Josué de Castro, conhecedor da matéria, autor de vários estudos e diretor do Instituto de Alimentação da Universidade do Brasil. O trabalho do professor Josué de Castro vem compor uma separata do volume de trabalhos e pesquisas. O resultado do estudo, em linhas gerais, foi a verificação de que na América do Sul, ao contrário de ser um *El Dorado* em que foi tida por largo tempo, contém uma população subalimentada. [...] A conclusão do estudo do professor Josué de Castro, declarando que o regime agrícola sul-americano de tipo

4 Acervo Pessoal Josué de Castro – FUNDAJ. Pasta 15

semi-colonial à base de uma exploração semifeudal do solo, utilizando processos agrícolas arcaicos e de manifesta tendência à monocultura latifundiária, apresenta um coeficiente de produção alimentar muito abaixo das necessidades biológicas da população.

Nesse sentido, a atividade institucional não esteve dissociada da produção intelectual. A aproximação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) possibilitou a publicação do estudo “Os problemas da alimentação na América do Sul”. Escrever um trabalho para a Unesco significava garantir a circulação internacional nos países membros da organização, bem como facilitar o intercâmbio de ideias e acesso a outros modos de pensar. Esse artigo que circulou por todos os continentes, distribuído pela Unesco, foi publicado em língua inglesa, francesa e espanhola. Ao lançar uma problemática voltada para a alimentação na América do Sul, Josué de Castro antecipava algumas das suas preocupações do livro *Geopolítica da fome*, publicado em 1951⁵.

Analisando a situação fundiária da América do Sul, assim como fez em termos de Brasil em *Geografia da fome* (1946), o tema fundiário, aliado à reforma agrária, estará presente na atuação de Josué de Castro, nos anos 1950 e início dos anos 1960, como um instrumento necessário para o combate à fome. A atuação em organismos internacionais também foi importante para elaboração e financiamento do livro *Geopolítica da fome*, publicado em 1951. Mas para compreendermos como se construiu a atuação de Josué de Castro em organismos internacionais como a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) se faz necessário retomar algumas discussões da história do Brasil nos anos 1950.

5 Informações obtidas em consulta realizada na Biblioteca e no Arquivo da Unesco em Paris (UNESCO Archives. COM.COL.HN/01).

A INSERÇÃO DE JOSUÉ DE CASTRO NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS

O retorno de Getúlio Vargas ao Palácio do Catete possibilitou, para aqueles que não obtiveram um cargo eletivo nas eleições de 1950, a oportunidade de se inserirem em um governo que se pretendia de coalizão nacional. Entre os derrotados nas eleições estava Josué de Castro. Apesar de não ter conseguido êxito na campanha eleitoral, a filiação de Castro ao PTB e a candidatura a deputado federal por Pernambuco significaram uma maneira de se inserir em meio a uma nova configuração política que se apresentava. Passada a disputa eleitoral, a composição do governo Vargas entrou em pauta. O *Diário de Pernambuco* de 7 de março de 1951 trouxe, em sua primeira página, notícias sobre inúmeras nomeações assinadas por meio de decreto presidencial. Segundo o jornal, Josué de Castro foi nomeado como membro da Comissão Nacional de Alimentação.

Essa nomeação possibilitou que Josué de Castro continuasse transitando e inferindo nos debates sobre o tema da alimentação no âmbito estatal. A Comissão Nacional de Alimentação foi fundada ainda em 1945 e tinha como função definir a política nacional de alimentação, estimular pesquisas, realizar campanhas educativas, e aprimorar a indústria de alimentos desidratados. Mas, no segundo governo Vargas, essa comissão passou a ter um novo papel, de acordo com o decreto presidencial nº 29.446 de 6 de abril de 1951:

Decreto nº 29.446

Atribui funções à Comissão Nacional de Alimentação.
O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição;
[...]

Considerando que a Organização de Alimentação e Agricultura, agência especializada incumbida dos

assuntos de alimentação e agricultura das Nações Unidas, para a qual contribui o Brasil como país-membro, tem recomendado repetidamente a instalação em cada país de um Comitê Nacional com a função de centro de coordenação e ligação dessas atividades,

Considerando ainda que, para essa função, está perfeitamente indicada a atual Comissão Nacional de Alimentação, integrada por membros designados por decretos de 7 de março de 1951 e recrutados nos vários ministérios diretamente interessados nos assuntos da referida organização internacional,

Resolve:

Art. 1º – Fica a Comissão Nacional de Alimentação investida nas funções de Comitê Nacional de Organização e Alimentação e Agricultura das Nações Unidas.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 1951,

Getúlio Vargas⁶

Essas questões da burocracia estatal, que aparentemente são meramente técnicas, representam um importante caminho para compreender a articulação da formação do segundo governo Vargas, tornando-se relevantes para analisar o percurso de Josué de Castro durante toda a década de 1950. Construía-se a imagem de um intelectual e político ligado às políticas públicas e ao debate internacional sobre o combate à fome, inclusive possibilitando sua atuação em organismos nacionais e internacionais.

O decreto presidencial proporciona a possibilidade de compreendermos o momento em que a ONU, por meio da FAO, pretendia implementar políticas públicas voltadas para a agricultura e alimentação. De acordo com Maria Letícia Bizzo, a FAO, no período que compreende 1949 a 1953, realizou cooperação técnica por meio da

6 Acervo Alzira Vargas Amaral Peixoto – Vida pública. CPDOC-FGV.

produção e divulgação do conhecimento científico, visando em suas ações os países subdesenvolvidos (BIZZO, 2012, p. 112). Essa política da FAO se alinhava com o pensamento nacional-desenvolvimentista defendido por Vargas e pelo PTB, bem como com as teses defendidas por Josué de Castro em suas obras.

Além do trabalho desenvolvido como presidente da Comissão Nacional de Alimentação e diretor do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, Josué de Castro participou de outra comissão que também envolvia uma das preocupações centrais da FAO. Em outubro de 1951, sob a presidência do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Danton Coelho, e a vice-presidência de Josué de Castro, constituiu-se a Comissão Nacional do Bem-Estar Social (CNBS). O periódico *Diário de Pernambuco* do dia 24 de outubro de 1951 noticiou a nomeação de Josué de Castro e de outros indicados para a Comissão. “Integrarão a C. N. de Bem-Estar Social. Foi assinado um decreto designando os senhores Almir de Castro, Josué de Castro, Gildo Amado, Dorilo Vasconcelos Brasil, Machado Neto, Evaldo Lodi e Almir do Amaral Peixoto”⁷. Participar dessa comissão era estar ligado às políticas estatais do trabalhismo de Vargas, que eram implementadas principalmente por meio desse ministério.

A CNBS desenvolveu estudos e ações sobre algumas demandas sociais que o Brasil enfrentava naquele presente. Inspirada na ideia do Estado Bem-Estar Social implementado em países europeus do Bloco Capitalista no Pós-Guerra, essa comissão tinha o intuito de desenvolver políticas públicas de alcance social visando a melhoria de vida das camadas populares e investimentos nas áreas de alimentação, habitação e previdência social. Um ofício do Ministério do Trabalho para o então presidente Getúlio Vargas justifica a necessidade de criar a comissão:

7 Hemeroteca Digital Brasileira.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, 4 de abril de 1951

Compete a esse Ministério de dar unidade e coordenação às medidas necessárias à perfeita execução da política de bem-estar social preconizada por V. Ex., promovendo a organização de aparelhamento técnica e administrativa-mente adequado ao desempenho dessa tarefa da mais alta significação para os destinos da nacionalidade. [...] Dentro deste pensamento, parece-me da maior conveniência a criação, neste Ministério, de uma Subsecretaria de Estado, encarregada do Bem-Estar Social, a qual, abrangendo todos os serviços de assistência social ao trabalhador brasileiro e as suas famílias, se incumbiria de planificar e pôr em execução, sob a direta orientação do titular da pasta, as atividades que se destinam a esse objetivo e que hoje constituem esforços parcelados de serviços e órgãos que, na esfera de competência deste Ministério, se ocupam dos problemas fundamentalmente ligados à conquista desse bem-estar, entre os quais avultam os relativos à alimentação, à previdência social, promovendo, outrossim, mais amplas oportunidades de valorização técnica e cultural do trabalhador.

Danton Coelho.⁸

O documento apresenta as diretrizes da CNBS com o ideário trabalhista “que é apresentado como a única saída para a solução dos problemas sociais do Brasil” (D’ARAÚJO, 1992, p. 97). A necessidade de conciliação de Vargas estava presente na composição do governo e na tentativa de harmonia entre as classes sociais, para que assim

8 Acervo Alzira Vargas Amaral Peixoto – Vida pública. AVAP vpu sgw 1951.04.04. CPDOC-FGV.

fosse possível promover o bem-estar geral. É importante enfatizar que o partido trabalhista inglês, que inspirou a criação do PTB, utilizou um discurso semelhante no que concerne ao bem-estar social. É fato que, durante o governo Vargas, as sucessivas divisões internas do Partido, a alta dos preços e a perda de renda dos trabalhadores dificultaram, em um primeiro momento, que as políticas em torno do bem-estar social para os trabalhadores assegurassem a efetivação de uma cidadania também pautada na existência de direitos sociais.

As tensões no PTB proporcionaram a queda de Danton Coelho do Ministério do Trabalho. A CNBS passou a ter uma nova presidenta, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha de Vargas, que já desenvolvia um trabalho na Legião Brasileira de Assistência. Nessa comissão, Alzira Vargas desempenhou o papel de aliar as discussões em torno do trabalho em um plano internacional, pois já tinha participado da Conferência Internacional do Trabalho, da Conferência do Trabalho dos Estados Americanos e da Conferência Interamericana do Trabalho. Esses eventos atualizaram o governo Vargas em torno dos debates sobre a questão do trabalho no mundo.

Nesse sentido, a participação de Josué de Castro na CNBS foi uma experiência relevante na sua trajetória, pois permitiu que tivesse a possibilidade de participar da construção de políticas públicas de bem-estar social, voltadas especificamente para a classe trabalhadora, bem como estar próximo dos debates que a ONU, a FAO e outros organismos internacionais produziam naquele momento. A CNBS também propiciou a Josué de Castro o acesso às pesquisas e inventários desenvolvidos por essa comissão sobre o padrão de vida de alguns grupos sociais como operários industriais, classes médias, e agricultores. Desse modo, o fortalecimento das relações institucionais entre o governo brasileiro e a FAO favoreceram Josué de Castro nessa instituição, da qual era membro desde 1947.

Em uma das viagens para participar de uma reunião em Roma na Itália, Josué de Castro escreveu a seguinte carta para Alzira Vargas:

Roma, 1 de dezembro de 1951.

Exma. Sra. Alzira Vargas do Amaral Peixoto
Rio de Janeiro
Brasil

Minha grande amiga,

Depois de quase um mês de trabalho duro, de lutas e de peripécias que contará com detalhe (caso você tenha tempo para ouvi-lo) o portador desta, meu companheiro de delegação, Dr. João Gonçalves de Souza, ganhamos a parada da Presidência do Conselho da FAO. Foi um espetáculo inédito e de estarrecer este do Brasil (país *là-bas*) ganhar uma luta contra as grandes potências unidas (a Inglaterra, os Estados Unidos e a França). Até hoje as delegações das potências estão atordoadas com a surpresa. Mas palavra que foi bom! Agora, com a eleição, sou forçado a demorar um pouco mais aqui para presidir a sessão do Conselho, que se reúne logo depois da Conferência. Tenho, no entanto, a impressão que a demora será recompensada com as vantagens que poderemos tirar da FAO para o país, no programa do Bem-Estar Social ora em planejamento. Já estou encaminhando uma série de convênios em matéria de assistência técnica que a meu ver será de utilidade nos nossos planos. Muito grato por seu telegrama de felicitações e também pela ajuda magnífica que vem dando aos trabalhos da nossa comissão. Tenho a impressão de que na minha volta não terei mais nada por fazer. Vocês já fizeram tudo. Dê todas as suas ordens e disponha da admiração e gratidão do Josué de Castro.⁹

9 Acervo Alzira Vargas Amaral Peixoto – Vida pública. AVAP vpu sgvy. Correspondência Geral. 1 dez. 1951. CPDOC-FGV.

A correspondência noticia a chegada de Josué de Castro à Presidência do Conselho Consultivo da FAO. A forma de tratamento utilizada por Josué de Castro para cumprimentar Alzira Vargas demonstra uma relação de proximidade e afetividade entre os dois. Josué de Castro se expressou com uma narrativa carregada de emoção e entusiasmo, exaltando o feito de ter vencido as grandes potências para chegar ao cargo. O uso da expressão francesa *lá-bas*, que significa literalmente “abaixo”, para mencionar o Brasil provavelmente se remete ao que se convencionou chamar de “Terceiro Mundo”, ou ainda país subdesenvolvido. Esses termos tiveram um lugar central no final dos anos 1950.

Josué de Castro, ao tomar posse da presidência do Conselho Consultivo da FAO, proferiu um discurso na sede da FAO, em Roma. A partir daquele momento, as suas ideias passaram a ter mais publicidade, além de também favorecer a construção de outras redes intelectuais e políticas nas quais passou a estar inserido. Josué de Castro, a partir de então, falava para o mundo, dialogando também com representantes de diversos países.

**Imagem 1 – Fotografia da posse de Josué de Castro na FAO.
Manifesto dos Trabalhadores de Pernambuco**



Autor desconhecido. Arquivo da Família Castro.

Essa inserção internacional influenciou diretamente a mudança de perspectiva na produção das suas obras. As temáticas do desenvolvimento e subdesenvolvimento, do colonialismo, e da reforma agrária passaram a estar mais presentes nos seus escritos produzidos na década de 1950. A experiência da FAO proporcionou a Josué de Castro o contato com diversos modelos de desenvolvimento, principalmente por meio do debate com líderes de países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Provavelmente, as críticas que construiu ao longo da década de 1950 em relação ao modelo desenvolvimentista brasileiro, adotado principalmente pelo governo de Juscelino Kubistchek, tenham sido pensadas a partir dessa experiência. Em uma entrevista à *Revista Manchete*, Josué de Castro, lembrou sua chegada à Presidência do Conselho Consultivo da FAO:

A mais tremenda emoção de minha vida foi quando alcancei a Presidência do Conselho da FAO. Meu competidor era Lord Bruce, da Inglaterra. Atribuo a minha vitória a dois fatores: a) não acreditavam nela; b) quem ganhou foi a miséria. [...] Foi justamente naquela eleição, quando venci Lord Bruce por 34 a 30 votos, depois de um empate no primeiro escrutínio. Minha grande emoção foi sentar na cadeira da presidência, olhar um a um dos representantes das grandes potências e recordar os mocambos do Recife, onde se reproduzia o Ciclo do Caranguejo, onde viviam outros meninos de rua, como eu tinha sido.¹⁰

As palavras de Josué de Castro, construídas poucos dias antes do golpe civil-militar de 1964, narram de forma épica a vitória conquistada na FAO. Mas não fazem referência à construção do

10 *Revista Manchete*, nº 625. Rio de Janeiro, abril de 1964. Arquivo Pessoal Josué de Castro – FUNDAJ. Pasta 95.

processo, às articulações, aos caminhos percorridos para conquistar a posição. A eleição de Josué de Castro para a Presidência do Conselho Consultivo da FAO muito se deve à sua inserção, por meio de várias conferências de Nutrição, nas delegações brasileiras que participaram dos debates sobre alimentação na FAO, bem como a participação nos órgãos estatais de caráter científico que foram trabalhados nos capítulos anteriores. Essas atividades proporcionaram a construção de uma rede, principalmente entre os países latino-americanos, fato que contribuiu para a sua vitória.

Segundo Jean Ziegler, as articulações de Josué de Castro junto à FAO tiveram início nos anos 1940, e ele se destacou entre os especialistas da delegação brasileira que apoiaram a criação da agência. Paralelamente ao seu engajamento nacional, Castro desempenhou um papel internacional determinante ao participar, em 1946, da fundação da FAO. Ele fez parte do pequeno grupo de especialistas encarregados pela Assembleia Geral das Nações Unidas de preparar a criação do organismo e depois foi o delegado do Brasil à Conferência da FAO em Genebra, em 1947, membro do Conselho Consultivo Permanente da FAO no mesmo ano e, enfim, presidente do seu Conselho Executivo entre 1952 e 1956. (ZIEGLER, 2013, p. 119-120). Desse modo, através de Josué de Castro, o Brasil passou a ter uma atuação relevante nas políticas da FAO durante os anos 1950.

Através da participação de Josué de Castro, o Brasil atuou na FAO em um período importante da agência. Castro atuou desempenhando um papel colaborador na construção de certas ações da agência, participando da administração da FAO, defendendo políticas de ataque mais profundo e pragmático à fome no mundo e exercendo uma representatividade do bloco de países considerados “subdesenvolvidos”. Sua participação se

deu em um momento-chave da instituição, posto que nele a agência passou por situações cruciais: ampliou a inserção da temática alimentar no debate internacional; sedimentou-se e expandiu-se como agência especializada, em uma conjuntura na qual o papel das agências da ONU ainda estava sendo melhor desenhado; gerou e estimulou a construção de conhecimento técnico-científico; lançou recomendações e linhas programáticas importantes ligando alimentação e questões nacionais, na perspectiva do desenvolvimento; prestou assistência técnica a amplo quantitativo de países e passou por profundas modificações internas (BIZZO, 2012, p. 261).

Josué de Castro atuou na presidência do Conselho da FAO durante quatro anos, tendo sido eleito em 1952 e reeleito em 1954. As reuniões da FAO aconteciam semestralmente, não havendo a necessidade de Josué de Castro residir em Roma. Nessa fase a sua atuação no Brasil passou a ser mais incisiva no que concerne à articulação das ações da FAO que trouxessem soluções para o enfrentamento da fome no país. No entanto, grande parte dessas ações não passou da fase de cooperação técnica. Contudo, Josué de Castro passou a desenvolver trabalhos como a Campanha Nacional de Alimentação, fomentada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela FAO, que englobou diversas outras políticas, que tiveram como foco principalmente o Programa Nacional de Merenda Escolar. Essas iniciativas estiveram ligadas à Comissão Nacional de Alimentação e à Comissão de Bem-Estar Social. Segundo a socióloga Tânia Elias Magno da Silva:

Entre os programas desenvolvidos estavam o Programa de Educação Alimentar, o Programa Nacional de Merenda Escolar, o Programa de Investigações e Pesquisas, o estabelecimento de áreas demonstrativas para a instalação

de centros rurais de assistência e educação alimentar. O Programa Nacional de Merenda Escolar, o mais vasto e de consequência imediata, dispõe de 65% do total das disponibilidades financeiras, sendo que pelo menos 75% daquela parcela é destinada à compra de alimentos (principalmente leite em pó), misturas alimentícias e complementos alimentares para a distribuição em escolas não assistidas com merenda, e enriquecimento artificial de alimentos locais. Pretende assim a campanha fornecer merenda gratuita a pelo menos 800.000 crianças, dentre as mais necessitadas, num vasto programa de assistência alimentar (SILVA, 2012, p. 643-644).

Segundo Maria Letícia Bizzo, um interlocutor importante tanto para a chegada à FAO, quanto para o pensamento de Josué de Castro, foi o médico escocês, prêmio Nobel da Paz em 1949 pelos trabalhos no campo da nutrição, e um dos percussores da FAO, Lord John Boyd Orr. Algumas ideias defendidas por Josué de Castro na década de 1950, como a criação de uma reserva alimentar para o mundo em tempos de crise, são fortemente influenciadas por Boyd Orr. Alguns anos mais tarde, em uma releitura da experiência da FAO, na qual permaneceu como membro até 1962, afirmou:

Longe de mim menosprezar a obra realizada pela FAO, mas desejo dizer com toda a sinceridade [...] que me sinto decepcionado diante da obra que realizamos. Decepcionado pelo que fizemos porque, a meu ver, não elaboramos, até hoje, uma política de alimentação realista que ponha em linha de conta, ao mesmo tempo, as desesperadas necessidades do mundo e nossos objetos. Não fomos suficientemente ousados, não tivemos a coragem suficiente para encarar, de frente, o problema e buscar as suas soluções. Apenas afluamos a sua superfície, sem penetrar

em sua essência, sem querer, na verdade, resolvê-lo, por falta de coragem de desagradar a alguns. Precisamos, a meu ver, ter a coragem de discordar de certas opiniões para aceitarmos a imposição das circunstâncias, resolvendo o problema no interesse da humanidade (CASTRO, 1967, p. 55).

As relações da política não se dão apenas no âmbito da conciliação, mas essencialmente no jogo das relações de poder e das questões relativas à governabilidade, à soberania e à razão de Estado. As grandes potências econômicas daquele período ajustavam seus discursos às demandas econômicas, não necessariamente se sensibilizando com a questão alimentar mundial, como pretendia Josué de Castro. Nesse sentido, Castro, em meio à Guerra Fria, se opõe aos investimentos massivos dos blocos antagônicos em armamentos, afirmando que seria possível acabar com a fome se revertissem esses recursos para a produção de alimentos.

Ao demonstrar frustração no desempenho da FAO no combate à fome no mundo, Josué propõe profanar as políticas alimentares então vigentes. A tentativa de criar um banco de alimentos para ser utilizado em momentos de crise alimentar, que seria abastecido pelas grandes potências, foi uma das suas principais propostas. Concomitantemente, Josué de Castro, no limiar dos debates, dos enfrentamentos, produz um efeito de verdade, por meio do seu discurso que pretendia justificar a ineficácia das suas próprias ações. Por outro lado, no período em que Josué de Castro esteve à frente da FAO, passou a ser convidado por diversos países para proferir palestras, e a se comunicar diretamente com chefes de Estado de aproximadamente 68 nações. Com a notoriedade internacional produzida por meio do cargo, as obras de Castro foram publicadas nos mais variados idiomas.

A FAO, A POLÍTICA, E O BRASIL

A vitória de Josué de Castro nas eleições para o Conselho Consultivo da FAO repercutiu nos jornais brasileiros. Várias reportagens destacaram a importância para o país do fato de que um brasileiro chegasse a presidir uma agência ligada diretamente à ONU. Os jornais mencionavam o suposto orçamento de 12 milhões de dólares anuais para investimento em cooperação técnica, desenvolvimento da agricultura e consequentemente para o combate à fome no mundo. Essa trajetória de Josué de Castro na Presidência do Conselho da FAO se tornou relevante para as relações internacionais brasileiras, como destacou a reportagem do *Diário da Noite* do dia 10 de janeiro de 1952:

Um brasileiro na Presidência da FAO. Referenciais do ministro João Neves à distinção conferida a Josué de Castro. Na entrevista concedida pelo ministro das Relações Exteriores, senhor João Neves da Fontoura, sobre a atuação do Brasil no campo internacional, no ano que acaba de findar, foram assinalados alguns pontos muito significativos do relevo e da importância que o Brasil vem assumindo no plano de atividades internacionais, no seio dos organismos representativos da comunhão ocidental e do excepcional prestígio que começamos a desfrutar nos círculos mais autorizados da política e da diplomacia de nossos dias. Merece um especial registro a expressiva vitória obtida pelo professor Josué de Castro nas eleições para a Presidência da FAO, o mais importante organismo das Nações Unidas. Não há dúvidas que esse, como tantos outros episódios, constitui motivos animadores para a cultura e a técnica brasileiras e testemunhos que refletem a projeção crescente do nome do Brasil no mundo em que vivemos e nas instituições representativas.

O interesse do governo Vargas pelas ações da FAO aumentou com a vitória de Josué de Castro. Um escritório regional da agência para a América Latina foi instalado no Rio de Janeiro. O *Correio da Manhã*, também nesta mesma data, destacou a presença do diretor-geral da FAO, Norris Dodd, na inauguração da instituição na capital federal. Naquela ocasião comentou que o governo do Brasil sempre foi amigo da FAO, e que “a Conferência da FAO deu uma prova ao eleger para presidente o insigne Josué de Castro, que estimulará a participação do Brasil e de outras nações para criar um mundo pacífico e melhor”. Naquele momento, o Brasil se tornava o centro das políticas implementadas pela agência na América Latina.

O governo Vargas mantinha a CNBS, que tratava principalmente do bem-estar do trabalhador urbano. Inspirando-se na estrutura organizacional da FAO, criou a Comissão Nacional de Política Agrária, ligada ao Ministério da Agricultura. A nova comissão era praticamente uma versão da CNBS para as questões rurais e teve como vice-presidente Josué de Castro. Naquele momento, João Cleofas, derrotado nas eleições para o governo de Pernambuco, foi nomeado ministro da Agricultura, acumulando a função de presidente dessa comissão. Segundo o jornal *Diário de Notícias*, em 15 de janeiro de 1952, o ministro destacou, durante a reunião de criação da Comissão de Política Agrária, que a realização de estudos para organização de um fundo para o produtor rural, a utilização racional do solo e a formação de uma política agrária seriam as prioridades.

É importante lembrar que, durante a década de 1950, as questões em torno da terra e da reforma agrária adquiriram uma nova face. O ambiente de reformas se apresentou na agenda pública brasileira e Josué de Castro esteve próximo a esses debates. Segundo o geógrafo Manuel Correia de Andrade:

Vargas, que procurava dar sentido mais social à sua administração corrigindo erros que caracterizaram o seu

governo anterior (1930-45), criou a Comissão Nacional de Política Agrária, que deveria estender aos trabalhadores rurais os direitos concedidos aos trabalhadores urbanos (ANDRADE, 1997).

As experiências de Josué de Castro durante o segundo governo Vargas no campo da alimentação, do bem-estar social e da questão agrária se tornaram importantes, sobretudo, em meio a um governo em crise. Os principais enfrentamentos políticos estiveram relacionados com a Guerra Fria, a política sindical e o petróleo. Segundo José Murilo de Carvalho, a oposição e os apoiadores de Vargas se polarizaram.

De um lado ficavam os nacionalistas, defensores do monopólio estatal do petróleo e de outros recursos básicos, como a energia elétrica, partidários do protecionismo industrial, da política trabalhista, da independência na política externa. Para esses, os inimigos eram entreguistas, pró-americanos, reacionários, golpistas. Do outro lado, também estavam os defensores da abertura do capital externo, inclusive na área dos recursos naturais, os que condenavam a aproximação entre o governo e os sindicatos, os que queriam uma política externa de cooperação com os Estados Unidos. Os oponentes eram por eles estigmatizados como comunistas, sindicalistas, demagogos e golpistas (CARVALHO, 2013, p. 128-129).

Aquele momento da história do Brasil foi marcado por disputas políticas intensas, por uma campanha midiática radical, liderada pelo jornal *O Globo*, que teve como porta-voz o líder da UDN, Carlos Lacerda, e, também, por uma crise econômica que atingiu diretamente as classes trabalhadoras. A pressão para a queda do presidente era grande. Vargas “deu um tiro no [seu] coração no dia 24 de agosto de 1954, em seu quarto no Palácio do Catete, deixando uma

carta-testamento de forte conteúdo nacionalista e populista” (CARVALHO, 2013, p. 131). A reação popular foi imediata. Algumas sedes dos jornais da oposição foram destruídas, uma multidão comovida tomou conta das principais avenidas do Rio de Janeiro, demonstrando a força popular construída por Getúlio Vargas. Outras articulações e composições políticas foram necessárias, principalmente para o PTB, que perdeu o seu principal líder. Nesse novo cenário político, João Goulart, que tinha sido ministro do Trabalho, assumiu a liderança do partido e Josué de Castro disputou novas eleições em 1954. O cenário de fortalecimento do Estado brasileiro, a preocupação com questões ligadas à cidadania e ao bem-estar social passaram a fazer parte do cenário das políticas de Estado. É nesse momento histórico que Josué de Castro participa ativamente do segundo governo Vargas, bem como passa a ter uma atuação relevante em organismos internacionais ligados ao combate à fome.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rômulo. Prefácio. In: D'ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

ANDRADE, Manuel Correia de. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 29, p. 169-194, 1997.

BERTRAND, Maurice. *A ONU*. Petrópolis: Vozes, 1995.

BIZZO, Maria Letícia Galluzzi. *Agências internacionais e agenda local: atores e ideias na interlocução entre nutrição e país (1932-1964)*. 399 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CASTRO, Josué. *Sete palmos de terra e um caixão*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico*. Escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Getúlio Vargas: uma memória em disputa*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

JUDT, Tony. *Pós-Guerra*. Uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

REZENDE, Maria José de. Colonialismo, subdesenvolvimento e fome em Josué de Castro. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 19, n. 2, p. 227-245, 2003.

_____. Geopolítica da fome: uma obra esclarecedora das nuances básicas de um debate político sobre as populações pobres do mundo. In: SILVA, Tânia Elias Magno da (Org.). *Josué de Castro*. Coleção Memória do Saber. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012, p. 497-512.

SILVA, Tânia Elias Magno da (Org.). *Josué de Castro*. Coleção Memória do Saber. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012.

TOBELEM, Alain. *Josué de Castro e a descoberta da fome*. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1974.

ZIEGLER, Jean. *Destruição em massa: geopolítica da fome*. São Paulo: Cortez, 2013.

BOYD ORR E JOSUÉ DE CASTRO: AS PROPOSTAS PARA UMA OUTRA FAO

José Graziano da Silva^{1, 2}

INTRODUÇÃO

No depoimento ao documentário *Josué de Castro – Cidadão do Mundo* de Silvio Tendler, Darcy Ribeiro diz, na sua empolgação costumeira, que considerava Josué o homem “mais brilhante” que conheceu; e que, na sua época, ele estava entre os três cidadãos indispensáveis em qualquer encontro internacional importante, ao lado do primeiro diretor-geral da Organização das Nações Unidas

-
- 1 José Graziano da Silva é agrônomo de formação e doutor em economia, professor titular aposentado do Instituto de Economia da Unicamp. Ocupou o cargo de diretor-geral da Organização das Nações Unidas para alimentação e Agricultura (FAO) de 2012 a 2019. Com mais de 30 anos de conhecimento relacionado à segurança alimentar e nutricional e ao desenvolvimento rural, coordenou a formulação e implementação do Programa Fome Zero no Brasil enquanto Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2022 foi agraciado com o Grand Prix do 7º Prêmio Niiigata International Food Award Foundation. Atualmente é diretor-geral do Instituto Fome Zero.
 - 2 Agradeço as contribuições recebidas da prof. Marina Mendonça e dos colegas Celso Franca, Emiliano Graziano da Silva, Luciana Fragato, Márcio Alonso, Rakesh Muthoo e Saulo Ceolin, bem como a revisão de Paola Ligasacchi a versões anteriores do texto.

para a Alimentação e Agricultura (FAO), Boyd Orr, e do filósofo e Prêmio Nobel de Literatura Bertrand Russell.

Como procuro mostrar a seguir, Josué de Castro procurou levar à frente, sem êxito, algumas das principais ideias de Boyd Orr de como deveria atuar a FAO, criada em 1943 no imediato pós-guerra, antes mesmo da fundação das Nações Unidas.

Convém destacar que Boyd Orr e Josué de Castro têm origens e trajetórias bastante similares. Ambos vêm da área médica com especialização em nutrição e no início de suas carreiras enfrentaram situações bastante difíceis. Orr, no seu livro de memórias *As I recall* (1966), conta que, depois de se graduar pela Universidade de Glasgow, começou a dar aulas numa escola de favela. E ficou chocado ao ver que os seus alunos estavam vestidos com trapos e não conseguiam concentrar-se nas aulas porque estavam fracos e malnutridos. “Cheguei à conclusão de que não havia nada que eu pudesse fazer para aliviar a miséria das pobres crianças, por isso sentei-me e escrevi meu pedido de demissão”, escreveu ele.

Josué, médico recém-formado, foi trabalhar, em 1930, em uma fábrica que contratava trabalhadores das periferias de Recife. Como ele mesmo conta em uma entrevista:

Terminei a faculdade em 1929, no Rio. [...] Formado, fui para o Recife. [...] Abri, então, o consultório, para fazer nutrição. [...] Comecei também a trabalhar numa grande fabrica e a verificar que os doentes não tinham uma doença definida, mas não podiam trabalhar. [...] No fim de algum tempo compreendi o que se passava [...] Disse aos patrões: [...] “a doença dessa gente... é fome”. Pediram que eu me demitisse. Saí. Compreendi, então, que o problema era social. [...] Era um problema mundial, um drama universal” (CASTRO, 1964, apud MELO & NEVES, 2007, p. 42-43).

Josué, de volta ao Recife, coordenou o primeiro inquérito feito no país sobre as *Condições de vida das classes operárias do Recife* em 1932. Os seus resultados embasaram posteriormente os estudos para a criação de um salário mínimo no governo de Getúlio Vargas. Mudou-se novamente para o Rio de Janeiro e, em 1936, foi nomeado membro da Comissão de Inquérito para Estudo da Alimentação do Povo Brasileiro. Logo depois, idealizou e dirigiu o Serviço Central de Alimentação, depois transformado no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), de 1939 a 1941; e foi nomeado presidente da Comissão Nacional da Alimentação (CNA) do governo Vargas, onde foi responsável pela elaboração do 1º Plano Nacional de Alimentação, que tinha objetivo de combater a subnutrição através de distribuição de alimentos a grupos de risco (gestantes, crianças, escolares e trabalhadores).

Boyd Orr publicou em 1936 um inquérito sobre a alimentação, saúde e renda (*Food, Health and Income*) na Grã-Bretanha. O relatório teve um grande impacto ao revelar que um terço da população britânica apresentava sinais de subnutrição crônica. Os seus argumentos sobre os efeitos negativos de uma dieta pobre para a saúde tornaram-se a base da política alimentar britânica durante a Segunda Guerra Mundial e ele foi nomeado membro do Comitê Científico da Política Alimentar do governo Churchill (BARONA, 2013). Jornais da época atribuíram ao “cientista escocês Sir John Boyd Orr o mérito de ter sido o primeiro no seu domínio a estabelecer uma ligação definitiva entre a pobreza, a má alimentação, a falta de saúde e o fraco aproveitamento escolar” (WILSON, 2023).

Ou seja, tanto Orr como Josué, já no início de suas carreiras profissionais, não só diagnosticaram a fome como a principal doença de seus pacientes como também relataram isso nos primeiros trabalhos que publicaram, deixando claro que o problema da fome não era uma questão individual decorrente dos hábitos alimentares das pessoas.

Mas tanto Orr como Josué expressaram, ao final de suas carreiras, decepção pelo que se fazia para combater a fome no mundo, antes e após a Segunda Guerra. O seu *O livro negro da fome*, cuja primeira edição foi lançada em 1957, foi caracterizado pelo próprio Josué de Castro como uma denúncia da falta de uma ação global contra a fome. Nele Josué lista os princípios-guias para um mundo sem fome, o que resultaria numa plataforma de ideias e ações para fundar a Associação Mundial de Luta contra a Fome – ASCOFAM, que presidiu até sua morte precoce em 1973³.

Não podemos deixar de lembrar também que tanto Orr como Josué foram indicados para receber o Prêmio Nobel da Paz, sendo que apenas Boyd logrou ser premiado em 1959. Josué de Castro foi indicado por três vezes, mas não conseguiu: em 1954, concorreu para o Nobel de Medicina; e nos anos de 1963 e 1970, ao Nobel da Paz (FENSKE, 2012). Josué foi agraciado com várias outras distinções internacionais e no final da década de 1950, recebeu o título de “Citoyen du Monde” (Cidadão do mundo) em função da sua luta contra a fome e pela paz.

Paz e fome eram temas recorrentes nos escritos e falas tanto de Orr, como de Josué. Ambos destacavam sempre que fome e paz não andavam juntas; e que não seria possível obter uma paz duradoura no pós-guerra num mundo de miseráveis malnutridos onde dois terços passavam fome, de acordo com as estimativas disponíveis. O progresso era para ambos sinônimo de abundância,

3 Josué de Castro fundou, em janeiro de 1957, a Associação Mundial de Luta contra a Fome (ASCOFAM), da qual foi eleito presidente. A ASCOFAM estava organizada em comitês: o comitê internacional, formado por Abbé Pierre, padre Dominique Pire (fundador da Universidade da Paz e Prêmio Nobel da Paz), Padre Joseph Lebret, René Dumont, entre outros; o comitê brasileiro, formado por Oswaldo Aranha; e o comitê do Nordeste, formado por Jamesson Ferreira Lima, Ajax Pereira, Antônio Balbino e Walter Santos, entre outros.

freedom from want, para usar a expressão consagrada por Orr com base no discurso do presidente F. D. Roosevelt em 1941⁴.

Josué, por sua vez, dizia que “minha tese é que a fome só pode ser combatida quando se compreender que ela é a expressão de um complexo econômico que é o subdesenvolvimento”. Segundo ele, “Ou salvamos o mundo dando pão aos que tem fome ou pereceremos todos sob o peso esmagador do ouro acumulado à custa da fome e da miséria de dois terços dos nossos semelhantes” (CASTRO, 1964, apud MELO & NEVES, 2007, p. 47).

Essas histórias entrelaçadas pelo tempo e pelos ideais que comungavam Boyd Orr e Josué de Castro convergiram na criação e primeiros anos da FAO, num período cheio de incertezas sobre o futuro da humanidade no imediato pós-guerra. Como resposta, procurava-se fundar uma nova institucionalidade internacional que garantisse a paz duramente conquistada.

O CONTEXTO DAS ORIGENS DA FAO NO PÓS-GUERRA

As décadas de 1930 e 1940 assistiram ao surgimento de um novo modelo de política alimentar global, fortemente moldado pelas experiências da Grande Depressão e das duas guerras mundiais, que trouxeram a fome e a subnutrição de volta à Europa. Enquanto até o século XIX a fome e a escassez de alimentos eram geralmente interpretadas como crises malthusianas regionais, passaram, a partir do final da guerra, a serem atribuídas a perturbações e desequilíbrios

4 Segundo o Wikipedia, no discurso do Estado da União de dezembro de 1941, o presidente dos Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt propôs quatro liberdades fundamentais que “todas as pessoas em todo o mundo” deveriam desfrutar, a saber: *freedom of speech and expression* – liberdade de expressão; *freedom of worship* – liberdade de culto ou crença; *freedom from want* – liberdade de querer, desejar ou aspirar uma vida melhor; *freedom from fear* – liberdade de viver sem medo. Após a morte de Roosevelt, e através da importante intervenção de sua viúva Eleanor, o conceito das “quatro liberdades” influenciou a redação da Carta das Nações Unidas, aprovada em 26 de junho de 1945 e, muito explicitamente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 10 de dezembro de 1948 e cuja comissão de redação foi presidida pela própria Eleanor Roosevelt.

econômicos globais. Shaw (2007) descreve em detalhes como os planos de longo prazo, defendidos pela FAO no seu início, foram abandonados e substituídos por uma abordagem centrada na ajuda técnica e na distribuição de excedentes. Além disso, os problemas da fome e da subnutrição foram integrados num discurso mais vasto sobre a população mundial e o desenvolvimento econômico (JACHERTZ & NÜTZENADEL, 2011).

O livro de McDonald (2016) mostra a emergência do que denominou “o poder da alimentação” (*food power*), que levou à criação de um sistema alimentar já no imediato pós-guerra. No seu primeiro capítulo (denominado não por acaso “Liberdade da necessidade” – *freedom from want*), analisa os planos que dariam resposta às crises humanitárias e de reconstrução do pós-guerra, que se mostravam “inesperadamente graves e generalizadas”. A alimentação foi fundamental durante a guerra e continuou também como uma questão central nos anos do pós-guerra, uma vez que os Estados Unidos da América foram a única nação do mundo que produzia mais alimentos no final da guerra do que no seu início.

Os planos iniciais que se discutiam para fazer face às necessidades do pós-guerra variaram entre propostas para desindustrializar a Alemanha (e voltar a um estado agro-pastoril) e esforços para fazer face às necessidades do pós-guerra através da continuação dos programas existentes durante a guerra e da ajuda voluntária. Somente quando a Guerra Fria começou a tomar forma é que os Estados Unidos se decidiram pelo Plano Marshall como forma de usar a abundância agrícola americana para promover a reconstrução no pós-guerra e servir de baluarte contra a disseminação do comunismo (McDONALD, 2016).

Wolkenhauer (2021) descreve como as políticas internacionais de alimentação foram historicamente marcadas por uma tensão entre

as visões de uma agência reguladora global mandatada para garantir abastecimento alimentar equitativo em todo o mundo e preocupações sobre interesses comerciais dos EUA, que emergem como a grande potência agrícola no final da Segunda Guerra. Com o passar do tempo, a política alimentar foi se confundindo com agendas de redução da pobreza e meios de subsistência sustentáveis, enquanto ajustes estruturais minavam as capacidades produtivas no Sul Global. “Essa história é importante para entender não apenas a falta de sucesso dos esforços internacionais para reduzir a fome global, mas também a arquitetura atual e os argumentos para uma política alimentar global”, escreveu a autora (WOLKENHAUER, 2021, p. 298). Dentro desses limites, as instituições agrícolas internacionais passaram a fornecer pesquisa e assistência técnica, além da ajuda humanitária, deixando as causas estruturais subjacentes para a insegurança alimentar em grande parte permanecerem como estavam. “Assim, grande parte das populações do Sul Global continuam incapazes de garantir alimentação suficiente, apesar de trabalharem na agricultura” (WOLKENHAUER, 2021, p. 298).

Hopkins (1990) mostrou como as organizações formais passaram a ser uma parte central do regime alimentar e agrícola internacional implementado no pós-guerra. Segundo o autor, somente no sistema das Nações Unidas, cerca de quarenta órgãos lidam com questões alimentares internacionais em áreas que vão desde a pesquisa até o combate à fome. Dentre elas, seis organizações são especializadas em alimentos e agricultura, sendo que três delas têm sede em Roma: a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), criada em 1945; o Programa Mundial de Alimentos (PMA), fundado em 1963; e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), fundado em 1977.

Essas três instituições resultam de diferentes “ondas de construção” de uma relação entre alimentação e agricultura desde a Segunda Guerra Mundial, de acordo com Hopkins (1990). A primeira

onda foi liderada pelos Estados Unidos e fez parte de um esforço maior para estabelecer uma ordem econômica mundial liberal e estável. Para a agricultura, o objetivo era harmonizar as políticas agrícolas dos países com os princípios do livre comércio internacional. A coalizão de países vencedores da guerra, liderada pelos Estados Unidos, sentiu que seria desejável coordenar suas políticas agrícolas comerciais, estabelecer padrões comuns, compartilhar informações, fornecer assistência técnica e abordar os problemas mundiais de excedentes e escassez agrícolas de antes da guerra.

A FAO foi lançada por uma conferência de planejamento em 1943 em Hot Springs, Virgínia, e iniciou suas operações em 1945 em Washington, perto do Departamento de Agricultura. A pedido dos estados europeus, mudou-se para Roma em 1951. Durante este período, a FAO e outras agências especializadas da ONU desenvolveram-se autonomamente dentro do sistema da ONU. Cada um tinha seus próprios membros, regras de procedimento e orçamento estimado (HOPKINS, 1990).

Conectando nutrição e produção, o preâmbulo da constituição da FAO descreveu como seu mandato elevar os níveis de nutrição, melhorar a eficiência da produção de alimentos, contribuir para o desenvolvimento rural e expandir a economia mundial como um todo. De acordo com Wolkenhauer (2021, p. 300), “nesses primeiros anos, a FAO visava fortalecer a agricultura familiar, pois aumentar sua produção melhoraria a saúde e os padrões de vida, bem como a disponibilidade de alimentos”. A FAO formulou uma visão de um sistema alimentar global que refletia o otimismo mais amplo prevalecente no início do pós-guerra de que os problemas globais então existentes poderiam ser resolvidos por meio da cooperação internacional. Uma das primeiras propostas nesse sentido veio de seu primeiro diretor-geral, John Boyd Orr, que apresentou à primeira

Conferência da FAO a ideia de estabelecer um World Food Board (WFB) – um Conselho Mundial de Alimentos – para manter estoques reguladores que deveriam ser vendidos a preços reduzidos para países necessitados, além de contribuir para dar uma maior estabilidade aos preços internacionais de alimentos e evitar a formação de estoques indesejados. Esperava-se que desse modo o Conselho contribuísse para a paz entre as nações. (STAPLES, 2006).

Como mostraremos posteriormente, embora a Conferência da FAO de 1945 em Washington tenha aprovado a proposta de um WFB numa primeira votação (e até estabelecido uma comissão encarregada de pensar na sua operacionalização), a ideia dos estoques globais acabou sendo rejeitada diante da oposição dos EUA e do Reino Unido na Conferência seguinte em Copenhague. No fundo, as potências vencedoras da Segunda Guerra se opunham à criação de uma organização global forte com poderes regulatórios e operacionais sobre seus próprios excedentes agrícolas; e preferiram criar uma “*FAO adviser*” que se concentrasse em oferecer assessoria e assistência técnica, com um orçamento reduzido e dependente de doações voluntárias dos países ricos para qualquer ajuda alimentar que pudesse ser formada com os seus excedentes agrícolas.

Já no início da década de 1950, a FAO começou a desistir lentamente de suas grandes visões de um programa de estoques globais de alimentos e passou a se concentrar na assistência técnica, como ressalta Staples (2006). Mas, paralelamente à redução de suas ambições, o orçamento da FAO, ao contrário, cresceu. Com isso, sua capacidade de realizar missões técnicas de curto prazo, mediante solicitação dos governos membros, aumentou muito. O maior número de especialistas então contratados veio dos EUA e de alguns poucos países ocidentais; e a forma como essas missões técnicas de curto prazo funcionaram não tinha muita familiaridade com os contextos socioeconômicos dos países receptores. A mudança para essas missões técnicas “em pedaços” foi ainda mais enfatizada

apos 1951, com a mudança da sede da FAO de Washington para Roma (WOLKENHAUER, 2020).

Os déficits alimentares globais ganharam atenção renovada na década de 1960, contrastando com os excedentes de alimentos produzidos nos Estados Unidos. No âmbito de sua campanha *Freedom from Hunger*, a FAO aumentou seu orçamento em 350% e expandiu ainda mais seus programas de assistência técnica em países em desenvolvimento (JACHERTZ & NÜTZENADEL, 2011). No mesmo ano, as Nações Unidas adotaram uma resolução para distribuir alimentos por meio do sistema da ONU para populações com “déficit alimentar”. Na época, os EUA, que vinham acumulando grandes excedentes de alimentos, criaram também o seu próprio Escritório de Alimentos para a Paz no Gabinete Executivo do presidente (SHAW, 2009).

A FAO ainda procurou alertar que o “despejo” de grandes quantidades de alimentos poderia ter consequências negativas para os países receptores e liderou uma iniciativa para que a ajuda alimentar fosse usada como parte de um esforço de desenvolvimento global mais amplo, o que levou à criação do Programa Mundial de Alimentos (PMA, ou WFP pela sigla em inglês) em 1961. Nas primeiras três décadas após sua criação, o PMA direcionou dois terços de seus recursos para intervenções de desenvolvimento, principalmente por meio de “comida por trabalho” e programas de alimentação escolar; e um terço para emergências. Isso se reverteria apenas na década de 1990, quando o PMA deixou de ser uma agência que apenas distribuía os alimentos de países doadores para compras nos mercados locais e regionais de alimentos (SHAW, 2009).

A CRIAÇÃO DA FAO E SEU PRIMEIRO DIRETOR-GERAL BOYD ORR

Em 16 de outubro de 1945, representantes de trinta e quatro nações assinaram em Quebec a Carta da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). John Boyd Orr, um cientista escocês com experiência em política alimentar, foi nomeado seu primeiro diretor-geral. Lira (2018) descreve em detalhes os antecedentes e debates e lembra que, em alguns momentos, a reunião foi transformada em debates meramente comerciais, “a exemplo do representante brasileiro [...] que insistiu, durante sua fala, em propor a expansão do mercado de borracha para garantir a exportação do produto brasileiro” (LIRA, 2018, p. 35). E alertava que as

redes de relações político-governamentais que se formavam em seu interior [em Quebec] poderiam, mais uma vez, servir de argumentos para a promoção de campanhas meramente comerciais, como ocorrera em Hot Springs. Fazia-se necessário, portanto, suscitar ao longo da Conferência o lema “marry health and agriculture” [casar agricultura e saúde], como uma espécie de palavra de ordem contra a hegemonia do comércio agrícola sobre a saúde (LIRA, 2018. p. 36).

A preocupação de Boyd Orr com a alimentação da população mundial no pós-guerra já havia sido claramente exposta no seu livro *Feeding the people in war-time* (Alimentando o povo em tempos de guerra), de 1940, em coautoria com seu genro, David Lubbock. Baseados nas evidências do relatório de 1936 antes mencionado, concluíram que as medidas tomadas para assegurar a alimentação adequada da população em tempos de paz não seriam suficientes em tempos de guerra. E que a tendência seria piorar durante a guerra, uma vez que, com a absorção do desemprego pelas forças militares e

aumento do dispêndio governamental, a tendência seria de aumentar rapidamente o consumo nas classes mais baixas. Segundo os autores:

É tolice imaginar que precisamos apenas de medidas alimentares temporárias; e que depois da Guerra voltaremos às condições de 1938 [...]. Será uma luta longa e árdua. Todas as nações engajadas na Guerra estarão pobres. Pode haver grave escassez de alimentos em partes da Europa. Nossas dificuldades serão diminuídas se tivermos uma política alimentar de longo alcance que assegure que, durante a Guerra e o pós-guerra, por mais pobre que seja a nação ou parte dela, todas as famílias tenham a garantia de alimentos suficientes para mantê-los com saúde (BOYD ORR & LUBBOCK, 1940).⁵

Não foi por outra razão que no seu livro *Food and the people* (A alimentação e o povo), de 1943, Boyd Orr tenha se entusiasmado tanto com o discurso do presidente norte-americano F. D. Roosevelt para a World Food Conference em 18 de maio de 1943, que ele mesmo havia convocado, onde reafirma a já então célebre “freedom from want to all men in all lands”⁶ Citando Roosevelt, Boyd Orr afirma no livro que:

-
- 5 It is foolish to imagine that we need only temporary food measures, and that after the War we shall come back to 1938 conditions [...]. It will be a long and arduous struggle. All the nations engaged in the War will be poor. There may be grave food shortage in parts of Europe. Our difficulties will be greatly lessened if we have a long-range food policy which will ensure that during the War and the post-War period, however poor the nation or part of the nation may be, every family will be assured of sufficient food to maintain them in health.
- 6 A Resolução da FAO acerca de sua reeleição, que transcrevemos parcialmente a seguir, deixa isso mais claro: “A Conferência da FAO declara por unanimidade que o professor Josué de Castro é nomeado Presidente Independente do Conselho por um novo período de dois anos, ou seja, até ao final da sessão ordinária da Conferência a realizar-se em 1955; [...] Decide que as condições de nomeação, incluindo os subsídios inerentes ao cargo de Presidente Independente do Conselho, serão as seguintes: (i) um subsídio anual equivalente a \$ 5.000 para cobrir despesas de representação e assistência de secretariado no local de origem do Presidente, no pressuposto de que o diretor-geral fornecerá assistência de secretariado quando o Presidente participar em reuniões do Conselho ou da Conferência [...]; (ii) um subsídio diário à taxa de \$ 20 enquanto o Presidente estiver ausente da sua estação de origem para tratar de assuntos do Conselho, sendo o subsídio reduzido para \$10 por dia

Se quisermos ter sucesso, cada nação individualmente e todas as nações coletivamente devem assumir estas responsabilidades: devem tomar todas as medidas necessárias para desenvolver a produção mundial de alimentos de forma que seja adequada para atender às necessidades nutricionais essenciais da população mundial. [...] A sociedade deve cumprir integralmente sua obrigação de colocar à disposição de todos os seus membros pelo menos o mínimo de nutrição adequada (BOYD ORR, 1943, p. 33).

E concluiu: “Liberdade da falta de comida, portanto, deve significar disponibilizar a todos os cidadãos em todos os países o tipo certo de comida suficiente para a saúde. Se estamos planejando comida para as pessoas, nenhum padrão inferior pode ser aceito” (BOYD ORR, 1943, p. 33).

O entusiasmo de Boyd Orr era tanto que, mesmo antes de ter acesso ao relatório final da Conferência, ele compilou alguns extratos de uma das *Joint Sections*, onde se podia ler:

A primeira causa da fome e da desnutrição é a pobreza. É desnecessário produzir mais alimentos se os homens e as nações não fornecerem os mercados para absorvê-los. Portanto, deve haver uma expansão de toda a economia mundial para fornecer o poder de compra suficiente para manter uma dieta adequada para todos. [...]

O primeiro passo para a libertação da fome não deve esperar a solução final de todos os outros problemas.

enquanto o Presidente estiver em situação de viagem; (iii) as despesas de viagem, incluindo a ajuda de custo diária acima referida, serão custeadas pela Organização, nos termos dos Regulamentos e das práticas em vigor, quando o Presidente assistir às sessões do Conselho, da Comissão Coordenadora ou da Conferência, ou quando for convidado pelo Conselho ou pelo diretor-geral a viajar para outros fins”.

Cada avanço feito nesse campo fortalecerá e acelerará o avanço em todos os outros (BOYD ORR, 1943, p. 34).⁷

Destaco dois pontos, pela sua atualidade: eliminar a fome é prioridade; e alimentação adequada depende do poder aquisitivo!

Boyd Orr relata ainda que, no final da Conferência de 1943, foi feita a recomendação de se criar uma organização permanente para tratar do problema da alimentação e da agricultura em escala mundial:

A Conferência das Nações Unidas sobre Alimentação e Agricultura recomenda:

[...]

Que os governos e autoridades aqui representados estabeleçam uma organização permanente no campo da alimentação e agricultura; e

[...] seja estabelecida uma Comissão Interina para executar as recomendações da Conferência das Nações Unidas sobre Alimentação e Agricultura (BOYD ORR, 1943, p. 34).

Nascia assim a proposta de criar a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, a FAO. “Essas recomendações são revolucionárias”, saudou Boyd Orr. E acrescentou:

Em vez da política pré-guerra de ajustar a oferta à demanda econômica, que envolvia a destruição deliberada de alimentos enquanto as pessoas sofriam de doenças e morte prematura por falta de alimentos, teremos uma política envolvendo a produção dos alimentos que todas as pessoas no mundo precisam para capacitá-las a

7 The first cause of hunger and malnutrition is poverty. It is useless to produce more food unless men and nations provide the markets to absorb it. There must be an expansion of the whole world economy to provide the purchasing power sufficient to maintain an adequate diet for all. [...] The first step toward freedom from want of food must not await the final solution of all other problems. Each advance made in the field will strengthen and quicken advance in all others.

desenvolver sua plena capacidade herdada para sua saúde e bem-estar. Em vez de planejar para o comércio, como se ganhar dinheiro fosse um fim em si mesmo, nós iremos planejar como fornecer o mais essencial para permitir que as pessoas tenham vida e a tenham com mais abundância (BOYD ORR, 1943, p. 35-36).

Boyd Orr acreditava que, se todas as recomendações da Conferência de 1943 fossem “aceitas e implementadas com vigor”, um novo capítulo na nossa civilização seria aberto. “A decisão dos governos de direcionar seus recursos para o fornecimento de nutrição adequada para toda a humanidade colocará o curso da evolução na direção certa. A tomada desta decisão por si só elevará os governos a um nível espiritual mais elevado”, concluiu (BOYD ORR, 1943, p. 55).

A Conferência na qual se oficializou a fundação da FAO foi realizada quase dois anos depois, em outubro de 1945 em Quebec, no Canadá, num momento de extraordinária euforia compartilhada entre os países ali representados. A reunião não só aprovou as regras básicas de funcionamento da nova Organização, como também elegeu Boyd Orr como o seu primeiro diretor-geral. Pelos procedimentos da época, o nome era proposto pelo Comitê-Geral e tinha que ser aprovado na plenária. O primeiro encaminhamento foi feito pelo representante dos EUA: “Senhor presidente, proponho que a Conferência aceite este Relatório do Comitê-Geral, tornando assim este ilustre cientista, acadêmico eminente, legislador experiente e agricultor de sucesso o primeiro diretor-geral da FAO” (CONFERENCE OF FAO, 1945, p. 4). Foi imediatamente secundado pelo representante da França: “É com grande prazer que exprimo a admiração da delegação francesa por Sir John Orr e pelo seu excelente trabalho” (CONFERENCE OF FAO, 1945, p. 4). Com a bênção de duas das potências vencedoras da Segunda Guerra, a assembleia aprovou a moção por unanimidade.

No discurso que pronunciou em seguida, Boyd Orr deixou claro o que esperava da organização e dos seus países membros. Iniciou dizendo que todos concordam que:

[...] estamos a atravessar a maior crise da história da nossa civilização. [...]

Permitam-me que diga uma palavra sobre o que a FAO deve realizar. Cada nação aceitou a responsabilidade, que de fato deve ser a responsabilidade de qualquer governo, de fornecer, na medida do possível, alimentos e um padrão de saúde para todos os povos que governa. Mas surgiu algo novo. Todos os governos concordaram em cooperar num grande esquema alimentar mundial, que trará a liberdade da falta de alimentos a todos os homens, independentemente da raça ou cor [...]

Há uma outra coisa que, a meu ver, é a mais importante de todas. Nesta grande crise mundial, os governos, sentindo que devem cooperar, têm dificuldade em cooperar. [...]

Temos aqui um esquema em que concordamos em cooperar, um esquema que trará importantes benefícios a todas as nações. Ao cooperar neste esquema alimentar mundial baseado nas necessidades da humanidade, estaremos a desenvolver uma atmosfera de boa vontade. Assim, os governos aprenderão a confiar uns nos outros e veremos o espírito do bom vizinho começar a surgir na maioria das nações do mundo.

É este o objetivo da FAO. A grande promoção do bem-estar humano – prosperidade na agricultura, prosperidade na indústria e prosperidade no comércio – contribui para a unidade mundial. Dizer que é um sonho? Então, o objetivo da FAO é tornar esse sonho realidade (CONFERENCE OF FAO, 1945, p. 5-6).

Mas Orr não deixou de reconhecer as dificuldades que o esperavam:

Estas coisas são fáceis de dizer, mas são muito difíceis de fazer. [...] quase me sinto tentado a dizer que, se esta Organização for bem-sucedida, fará um milagre. Bem, estamos a viver num dia de milagres. Fizemo-los durante a guerra e um dos mais importantes foi o de conseguir que as nações cooperassem para atingir um grande objetivo – o benefício mútuo de todos (CONFERENCE OF FAO, 1945, p. 6-7).

E concluiu dizendo:

Espero que, ao regressarem aos seus países, todos os delegados informem os seus governos de que esta Organização foi lançada num espírito de grande boa vontade e que foi posta em marcha para dar o seu grande contributo para a promoção do bem-estar humano e para a unidade das nações do mundo. Espero também que todos os delegados inspirem os seus governos com o entusiasmo que foi gerado nesta Conferência, para que todas as nações ponham os seus recursos de homens e materiais ao serviço desta grande Organização, que terá a grande honra de lançar a primeira pedra na fundação desse grande mundo novo que a ciência moderna tornou possível (CONFERENCE OF FAO, 1945, p. 7).

Interessante notar que o primeiro a tomar a palavra depois do discurso de Orr na seguinte Conferência da FAO realizada em Washington no ano seguinte também foi um representante dos EUA, agora o Dr. Norris Dodd, que seria, pouco mais de um ano depois, eleito o segundo diretor-geral da FAO:

A proposta de ação para resolver os problemas alimentares mundiais, avançada pelo diretor-geral da FAO, surge em um momento em que o mundo precisa muito de liderança nesse campo. [...] Fomes recorrentes e desnutrição, juntamente com excedentes de alimentos, sempre fizeram parte da história mundial, e as guerras agravaram esses problemas. As guerras sempre interromperam e desorganizaram a agricultura, a produção e a distribuição. As dificuldades trazidas pela Primeira Guerra Mundial no campo da alimentação e agricultura ainda estão muito claras em nossas mentes. A Segunda Guerra Mundial trouxe complicações ainda maiores ...

Infelizmente as coisas não seguiriam exatamente como esperavam. Boyd Orr havia sido eleito em 1945, buscando alcançar a *freedom from want*. Como bem resumiu Staples (2003):

seu plano para uma campanha internacional massiva para aumentar a produtividade agrícola global, bem como um ambicioso programa de armazenamento de *commodities* para estabilizar os preços mundiais, foi amplamente rejeitado pelo Departamento de Estado dos EUA e pelo Ministério das Relações Exteriores da Grã-Bretanha. A visão de Orr do mundo pós-guerra – e de como conquistar a paz – diferia acentuadamente da deles, que se baseava nas ideias de livre comércio e na da necessidade da força militar voltadas para conter o emergente bloco soviético.

Barona (2013) explica que Boyd Orr propôs a criação de um Conselho Mundial de Alimentos (WFB) para regular o excedente e evitar a escassez, em 5 de julho de 1946, na Conferência da FAO realizada em Washington. A proposta teria de ser ratificada também na Conferência de setembro de 1946 em Copenhague, mas foi

rejeitada. A proposta atribuía ao WFB quatro funções básicas: estabilização dos preços dos produtos agrícolas nos mercados globais; o estabelecimento de uma reserva mundial de alimentos para atender às emergências de perda de colheitas em todo o mundo; fornecer fundos para reduzir os excedentes de produtos agrícolas; e cooperação com outras organizações para o desenvolvimento industrial e agrícola. O objetivo geral era garantir uma produção suficiente e uma distribuição eficiente para que o consumo mundial de alimentos atingisse níveis suficientes para garantir a saúde alimentar de todos. Mas a estabilização de preços era o eixo operacional principal: o WFB operaria estabelecendo um preço mínimo e máximo, comprando quando o preço mundial caísse abaixo do mínimo e vendendo quando o preço ultrapassasse o máximo. Para implementar esse mecanismo, a FAO precisava de recursos e o apoio dos países ricos, o que não aconteceu! Após a rejeição, Boyd-Orr renunciou à FAO e, em 1948, um novo diretor-geral foi eleito, Norris E. Dodd, que inaugurou um outro capítulo na direção da organização, muito mais na direção de uma assistência técnica aos temas agrícolas aos países que a demandassem do que a prioridade do combate direto à fome no mundo.

De fato, o WFB foi abordado pela Segunda Sessão da Conferência de 1946 em Copenhague e posteriormente pela Primeira Sessão do Conselho da FAO em 1947. Mas não conseguimos obter os registros sobre os debates ocorridos. Foram verificados os relatórios da Primeira à Quarta Sessões do Conselho, mas nenhum deles faz referências ao que aconteceu com a proposta do WFB. Foi encontrado apenas o relatório da Comissão I da Terceira Sessão da Conferência de 1947, que dá uma “explicação” do motivo pelo qual a criação do WFB foi rejeitada pelos membros da FAO. Transcrevemos a seguir um resumo desse relato:

Terceira Sessão da Conferência (1947), extrato do Relatório da Comissão I: Ponto 5 da agenda – Propostas World Food Board (WFB):

A população mundial continua a aumentar rapidamente e a escassez de hoje pode ser remediada apenas por uma longa expansão da produção de alimentos essenciais na oferta de curto prazo. Medidas ousadas devem ser tomadas para aumentar a produção de alimentos em todo o mundo. Já se fez referência a medidas que podem contribuir para aumentar a produção da colheita de 1948. Programas de desenvolvimento agrícola de longo prazo são também urgentemente necessários, e a Comissão registrou com satisfação os planos em desenvolvimento anunciados por vários países.

Foi com estas considerações em mente que o Relatório da Comissão Preparatória sobre Propostas para o WFB propôs para decisão do plenário as opções de:

criar um Conselho Mundial de Alimentos (WFB) com recursos financeiros e amplos poderes para fixar uma política geral que incumbe aos vários Estados membros; ou permitir que os Estados mantenham sua liberdade de ação. Este último sistema foi preferido, mas com a condição de que um Conselho deve ser criado dentro da Organização para assegurar, com os meios à sua disposição, a coordenação das políticas dos vários estados com vistas à implementação das diretrizes da FAO.

Como se pode ler, a decisão tomada tinha a intenção clara de restringir as possibilidades de a FAO realizar intervenções diretas nos mercados, seja através da compra e venda, seja através, pura e simplesmente, de manter estoques globais, com o intuito de “reter a liberdade de ação dos Estados membros”. Em resumo, a

FAO pode e deve continuar a fazer estudos e propostas; mas agir é uma prerrogativa dos Estados membros individualmente! Estava enterrada assim a ideia de uma organização a nível mundial com o poder de intervir nos mercados de alimentos para combater a fome.

Na falta de informações oficiais da própria FAO sobre as reações que se seguiram, reproduzimos a seguir trechos do Boletim do Staff Association da FAO comentando o que se passou:

CABEÇAS DURAS, CORAÇÕES MOLES

As coisas chegaram a uma crise em Genebra. Sir John Boyd Orr, o espírito vivo da grande cruzada contra a miséria, ergueu-se furioso e afastou as propostas que teriam enfraquecido os poderes do Conselho Mundial da Alimentação. Em Quebec, implorou que a jovem FAO fosse dotada de autoridade suficiente para atuar, para que pudesse fazer o seu trabalho. Perdeu essa batalha. O seu comentário foi: “As pessoas têm fome e nós só lhes podemos dar panfletos”.

Em Copenhague, pediu a criação de um Conselho Mundial da Alimentação. “Deem-nos as ferramentas certas para o nosso trabalho”, disse ele, “e baniremos a fome da terra”. As ferramentas foram-lhe negadas.

Agora, com os delegados à sua frente em Genebra, viu até o Conselho Mundial da Alimentação ser diluído até à consistência de um chá cor-de-rosa. Ele não queria, não queria nada disso. O estrondo do seu *burr* escocês era como o trovão que acompanhava o relâmpago bifurcado que lhe saía dos olhos. Os delegados, estupefatos, romperam fileiras diante dele quando saiu da sala. Ao sair do grande salão de mármore do Palácio das Nações, anunciou: “O que a FAO precisa é de mais homens com cabeça dura e coração mole... e menos homens com cabeça mole e coração duro”

(FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 1948, p. 1).⁸

Então, sob uma foto em que Boyd Orr cumprimenta Norris Dodd, está o comentário:

Um rancheiro americano substituiu um agricultor escocês como diretor-geral da FAO. Na sessão especial da Conferência realizada na semana passada, Norris E. Dodd, subsecretário da Agricultura dos Estados Unidos, produtor de trigo e criador de gado, foi escolhido como sucessor de Sir John Orr. Tomará posse dentro de algumas semanas e permanecerá no cargo até o final da Conferência de 1950.

Notável pelo seu apoio às propostas do Conselho Mundial da Alimentação, o Dr. Dodd tem sido um amigo próximo da FAO. Foi chefe da delegação dos Estados Unidos na Conferência de Copenhague, delegado dos Estados Unidos na Comissão Preparatória e na Conferência de Genebra e representante principal dos Estados Unidos em ambas as sessões do Conselho Mundial da Alimentos (FOOD

8 HARD HEADS, SOFT HEARTS

Things came to a crisis in Geneva. Sir John Boyd Orr, the living spirit of the great crusade against want, rose up in wrath and swept away proposals that would have weakened the powers of the World Food Council. In Quebec, he begged that the infant FAO be given enough authority to act, so that it could do its job. He lost that battle. His comment was, "The people are hungry and we can only give them pamphlets." In Copenhagen, he asked for a World Food Board. "Give us the right tools for our job," he said, "and we'll banish hunger from the earth." The tools were denied him. Now, with delegates before him in Geneva, he saw even the World Food Council being watered down to the consistency of pink tea. He would, have none of it. The rumble of his Scotch burr was like the thunder that came with the forked lightning that flashed from his eyes. The awe-struck delegates broke ranks before him as he left the room. As he stepped from the great marble hall of the Palais des Nations, he announced, "What FAO needs is more men with hard heads and soft hearts... and fewer men with soft heads and hard hearts."

AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED
NATIONS, 1948, p. 2).⁹

Infelizmente, não era apenas uma troca de um agricultor escocês por um rancheiro americano, até porque Orr não era exatamente um agricultor escocês... Convém, porém, não ter uma visão maniqueísta dessa substituição. Primeiro, porque Dodd sempre apoiou a proposta do WFB de Orr, como já dissemos. Segundo, porque, como mostraremos a seguir, Dodd tentou diferentes caminhos para que a organização pudesse ter uma atuação direta e decisiva na redistribuição dos excedentes de alimentos que voltaram a se acumular rapidamente no pós-guerra na América do Norte (Estados Unidos e Canadá). E, finalmente, porque essa oposição ao WFB não vinha apenas dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, que expressavam isso publicamente, mas era apoiada também pela maioria dos países que constituíam a FAO na época, mais preocupados em “manter sua soberania” que combater a fome, como mostraremos a seguir.

O segundo diretor-geral Norris Dodd, que assumiu depois de Orr e dirigiu a organização de 1948 a 1953, ainda tentou dotar a FAO de poderes para equilibrar as flutuações de preços em *commodities* alimentares, no início do seu mandato, mas sua proposta foi igualmente rejeitada. Foi exatamente nesse período que teve o apoio de Josué de Castro, eleito presidente do Conselho da FAO em 1951, o primeiro presidente oriundo de um país não desenvolvido a assumir esse cargo. Josué e Dodd mantiveram uma longa correspondência sobre os destinos da FAO e como combater a fome no mundo do pós-guerra, conforme relata Silva (1998).

9 An American rancher has replaced a Scottish farmer as Director-General of FAO. At the special session of the Conference held last week, Dr. Norris E. Dodd, under-secretary of agriculture for the US, and wheat and livestock farmer, was chosen as Sir John's successor. He will take office in a few weeks, and continue through the close of the 1950 session of the Conference. Outstanding for his support of the World Food Board proposals Dr. Dodd has been a close friend of FAO. He was head of the US delegation to the Copenhagen Conference, US delegate to the Preparatory Commission and the Geneva Conference and chief US representative at both sessions of the World Food Council.

Sob a direção de Dodd, a FAO tornou-se conhecida pelos seus conhecimentos técnicos e pela informação que divulgava através das suas publicações. Também organizou importantes projetos regionais, coordenou atividades com outras organizações internacionais e obteve verbas adicionais das Nações Unidas para os seus esforços de assistência técnica. Contudo,

os países não estavam dispostos a ceder qualquer controle à FAO ou a dar-lhe os recursos necessários para empreender projetos ambiciosos. A FAO tinha de confiar no consenso para atingir os seus objetivos, o que era escasso quando se tratava de agricultura na década de 1950. Como resultado, o objetivo da FAO de libertar o mundo da fome continua tão distante hoje como estava quando a organização foi fundada em 1943 (STAPLES, 2000).

No início do seu mandato, Dodd tentou aprovar uma adaptação de um dos aspectos mais controversos da então política do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos – a criação de *stocks* de reserva para estabilizar os preços agrícolas de alguns produtos básicos. Segundo relata Staples (2000), receando que os Estados Unidos e o Canadá reduzissem a produção agrícola enquanto grande parte do mundo ainda continuava a passar fome, o *staff* da FAO formulou um plano para criar uma Câmara Internacional de Compensação de Mercadorias (ICCH). De acordo com o plano, os países membros da FAO fariam contribuições proporcionais ao seu produto nacional bruto num total de 5 bilhões de dólares, fundo esse que seria utilizado para comprar excedentes alimentares na zona do dólar. Em seguida, venderiam esses excedentes ou trocariam por outras matérias-primas, numa espécie de câmara de compensação internacional para a redistribuição dos excedentes alimentares. Mas os países membros da FAO, liderados pelos Estados Unidos, Canadá,

Austrália, Nova Zelândia e França, rejeitaram também essa proposta, argumentando que se sobrepunham aos seus programas nacionais de ajuda alimentar já existentes. Na verdade, “temiam que criasse uma FAO forte, capaz de se sobrepor às políticas nacionais, para além de criar um sistema de dois níveis de preços dos alimentos e de os obrigar a competir com a FAO por matérias-primas estratégicas” (STAPLES, 2000).

Mas os países membros da FAO não ignoravam o perigo político potencial representado pela destruição sistemática dos excedentes acumulados do comércio agrícola num mundo onde a fome estava aumentando. Criou-se então um substituto menos ameaçador, o Comitê para os Problemas dos Produtos de Base (CCP), que reunia várias vezes por ano na sede da FAO os representantes dos principais países importadores e exportadores para “analisar os problemas das principais *commodities* agrícolas”. Lá, confrontavam as “declarações de necessidade” dos países com déficit alimentar com os excedentes conhecidos e recomendavam medidas específicas. Segundo Staples (2000),

Não é de surpreender que os países membros da FAO também se mostrassem relutantes em tomar a iniciativa de criar reservas alimentares para o alívio da fome ou para utilização como reservas de segurança. Quando, em 1953, um grupo de cinco peritos não governamentais sugeriu um sistema de reservas de segurança a nível nacional administrado pela FAO, que proporcionaria uma reserva de emergência em caso de fome, a Conferência da FAO de 1954 não tomou qualquer medida relativa a essas recomendações. Do mesmo modo, votou contra a aplicação de uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1954 que permitiria à FAO estabelecer princípios internacionais para orientar a detenção de

reservas agrícolas nacionais, optando, em vez disso, por reservas alimentares voluntárias [...] nos países desenvolvidos. [...] Mais uma vez, os países pertencentes à FAO depositaram a sua fé num sistema que, embora pouco fizesse para combater a fome, protegia as operações do livre mercado [...] e mantinha a capacidade (de algumas) das nações de utilizarem os alimentos como instrumento político.

JOSUÉ DE CASTRO NA FAO

Ainda no pós-guerra no Brasil, Josué de Castro foi nomeado diretor do recém-criado Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil em 1946. Foi com essa identidade e na qualidade de “membro associado” que ele integrou a delegação brasileira à Terceira Conferência da FAO, realizada em Genebra, em 1947. Na Quarta Conferência (Washington, 1948), Josué participou novamente, agora na condição de delegado e diretor do Instituto Nacional de Alimentação. Em Genebra, o chefe de delegação foi o cônsul-geral; em Washington foi um diplomata da embaixada, mas aparentemente já tínhamos um “representative on the FAO” (“on the FAO” pode ser literal, pois, pelo que sabemos, nessa época os representantes permanentes tinham escritórios dentro da sede da FAO mesmo). Nas Conferências da FAO de 1949 (a Quinta) e de 1950 (Extraordinária), não há registro da participação de Josué de Castro. Mas na Sexta Conferência, de 1951, a primeira em Roma, ele volta a surgir, agora como chefe de delegação brasileira e com um outro título: Chairman, National FAO Committee. Foi quando Josué de Castro foi eleito presidente do Conselho pela primeira vez.

Blümke (2017) explica que, no governo de Getúlio Vargas, foram criados os primeiros organismos na área da alimentação, como o Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS (Decreto-Lei

nº 2.478, de 5 de agosto de 1940) e da Comissão Nacional de Alimentação – CNA (Decreto-Lei nº 7.328, de 17 de fevereiro de 1945); da instituição da Campanha Nacional de Merenda Escolar (Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955), vinculado ao Ministério da Educação, embrião do atual Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outras intervenções estatais. O SAPS era coordenado por Josué de Castro e foi o primeiro organismo governamental de uma política de alimentação, e teve como responsabilidade a instalação de refeitórios nas empresas com mais de 500 empregados (Decreto-Lei nº 1.228, de 1939). Em 1951, a CNA transformou-se no Comitê Nacional da FAO e passou a ser responsável também pelos programas nacionais de ajuda alimentar da FAO, ONU e UNICEF destinados aos países pobres da América Latina como forma de escoar o excedente agrícola dos países desenvolvidos.

Josué de Castro foi diretor do Comitê Nacional da FAO de 1951 até o final de 1955, datas que se sobrepõem ao período dele como presidente do Conselho da FAO, quando também exercia a função de deputado federal por Pernambuco. Vale recordar que, embora chamado de presidente do Conselho da FAO, as funções executivas da organização eram (e ainda são) de responsabilidade exclusiva do seu diretor-geral, cabendo ao presidente apenas a gestão das reuniões do Conselho, o que em geral demandava a sua presença em Roma. Ou seja, essa “acumulação de funções” entre dois continentes distintos exercidas por Josué só era possível na época por suas atividades em Roma serem em tempo parcial, duas vezes por ano, normalmente num total de 20 a 30 dias, como ele mesmo relata num discurso na Câmara dos Deputados:

preciso ausentar-me do país dentro de poucos dias para cumprir com uma obrigação inadiável, obrigação que me é imposta por minha condição de presidente da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas

(FAO), cargo para o qual fui eleito em 1951 e, depois de dois anos de mandato, reeleito pela unanimidade de votos, por setenta países membros desta organização internacional.¹⁰

Josué descreve a sensação de sua eleição como:

a maior emoção da minha vida. Foi justamente naquela eleição para presidente do Conselho da FAO, quando venci Lord Bruce por 34 a 30 depois de um empate no primeiro escrutínio. Minha grande emoção foi sentar na cadeira da presidência, olhar um a um os representantes das grandes potencias e recordar os mocambos do Recife [...] onde viviam outros meninos de rua como eu tinha sido (CASTRO, 1964, apud MELO & NEVES, 2007, p. 47).

Anteriormente Josué havia dito na mesma entrevista que “Atribuo minha vitória a dois fatores: a) não acreditavam nela; b) quem ganhou foi a miséria” (CASTRO, 1964, apud MELO & NEVES, 2007, p. 46).

Como já dissemos, a transferência da FAO para Roma foi aprovada em outubro de 1950 e efetivada em 1951. O Presidente Independente do Conselho (ICC) era então o Visconde Bruce de Melbourne, da Austrália (que havia sido eleito em 1947 e reeleito em 1949), que concorria a um terceiro mandato. Josué de Castro foi eleito pela primeira vez em novembro de 1951, durante a Sexta Conferência da FAO. Portanto, ele não foi o primeiro ICC da FAO em Roma; mas foi o primeiro a ser eleito em Roma e o primeiro a iniciar seu mandato como ICC em Roma. E mais importante: foi o primeiro presidente do Conselho que não vinha de um país desenvolvido como tinham sido seus dois antecessores que eram da França e da Austrália.

10 Diário do Congresso Nacional, Seção I, n. 67, de 21 de maio de 1955, p. 2586, apud MELO & NEVES, 2007, p. 165.

No seu primeiro discurso como presidente do Conselho, Josué deixou claro que conhecia os limites das suas novas funções. Depois dos cumprimentos de praxe e de expressar a sua satisfação “com a competente direção da FAO nas mãos do Sr. Norris E. Dodd, em cuja liderança e excelência profissional todos temos a maior confiança; com o *staff* da FAO de experiência e competência técnica internacional; e com o Conselho composto por uma lista tão distinta de representantes que estão à altura de suas tarefas tão bem”, disse que por tudo isso entendia que “o trabalho do presidente fica muito simplificado”. E concluiu: “Procurarei servir como coordenador, equilibrando com justiça as opiniões e desejos individuais apresentados com vista apenas a promover os propósitos da nossa Organização”.

Mas as palavras que se seguiram não foram as de um simples coordenador, mas sim de um novo presidente, de um latino-americano preocupado com os rumos que estava tomando a FAO naquele momento tão importante do início de sua vida. Vale notar que sua crítica se estendeu até mesmo ao *staff*, sempre tão elogiado por sua capacidade técnica, quando Josué compara a urgência da fome com a degradação dos solos:

Senhores, o mundo vive atualmente um terrível processo de erosão. Muito mais grave do que a erosão das riquezas do solo, um processo que se desenrola em câmera lenta, é a violenta erosão das riquezas humanas, a deterioração do ser humano pela fome e pela subnutrição. Basta constatar que, em todo o Extremo Oriente, a lista dos subnutridos inclui mais de 90% da população; ou que, na América Latina, mais de dois terços das pessoas estão mal alojadas, mal vestidas e mal alimentadas. Ou que, no período anterior à guerra, tal como relatado pelo cientista Lord Boyd Orr, mais tarde diretor-geral da FAO, cerca de 50% da população sofria os efeitos da fome, 40% sofrendo

de inanição parcial, ou seja, de uma deficiência grave de todos os elementos nutritivos.

O objetivo da FAO é lutar contra a terrível erosão que a fome está a causar na raça humana e na sua civilização, uma erosão que ameaça apagar da terra toda a gigantesca obra do homem. Se a humanidade não tentar, urgentemente e à escala mundial, travar esta ação corrosiva, todas as criações do homem não tardarão a desmoronar-se e a ser enterradas na poeira do tempo; e isso acontecerá muito antes de o vento e a água terem consumido os incalculáveis recursos potenciais do solo. A mesma humanidade que hoje se assusta com o perigo remoto de um mundo tornado deserto pelo esgotamento dos seus recursos naturais assistirá à chegada paradoxal de um mundo despovoado, mas ainda grávido de fertilidade e de riqueza geográfica.

Não pretendo fazer uma profecia macabra do fim do mundo; pelo contrário, acredito no poder biológico e social da necessidade, que nos momentos mais críticos da história conduz sempre o homem à via da sobrevivência. A própria fome será a força orientadora, a mola mestra das mudanças sociais que podem gradualmente tirar o mundo do abismo que ameaça engolir a nossa civilização, muito mais avidamente do que os oceanos ameaçam engolir os nossos solos. Esta fé faz de mim um otimista, que interpreta as agitações e fricções sociais de hoje como sinais da nova era, na qual o primeiro requisito para a estabilidade social será cumprido – a derrota da fome.¹¹

11 Gentlemen, at the present moment the world is going through a terrible process of erosion. Much more serious than erosion of the soil's riches, a process taking place in slow motion, is the violent erosion of human wealth, the deterioration of human beings through hunger and malnutrition. It is enough to note that throughout the Far East the roll of the undernourish includes more than 90 percent of the population, or that in Latin America more than two-thirds of the people are ill-housed,

E Josué foi ainda mais longe, recordando a implicação dos compromissos que levaram a criação da FAO:

Em 1943, quando os delegados das Nações Unidas em Hot Spring assumiram a responsabilidade de elevar o nível de vida e de nutrição destes povos, talvez não estivessem plenamente conscientes da escala e da complexidade do que tinham empreendido. Foi preciso algum tempo para descobrirem como seria difícil estabelecer uma política realmente eficaz para a Organização para a Alimentação e a Agricultura, a agência que criaram para atacar o problema nos seus aspectos mundiais.

Em 1946, Lord Boyd Orr, então diretor-geral da FAO, apresentou aos governos das Nações Unidas uma proposta de criação de um Conselho Mundial da Alimentação (WFB) para prover os meios financeiros e outros meios técnicos necessários para converter as necessidades humanas em procura efectiva nos mercados mundiais. Caberia a esse órgão controlar a economia alimentar do mundo; promover a estabilização dos preços dos alimentos; comprar e

ill-clothed and ill-fed. Or that in prewar, as reported by the scientist Lord Boyd Orr, later Director General of FAO, about 50 percent of the population suffered the effects of hunger, 40 percent undergoing partial starvation, that is, serious deficiency of all the nutritional elements.

The purpose of the FAO is to fight against the terrible erosion that hunger is causing in the human race and its civilization, an erosion that threatens to blot from the earth all the gigantic work of man. If mankind does not try, urgently and on a world scale, to stop this corrosive action, all the creations of humanity will soon crumble and be buried in the dust of time, and that will happen long before the wind and water have consumed the incalculable potential resources of the soil. The very humanity that is frightened today by the remote danger of a world turned desert through the exhaustion of its natural resources will witness the paradoxical arrival of a world depopulated while still pregnant with fertility and geographic wealth.

I intend no gruesome prophecy of the end of the world; on the contrary, I believe in the biological and social power of necessity, which at the most critical moments in history always leads mankind to the way of survival. Hunger itself will be the guiding force, the mainspring of social changes that can gradually draw the world back from the abyss which threatens to swallow our civilization, much more greedily than the oceans threatens to swallow our soils. This faith makes me an optimist, interpreting the social agitations and frictions of today as signs of the new era, in which the first requisite for social stability will be fulfilled – the conquest of hunger.

vender nos mercados mundiais, constituindo reservas alimentares e distribuindo os excedentes de determinados produtos pelas zonas mais necessitadas.

Infelizmente, a proposta nunca foi aprovada, e a FAO, por falta de poderes específicos, viu-se limitada a uma espécie de função consultiva internacional, sendo, como disse Le Gros Clark, “um cérebro mundial em todos os assuntos relacionados com a produção, a distribuição e o consumo de alimentos e outros produtos do solo e dos mares”.

Este funcionamento limitado da FAO colocou dificuldades ao cumprimento da sua missão, pelo que foi necessário apresentar novas propostas para reforçar a sua atividade no domínio da política económica mundial. Esta é a grande tarefa da FAO.¹²

Para os acostumados aos tradicionais discursos de posse dos novos dirigentes das organizações internacionais, a fala de Josué foi um verdadeiro grito de guerra de alguém que havia lutado toda a vida para colocar o combate à fome como prioridade mundial e encontrava agora a organização que deveria fazê-lo tergiversando

12 In 1943, when the United Nations delegates at Hot Spring assumed responsibility for raising the living and nutritional standards of these peoples, they were perhaps not fully aware of the scale or the complexity of what they had undertaken. It took some time to find out how hard it was going to be to establish a really effective policy for the Food and Agriculture Organization, the agency that they set up to attack the problem in its world-wide aspects.

In 1946, Lord Boyd Orr, then Director General of the FAO, submitted to the United Nations governments a proposal to create a World Food Board “to provide financial and other technical arrangements necessary to convert human need into effective demand in the markets of the world”. It was to be the duty of this organ to control the nutritional economy of the world; to promote stabilization of food prices; to buy and sell in the world markets, setting up food reserves and apportioning the surplus of given products to the areas that needed them most.

Unfortunately, the proposal was never approved, and the FAO, for lack of specific powers, found itself limited to a kind of international consultative function, being, as Le Gros Clark put it, “a world brain on all matters concerned with the production, the distribution and the consumption of food and other products of soil, and the seas”.

This limited operation of the FAO has placed difficulties in the way of carrying out its mission, and new proposals have consequently to be brought forward in an effort to strengthen its activity in the field of world economic policy. This is the great task of FAO.

o problema. O melhor exemplo disso era a prioridade estabelecida de dar assistência técnica aos países membros para aumentarem a produção agrícola, como se o problema da fome mundial fosse decorrente da falta de alimentos. Mais que uma crítica, Josué reabria um debate que ocupou a FAO desde a sua origem, além de retomar uma proposta tida como “vencida” de criar um WFB. Qual seja, a de dotar a nova organização com poderes de intervenção efetivos e diretos aos subnutridos e não apenas com assistência técnica aos produtores, como também no abastecimento em escala mundial, redistribuindo os alimentos excedentes.

A imediata e dura reação do *Chairman* que presidia a reunião de posse de Josué como presidente do Conselho da FAO deixa muito claro que o seu discurso inaugural tinha ido além do esperado:

Tenho o prazer e o dever, em nome de toda a assembleia, de agradecer ao senhor de Castro pela sua intervenção. Não há nada de estranho no que se passou aqui esta tarde; é apenas o funcionamento fisiológico de um processo democrático. Neste sentido, os discursos proferidos devem ser esquecidos; a batalha que teve lugar aqui é apenas uma batalha pela segurança, continuidade e orgulho da Organização a que todos temos a honra de pertencer.

Asseguro ao presidente do Conselho, Sr. de Castro, em nome de todas as nações aqui representadas, que, sem fazer qualquer distinção como disseram os delegados dos Estados Unidos e da Índia [que haviam intervindo antes], consideraremos o seu trabalho como presidente como o de todo o do 74º Conselho. A votação demonstra a nossa aprovação deste trabalho. Esperamos que as suas

qualidades como presidente do Conselho da FAO ajudem a Organização a caminhar em direção ao seu ideal.¹³

JOSUÉ REELEITO PARA 1953-1955

No seu discurso de abertura da Conferência da FAO em 23 novembro de 1953, já dois anos como presidente do Conselho, Josué de Castro estava mais conciliador. Iniciou reconhecendo as dificuldades trazidas pela mudança da organização para Roma e principalmente pela insuficiência do seu orçamento para enfrentar as graves questões que lhe eram colocadas, “congratulando-se com a organização por ter atendido mais de 21%” – isso mesmo: cerca de um quinto apenas – das solicitações recebidas do programa de assistência técnica. E endossou o alerta do diretor-geral de que se não houvesse naquela Conferência pelo menos um reajuste do orçamento superior ao aumento dos custos, não se poderia nos dois anos seguintes repetir nem mesmo o resultado do programa de 1951-1953. E alfinetou mais uma vez:

Em última análise, os países economicamente mais afortunados podem melhorar sua renda nacional se aceitarem fazer os sacrifícios necessários e permitirem que nossa Organização desempenhe não apenas um papel técnico, mas também um papel que promova uma melhor distribuição das *commodities* agrícolas do mundo. Alguns

13 It is my pleasure and duty, on behalf of the whole meeting, to thank Mr. de Castro for his address. There is nothing strange about what happened this afternoon; it is merely the physiological working of a democratic process. In that sense the speeches made should be forgotten; the battle which took place is merely a battle for the security, continuity and pride of the Organization to which we all have the honor to belong.

I assure the Chairman of the Council, Mr. de Castro, on behalf of all the nations represented here, that, without making any distinctions, as the Delegates of the United States and India have said, we shall regard his work as Chairman as that of the entire 74th Council. The vote demonstrates our approval of this work. We hope that his qualities as Chairman of the Council of FAO will help the Organization on its road towards its ideal.

países já fizeram algo desse tipo dentro de suas próprias fronteiras, o que prova que o objetivo não é impossível de se atingir.

Mas Josué não parou por aí se lastimando pela falta de recursos da organização. Lembrou novamente aos Estados membros a Resolução nº 16 da última Sessão da 74ª Conferência, solicitando que fossem estudadas “as formas e meios adequados para estabelecer uma reserva alimentar de emergência”. E depois de elogiar o espírito internacional de solidariedade que evitou a decretação de *famine* na Iugoslávia como consequência de uma forte seca meses antes em função da ajuda alimentar que fora prestada por dez países-membros da FAO, ele se perguntou:

Não é melhor planejar com antecedência as medidas de emergência das quais dependem a vida e a saúde das pessoas? Não é necessário, em suma, estabelecer esta reserva alimentar de emergência de que tanto se fala? Seu Conselho estudou o assunto como vocês solicitaram e apresentou quatro soluções possíveis. Cabe agora à Conferência fazer a sua escolha e depois decidir sobre a política geral. Estou certo de que o fará com plena consciência de sua responsabilidade internacional e com o desejo de fortalecer aquele sentimento de solidariedade entre as nações a que já me referi. Não se pode deixar de constatar que os riscos inerentes à criação de uma pequena reserva alimentar internacional são verdadeiramente insignificantes face ao significado moral da decisão a ser tomada.¹⁴

14 Is it not better to plan ahead the emergency measures on which the life and health of the people depend? Is it not, in short, necessary to establish this emergency food reserve that you will be discussing? Your Council has studied the subject as you requested and presents four possible solutions. It is now for the Conference to make its choice and then decide on general policy. I am sure it will do so with a full awareness of its international responsibility and a desire to strengthen that feeling of solidarity among the nations of which I have spoken. It cannot but note that the risks

E alertava os membros que:

mais cedo ou mais tarde, devemos ir além disso. Em conexão com a situação alimentar que o diretor-geral [Dodd] nos diz ser crítica em algumas partes do mundo, já vemos reaparecer excedentes de *commodities* em vários países exportadores com os quais as pessoas não sabem o que fazer. Em outras palavras, voltamos à situação econômica de antes da guerra, abundância em meio à pobreza. O malthusianismo volta a erguer a cabeça e fala-se em medidas artificiais para reduzir a oferta de alimentos. O nível mínimo de subsistência das classes rurais, cujo único erro foi cumprir conscienciosamente sua função de produtores, já está ameaçado. Devemos esquecer que a demanda existe, pelo menos potencialmente, e que é mais do que suficiente para absorver todos os excedentes?¹⁵

E terminou seu discurso como presidente reeleito do Conselho ressaltando a responsabilidade da FAO naquele momento e voltando a insistir na criação de um WFB:

Apelo solenemente à Conferência para que não perca esta oportunidade de recomendar o estabelecimento de um estoque internacional de alimentos; e também que considere encorajar ações específicas em favor das

inherent in the creation of a small international food reserve are truly negligible compared with the moral significance of the decision to be taken.

- 15 [...] sooner or later we must go further than that. In connection with the food situation which the Director General tells us is critical in some parts of the world, we already see reappearing those commodity surpluses in various exporting countries that people do not know what to do with; in other words, we have returned to the prewar economic situation abundance in the midst of poverty. Malthusianism is again rearing its head and people are speaking of artificial measures for reducing the supply of foodstuffs. The minimum subsistence level of the rural classes whose only mistake has been to conscientiously fulfil their function as producers is already threatened. Are we to forget that the demand exists, at least potentially, and that it is more than sufficient to absorb all the surpluses?

crianças em países onde os suprimentos de alimentos são inadequados. Repito que, tanto a curto como a longo prazo, uma ação deste tipo, desde que suficientemente ampla, favorecerá também os interesses econômicos das nações mais afortunadas e, em particular, das superavitárias. Em última análise, ajudará também a estabelecer aquele equilíbrio econômico e social de que o mundo necessita urgentemente, para garantir o bem-estar social e a paz entre os homens.¹⁶

Um final que lembra muito as palavras do diretor-geral Boyd Orr na primeira Conferência da FAO, como se percebesse que se esgotavam seus argumentos “racionais” em defesa da sua proposta de criar o WFB: “A tomada desta decisão por si só elevará os governos a um nível espiritual mais elevado”, facilitando assim a manutenção da paz duradoura que quase todos os países queriam ou, pelo menos, diziam que queriam...

Um aspecto interessante a ressaltar nos discursos de Josué como presidente do Conselho da FAO é o uso constante das estatísticas disponibilizadas tanto pelas Nações Unidas, como pela própria organização, como também fazia o diretor-geral Orr. No discurso de 1953, por exemplo, ele relembrou os dados do segundo *World Food Survey* de junho de 1953 elaborado pela FAO, que mostrou

todo o sofrimento e desespero implícitos no fato de que cerca de 60% da população mundial não consegue saciar sua fome. Os povos suficientemente afortunados para serem bem alimentados devem perceber que é

16 In closing, therefore, I solemnly appeal to the Conference not to miss this opportunity of recommending the establishment of an international food stockpile, and also to consider encouraging specific action on behalf of the children in countries where food supplies are inadequate. I repeat that, both in the short and the long run, action of this sort, provided it is broad enough, will promote the economic interests of the more fortunate nations, and particularly those with surpluses. In the final analysis, it will also help to establish that economic and social balance of which the world stands in urgent need, to ensure social well-being and peace among men.

de seu interesse fazer os sacrifícios necessários para atenuar, se não para eliminar, esse estado de coisas. É do conhecimento comum que a carência crônica, assim como a ameaça de fome, é uma fonte de insegurança social. Mas talvez não tenhamos dado importância suficiente às suas consequências econômicas. Devemos perceber que não pode haver prosperidade real para o mundo como um todo enquanto as condições de vida de 60% da humanidade continuarem tão precárias.¹⁷

E no final do discurso, mais uma vez, lembrou que:

O desenvolvimento das áreas subdesenvolvidas só é concebível se o potencial de saúde de seus habitantes for primeiro construído. Portanto, é essencial promover a saúde humana nessas regiões por meio de uma dieta saudável. Essa é obviamente uma tarefa árdua, mas é, no entanto, essencial para alimentar adequadamente, pelo menos, as novas gerações que mais tarde formarão a espinha dorsal desses países. A reabilitação dessas gerações por meio de uma alimentação balanceada pode ser o elemento essencial para o aumento da produtividade e, conseqüentemente, para o verdadeiro desenvolvimento social dessas regiões. Caso contrário, não adiantará trazer as últimas melhorias econômicas e técnicas para essas

17 [...] all the suffering and despair implicit in the fact that nearly 60% of the world's population is unable to satisfy its hunger. The peoples fortunate enough to be well fed must realize that it is in their interest to make such sacrifices as are necessary to attenuate, if not to do away with, this state of affairs. It is common knowledge that chronic want, like the threat of famine, is a source of social insecurity. But perhaps we here have not attached sufficient importance to its economic consequence. We must realize that there can be no real prosperity for the world as a whole so long as the living conditions of 60% of mankind continue to be so precarious.

regiões, pois o verdadeiro progresso social nunca será alcançado.¹⁸

Vale a pena reproduzir aqui também um trecho de um dos mais importantes discursos pronunciados por Josué de Castro, em 1954, no Conselho Mundial da Paz, em Estocolmo:

É hoje noção universalmente aceita de que dois terços da humanidade continuam morrendo de fome. Esses dois terços de subnutridos e famintos se concentram exatamente nas regiões chamadas subdesenvolvidas do mundo. [...] Os inquéritos levados a efeito pela FAO revelam o fato animador de que, nos últimos quatro anos, [...] o aumento da produção de alimentos corresponde ao dobro do crescimento da população. [...] O mundo dispõe de recursos suficientes para nutrir uma população muito mais densa do que a população atual. [...] Mas se os dados recolhidos pela FAO dão uma impressão de melhoria do retrato alimentar do mundo, na realidade é apenas aparência, porque este aumento da produção alimentar se processou quase exclusivamente nos países bem desenvolvidos. Nos países famintos, nos países subdesenvolvidos, a produção continua a ser insuficiente, e seu crescimento não corresponde ao crescimento de suas populações. Na nossa economia do lucro, não basta produzir, desde que os grupos subdesenvolvidos não dispõem de um poder aquisitivo suficiente para absorver

18 Development of the underdeveloped areas is only conceivable if the health potential of their inhabitants is first built up. It is thus essential to promote human health in these regions by a sound diet. This is obviously an onerous task, it is, nonetheless, essential to feed adequately at least the new generations that will later form the backbone of these countries. The rehabilitation of such generations through a balanced diet may be the essential element for an increase in productivity, and consequently for the true social development of those regions. Otherwise, there will be no point in bringing the latest economic and technical improvements to these regions, for real social progress will never be achieved.

a produção. Daí reaparecer na economia do mundo o problema da superprodução, o grave problema dos excedentes de alimentos que são acumulados sem que se saiba como utilizá-los, desde que os países pobres não dispõem de divisas para importá-los. Chegamos à mesma situação crítica de antes da última grande guerra, quando, em 1930, os economistas reunidos numa conferência mundial em Genebra chegaram à triste conclusão de que vivíamos num mundo de abundância no meio da miséria e que só havia uma maneira de salvar o mundo: era controlar e restringir a produção, embora a maioria estivesse morrendo de fome (CASTRO, 1954, apud MELO & NEVES, 2007, p. 225).

Muito importante destacar a clareza de Josué em dois pontos fundamentais à época e ainda muito atuais no atual debate sobre o crescimento da fome no mundo pós-2015: primeiro de que havia alimentos suficientes para todos, o problema era a sua distribuição entre os países e dentro dos países... Segundo, não era uma questão de oferta insuficiente que se resolveria com o aumento da produção, até porque já havia muitos estoques acumulados menos de uma década após o término da guerra. O problema estava no lado da demanda insuficiente de alimentos nos países subdesenvolvidos decorrente do baixo poder aquisitivo dos famintos. Se não fosse o subdesenvolvimento – ou, dito de outro modo, se os que passam fome não fossem pobres...

A última sessão do Conselho da FAO que Josué presidiu foi em 6 junho de 1955, em preparação para a Conferência de novembro do mesmo ano. Na oportunidade, ele se despediu dos membros do Conselho, justificando:

A sessão que se abre hoje é, a meu ver, de importância muito especial (para mim) [...] porque é a última grande

sessão que tenho a honra de presidir. Fui eleito para o cargo que ocupo por ocasião da Conferência de 1951 e reeleito por unanimidade em 1953. Assim, fará quatro anos, em novembro próximo, que tenho a honra de ser seu presidente. E tenho muito respeito por certos princípios democráticos para solicitar o voto da Conferência mais uma vez. Um desses princípios é o do rodízio necessário para cargos como o que ocupo. Na minha opinião, tenho a obrigação moral de ceder essa responsabilidade a outra pessoa.¹⁹

Ou seja, Josué não quis apresentar-se para um terceiro mandato como presidente do Conselho, alegando uma questão moral; como veremos à frente, não era apenas isso...

Mas mesmo tratando-se de uma “despedida”, não perdeu a chance de reafirmar suas opiniões dissidentes:

Fico feliz em ver que o diretor-geral [Dodd] se propõe a realizar um levantamento de longo prazo sobre os recursos do mundo para uma alimentação melhor e uma vida melhor. Este levantamento é o complemento necessário dos estudos que têm sido feitos sobre os problemas populacionais. Será a contribuição que a FAO dará para a solução do dilema malthusiano.

[...]

Diante da imensidão da tarefa técnica e social a ser realizada, infelizmente os recursos de nossa Organização são insuficientes. Gostaria que a próxima Conferência

19 Mendonça (2021) relata que um de seus assessores no organismo o aconselhou a não se recandidatar ao posto em 1955: “Existe uma forte oposição, dentro da FAO, ao seu nome pela sua atuação (incômoda...) de suscitar problemas insolúveis e que, por isso, já deviam estar mortos [...]. Essa posição seria capitaneada pelos ingleses da administração; [...] O Prêmio da Paz e sua viagem a Helsínki não o tornaram, obviamente, pessoa particularmente grata aos EUA, que puderam até fechar questão contra a sua reeleição [...]”.

fosse animada, como nós, pelo desejo de criar meios de ação mais amplos, mais lógicos e mais flexíveis.

O ano de 1955 é, aliás, particularmente propício para resoluções ousadas. [...] No próximo mês de novembro comemoraremos o décimo aniversário da FAO. Não se pode negar que desde o início do século todos os povos tomaram consciência da sua profunda comunhão de interesses e que já não aceitam com a mesma fatalidade as condições em que vivem alguns deles. O trabalho de cooperação internacional avançou muito, mas ainda está muito aquém do que deveria ser feito. Cabe a nós realizar nossas responsabilidades o máximo possível.²⁰

Infelizmente não conseguimos encontrar nenhum registro na FAO de qualquer discurso de Josué de Castro na Conferência de novembro de 1955, nem na Conferência especial que se realizou em 1956. Mendonça (2021) relata que Josué:

20 The session that opens today is, to my mind, of very special importance. First because it is the last large Session over which I have the honour to preside. I was elected to the post I occupy at the time of the 1951 Conference and was re-elected unanimously in 1953. Hence it will four years next November that I have the honour to be your Chairman. And I have too great respect for certain democratic principles to request the vote of the Conference once more. One of these principles is that of the rotation necessary for positions of the kind I hold. In my opinion I have the moral obligation to cede this responsibility to someone else.

[...] I am happy to see that the Director General proposes to undertake a long-term survey on the resources in the world for better food and better living. This survey is the necessary complement of the studies that have been made on population problems. It will be the contribution that FAO will make towards solving the Malthusian dilemma.

[...]

Before the immensity of the technical and social task that remains to be done, the resources of our Organization are unfortunately far too inadequate. I would like the next Conference to be animated, like ourselves, by the desire to create more ample, more logical and more flexible means of action.

The year 1955 is, moreover, particularly propitious for bold resolutions. [...] In November next we shall commemorate the tenth anniversary of the FAO. It cannot be denied that since the beginning of the century, all peoples have become aware of their profound community of interests and that they no longer accept with the same fatality the conditions under which some of them live. The work of international co-operation has made great headway, but it still falls far short of what should be done. It is up to us to realize our responsibilities to the fullest possible extent.

no que diz respeito à sua trajetória internacional, embora permanecesse em ascensão, ainda em 1955 deixou a presidência da FAO, não se candidatou a um terceiro mandato. Na verdade, sua luta contra a fome, principalmente nos países subdesenvolvidos, assim como o combate ao latifúndio e a defesa da reforma agrária, o tornariam figura incômoda, não apenas para os setores ligados à agroexportação no Brasil, mas, também, para as grandes potências, que controlavam a ONU e suas agências.

Importante notar que, na segunda metade dos anos 1950, já estava claro que os principais países industrializados não estavam interessados na criação de uma forma de segurança alimentar mundial sob o controle multilateral de um organismo das Nações Unidas. Mas o secretariado da FAO manteve vivo o objetivo da segurança alimentar mundial através de uma série de estudos pioneiros, relatórios e propostas ao longo da década de 1950, segundo Shaw (2007), ele mesmo um *staff* da FAO por décadas. Uma abordagem diferente só seria adotada a partir de 1957, com a eleição de B. R. Sen, da Índia, primeiro diretor-geral da FAO proveniente de um país em desenvolvimento²¹.

21 Shaw (2007) esclarece que o diretor-geral Sen não estava menos empenhado em fazer da eliminação da fome o objetivo central do trabalho da organização. Mas, dada a contínua oposição dos principais países industrializados a qualquer acordo multilateral sobre segurança alimentar, percebeu de que era necessária uma nova abordagem. E lançou uma campanha mundial pela “freedom from want” para consciencializar e pressionar os governos para que tomassem medidas concretas em seus países. O resultado foi que a ajuda alimentar passou a ser considerada, a partir de então, como um recurso não só para fazer face às emergências alimentares causadas por catástrofes naturais e às provocadas pelo homem (como as guerras), mas também atividades destinadas a promover o desenvolvimento econômico e social dos países em desenvolvimento. Isso levou à criação, no início dos anos 1960, do Programa Alimentar Mundial, o braço de ajuda alimentar do sistema das Nações Unidas a partir do desmembramento de uma diretoria de emergências existente na própria FAO.

JOSUÉ DEPOIS DO CONSELHO DA FAO

Após deixar a presidência do Conselho da FAO em novembro de 1955, Josué de Castro retomou suas atividades políticas no Brasil, sem perder, entretanto, sua inserção internacional, nem as relações com a FAO. Voltou a dar mais atenção ao seu lado médico da nutrição e, já em 1957, foi eleito presidente do Congresso Mundial sobre Saúde e Condições de Vida (AMIEV), cargo no qual permaneceu até a morte. Essa estreita ligação entre saúde e alimentação é outra das marcas dos seus trabalhos, assim como os de Boyd Orr. Como bem mostrou Lira (2018), esse “casamento da agricultura com saúde” foi fundamental para que a proposta de “uma alimentação para todos” pudesse se contrapor à ideia do livre comércio nos debates iniciais nos Estados Unidos que antecederam a criação da própria FAO em 1943.

Ainda em 1957, Josué publicou *Geopolítica da fome*, obra na qual mostra um retrato desse problema no mundo com base nos relatórios da FAO e das Nações Unidas; e criticava fortemente a falta de interesse das nações mais poderosas em resolver a questão nos países mais pobres. E, em 1960, publicou *O livro negro da fome*, que, como já mencionamos, serviu de base ao manifesto de criação da ASCOFAM. Nesse livro, Josué relata sua decepção com a FAO, que, na sua opinião, vinha se afastando cada vez mais dos objetivos de sua carta de criação. “A recém-criada FAO sofreu o seu primeiro colapso”: a rejeição da proposta do seu primeiro diretor-geral, Lord Boyd Orr, de criar um WFB, escreveu ele (CASTRO, 1960, p. 68).

Isso não quer dizer que essa organização não venha realizando uma obra meritória; ela é, todavia, insuficiente para dar solução ao problema [...].

Durante 4 anos estivemos na presidência do Conselho Executivo da FAO e lutamos para fazer implantar nesse organismo alguns princípios de ação que nos

pareciam essenciais para que ele viesse a desempenhar integralmente os seus objetivos. E durante esses quatro anos pudemos comprovar como era difícil vencer as resistências impostas pelos interesses particularistas dos países e grupos econômicos. Problemas como o da reforma agrária e da criação de uma reserva alimentar de emergência, que exigem modificações das estruturas vigentes, não conseguiam transpor a barreira dos preconceitos e dos medos acumulados. O caso da criação da Reserva Internacional Contra a Fome, que consiste, em última análise, numa atualização em bases técnicas e científicas do antigo projeto bíblico para combater a fome no Egito no tempo dos faraós, constitui um exemplo típico da ação tímida e vacilante da FAO. Há cerca de seis anos que se discute esse projeto, esmiuçado em todos os seus detalhes, em sucessivas reuniões da FAO. [...] Mas, apesar da evidência de que seria necessário criar uma reserva alimentar de crise num mundo em que coexistem, lado a lado, a fome e os excedentes alimentares, o projeto não recebeu até hoje o apoio suficiente das grandes potências para ser transformado em realidade. Aí está uma prova da falta de ação em profundidade das organizações que se ocuparam até o momento do problema mundial. E sem esta ação em profundidade fica limitada a contribuição da FAO, apesar do esforço heroico de seus técnicos e dirigentes.

Foi diante desta constatação que, ao deixarmos a presidência do Conselho da FAO, em 1955, pronunciamos um discurso do qual desejo inserir, neste livro, o seguinte trecho: “Longe de mim menosprezar a obra realizada pela FAO, mas desejo dizer, com toda a sinceridade — e peço que me perdoem por falar com uma sinceridade

um tanto brutal — que me sinto decepcionado diante da obra que realizamos. Decepcionado pelo que fizemos porque, a meu ver, não elaboramos até hoje uma política de alimentação realista que ponha em linha de conta, ao mesmo tempo, as desesperadas necessidades do mundo e nossos objetivos. Não fomos suficientemente ousados, não tivemos a coragem suficiente para encarar, de frente, o problema e buscar as suas soluções. Apenas afloramos a sua superfície, sem penetrar em sua essência, sem querer, de verdade, resolvê-lo, por falta de coragem de desagradar a alguns”. Precisamos, a meu ver, ter a coragem de discordar de certas opiniões para aceitarmos a imposição das circunstâncias, resolvendo o problema no interesse da humanidade. Para servi-la em conjunto, é que foi criada, sob a inspiração do grande presidente Roosevelt, a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas.

[...]

Isto explica o fato de que, depois de 15 anos de um intenso trabalho da FAO e de outros organismos internacionais, continue a fome a grassar no mundo em proporções mais ou menos idênticas ao período de antes da Segunda Guerra Mundial, quando praticamente não havia qualquer política de cooperação internacional neste campo social. É verdade que, como já acentuamos, a produção mundial de alimentos aumentou bastante, mas infelizmente este aumento se processou nas zonas bem desenvolvidas e não nas zonas de subdesenvolvimento. [...] Desta forma, em lugar de estreitar-se o fosso que separa os países da fome e os países da abundância, mais ele se alargou nos últimos anos [...] (CASTRO, 1960, p. 69-70).

No início de 1960, já de volta ao Brasil, Josué foi nomeado presidente do Comitê Governamental da Campanha de Luta contra a Fome, uma iniciativa da FAO sob a nova direção do diretor-geral Sen²². Melo e Neves registram a opinião de Josué a respeito, num discurso feito na Câmara dos Deputados:

Sobre os planos da Campanha Mundial contra a fome, criada há dois anos pela X Conferência da FAO e cujo primeiro comitê intergovernamental, reunido em maio de 1960, tive a honra de presidir, a delegação brasileira [...] expressou o seu ponto de vista de que a luta contra a fome não se deve limitar à simples denúncia do problema, nem a uma simples batalha pela produção agrícola mundial.²³

Novamente uma crítica polida, própria de um diplomata, mas contundente: o problema da fome no mundo não se resolve com o aumento da produção agrícola e muito menos apenas com palavras!

Em 1961, Josué de Castro foi indicado presidente da delegação brasileira para a 11ª Conferência Geral da FAO, que se realizaria em Roma, em novembro desse mesmo ano. No seu discurso ao regressar ao Brasil, ele destacou que:

[...] esta Conferência se caracterizou por uma mudança no comportamento político da instituição [FAO], que passou a ser, praticamente, governada e orientada pelas nações subdesenvolvidas e não pelas grandes potências, que, até então, manipulavam inteiramente as Nações Unidas, e especificamente as suas agências especializadas. O fato de terem entrado para a FAO, nessa Conferência, 18 países novos do continente negro, países africanos recentemente

22 Ver nota número 20.

23 Diário do Congresso Nacional, Seção I, n. 223, de 13 de dezembro de 1961, p. 10685, apud MELO & NEVES, 2007, p. 223.

emancipados do colonialismo político e possuídos de um grande desejo de participar dos destinos do mundo, deu à Conferência da FAO novo sentido, nova orientação, novo comportamento, nova filosofia de ação, passando do debate estéril e lírico que tamponava os problemas mas não os resolvia às soluções imediatas, diretas e práticas, no sentido de ajudar os países a emancipar-se da fome, em vez de engodá-los com panfletos que, na verdade, nem matam a fome nem concorrem, verdadeiramente, para resolver o problema.²⁴

De acordo com Josué, a 11^a Conferência da FAO poderia ser

chamada de conferência dos países subdesenvolvidos. Seu orçamento de 64 milhões de dólares foi aprovado integralmente, sem nenhum corte, porque o grupo maciço das nações subdesenvolvidas, constituído de 72 nações, num total de 100 membros, chamado Bloco Latino-Americano-Afroasiático – que tenho a honra de presidir desde que o Brasil foi homenageado com essa distinção – aprovou esse orçamento, com a condição de que ele fosse, realmente, aplicado no sentido de emancipar as nações famintas e subdesenvolvidas desse terrível flagelo que é a fome.²⁵

Passa, a seguir, a relatar o trabalho da Conferência:

Os assuntos fundamentais do Congresso foram três: 1) análise da situação alimentar do mundo atual; 2) estudo do grave problema dos excedentes alimentares e de como utilizá-los, racionalmente, no interesse das populações

24 Diário do Congresso Nacional, Seção I, n. 223, de 13 de dezembro de 1961, p. 10684, apud MELO & NEVES, 2007, p. 222.

25 Idem.

subnutridas; e 3) como dar à campanha mundial contra a fome a eficácia necessária para que ela não seja apenas um *slogan*, mas uma realidade que se imponha à confiança dos povos que, tendo fome, se impacientam de sair desse estado.²⁶

E concluiu: “Há anos temos lutado no sentido de que os excedentes alimentares sejam aproveitados, não como arma de submissão política e de exploração, mas como fator de propulsão do desenvolvimento econômico das regiões mais pobres do mundo”²⁷, numa velada crítica ao Programa Alimentos para a Paz implementado pelos EUA inclusive no Nordeste do Brasil.

De fato, entre 1954 e 1965, a resposta norte-americana ao “dilema de alimentar o mundo” foi o Agricultural Trade Development and Assistance Act de 1954, mais conhecido como PL-480. Segundo Abbott (2021), este programa fundamentalmente abria caminho para eliminar os excedentes das colheitas americanas sem sobrecarregar ainda mais o mercado mundial deprimido pela pobreza generalizada dos países no imediato pós-guerra; e ainda proporcionava a oportunidade de os EUA prestarem diretamente ajuda humanitária a países escolhidos a dedo, entre os quais o Brasil. Mas os EUA não escondiam o fato de estarem utilizando essa ajuda alimentar estrategicamente para manter os países na sua esfera de influência política, no contexto da Guerra Fria que já havia começado. Abbott (2021) alerta também que:

longe de resolver a insegurança alimentar mundial, a ajuda alimentar por vezes agravava o problema. Muitas vezes, os excedentes das colheitas americanas deprimiam os preços dos alimentos de forma tão significativa nos países

26 Diário do Congresso Nacional, Seção I, n. 223, de 13 de dezembro de 1961, p. 10684, apud MELO & NEVES, 2007, p. 223.

27 Idem.

beneficiários que os agricultores locais não conseguiam competir. Os governos que recebiam ajuda alimentar abaixo do custo de mercado não tinham qualquer incentivo para melhorar a agricultura nos seus próprios países. Além disso, as culturas de produtos de base que eram excedentárias nos Estados Unidos não eram necessariamente as que as pessoas estavam habituadas a consumir nas suas dietas tradicionais, como quando o trigo era enviado para um país que tradicionalmente comia arroz. Em alguns casos, as pessoas preferiam os cereais americanos às suas culturas nativas e tornavam-se dependentes de alimentos que não podiam produzir.

Como se pode ver, os tempos eram outros e as propostas para resolver o problema da fome também. Josué de Castro foi um crítico contundente desse programa de ajuda alimentar americano para o Nordeste brasileiro, gerando uma grande discussão política em torno do tema em 1961, como se pode ler no discurso registrado no Diário do Congresso Nacional de 3 de março de 1961:

[...] esperávamos que, chegando ao poder, o Sr. Kennedy enviasse uma missão à América Latina [...] que trouxesse alguma coisa de objetivo e concreto dentro das linhas de ajuda de uma autêntica cooperação para o desenvolvimento econômico [...]. Ora, o que veio, o que está vindo, [...] é essa missão chamada de “Alimentos para a Paz”, missão que traz em seu título algo de sedutor. Fornecer alimentos [...] em nome da paz [...] é alguma coisa que acende as mais calorosas esperanças. Infelizmente, o que se chama a missão “Aliança para a Paz” está bem longe de justificar essas esperanças e de acender o entusiasmo daqueles que ainda acreditam que o imperialismo tem coração, tem humanidade e sentimento

de ajuda aos que são, no mundo, seus concorrentes no grande quadro da competição internacional.²⁸

Por falta de espaço não podemos nos alongar aqui no debate que se seguiu às declarações de Josué naquele momento tão conturbado da política brasileira. Mas certamente não foi uma contribuição para acalmar os ânimos já exaltados da época...

O fato é que, em 1962, Josué de Castro foi nomeado pelo presidente João Goulart para o posto de embaixador-chefe da delegação do Brasil perante a ONU, em Genebra, motivo pelo qual teve que renunciar a seu mandato de deputado federal (MENDONÇA, 2021). E, em 1963, foi designado representante do Brasil no Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Quase nada se sabe sobre esse período, que está por merecer uma pesquisa sistemática a respeito.

Em 1964, quando o Brasil sofreu um golpe militar, Josué de Castro era nosso representante junto à Organização das Nações Unidas, em Genebra. Foi um dos primeiros a serem cassados – o décimo nome da primeira lista – pela ditadura militar que se implantou e proibido de voltar ao território nacional, por ser considerado um “agitador comunista” e difamar o país no exterior. Em 1965, no exílio, Josué publicou *Sete palmos de terra e um caixão*, com a colaboração de outro grande geógrafo brasileiro, Alberto Passos Guimarães, onde se definia como um “agitador autodidata”; mas não admitia que o considerassem comunista, porque não aceitava “nenhum tipo de ditadura, nem a do proletariado”.

Em 1973, com apenas 65 anos, deprimido por não poder voltar ao Brasil, segundo relato dos seus interlocutores mais próximos, morreu exilado em Paris, dias após a morte de outros dois amigos chilenos: o também médico Salvador Allende, que havia sido eleito democraticamente presidente do Chile e assassinado no bojo de

28 Diário do Congresso Nacional, Seção I, n. 28, de 3 de março de 1961, p. 1093.

mais um golpe militar na América Latina; e o poeta Pablo Neruda, inimigo declarado da ditadura de Pinochet, encontrado morto em condições até hoje consideradas suspeitas.

UM FINAL INCONCLUSO

Quando Josué de Castro deixou a presidência do Conselho da FAO no final de 1955, as condições políticas a nível mundial já eram muito diferentes daquelas que vigoravam quando da fundação da FAO em 1943, ao final da Segunda Guerra. A Guerra Fria já dividia os principais países do mundo e a paz voltava a ser ameaçada pelo acúmulo de armamentos nos países desenvolvidos, bem como pela fome e a miséria crescentes no lado dos subdesenvolvidos.

Vale a pena registrar que Josué de Castro sempre manteve uma atividade parlamentar muito ativa no Brasil, mesmo quando era presidente do Conselho da FAO, retomando o tema da alimentação e da fome em varias oportunidades em discursos na Câmara dos Deputados. Num discurso registrado no Diário do Congresso Nacional, por exemplo, Josué dizia que:

Eu defendo a necessidade de darmos o mínimo a cada um, de acordo com o direito que têm todos os brasileiros de ter um mínimo necessário para sua subsistência. [...] E por que a alimentação? Porque a carestia pesa mais intensamente sobre as classes mais desfavorecidas e, quanto mais desfavorecidas as classes, quanto menor a renda familiar, maior a despesa com a parcela de alimentação. O gasto médio de uma família brasileira em alimentação é de 50%. Mas os que vivem com o salário mínimo despendem 70% para tal fim, como verifiquei num inquérito por mim realizado na cidade do Recife. Assim, os desprovidos da sorte sofrem mais intensamente a carestia de vida, através da alimentação. Numa paradoxal

e dolorosa coincidência, é exatamente no campo dos gêneros alimentícios que mais tem incidido a inflação, visto que as maiores subidas de preços registradas no Brasil são nos produtos de alimentação, produtos de base, essenciais, de vital importância para a boa nutrição das populações brasileiras. [...]

É indispensável reajustar os salários – uma necessidade imperiosa. A nossa consciência deve também salientar que não adianta só reajustar esse salário mínimo; é necessário consolidar o valor desse salário através da valorização do salário real, o que só pode ser feito por uma política paralela contra a carestia.²⁹

Em outro discurso, ainda em 1956, abordou a relação entre a estrutura agrária, seca e fome:

[...] vive o Nordeste brasileiro, na hora presente, um dos seus trágicos dramas de época de calamidades: o trágico drama da fome, da miséria, que assola as populações sertanejas. [...]

[...] não nego a existência da seca. Nego que seja ela a causa do fenômeno, porque a seca é causa secundária, subsidiária, que veio agravar o estado de coisas provocado, determinado por outras causas que não a seca em si [...] como nordestino, como homem da região das secas, como filho de homem do sertão e neto de retirante da seca de 1877, não nego a existência do fenômeno. É mister, também, que não se explore a questão, dizendo que a culpada de tudo é a seca, quando há outros culpados e mais do que ela. [...]

A meu ver, a fome que o Nordeste está atravessando, a miséria aguda que se exterioriza mais gritante, mais

29 Diário do Congresso Nacional, Seção I, n. 49 de 24 de março de 1956, p. 1800-1801, apud MELO & NEVES, 2007, p. 114-115.

negra e mais trágica nesta época de calamidade, é mais um fenômeno de ordem social do que natural. Mais do que a seca, o que acarreta esse estado de coisas é o pauperismo generalizado, a proletarização progressiva do sertanejo, sua produtividade mínima, insuficiente, que não lhe permite possuir nenhuma reserva para enfrentar as épocas difíceis, as épocas das vacas magras, porque já não há lá nunca épocas de vacas gordas. Mesmo quando chove, sua produtividade é miserável, sua renda é mínima, de maneira que ele está sujeito a viver na miséria relativa ou na miséria absoluta, segundo haja ou não inverno na região do sertão.

E que causas determinam esse estado social, esse estado de estagnação econômica e de proletarização progressiva no sertão? A meu ver, a causa essencial, central, contra a qual temos que lutar todos é o regime inadequado da estrutura agrária da região, é o regime impróprio com grandes latifúndios, ao lado do minifundiarismo reinante no Nordeste do Brasil.³⁰

E terminou:

[...] direi que o que se vê é a seca como a nota dominante desse drama, quando não é mais do que uma melodia a ressoar de tempos em tempos, sob a nota predominante, persistente e contínua do pauperismo, da miséria, da exploração do homem, da escravização do homem à terra. Precisamos libertar o homem da escravidão da terra. Acabamos no Brasil a escravidão do homem pelo homem, mas deixamo-lo, em regiões como o Nordeste, inteiramente escravizado ao regime da terra. Não nos

30 Diário do Congresso Nacional, Seção I, n. 116 de 12 de julho de 1956, p. 5426, apud MELO & NEVES, p. 149-150.

deixemos iludir pela impressão coletiva de que a seca é tudo. [...]

Ora, Srs. Deputados, pode chover em abundância no Nordeste, mas a chuva apenas não resolverá o drama da miséria daquela região.³¹

Josué de Castro propôs então criar a Comissão Permanente de Reserva Alimentar de Emergência do Polígono das Secas no Banco do Nordeste do Brasil. Justificou a proposta dizendo que visava

enfrentar a carência de gêneros de alimentação básica nas épocas de crise aguda. O projeto oferece meios que, adequadamente postos em prática, ao lado de outras medidas paralelas de fomento da produção, poderão ser instrumento precioso para remediar a situação de fome nas secas violentas, e para indiretamente incentivar a produção e desencorajar os preços especulativos dos gêneros de alimentação, trazendo-os a níveis razoáveis.³²

Vale dizer que não é mera coincidência a semelhança com a proposta original de Boyd Orr à FAO de criar um WFB e, mais especificamente, com a da adaptação feita pela equipe de Norris Dodd, diretor-geral da FAO na época que Josué era presidente do seu Conselho, de se criar uma Câmara Internacional de Compensação de Mercadorias (ICCH), conforme já relatamos.

Num discurso de 1957 na Câmara dos Deputados do Brasil sobre o pan-americanismo, Josué se declara a favor de um governo mundial:

Devemos por todos os meios diminuir a tensão social num mundo tão dividido como o nosso, separado por

31 Diário do Congresso Nacional, Seção I, n. 116 de 12 de julho de 1956, p. 5427, apud MELO & NEVES, p. 158-153.

32 Diário do Congresso Nacional, Seção I, n. 106, de 26 de junho de 1956, p. 4843. Projeto nº 1.494, de 1956, apud MELO & NEVES, 2007, p. 149.

um largo fosso, em dois grupos de povos. Os povos que não comem e os que não dormem, aterrorizados pela ameaça de revolta dos que não comem.

Sempre fui pela organização de um governo mundial, porque entre os dois tipos de paz, a paz entre os vivos e a paz *post mortem*, sempre preferi a primeira. E porque acredito firmemente que a paz entre os homens constitui um objetivo ao alcance dos recursos humanos e não uma utopia irrealizável. O governo mundial representa, a meu ver, o movimento ideal para alcançar este objetivo.³³

Como já vimos antes, Josué acreditava que, com a mudança política na FAO, dada a maior presença entre os países membros de governos do mundo subdesenvolvido, para usar a terminologia da época, a organização poderia ter uma atuação mais efetiva do que apenas prestar assistência técnica à agricultura e colaborar na distribuição dos excedentes de alimentos através do PMA, ainda que acreditasse que esse era um caminho para a paz mundial. Mas ele tinha plena consciência de que isso não seria suficiente, dada a falta de recursos alocados para a Organização, como reforçou no discurso pronunciado perante o Conselho Mundial da Paz, ainda em 1954:

Não posso negar que alguma coisa tem sido feita pelos programas de assistência internacional nos domínios da agricultura, da saúde, para melhorar os níveis de vida das regiões subdesenvolvidas. Mas é muito pouco o que tem sido feito, e isso porque os recursos materiais, os orçamentos das instituições internacionais que se ocupam desta assistência, são incrivelmente insuficientes. O orçamento de todos os organismos internacionais que oferecem assistência técnica aos países subdesenvolvidos não alcança a fração insignificante de 0,5% dos orçamentos de guerra das grandes potências.

33 Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 10 de julho de 1957, apud MELO & NEVES, 2007, p. 210.

Mas nem mesmo a entrada de novos membros na FAO, especialmente das antigas colônias africanas que ganhavam sua liberdade política, mudaria a correlação de forças numa organização fortemente dependente das doações e pagamentos das cotas de contribuição dos países mais ricos, como acreditava Josué. Não era apenas uma questão orçamentária que impedia a FAO e outras agências do sistema das Nações Unidas de atuarem de modo mais efetivo na erradicação da fome no mundo. Há um problema, ele diria, no próprio DNA dessa estrutura internacional que se criou ao final da Segunda Guerra Mundial, que a impede de ter um protagonismo maior através de uma ação direta e eficiente, que é a falta de meios objetivos para atuar concretamente decorrente do princípio da soberania dos Estados nacionais estar acima de todos os outros princípios, a começar da própria carta de fundação das Nações Unidas e de suas agências subsidiárias.

Como nos alerta Luigi Ferrajoli (2022):

A Carta da ONU, a Declaração Universal de 1948, os Pactos Internacionais de 1966 e as muitas Cartas Regionais de Direitos que prometem paz, segurança, garantia das liberdades fundamentais e dos direitos sociais para todos os seres humanos. Mas faltam totalmente as suas normas de concretização, isto é, as garantias internacionais dos direitos atribuídos. É como se um ordenamento estatal fosse dotado apenas da Constituição e não também das leis para sua concretização, isto é, de Códigos Penais, de tribunais, de escolas e de hospitais [...]

De acordo com o autor, as razões do fracasso da ONU são essencialmente duas:

A primeira consiste no descumprimento das suas Cartas de Direitos Fundamentais, isto é, na falta de criação das suas garantias. Pouco ou nada, de fato, foi feito para a concretização dessas Cartas. [...] A segunda razão do

fracasso da ONU consiste na centralidade, contraditoriamente reservada pelo seu tratado de criação, aos Estados nacionais enquanto Estados soberanos. “A Organização funda-se no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros”, afirma o artigo 2, nº 1, da Carta da ONU; mesmo se esta igualdade for, posteriormente, contrariada pela posição de domínio reservada pela mesma Carta às potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial. Todo o Direito Internacional, as instituições e as organizações internacionais são, portanto, moldados segundo o paradigma do Estado nacional soberano. São os Estados nacionais os únicos atores e destinatários do Direito Internacional.

Segundo esse grande jurista italiano, “o aspecto mais alarmante e desconcertante dos desafios e das emergências atuais é a falta de uma resposta política e institucional à sua altura, devida ao fato de que eles não fazem parte da agenda política dos governos nacionais e podem ser enfrentadas com sucesso apenas em nível global”. Para Ferrajoli, o “mecanismo transformador” dessa realidade fragmentada numa ação global coletiva não está em ação ainda. Segundo ele:

a única esperança de um despertar da razão reside, exatamente, na gravidade destas emergências, isto é, no fato de que elas, quando se tornarem esmagadoras, finalmente forçarão as populações do mundo e também os seus governos a abandonar os muitos conflitos e interesses particulares e a pactuar a defesa da sua sobrevivência comum, dependente, por sua vez, da sua defesa comum e vital do ambiente natural.

Infelizmente, como tem alertado a própria ONU, as emergências estão se tornando cada vez maiores e mais graves, sem que os países abandonem seus interesses individuais “soberanos” para

implementarem soluções coletivas, nem mesmo para a salvação do planeta. E, infelizmente, até agora não se encontrou uma outra saída que não seja a do consenso democrático dentro da própria ONU com todas as dificuldades que lhe são inerentes por sua própria natureza...

REFERÊNCIAS

ABBOTT, Anneliese. Food For All: From John Boyd Orr To The Cold War. The Weston A. Price Foundation, 10 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.westonaprice.org/health-topics/food-for-all-from-john-boyd-orr-to-the-cold-war/#gsc.tab=0>>. Acesso em: 1 set. 2023.

BARONA, Josep Luís. John Boyd Orr (1880-1971): Global Food Policy. *Métode*, 5 dez. 2013. Disponível em: <<https://metode.org/issues/seccions-revistes/histories-de-cientifics-seccions-seccions/john-boyd-orr-1880-1971-global-food-policy.html>>. Acesso em: 1 set. 2023.

BASHFORD, ALISON. *Global Population: History, Geopolitics, and Life on Earth*. Nova York: Columbia University Press, 2014.

BLÜMKE, Adriane Cervi. *O cotidiano de quem vive a realidade da fome: práticas alimentares e estratégias de acesso aos alimentos*. 2017. 220 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

BOYD ORR, John. *Food, Health and Income: Report on a Survey of Adequacy of Diet in Relation to Income*. Londres: Macmillan, 1936.

_____. *Food and the People*. Londres: The Pilot Press, 1943.

_____. *As I Recall*. Londres: MacGibbon & Kee, 1966.

BOYD ORR, John; LUBBOCK, David. *Feeding the people in war-time*. Londres: Macmillan, 1940.

CASTRO, Josué de. *Aos pobres pertence o Reino da Terra*. Estocolmo: Conselho Mundial da Paz, 1954. Discurso pronunciado por Josué de Castro ao presidir a sessão dedicada ao estudo das armas atômicas.

_____. *O livro negro da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1960.

_____. Pedro Bloch entrevista Josue de Castro. [Entrevista concedida a] Pedro Bloch. *Revista Manchete*, n. 625, 1964.

CONFERENCE OF FAO. First Session, 1945, Quebec, Canadá. *Proceedings of the Eighth Meeting of the First Session of the Conference of the Food and Agriculture Organization of the United Nations, held in the Ballroom, Chateau Frontenac, Quebec City, Canada, Saturday, October 27, 1945, at 2:30 P.M.* Quebec, 27 out. 1945.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *Staff Association Bulletin*, v. 1, n. 10, 21 abr. 1948.

FENSKE, Elfi Kürten (org.). Josué de Castro – e a geografia da fome. *Templo Cultural Delfos*, 2012. Disponível em: <<https://www.elfikurten.com.br/2012/06/josue-de-castro-e-geografia-da-fome.html>>. Acesso em: 4 set. 2023.

FERRAJOLI, Luigi. *Per una Costituzione della Terra. L'umanità al bivio*. Roma: Feltrinelli, 2022.

FOILLEUX, Eve; BRICAS, Nicolas; ALPHA, Arlène. 'Feeding 9 billion people': global food security debates and the productionist trap. *Journal of European Public Policy*, v. 24, n. 11, 2017, p. 1658-1677.

FORCLAZ, Amalia Ribi. From Reconstruction to Development: The Early Years of the Food and Agriculture Organization (FAO) and the Conceptualization of Rural Welfare, 1945–1955. *The International History Review*, v. 41, n. 2, 2019, p. 351-371.

HOPKINS, Raymond F. International Food Organizations and the United States: Drifting Leadership and Diverging Interests. In: KARNS, Margaret P.; MINGST, Karen A. (org.). *The United States and Multilateral Institutions*. Londres: Unwin Hyman, 1990, p. 177-204.

JACHERTZ, Ruth. “To Keep Food Out of Politics”: The UN Food and Agriculture Organization, 1945–1965. In: FREY, Mark; KUNKEL, Sönke; UNGER, Corinna R. (org.). *International Organizations and Development, 1945-1990*. Londres: Palgrave Macmillan, 2014.

JACHERTZ, Ruth; NÜTZENADEL, Alexander. Coping with hunger? Visions of a global food system, 1930–1960. *Journal of Global History*, v. 6, n. 1, 2011, p. 99-119.

LIRA, AUGUSTO. Aforismo da autonomia: a trajetória de John Boyd Orr na América e as campanhas para a criação do Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). *Faces de Clio*, v. 4, n. 7, 2018, p. 19-41.

MCDONALD, Bryan L. *Food Power: The Rise and Fall of the Postwar American Food System*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

McMICHAEL, Philip. Historicizing food sovereignty. *Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 6, 2014, p. 933-957.

MELO, Marcelo Mário de; NEVES, Teresa Cristina Wanderley (org.). *Josué de Castro*. Série Perfis Parlamentares. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007.

MENDONÇA, Marina de Gusmão. *O combatente da fome: Josué de Castro, 1930-1973*. Praxis, 2021.

_____. Fome e pandemia: atualidade do pensamento de Josué de Castro. *Mundo e Desenvolvimento*, v. 6 n. 7, 2022, p. 80-89.

SHAW, D. John. *World Food Security: A History since 1945*. Londres: Palgrave MacMillan, 2007.

_____. *Global Food and Agricultural Institutions*. Abingdon: Routledge, 2009.

SILVA, Tânia Elias Magno da. Josué de Castro: para uma poética da fome. 1998. 637 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

STAPLES, Amy L. S. Norris E. Dodd and the Connections between Domestic and International Agricultural Policy. *Agricultural History*, v. 74, n. 2, 2000, p. 393-403.

_____. To Win the Peace: The Food and Agriculture Organization, Sir John Boyd Orr, and the World Food Board Proposals. *Peace and Chance*, v. 28, n. 4, 2003, p. 495-523.

_____. *The Birth of Development*. How the World Bank, Food and Agriculture Organization, and World Health Organization Changed the World, 1945-1965. Kent: The Kent State University Press, 2006.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. *Revista de Nutrição*, v. 18, n. 4, 2005, p. 439-457.

WILHELM, Lola. Local Histories of International Food Aid Policies from the Interwar Period to the 1960s: The World Food Programme in the Middle East. In: DMITRIEV, Kirill; HAUSER, Julia; ORFALI, Bilal. *Insatiable Appetite: Food as Cultural Signifier in the Middle East and Beyond*. Brill, 2019, p. 340-358.

WOLKENHAUER, Anna. International Organizations and Food: Nearing the End of the Lean Season? In: MARTENS, Kerstin; NIEMANN, Dennis; KAASCH, Alexandra (org.). *International Organizations in Global Social Governance*. Londres: Palgrave Macmillan, 2021, p. 297-321.

WILSON, Caroline. Scientist John Boyd Orr honoured at University of Glasgow. *Glasgow Times*, 26 maio 2023. Disponível em: <<https://www.glasgowtimes.co.uk/news/23548834.scientist-john-boyd-orr-honoured-university-glasgow/>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão



Acompanhe nossas redes sociais

@funagbrasil



Impressão: Gráfica e Editora Qualytá Ltda.

Papel da capa: cartão duplex 250g/m²

Papel do miolo: pólen similar 80g/m²

Neste ano em que celebramos o cinquentenário da morte de Josué de Castro, é com profundo respeito e reverência que me uno às iniciativas da Fundação Alexandre de Gusmão em homenagem a este ilustre brasileiro. Ao fazê-lo, lembramos não apenas o legado de um pioneiro em estudos sobre a fome e a desnutrição, mas também reforçamos a importância de suas contribuições para as questões internacionais e para a imagem do Brasil no cenário mundial.

Universal e particular, teórico e prático, o legado de Josué de Castro de dedicação irrestrita ao combate à fome é farol que, em épocas difíceis, nas palavras de Carlos Drummond de Andrade, impede-nos de perder “a esperança mais mínima — esse anelo – de ver desvanecida a treva espessa”. Em contexto internacional marcado pela crise climática e por crescentes desigualdades, seus ensinamentos ganharam relevância para melhor entender e enfrentar os desafios globais do século XXI.

Mauro Vieira
Ministro de Estado das Relações Exteriores

